



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DIEGO ESTEVAM CAVALCANTE**

**A PLANTA E O TEMPO: CIÊNCIA, TÉCNICA, NATUREZA E PROGRESSO NOS  
IMPÉRIOS DA BOTÂNICA. CEARÁ – BRASIL – PORTUGAL (SÉCULOS XVIII E  
XIX).**

**FORTALEZA  
2018**

DIEGO ESTEVAM CAVALCANTE

A PLANTA E O TEMPO: CIÊNCIA, TÉCNICA, NATUREZA E PROGRESSO NOS  
IMPÉRIOS DA BOTÂNICA. CEARÁ – BRASIL – PORTUGAL (SÉCULOS XVIII E XIX).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kênia Sousa Rios.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C364p Cavalcante, Diego Estevam.  
A planta e o tempo : ciência, técnica, natureza e progresso nos impérios da botânica. Ceará - Brasil - Portugal. (Séculos XVIII e XIX). / Diego Estevam Cavalcante. – 2018.  
286 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2018.  
Orientação: Profa. Dra. Kênia Sousa Rios.

1. História Ambiental. 2. História da Ciência. 3. Botânica. 4. Tempo. 5. Natureza. I. Título.

CDD 900

---

DIEGO ESTEVAM CAVALCANTE

A PLANTA E O TEMPO: CIÊNCIA, TÉCNICA, NATUREZA E PROGRESSO NOS  
IMPÉRIOS DA BOTÂNICA. CEARÁ – BRASIL – PORTUGAL (SÉCULOS XVIII E XIX).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kênia Sousa Rios (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eunice Sueli Nodari  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

À memória de Dona Socorro (Cocoia).  
Pelos enormes gestos de carinho.

## AGRADECIMENTOS

A escrita histórica por vezes gosta de pregar peças ao historiador. Em não raros momentos instala-se em nosso pensamento a possibilidade de aceitar que a prática historiográfica se faz de maneira individual. Engana-se, porém, quem pensa desta maneira. Para além dos incessantes diálogos travados com as vozes que ecoam de nossas fontes, outros personagens aparecem e deixam sua contribuição na feitura do trabalho. São a eles que me dedico neste momento.

Remerecio primeiramente à Júlia Queiroz, minha companheira. Durante o tempo em que me dediquei ao mestrado, bem como à escrita da dissertação, você foi meu porto seguro, a pessoa com quem eu podia contar para me dar apoio, conforto e ouvir minhas frustrações. Mas também foi com você que eu pude compartilhar alegrias, como a cada descoberta de novas fontes, a cada página escrita, os elogios recebidos. Como diz a letra da música, “não sei se o mundo é bom, mas ele está melhor desde que você chegou e explicou o mundo pra mim”.

À minha orientadora, professora Kênia Sousa Rios, pela aceitação imediata em orientar este trabalho, ao apoio incondicional, pela liberdade de escrita e ao mesmo tempo a atenção nas leituras, sempre cuidadosas e criteriosas. Por acreditar que dessas páginas sairia uma dissertação inovadora. Se a posteridade fizer dessa produção algo para ser lembrada e citada, devo muito disso a você. Meu muito obrigado pela excelente orientação!

Ao professor Francisco Régis Lopes Ramos por ter feito parte do processo de escrita dessa dissertação ao longo desses dois anos e meio. Desde as aulas de Seminário de Pesquisa e Metodologia II, à indicação de uma nova estrutura para a parte final do texto e, como não poderia deixar de ser, pela participação na banca de qualificação e examinadora.

Ao professor Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho pelo tempo dedicado na leitura do texto, pelas valiosas colaborações e sugestões no exame de qualificação.

À professora Eunice Sueli Nodari, agradeço pela aceitação imediata para participar da banca examinadora, a leitura atenta e generosidade nas intervenções.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará e à Luciana Cavalcante, secretária do PPGH, pelo suporte oferecido nos trâmites burocráticos típicos do universo acadêmico.

Aos colegas de mestrado da turma 2016 (Alexandre Vidal, Alexandre Silva, Alisson, David Botelho, Diego Belfante, Jônatas Jonas, Larissa Jorge, Leila, Lia, Pedro Filho e Sandra) pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

Agradeço especialmente a Bruno Brito, que afora termos compartilhado reflexões, críticas e sugestões, compartilhamos também a amizade. Obrigado pelos momentos de conversas intensas, que iam de conteúdo intelectual a situações do dia a dia. Caminhar ao seu lado nesse período foi enriquecedor e gratificante.

De igual maneira, a Airton Junior deixo também minhas gratulações. Felicito o fortalecimento de nossa amizade nesses últimos anos. Esse texto carrega também uma parcela de sua ajuda, que se fez tanto nas leituras dos manuscritos, dicas de pauta e revisão, quanto nas conversas aleatórias que ajudaram a desopilar, a frear o estresse e a pressão profissional.

Não posso deixar de fazer menção aos Grupos de Estudos da Universidade Federal do Ceará aos quais sou vinculado.

Aos companheiros do Grupo História, Memória, Natureza e Cultura, Eurípedes Funes, Gabriel Pereira, José Felipe, Alberto Rafael e Daniel Alencar. As contribuições de vocês, dicas de leitura, análise dos primeiros esboços do projeto que viria a ser aprovado na seleção do ano de 2015 das turmas de mestrado, foram imprescindíveis para essa pesquisa ter subido ao patamar de dissertação.

Aos membros da Sociedade de Estudos do Brasil Oitocentista (SEBO), Dhenis Maciel, Eylo Fagner, Marcos Felipe e Reginaldo Alves deixo aqui meu obrigado pelo acolhimento. A Weber Porfírio agradeço de maneira individual, pela amizade construída desde os idos de 2009, quando iniciamos a trajetória como futuros historiadores.

Ao colega Antônio José, agradeço imensamente pelas sugestões e envio de fontes e bibliografia. Sua ajuda foi imprescindível para o desenvolvimento da dissertação.

Verinha e Luiz, colegas da época de graduação, obrigado pelas energias positivas enviadas à distância.

À Gilda de Oliveira, Rogério Almeida de Queiroz e Suyanne Cabral, meus sogros e minha cunhada, respectivamente, pelo apoio demonstrado desde sempre, em todos os aspectos.

À minha avó Geralda e minha mãe Sílvia Helena, sou eternamente grato!

Não posso deixar de lembrar das demonstrações de alegria, companheirismo, afetuosidade e histerismo dos meus amigos caninos Zé, Lady e Madonna. A honra de tê-los em minha vida torna meus dias mais felizes.

Por fim, agradeço à CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

“O tempo tudo clarifica e não há estado de  
espírito que se mantenha inalterado por o  
passar das horas”

Thomas Mann

(A Montanha Mágica)

## RESUMO

A presente pesquisa tem a finalidade de investigar as relações temporais que envolveram a Botânica, em seus diferentes níveis de atuação, a partir das últimas décadas do século XVIII e ao longo do XIX. Nesse ínterim, Portugal modificou suas bases educacionais priorizando a História Natural, enfatizando os estudos dos vegetais e visando uma modernização agrícola. O Brasil pós-1822, à sua maneira, tratou de dar continuidade a tais medidas. Posto desta forma, a análise deu-se de forma comparada, abordando políticas e ações implementadas entre os governos durante os regimes colonial e imperial. Metodologicamente partiu-se da capitania do Ceará, contextualizando-a com outras espacialidades e focando em três áreas de concentração que estavam diretamente relacionadas à Botânica no período em questão: madeiras de lei, agricultura e plantas medicinais. A partir desses três eixos, as discussões foram concentradas em conceitos elaborados por autores como Reinhart Koselleck e Bruno Latour, tais como: estratos do tempo, espaço de experiência e horizonte de expectativa, aceleração e progresso, prognósticos, ciência em ação, centro e periferia, centrais de cálculos. As fontes perscrutadas, de modo geral, são os Documentos Avulsos da Capitania do Ceará pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino; publicações científicas; memórias; legislações; relatórios de presidentes de províncias e ministeriais, revistas, jornais e obras literárias.

**Palavras-chave:** História Ambiental. História da Ciência. Tempo. Botânica

## **ABSTRACT**

The aim of this work has been to investigate the time relations that have been involved Botanic in its different level of actuation, from last decades of the eighteenth century and throughout nineteenth century. During this time, Portugal changed its educational base through prioritization of Natural History, emphasizing vegetable studies with the aim of agricultural modernization. The post-1822 Brazil, in its own way, implemented the same actions. In this way, a comparative analysis was performed, addressing the politics and actions implemented among both governments during the colonial and the imperial regimes. The initial point of the study was the captaincy of Ceará, contextualizing other specialties and focusing on three areas of concentration that were directly connected to Botanic in the studied period: hardwoods, agriculture and medicinal plants. In general, the following sources were consulted: single documents of the captaincy of Ceará belonging to Arquivo Histórico Ultramarino, scientific papers, memories, legislations, reports of presidents of provinces and ministries, magazines, newspapers, and literary works.

**Keywords:** Environmental History. History of Science. Time. Botanic

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura – 1</b> Estampa da espécie Cinchona <i>Officinal</i> .....	159
<b>Figura – 2</b> Estampa da espécie Chincona <i>Rubra</i> ou <i>Colorada</i> .....	160
<b>Figura – 3</b> Estampa da espécie Cinchona <i>Caribea</i> .....	161
<b>Figura – 4</b> Estampa da espécie Cinchona <i>Montana</i> .....	162
<b>Figura – 5</b> Estampa da espécie Cinchona <i>Espiniosa</i> .....	163
<b>Figura – 6</b> Estampa da Quina Carqueja do Brasil ( <i>Cacalia</i> ).....	168
<b>Figura – 7</b> Estampa da Quina Carqueja do Brasil ( <i>Cacalia</i> ).....	169
<b>Figura – 8</b> Estampa da Quina do Piauyg ( <i>Solanum ?</i> ).....	170
<b>Figura – 9</b> Estampa Quina de Paranabuc ( <i>Portlandia hexandria</i> ).....	171
<b>Figura – 10</b> Estampa Quina de Camamu ( <i>Coutinia illustris</i> ).....	172
<b>Figura – 11</b> Estampa que traz a caixa das sementes.....	173
<b>Figura – 12</b> Folheto da propaganda do tônico Quina Ragoucy, produzido na França e exposto nas páginas do Diccionario de Medicina Popular .....	231
<b>Figura – 13</b> Rótulo da bebida feita à base de Quina, intitulado Vinho Quinado Elephante, produzido no Brasil provavelmente na primeira metade do século XX .....	238
<b>Figura – 14</b> Descrição das funções terapêuticas do Vinho Quinado Elephante, destacando sua composição básica, público a qual se destinava e formas de uso .....	239

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACL – Academia de Ciências de Lisboa

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

a. – anos

BN – Biblioteca Nacional

Cap.<sup>m</sup> – Capitão

const.es – constantes

D.s G.e – Deus Guarde

dillig.as – diligências

D<sup>or</sup> – Doutor

Ex.cia - Excelência

Ex.mo/ Ex<sup>mo</sup> – Excelentíssimo

fecundid<sup>e</sup> – fecundidade

Gov.<sup>or</sup> – Governador

gr.de – grande

H. N – História Natural

IIFA – Imperial Instituto Fluminense de Agricultura

Il<sup>mo</sup> – Ilustríssimo

import.e – importante

MACOP – Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas

Mag<sup>e</sup> – Majestade

maiorm<sup>te</sup> – maiormente

m.a – minha

m<sup>to</sup> – muito

m.mo – muitíssimo

p.<sup>a</sup> – para

p.te – parte

particularm.te – particularmente

p./ p.r – por

Prez.a – Presença

prim.ra – primeira

prosperid.es - prosperidades

q./q' – que

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

S.r/ Snr – Senhor

S. Ex.cia – Sua Excelênciа

unicam<sup>te</sup> – unicamente

UC – Universidade de Coimbra

V.A.R – Vossa Alteza Real

verd.e – verdade

V. Ex<sup>a</sup> – Vossa Excelênciа

V.S/ V. Senr.a – Vossa Senhoria

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	15
<b>2. DIALÉTICA DO PROGRESSO: A AGRICULTURA, AS ÁRVORES E O DEBATE ENTRE DERRUBAR E CONSERVAR.....</b>	26
2.1. É de “propriedade exclusiva da Minha Real Coroa todas as Matas, e Arvoredos a borda da Costa, ou de Rios”: o debate sobre o corte de madeiras na capitania do Ceará. ....	26
2.2. “Ar saudavel, o Ceo sereno, Campinhas amenas, Serras fertilissimas, Rios caudalosos”: prognósticos em relação à agricultura.....	51
<b>3. “O VERDADEIRO BOTANICO DEVE SABER A PARTE MAIS DIFFICULTOZA DAS PLANTAS, USOS ECONOMICOS E SUA VEGETAÇÃO” .....</b>	79
3.1. O reformismo ilustrado português e escrita da história natural.....	79
3.1.1. <i>Instruções para percorrer, coletar e enviar as produções botânicas.</i> .....	94
3.2. “Fazendo huma interessante Historia deste Paiz assaz bem rico em producçõens, particularmente vegetaes”: João da Silva Feijó e a flora do Ceará.....	111
<b>4. QUINA: “A ÁRVORE DA SAÚDE” NOS IMPÉRIOS DA BOTÂNICA .....</b>	133
4.1. Plantas que curam: a Quina em uma perspectiva de imperialismo ecológico.....	134
4.2. Plantas que curam: a Quina nas estampas da obra Quinografia Portugueza. ....	153
4.3. Plantas que curam: a Quina e o Império do Brasil. ....	176
4.4. Plantas que curam: as experiências científicas sobre as virtudes da Quina.....	199
4.4.1. <i>Experiencias Chymicas, Sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras....</i>	201
4.4.2. <i>Ensaio Sobre o Cinchonino, e sobre sua influencia na virtude da quina, e d'outras cascas.....</i>	207
4.4.3. <i>Memoria sobre o principio febrífugo das quinas.</i> .....	214
4.5. Plantas que curam: a Quina e o Dicionário de Chernoviz. ....	222
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	252
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	257
<b>FONTES .....</b>	257
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	264
<b>ANEXO – RELAÇÃO DAS MATTAS, E MADEIRAS DESTA CAPITÂNIA MAIS VIZINHAS DO PORTO DE EMBARQUE.....</b>	274

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo da vegetação compõe a primeira parte dessa ciência e é a base de todas as outras. Deve-se começar pelo exame da natureza dos vegetais em geral antes de tratar cada planta em particular, pois só é possível chegar ao conhecimento da economia vegetal caso se saiba como os germes das plantas se desenvolvem, como elas crescem, quais os meios de multiplicá-las, qual a sua organização geral, a estrutura de cada parte, sua maneira de reprodução, o movimento e a qualidade da seiva, e, por fim, como o terreno e o clima podem influir nelas. Tais são os princípios gerais que constituem os fundamentos da Botânica<sup>1</sup>.

A presente pesquisa foi pensada inicialmente como uma proposta de investigação da atuação da Comissão Científica de Exploração, mais precisamente a Seção Botânica, ambas lideradas pelo médico e botânico fluminense Francisco Freire Alemão, um dos principais nomes desse ramo da ciência no século XIX e que, juntamente com um grupo de homens ilustres do cenário nacional, percorreu o território da província do Ceará na segunda metade dos oitocentos. Todavia, à medida que algumas leituras de fontes, bibliografia e discussões com minha orientadora, a professora Kenia Sousa Rios, foram acontecendo, percebemos que o debate em torno da botânica no século dezenove no Brasil estava envolto a um campo bem mais amplo do que aquele limitado pelos estudos de Francisco Freire Alemão em relação à natureza local.

Na esteira desse pensamento, propomos ampliar o objeto de observação, apostando que desta forma “apareceria uma outra trama, uma outra organização do social”, tal como

---

<sup>1</sup> Daubenton, “Botanique”, Encyclopédie, II, p. 340 [“Botânica”, III, p. 163] *apud* PIMENTA, Pedro Paulo. A trama da natureza: Organismo e finalidade na época da Ilustração. São Paulo: Ed. Unesp, 2018. p. 147.

enunciado por Jacques Revel<sup>2</sup>. E de fato essa experiência mostrou-se válida. A escolha por investigar a Botânica ao longo do XIX mostrou-nos desdobramentos até então pouco aprofundados ou totalmente ignorados. As intenções de conhecer, esquadrinhar, cartografar etc., a natureza, a vegetação, a flora do Ceará, no contexto do período abordado deixou claro que ela não se iniciou com a vinda da Comissão Científica, tampouco se encerrou nela. No momento de lançamento dos alicerces do que viria a ser a dita comissão, a Botânica se mostrava como um campo de estudos valorizado há pelo menos um século, ganhando projeção ainda em Portugal com a introdução de estudos de História Natural na Universidade de Coimbra (UC), quando da ocasião do movimento de reformismo ilustrado, que dentre suas frentes de atuação estava a mudança nas bases da educação lusitana.

Pensando por essa perspectiva, consideramos guiar essa pesquisa a partir do seguinte questionamento: como se deram as relações entre a botânica (como ciência e como política de estado) e as experiências temporais entre finais do século XVIII e ao longo do século XIX?

Nessa direção, portanto, nosso objeto é, antes de tudo, a Botânica. Esse ramo da ciência, via de regra, atuava de forma próxima à agricultura. De modo geral, os homens de ciência principalmente, mas também políticos da época, apoiavam-se na noção de que conhecer as partes das plantas, suas funcionalidades, terrenos em que melhor habitavam, períodos de florescência, sementes e estações que fossem mais convenientes para o crescimento, estar a par das bases morfológicas dos vegetais, serviria para um melhor desenvolvimento de práticas agrícolas. Essa projeção não estava vazia de sentido, afinal, apostava-se no Brasil como um grande produtor de gêneros. Como a agronomia somente mais tarde (virada do XIX para o XX) começou a se afirmar como a legítima ciência responsável por estudar as práticas de cultivo de espécies agricultáveis – pelo menos no Brasil –, essa tendência passou ainda por considerável período a ser confiada à botânica.

Uma das figuras mais proeminentes da elite ilustrada no Brasil oitocentista, Ladislau Neto, expôs em um texto que compõe a obra *Apontamentos relativos á Botanica applicada no Brasil* o caminho que deveria seguir quem se dedicasse aos estudos de botânica:

Ora quem estuda a vegetação arborescente estuda simultaneamente a vegetação arbustiva, e examinando ambas pôde e deve levar suas vistas até a geographia botanica, até a comparação da flóra com a natureza geologica do terreno, com a altitude do local, etc.

---

<sup>2</sup> REVEL, Jacques. Apresentação. In: Jogos de escala: a experiência da microanálise. Org: Jacques Revel. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 11

É sobre estas observações que se deve buscar a agricultura methodica de um paiz de vastas dimensões; no Brasil, entretanto, não se faz ainda conveniente e amplamente este trabalho. As vistas do governo não se dirigirão, que eu saiba, para este lado, que é realmente o ponto de partida de qualquer exploração agrícola n'um paiz rico e novo como o nosso; e sem que em tal se pense não creio que chegar possamos tão cedo a um bom resultado<sup>3</sup>.

A tônica do discurso estava dada. Para Ladislau Neto, sem a devida preocupação em estudar os aspectos concernentes à vegetação, nada poderia se esperar de bons resultados para as atividades ligadas à lavoura. O progresso do país passava pela agricultura, e o sucesso desta última dependia diretamente dos estudos em botânica.

Palavras que iam ao encontro do pensamento de Ladislau Neto e que apontavam a Botânica como detentora dos conhecimentos necessários para dominação do mundo natural e consequente transformação dos elementos em recursos a serem explorados podem ser encontradas ao longo do século XIX, entre diferentes pensadores, em circunstâncias variadas. Um exemplo que podemos dar nos remete novamente ao primeiro objeto de estudo sobre o qual levantamos a hipótese de investigação no início de nossa pesquisa: a Seção Botânica da Comissão Científica de Exploração (1859-1861). Nas *Instruções para a Comissão Scientifica encarregada de explorar o interior de algumas Províncias do Brasil*, no trecho que compete a dita Seção, diz que a ela caberia:

1.º O estudo dos vegetaes silvestres, particularmente o das arvores que fornecem madeiras de construcção, resinas, oleos, gommas, ou outro qualquer producto util; e o das plantas que possão aproveitar na medicina e na industria.

Indagará dos homens praticos do lugar o nome indigena e vulgar de cada vegetal, e seus usos populares.

Das arvores, além dos ramos, flôres e fructos para estudo e formação de hervarios, colherá amostras de madeira, resina, oleo, etc.: de tudo em quantidade sufficiente para ser distribuido pelos museus nacionaes, e mesmo estrangeiros.

Das plantas que tenham, ou se presuma terem uso na medicina e nas artes, além dos ramos, flôres e fructos, colherá de suas partes activas quanto chegue para analyse chimica e ensaios therapeuticos e industriaes.

De todos os vegetaes mais importantes colherá frutas perfeitamente maduras para sementeiras ou tentativas de cultura.

De cada uma destas cousas, não se podendo na occasião colher exemplares ou productos, procurará que alguma pessoa do lugar se incumba de o fazer, indicando-lhe o modo de o practicar, e de remetter com segurança.

Observará o aspecto geral do paiz quanto á sua vegetação primitiva ou secundaria, com relação á natureza do terreno e seus accidentes, e as condições metereologicas ordinarias.

Em cada localidade notará as especies que naturalmente ahi vegetão, com o fim de concorrer para o delineamento da geographia botanica do Brasil.

Emfim, notará as matas mais ricas em madeiras de construção naval, e em que seja facil a sua extracção para serem reservadas.

---

<sup>3</sup> NETTO, Ladislau. Algumas palavras sobre as riquezas vegetaes do territorio brasileiro. In: Apontamentos relativos á Botanica applicada no Brasil. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert, 1871. p. 33.

2.º O estudo dos vegetaes cultivados, e o systema de cultivo adoptado no paiz: notando a qualidade das terras, as influencias atmosphericas, e quantos outros accidentes forem beneficos ou nocivos á lavoura<sup>4</sup>.

Como podemos observar, as atribuições da Seção Botânica eram amplas. Os comissionados – Francisco Freire Alemão e seu adjunto Manoel Freire Alemão – deveriam se posicionar a respeito das árvores que fornecessem as melhores madeiras para aproveitamento na marinha e construção civil, identificar as plantas úteis à medicina, se atentar para os gêneros cultivados na província e, por fim, deveriam ainda realizar estudos sobre aspectos físicos da região, coletando inclusive informações meteorológicas. Nem sempre, porém, o sujeito versado na ciência era dotado de conhecimento suficiente para dar conta de tantas especificidades. O próprio Francisco Freire Alemão reconhecia suas limitações quando o assunto era a agricultura: “Não se deve esperar de mim que entre nesta parte em largas considerações de technologia agricola, para o que me faltão habilitações em theory e pratica<sup>5</sup>”. Ponderamos essas questões a fim de se evitar naturalizações a respeito da formação profissional destes sujeitos, como se estes fossem dotados de um conhecimento totalizante sobre os fenômenos do mundo natural ou relacionados a ele.

Dando continuidade, ter a botânica como objeto de estudo é demasiado relevante, pois através dela é possível compreender os níveis de relação que o homem teve e vem tendo com os vegetais e com as plantas ao seu redor, porque, como nos revela Donald Worster:

Em toda a sua história a humanidade tem dependido crucialmente das plantas, para alimento, remédio, material de construção, habitat de animais de caça e escudo contra o restante da natureza. As plantas têm sido, quase invariavelmente, aliadas dos humanos na luta para sobreviver e prosperar. Assim, quando homens e plantas se encontram, nascem mais temas de história ambiental do que em qualquer outra circunstância. Sem o conhecimento ecológico da vegetação, a história ambiental perde os seus alicerces, a sua coerência, o seu primeiro passo<sup>6</sup>.

Para iniciar nossa trajetória, tomamos como ponto de partida o Ceará, mas por questões metodológicas em diversos momentos flutuamos por outros espaços. Mas por que optar por focalizar entre períodos tão abrangentes? Primeiro devemos deixar claro que a escolha por marcos cronológicos mais abertos, sem fixar uma data específica, nos dá a garantia de flexibilizar as trajetórias temporais, de recuar e avançar à medida que a pesquisa necessite dessas variações. Mas isso não quer dizer que o trabalho esteja inserido de maneira desordenada

<sup>4</sup> *Instruções para a Comissão Scientifica encarregada de explorar o interior de algumas Províncias do Brasil.* In: Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração. I Introdução. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert, 1862. p. XIII-XIV.

<sup>5</sup> *Idem*, p. CVIII.

<sup>6</sup> WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. 1991, p 198-215. p. 203.

temporalmente. A segunda metade do século XVIII foi escolhida como ponto de partida por marcar uma nova era na história política de Portugal, onde novas experiências foram sendo construídas à medida que a nação se abria para o fenômeno conhecido como Ilustração. As consequências desse novo momento foram sentidas por todo o império português, como veremos ao longo deste trabalho.

Na outra direção, a parte final desta dissertação se encerra, na teoria, no crepúsculo do século XIX, precisamente em 1890, data da publicação da última edição de nossa principal fonte na parte extrema deste trabalho: o *Diccionario de Medicina Popular* do médico polonês Napoleão Chernoviz. Entretanto julgamos de igual maneira não fixar uma data precisa por conta das instabilidades do período. Apesar de o império do Brasil se encerrar em 1889, isso não indica que há uma ruptura de tempo e modos de viver que destaquem o limite entre o fim da Monarquia e o início da República.

De forma inicial, para nos ajudar a pensar a questão que envolve o tempo na história do Brasil, Valdei Lopes de Araujo<sup>7</sup> revela que, no período imediatamente anterior ao processo de autonomia do Brasil, os intelectuais luso-brasileiros buscavam formas de restaurar a grandiosidade outrora experienciada por Portugal. Esse fenômeno, no entanto, não poderia ser resgatado no próprio reino, pois este já estaria demasiadamente degenerado. Restaria então buscar essa experiência na sua colônia mais próspera: o Brasil. O domínio americano, com seu manancial de riquezas, seria o responsável por conceder aos portugueses a “idade de ouro” vivenciada no passado. Seria uma espécie de regeneração. Tal pretensão era objetivada pelos estadistas desde a gestão de Rodrigo de Sousa Coutinho e seu evidente interesse em formar um império ultramarino entre metrópole e colônia. Essa situação muda drasticamente a partir de 1822. Doravante os interesses seriam pautados em formar uma nova História para a recente nação, desvinculada do passado colonial. Havia a necessidade de inserir o Brasil em um novo tempo, seu próprio tempo.

Dando continuidade aos procedimentos de análise, eles nos remontam novamente às reflexões de Revel sobre a abordagem micro-histórica:

É profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou, para recorrer a um outro sistema de referências, mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em

---

<sup>7</sup> ARAÚJO, Valdei Lopes de. A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). Rio de Janeiro: Aderaldo & Rothschild. Coleção Estudos históricos, 2008.

transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável)<sup>8</sup>.

Neste sentido, novas perguntas sobre velhos corpos documentais foram imprescindíveis para se atingir um nível desejado de mudanças e observar uma nova organização do social que até então não havíamos atentado para ela.

Abordando as relações entre natureza e cultura nos tempos históricos, o desafio que surge é como transformar em narrativa, em história, elementos que muitas vezes fogem ao nosso ofício. Socializar a natureza torna-se então um caminho inevitável. É pensando por essa perspectiva que diálogos com as bases teóricas da História Ambiental são necessários. Deste modo, debruçamo-nos sobre os três níveis basilares elencados por Donald Worster para definir, naquele momento – década de 1970 –, o que seria essa nova história e como os historiadores interessados nela procederiam. O primeiro nível trata dos estudos da natureza de forma “[...] propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado. [...] Dos aspectos orgânicos quanto inorgânicos<sup>9</sup>; o segundo nível se refere às questões socioeconômicas, que em linhas gerais trata de perceber como grupos, sociedades ou indivíduos se relacionaram com o meio ambiente à sua volta de forma a gerar força de trabalho, bens de consumo e outras particularidades a partir dos recursos naturais, um exemplo disso é a agricultura e suas interfaces; por fim, e não menos importante, o terceiro nível vem para compreender aspectos que são:

Exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza. As pessoas estão constantemente ocupadas em construir mapas do mundo ao seu redor, em definir o que é um determinado recurso, em determinar que tipos de comportamento podem ser ambientalmente destrutivos e devem ser proibidos<sup>10</sup>.

Ao expor esses três níveis isoladamente, Worster tem menos a intenção de afirmar que eles funcionam de forma autônoma um em relação ao outro. As pesquisas em História Ambiental se tornam mais profícias se adotadas essas três considerações de forma conjunta, respeitando as devidas particularidades.

Para o caso do trabalho que aqui desenvolvemos, o primeiro nível vem a ser uma análise do processo de aclimatação de novas espécies de plantas no Brasil entre os séculos

<sup>8</sup> REVEL, Jacques. Apresentação. In: Jogos de escala: a experiência da microanálise. Org: Jacques Revel. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 20.

<sup>9</sup> WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. 1991, p 198-215. p. 202.

<sup>10</sup> *Idem, ibid.*, p. 202.

dezoito e dezenove. O segundo nível tem relação direta com o primeiro na medida em que tentamos compreender como essas novas espécies atuaram para o fomento da agricultura e da economia. Já o terceiro nível – o maior de todos – está ligado às discussões que ocorreram entre forças administrativas do Ceará na virada do século dezoito em diante, sobre o que seria mais pertinente naquele momento: se a expansão da agricultura para tornar o território próspero e interessante aos olhos dos monarcas ou conservar suas matas para se evitar colapsos tanto financeiros como científicos.

A terceira parte da operação historiográfica levantada por Michel de Certeau no livro *A escrita da história* é a construção do texto, a atividade fim do processo de pesquisa histórica. O texto obrigatoriamente tem de ser elaborado mediante um conjunto de regras que são consideradas a porta de entrada para que ele seja considerado de relevância para o conhecimento histórico e, também, para que possa ser validado pelos seus pares. Entre essas regras estão análise científica das fontes; diálogo com os trabalhos elaborados próximos ao objeto de estudo; contribuições inovadoras sobre a problemática em questão<sup>11</sup>. Com efeito, nosso trabalho visa contribuir para a ampliação do debate acerca das representações do mundo natural no Ceará do século XIX, inserindo uma nova interpretação sobre as relações que os diversos agentes humanos exerceram sobre os recursos naturais, especialmente aqueles ligados ao reino vegetal.

As fontes perscrutadas foram as mais variadas possíveis. Pensando a partir da trajetória portuguesa como império marítimo, foram privilegiados em um primeiro momento os documentos relacionados ao Período Colonial. Exemplo disso são os Documentos Avulsos da Capitania do Ceará, pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Esses documentos propiciaram uma infinidade de informações sobre os mais variados assuntos. Sem perder de vista nosso objetivo, buscamos por aqueles que enfatizassem aspectos sobre o mundo natural, que abordassem as percepções dos portugueses sobre a natureza brasílica, em especial da capitania do Ceará. Intencionamos, com isso, identificar aproximações entre o que era planejado em termos de políticas de estado para a área da botânica por parte de Portugal para a capitania do Ceará.

Além do corpo documental apresentado acima, as demais fontes averiguadas nessa dissertação versam sobre literatura, publicações do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA), textos científicos, manuais de medicina autoinstrutivos e alguns manuscritos do acervo digital da Biblioteca Nacional.

---

<sup>11</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 64.

As publicações científicas se concentraram no momento em que o Brasil ainda era colônia portuguesa, precisamente entre o último quartel do século XVIII até a segunda década do século XIX. A questão principal em torno dessas fontes é utilizá-las de maneira a seguir os fios e os rastros que indiquem uma aceleração temporal, tão caro ao conceito de modernidade. Nelas podemos observar componentes de um novo tempo, que não cabe em um espaço de experiência. Pelo contrário, elas abrem um horizonte de expectativas, de um avanço cada vez maior das ciências modernas, por conseguinte alargando as possibilidades de sua utilização de maneira pragmática no cotidiano das populações.

Articulando esses trabalhos científicos diretamente patrocinados pelo Estado para atuarem conjuntamente com o acervo do AHU, pudemos perceber similitudes nos modos de governabilidade na colônia americana. Na documentação do AHU foi identificado um grande número de correspondências trocadas entre os agentes coloniais. Priorizamos, como dissemos, aqueles que eram considerados homens de ciência, formados em sua maior parte pela Universidade de Coimbra (UC) e que auxiliavam no envio de informações sobre o mundo natural das colônias e mantinham intensa correspondência com Lisboa. O grosso dessas missivas fazem parte dos Documentos Avulsos e, juntamente com as publicações mencionadas no parágrafo anterior, evidenciam as tentativas portuguesas de produzir um conhecimento totalizante sobre suas possessões ultramarinas. Todos esses fatores são características de um mundo em movimento, tal como preconizado por Anthony John R. Russell-Wood<sup>12</sup>.

O que buscamos nas investigações sobre essas fontes é destacar como Portugal, através de seus ilustrados, associava a transformação da natureza em recursos para o desenvolvimento da nação. Na esteira dessa finalidade, intentamos acompanhar as permanências nas apostas sobre o reino vegetal como motor do progresso nas ações dos governantes locais no período pós-emancipação de 1822. Em virtude dessa última proposta foram utilizados documentos oficiais relacionados aos Presidentes de Província, além de publicação sobre Exposições Universais do final do século XIX, para servir como contraponto

<sup>12</sup> RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *O Império Português (1415-1808): O Mundo em Movimento*. Clube do Autor. Lisboa-Portugal, 2016. A partir do conceito de circulação de pessoas, ideias e mercadorias, o historiador inglês analisa a trajetória do império português em uma perspectiva global, desde sua ascenção até seu declínio. Investiga o trânsito de colonos entre as possessões ultramarinas e destas para a metrópole. Nesse giro populacional, que poderia se dar por terra e mar, ele aborda a circularidade de costumes, cultura, ideias, mercadorias e produtos dos três reinos da natureza. “Os temas selecionados – transportes, pessoas, mercadorias, flora, fauna e ideias – para ilustrar este mundo em movimento refletem a diversidade, a amplitude e o equilíbrio entre os interesses concorrentes e prioridades. Ao estudar os portugueses de uma perspectiva global, espero contrabalançar a tendência académica de compartimentar as suas atividades em distintas regiões geográficas. Procurei também realçar que no seu palco global os portugueses agiram em concerto com, e não isolados dos povos com quem entraram em contacto”. p. 33-34.

para as informações extraídas do acervo dos Documentos Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, referentes ao Período Colonial. Dito de outra maneira, a intenção foi compreender como a Botânica foi usada pelas autoridades como propulsora do progresso na passagem do Brasil como colônia portuguesa para nação emancipada.

O livro de romance não foi tratado aqui como reprodução do real. Antes, situamos o conteúdo da produção literária em seu próprio tempo. Deste modo, tentamos localizar em suas páginas indícios da presença do uso de recursos da flora como elementos que poderiam evidenciar categorias temporais, especialmente aqueles ligados ao progresso.

A *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura* ofereceu discussões no âmbito científico sobre as novidades em torno das ciências agrícolas no Brasil e em menor escala em outras nações, àquela altura (segunda metade do século XIX) ainda largamente vinculada à botânica. Em suas páginas, além de textos autorais, eram publicados também traduções de estudos realizados por profissionais estrangeiros, denotando assim o vínculo estreito entre os estudos em ciências naturais produzidos no Brasil com as atividades internacionais.

O manual de medicina autointerativa aqui utilizado se resume ao *Diccionario de Medicina Popular* do Dr. Chernoviz, edição de 1890. Este possibilitou a compreensão das mudanças temporais em torno do uso de remédios, bem como das novas técnicas introduzidas na produção de medicamentos, na dosagem e tratamento. Ademais, utilizado de forma complementar a outros tipos de fontes, possibilitou a confirmação de determinadas informações referentes ao objeto e período estudado. Por fim, é imperativo ressaltar que optamos por manter a grafia original das documentações aqui utilizadas, quando da ocasião de estas serem citadas diretamente.

De maneira geral, essas foram as fontes utilizadas para o desenvolvimento da presente pesquisa. Ainda que a separação estrutural que vamos demonstrar a partir de agora não apareça no sumário, tampouco tenha sido nossa intenção fazê-la propositalmente, indiretamente o texto foi dividido em três eixos de investigação. São eles a análise sobre as matas na capitania do Ceará; o estudo sobre a agricultura e os gêneros agrícolas aqui cultivados entre os períodos colonial e monárquico e, por fim, protagonizarão o terceiro eixo as ervas medicinais.

A dissertação inicia-se pelo capítulo intitulado *Dialética do progresso: a agricultura e as árvores entre derrubar e conservar*. Na primeira parte discutiremos as políticas portuguesas em relação à conservação das matas na capitania do Ceará. Segundo os passos da obra do professor José Augusto Pádua em *Um sopro de destruição*, tentamos resgatar para a

capitania do Ceará as mesmas preocupações da coroa portuguesa em relação às matas, a velocidade do desmatamento para abrir novas áreas de agricultura ao mesmo tempo em que se pensava em políticas para a sua conservação. Como tais políticas eram pensadas para o devir, com os olhos no futuro, articulamos as discussões de acordo com o conceito de espaço de experiência e horizonte de expectativa do historiador alemão Reinhart Koselleck, ainda nos valendo de suas reflexões sobre a formação dos prognósticos. Partindo do impasse entre conservar ou derrubar as matas, investigamos os discursos produzidos por homens de destaque, governantes ou não, que pensaram o Ceará como um espaço propício às atividades de lavoura, a ponto de considerar suas terras fertilíssimas para tal fim.

O capítulo seguinte denominamos *O verdadeiro botânico deve saber a parte mais difícil doza das plantas, usos economicos e sua vegetação*. Nele foram cotejados de modo mais pontual as modificações implementadas por Portugal na segunda metade do século XVIII no campo educacional. Ressaltamos que não foram valorizados os novos estatutos implementados por Lisboa na Universidade de Coimbra. Preferimos nos atentar para as discussões em torno da História Natural como campo de conhecimento que começava a se afirmar cientificamente. Doravante, limitamos ainda mais a História Natural, enfatizando uma de suas áreas de formação: a Botânica como ciência e o botânico como profissional. Nesse sentido, avaliamos o que era projetado pela elite ilustrada como a forma ideal para se escrever a história natural a partir de alguns textos produzidos na ocasião. Em seguida, de maneira mais pontual, seguimos os passos de João da Silva Feijó como botânico do século das luzes, enquanto esteve na capitania do Ceará seguindo ordens do Estado português para escrever uma história natural da dita localidade. O objetivo deste capítulo é evidenciar o diálogo que a ciência, mais particularmente a botânica, mantinha com a missão do progresso, econômico e moral, de Portugal e suas possessões. Para dar conta dessa intenção não escusamos em seguir cientistas sociedade afora, nos dizeres de Bruno Latour.

No capítulo final vamos abordar mais detidamente episódios envolvendo uma planta específica. Nomeado como *Quina: a “árvore da saúde” nos Impérios da Botânica*, a última parte do trabalho aborda como a descoberta de uma planta, popularmente conhecida como Quina, mobilizou estratégias, políticas, ações e estudos na busca por conhecê-la em sua totalidade, desde as áreas onde naturalmente habitavam, passando pela procura de espécies em outras regiões até a possibilidade de transferência e aclimatação em outras partes do globo. A Quina ganhou fama por supostamente ser dotada de princípios antifebris. De modo geral essa virtude era vista como algo de extremo valor, especialmente para as potências imperialistas

detentoras de colônias nas áreas tropicais. Junte-se a isso o fato de a medicina não ser ainda àquela altura dotada de medicamentos cientificamente produzidos em laboratório, valendo-se dos saberes das plantas medicinais, com as regiões tropicais serem mais propensas à incidência de febres, a descoberta da planta se mostrou um fenômeno sem precedentes. Manter-se à frente em termos de conhecimento sobre este vegetal era uma atitude de poder. Sobre essas questões nos deteremos no presente capítulo.

Concluímos esta introdução parafraseando o já citado historiador Anthony John Russell-Wood: se formos bem-sucedidos a estimular os leitores a partilhar o mesmo fascínio que a história ambiental, que a história da ciência, enfim, que a história das relações entre o mundo natural e os homens têm para nós, então esta dissertação cumpriu seu objetivo<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> RUSSELL-WOOD, Anthony John R. O Império Português (1415-1808): O Mundo em Movimento. Clube do Autor. Lisboa-Portugal, 2016. p. 34.

## **2. DIALÉTICA DO PROGRESSO: A AGRICULTURA, AS ÁRVORES E O DEBATE ENTRE DERRUBAR E CONSERVAR.**

José Augusto Pádua (2002) definiu como marco inicial de uma crítica ambiental no Brasil o retorno à colônia da última geração de luso-brasileiros formados em Coimbra, especialmente os naturalistas discípulos de Domingos Vandelli. Analisaremos esse período com maior profundidade no terceiro capítulo. Por ora importa-nos apresentar aqui de forma sucinta o que será abordado nesta primeira parte. Serão privilegiadas discussões sobre a relação entre a conservação das matas e as possibilidades de avanço da agricultura no Ceará entre as últimas décadas do século XVIII e ao longo do XIX, a partir dos conceitos de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa, o futuro desconhecido e a arte do prognóstico*, todos formulados pelo historiador alemão Reinhart Koselleck.

A partir da investigação de Pádua no livro *Um sopro de destruição* e as sugestões metodológicas desenvolvidas em seu livro, em um primeiro momento propomos deslocar o objeto para o território do Ceará e identificar aproximações em torno do debate sobre as disputas das matas localmente. Traçamos as políticas estatais para as matas que foram implementadas na capitania, as reações dos principais setores e as áreas que foram alvo de investigação sobre os recursos naturais.

Na segunda e última parte do trabalho, o conteúdo se concentrará em trazer à lume as discussões sobre a agricultura: o passado e o presente das atividades agrícolas, os prognósticos em relação a esse ramo da economia, as impressões das autoridades coloniais e imperiais sobre o estado da lavoura no Ceará, as relações traçadas entre as árvores – desmatamento e conservação – e o declínio ou prosperidade da produção de gêneros.

Todas essas questões nos levaram a considerar pertinente a máxima que envolve o título do capítulo: *Dialética do progresso*. Levamos em consideração que o aproveitamento do mundo natural para transformação em recursos visando o progresso da capitania não se deu sem querelas, disputas, relações de poder. Enfatizaremos esses aspectos a partir de agora.

### **2.1. É de “propriedade exclusiva da Minha Real Coroa todas as Matas, e Arvoredos a borda da Costa, ou de Rios”: o debate sobre o corte de madeiras na capitania do Ceará.**

Em 1799, o Juiz de Fora da Vila de Paracatu, na capitania de Minas Gerais, José Gregório de Moraes Navarro, publicava o seu *Discurso sobre o Melhoramento da Economia*

*Rústica do Brazil.* Dentre os principais pontos levantados pelo magistrado luso-brasileiro estavam as técnicas e ações que considerava pertinentes para o melhoramento da agricultura, entre as quais destacam-se a introdução do arado, reforma das fornalhas e conservação das matas. Discorre ainda sobre as origens do reino português, como forma de comparar e criar um contraponto que pudesse justificar os porquês que levavam à realidade da agricultura praticada pelos colonos no Brasil naquele momento. Há um forte apelo em chamar a atenção pelo caráter de expectativas através do presente e passado da colônia americana e seus povoadores, como se observa a seguir:

Lancemos por hum pouco a vista da nossa contemplação sobre o presente, e o passado, comparemos a terra do Brasil considerada, em sua maior idade, e acharemos argumentos para provar a verdade da nossa proposição. A conducta dos primeiros povoadores do Brasil em relação á Agricultura, nos representa a conducta dos primeiros povoadores destes Reinos; a conducta dos moradores destes Reinos no presente Seculo nos descobre qual será a conducta dos moradores do Brasil nos Séculos futuros<sup>14</sup>.

José Gregório é quase profético quanto à situação econômica da colônia portuguesa, baseando-se no histórico de como os portugueses do reino executavam seus trabalhos agrícolas. Um pensamento que denotava um espaço de experiência (os primeiros povoadores do reino e suas formas de manipular a terra refletidas nos primeiros colonizadores da América), e um horizonte de expectativas (o desejo de ver o Brasil com instrumentos sofisticados e capaz de tomar decisões que visassem modernizar e melhorar a economia rústica)<sup>15</sup>.

Prepara-se assim um tipo de interesse no passado, mas não pelo passado. Esse interesse no passado é parte do esforço de revisão crítica da tradição que ganha corpo no século XVIII. A descoberta do papel ativo do sujeito na produção do conhecimento encorajou e tornou possível não apenas herdar o saber deixado pelos Antigos, mas também corrigi-lo e restaurá-lo em sua verdade<sup>16</sup>.

Para Navarro, a introdução do arado em lugar da capinação com enxadas – porque o arado seria capaz de detectar e extinguir da terra o que poderia atrapalhar a produção agrícola

<sup>14</sup> NAVARRO, José Gregório de Moraes. Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil, pela introducção do arado, reforma das fornalhas, e conservação das suas matas, &c. Publicado por Fr. José Marianno da Conceição Velloso. Of. de Simão Thaddeo Ferreira. Lisboa, 1799. p. 8

<sup>15</sup> Espaço de experiência, segundo Koselleck, diz respeito às formas como determinados acontecimentos são lembrados e incorporados. Esses acontecimentos, que podem ser transmitidos ou não de geração para geração, determinam experiências passadas que se articulam de forma a conceber conhecimentos sobre o indivíduo ou grupos. Já o horizonte de expectativa se aproxima também das experiências pessoais, diferindo no sentido de que está voltada para o devir, o futuro, para o que se almeja, o que ainda não veio ou foi realizado. Cf. KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2006. p. 309-310.

<sup>16</sup> ARAÚJO, Valdei Lopes de. A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild. Coleção Estudos Históricos, 2008. p. 28

– e o uso de novas e melhores fornalhas para ajudar a reduzir o consumo de produtos da natureza seriam essenciais para melhorar a economia. Vale destacar que o uso de uma técnica sempre levava à outra e os benefícios a longo prazo seriam ainda maiores, segundo o próprio José Gregório. O arado levantaria matéria-prima para o uso nas fornalhas, bem como o bagaço da cana produzida também poderia ser usada para alimentar o forno. Consequentemente reduziria os cortes de madeiras para uso na agricultura, deixando-as somente para a navegação e construção.

João Fragoso (1986) faz uma análise mais atenta sobre a utilização desta técnica, apontando seus defensores e críticos. O autor elenca diversos discursos de homens de ciência dos Oitocentos – entre eles inclusive o próprio José Gregório de Moraes Navarro, entre outros –, indicando os benefícios que a introdução do arado faria para o futuro da produção agrícola do Brasil. Os modelos a serem seguidos, tal qual citado por Navarro, eram os países europeus, onde a prática de uso desta técnica – que em linhas gerais se tratava de revolver o solo de forma profunda expelindo corpos considerados nocivos para o plantio e assim facilitar a inserção de estrume na terra – já era considerada recorrente e benéfica. Para estes homens de letras era urgente fazer com que os nossos lavradores adotassem tal prática, “pois, é assim [que] cultivam os povos mais civilizados<sup>17</sup>”. Vale destacar que o canal de facilitação para divulgar estes conhecimentos estava, na primeira metade do século dezenove, nas produções da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) por meio de seu periódico, *O Auxiliador da Indústria Nacional*.

Por outro lado, Fragoso expõe os riscos que essa técnica poderia trazer para o ambiente brasileiro. Citando autores mais contemporâneos, precisamente do século XX, ele indica que determinados mecanismos usados por agricultores de solo temperado (caso europeu) nem sempre são os mais indicados para a agricultura em solo tropical (caso do Brasil). Entre os exemplos citados está o do arado:

Nesta última região, a base da produção agrícola está no fato das raízes poderem explorar um volume grande de terra, escapando da superfície insolada, quente e seca, absorvendo nutrientes e água das camadas mais profundas. A partir disto, pode-se compreender o que significa o uso de uma tecnologia que tem por fim revolver o solo para aquecê-lo também embaixo, expô-lo ao sol, para enxugá-lo melhor da água do ‘degê-lo’, mantê-lo limpo para possibilitar o máximo de insolação. A aração profunda dos solos, para ‘mobilizá-los’, é uma técnica que tem efeito milagroso nos países temperados e frios, multiplicando suas colheitas. Já nos países tropicais e subtropicais, o uso desta técnica não deu o mesmo resultado. Nestes últimos, a lavração profunda

---

<sup>17</sup> Cf. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A Roça e as Propostas de Modernização na Agricultura Fluminense do Século XIX: o Caso do Sistema Agrário Escravista-Exportador em Paraíba do Sul. Revista Brasileira de História. São Paulo. v. 6, n.º 12. pp. 125-150. mar./ago. 1986. p. 136 (a)

contribui para a destruição mais rápida da bioestrutura e com isso, diminui sensivelmente a produtividade do solo. Deste modo, nestas regiões, o uso do arado, quando para o revolvimento profundo dos solos, é o ‘implemento’ mais apropriado para promover o adensamento e a compactação do solo, promovendo a erosão, as enchentes e consequentemente as secas<sup>18</sup>.

Certamente essa é uma discussão mais recente, que não perpassava a mentalidade dos homens industrioso do início do século XIX, mais preocupados, como vimos, em garantir uma adoção de técnicas mais sofisticadas para a modernização do estado da agricultura no Brasil, a fim de garantir um certo grau de progresso e civilização. Conquanto essas observações se fazem necessárias para demonstrar as finalidades desta técnica tão propalada naquele período.

O projeto, vale destacar, era sempre voltado para o futuro, porque no presente os lavradores já estavam carregados de maus hábitos.

Estendamos por hum pouco a vista para o futuro, e sopponhamos, como he provavel, que os homens não mudão de conducta, porque os seu máo hábito os arrasta, ou porque preferem o seu interesse particular, e apparente, ao interesse publico, real, e verdadeiro, e veremos toda a face daquelle continente mudada, as suas riquezas naturaes perdidas, ou muito diminuïdas; e os homens finalmente reduzidos a cultivar a terra que tão injustamente abandonarão, e a conservar as arvores que existirem, porem de muitas não terão já, nem as sementes. O estado presente de muitas terras do Brasil, justifica, e authoriza a razão deste *prognostico*. Corrão-se as visinhanças das grandes povoações da Capitania de Minas geraes, e procure-se em todas ellas algumas daquelas preciosas arvores; que fazião em outro tempo o seu mais bello ornamento, e não se achará nem sinaes da sua antiga existência<sup>19</sup>. (Grifo nosso)

O prognóstico a qual Navarro menciona acima seria de fato um prognóstico ou um diagnóstico? O fato é que o olhar para o futuro nada mais era do que uma proposta visionária de lançar as bases naquele momento para o progresso econômico e da civilização, do reino e da colônia. Caberia aos colonos a prática de racionalizar o uso dos recursos naturais, afinal, eles eram os povoadores do Novo Mundo. Por outro lado, o exemplo maior para incentivar a população deveria vir do príncipe, senhor das terras e conhecedor do passado de seu reino e dos infortúnios decorridos dos usos desmedidos da natureza. Se tais ações fossem efetivadas, Gregório Navarro acreditava que assim seria possível elevar o Brasil ao posto de “Paiz mais rico, e mais affortunado de todo o mundo”. O pensamento de Navarro estava inserido numa perspectiva maior, decorrente da política de ilustração portuguesa, sendo possível encontrar

<sup>18</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A Roça e as Propostas de Modernização na Agricultura Fluminense do Século XIX: o Caso do Sistema Agrário Escravista-Exportador em Paraíba do Sul. Revista Brasileira de História. São Paulo. v. 6, n.º 12. pp. 125-150. mar./ago. 1986. p. 139.

<sup>19</sup> NAVARRO, José Gregório de Moraes. Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil, pela introducção do arado, reforma das fornalhas, e conservação das suas matas, &c. Publicado por Fr. José Marianno da Conceição Velloso. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1799. p. 12.

ecos de críticas semelhantes feitas por homens de letras do mesmo período em outras localidades da colônia.

As formas como a agricultura vinha sendo praticada no Brasil não agradava os administradores coloniais. Dotados de meios rudimentares e considerados bastante agressivos para o meio ambiente, os lavradores da colônia estavam mais inclinados a causar prejuízos à coroa portuguesa do que render lucros avultados. Para combater possíveis falhas no plantio e ajudar a modernizar as práticas agrícolas, Lisboa resolve nomear os mais célebres luso-brasileiros formados em Coimbra para trabalharem na América portuguesa na tentativa de introduzir formas mais técnicas e racionais de condução da economia rústica. Afinal, considerava-se que estes homens de ciência detinham capacidade e informações suficientemente necessárias, pela própria formação que tiveram, para ajudar a recolocar Portugal nos trilhos do progresso. Além disso, compartilhavam conhecimento nas cortes europeias e estavam por dentro do que de mais moderno estava sendo pensado e produzido no campo científico para fins econômicos.

A questão acima nos faz refletir sobre um aspecto que pode ser considerado relevante dentro do quadro econômico europeu naquele momento. Comparativamente, enquanto Portugal e seus homens de ciência direcionavam seu olhar para os modos mais eficazes de aproveitamento da terra para a agricultura, outra nação da Europa ocidental aprofundava ainda mais sua importância no cenário mundial através da mecanização de sua produção.

Eric Hobsbawm (2014), explicando a conjuntura de “explosão da revolução industrial”, revela que ela teve muito mais intensidade na Grã-Betanha a partir de 1780, contradizendo o que vinha supondo outros estudiosos, que apontavam a década de 1760 como o momento da “explosão” industrial. Acontece que os ingleses já há algum tempo estavam preparados para a abertura ao capital internacional, inclusive aceitando a possibilidade de emergir na sociedade novas camadas de comerciantes donos de empresas manufatureiras, especialmente as de algodão, como no caso do ex-ajudante de um vendedor, que com um empréstimo de 100 libras conseguido em 1789, comprou a parte de seus sócios nas fábricas de tecelagem por 84 mil libras pagas em espécie em 1809<sup>20</sup>. A possibilidade de acumular capital era algo incentivado pelo próprio governo, pois “[...] o dinheiro não só falava como governava.

---

<sup>20</sup> HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções (1789-1848). 33ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. p. 71.

Tudo que os industriais precisavam para serem aceitos entre os governantes da sociedade era de bastante dinheiro<sup>21</sup>.

Isso em certa medida demonstra a diferença que separava Portugal e Inglaterra em termos de expansão econômica decorrentes da industrialização. Primeiramente devemos pontuar que os lusitanos estavam abertos para o capital estrangeiro tal qual acontecia com os ingleses. A diferença residia no fato de que a Portugal não interessava inserir uma nova ordem, um novo projeto de expansão que pudesse superar a velha tradição da sociedade de antigo regime, pelo contrário. Aos portugueses interessava manter as relações com a colônia, transferindo o excedente produzido no além-mar para a metrópole e de lá reexportar para outros mercados. Agindo diretamente nas relações de produção, Portugal evitava o surgimento de novas elites pelo acúmulo de capital, impedindo que grupos outros além daqueles protegidos pela Coroa detivessem o monopólio de certos bens exportáveis<sup>22</sup>. A essa forma de governabilidade João Fragoso e Manolo Florentino (1993) denominaram *arcaísmo*, que, dito de outra forma:

Oferecia-se [...] a possibilidade de gestação e desenvolvimento de poderosas comunidades mercantis nos trópicos, possibilidade esta que, de uma forma ou de outra, contribuiu para a consecução do projeto arcaico metropolitano – qual seja, a apropriação do resultado final do funcionamento da economia mercantil colonial, sem o fortalecimento de setores burgueses de ponta que pudessem ameaçar a manutenção da velha ordem<sup>23</sup>.

Outra característica que nos faz refletir sobre os momentos experenciados por ambas as monarquias diz respeito à exploração do carvão mineral, iniciada pelos ingleses desde pelo menos o século XVI, tendo sido nos Setecentos já incorporado à atividade de transporte do minério as mais modernas máquinas a vapor até então criadas<sup>24</sup>. Portugal, por seu turno, só veio a desenvolver plenamente a exploração de carvão em seu território a partir do século XIX. E mesmo em sua maior colônia ultramarina, o carvão só foi descoberto na segunda metade da década de 20 do século dezenove, com a primeira mina sendo oficialmente aberta somente na década de 50 dos oitocentos. Ou seja, exatamente no período em que o Brasil já não mais integrava o império português, consequentemente não tendo os portugueses oportunidade de explorar com afinco esse importante recurso mineral<sup>25</sup>.

<sup>21</sup> HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções (1789-1848). 33ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. p. 71. p. 64.

<sup>22</sup> FRAGOSO, João. FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. p. 101-102.

<sup>23</sup> *Idem, ibid.*, p. 102-103.

<sup>24</sup> HOBSBAWM, *op. cit.*, p. 82.

<sup>25</sup> José Augusto Pádua vai mais além e indica que o Brasil só passou a fazer uso efetivamente de combustíveis fósseis a partir do século XX. Ou seja, em um período bem posterior às chamadas primeira e segundas revoluções

Podemos inferir através disso que Portugal, alinhado à *política arcaica* levantada pelos já citados João Fragoso e Manolo Florentino, mais a escassez de recursos minerais tão caros ao desenvolvimento industrial de finais do setecentos e início dos oitocentos, ajudam a explicar o porquê de mesmo estando dentro do mesmo período – entre 1780 a 1800 – ingleses e portugueses viviam realidades totalmente distintas quanto à expansão econômica.

Quanto à industrialização, por exemplo, os países são classificados como desenvolvidos, atrasados ou emergentes, dependendo do seu grau de desenvolvimento. As comparações realizadas pelo historiador servem para destacar a simultaneidades de assincronias. Aquilo que, no calendário, se manifesta como simultâneo pode ser definido como assincrônico conforme os ritmos de desenvolvimento internos de uma cultura ou de um Estado<sup>26</sup>.

Feitas as ressalvas sobre as expressões como *desenvolvidos, atrasados ou emergentes* para evitar anacronismos, o conceito de *progresso* estava carregado de sentidos diferentes para ambos os países. Enquanto a Inglaterra apostava na industrialização, Portugal ainda apostava na melhoria agrícola de caráter manual.

José Augusto Pádua (2002), analisando a formação de um pensamento crítico ambiental no Brasil em fins do século XVIII e que se estende por todo o XIX, dentre diversos exemplos, mostra que Manuel Arruda da Câmara estava diretamente ligado a esta conjuntura. Ao analisar a produção escrita deste ilustrado pernambucano sobre algumas capitania do Norte, conclui que:

Os diferentes objetos da agricultura tiveram ‘em todo o tempo, ainda mais remoto, gênios raros, grandes homens que escreveram e trabalharam por ensinar aos seus colonos os mais preferíveis e proveitosos métodos de sua cultura’. Esse legado teórico, desde Columela e Plínio, ganhava no final do século XVIII uma nova dimensão, já que ‘à proporção que se aumentaram os conhecimentos da Física e da Química, a cujo lado anda sempre a agricultura, acham os modernos o que adicionar, abolir e mudar’. No caso do Brasil, ao contrário, onde era ‘infinito ... o número de imperfeições e de erros introduzidos na cultura dos gêneros’, faltavam ‘homens sábios que tratassem do seu melhoramento’<sup>27</sup>.

Ou seja, o Estado português iria se valer dos profissionais formados em Coimbra, Montpellier e outras universidades europeias.

Além de Manuel Arruda da Câmara, Pádua cita também Alexandre Rodrigues Ferreira. Esse último trabalhando como naturalista na região da Amazônia escreveu

industriais que ocorriam na Europa desde o século XVIII. Cf. PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2002. p. 178.

<sup>26</sup> KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. 1. ed. – Rio de Janeiro: Contraponto. PUC-Rio, 2014. p. 272.

<sup>27</sup> PÁDUA, op. cit., p. 89-90.

observações sobre a agricultura no Pará. Dentre os pontos que ele cita para os problemas na área agrícola está o desmatamento desenfreado e as queimadas.

Negava que a prática de queimadas fosse benéfica para a lavoura, argumentando que a fertilidade do solo após a queima era somente superficial, passageira, além de ser irracional por conta do excessivo número de árvores que teriam de ser derrubadas para se abrir um roçado. Advogava que era necessário uma maior proteção e regulação do governo português sobre as matas e o corte de árvores. A criação de uma legislação específica nestes termos era o ideal, algo semelhante ao que acontecia em outras nações europeias, com o que ele denominava “polícia das matas”, um instrumento do Estado dotado de medidas jurídicas capazes de salvaguardar os interesses da coroa sobre o uso dos recursos naturais. Segundo Pádua, a primeira vez que esse termo foi levantado por Alexandre Rodrigues Ferreira foi no ano de 1784, quando escreve “O estado presente na agricultura no Pará” e após um breve desuso volta com força em 1790, no manuscrito “Prospecto filosófico e político da serra de São Vicente”, quando discute a questão da mineração na região<sup>28</sup>. Mas segundo Warren Dean (1996):

Ordens reais no sentido de conservar a madeira naval começaram a ser editadas em 1698, quando foram proibidas sesmarias em áreas de reserva dessa matéria-prima. Embora poucas sesmarias fossem concedidas posteriormente, o corte de madeira tornou-se uma indústria privada fortemente organizada. Ainda que formalmente supervisionadas por ‘guarda-mores’ e administradores, estes eram sistematicamente subornados e ludibriados por um pequeno número de madeireiros, serradores e tropeiros que efetivamente decidiam quando e onde a madeira seria cortada. De 1795 a 1799, Rodrigo de Sousa Coutinho emitiu uma série de ordens destinadas a preservar a madeira de valor naval, denominadas como *pau real* ou *madeira de lei*, estava reservada aos governadores, que eram auxiliados por ‘juízes conservadores’, exclusivamente encarregados da fiscalização, regulamentação e autorização. As sesmarias em áreas de reserva naval deveriam ser canceladas e indenizadas por concessões de terras em outros lugares. Essas espécies de madeira de maior valor na construção naval deveriam ser vendidas exclusivamente para os estaleiros reais a preços fixados pelo governador<sup>29</sup>. (Grifos no original)

Mas intervenções da administração real em termos práticos, próximo ao que Alexandre Rodrigues Ferreira definiu como “polícia das matas”, veio com uma ordem em formato de regimento elaborado pelo Ministro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho<sup>30</sup> e

<sup>28</sup> Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 86-89.

<sup>29</sup> DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 151. (a)

<sup>30</sup> D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi Ministro de Estado durante o reinado de D. Maria I e, ao longo da administração de seu filho, o Príncipe Regente D. João VI., esteve encarregado da pasta de Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos no lugar de Martinho de Melo e Castro, entre anos de 1795 a 1801. Sua trajetória política será mais bem apresentada no decorrer deste capítulo.

assinado pela rainha D. Maria I. No documento, intitulado *Regimento<sup>31</sup> da Conservatoria das Reaes Matas*, D. Maria I definia os limites físicos entre o que eram as matas de interesse público daquelas de interesse particular. Ou seja, aquelas que a Coroa tomava para si e as que o restante da população poderia usar. Além de regular os cortes de madeiras nas Capitanias de Pernambuco, Bahia e Alagoas.

Eu a Rainha Faço Saber aos que este Alvará virem, que tendo em consideração a necessidade que ha de se formar um Regimento, que não só regule a direcção do serviço dos cortes das madeiras de construcção já abertos nas Capitanias de Pernambuco e Bahia, ou que para o futuro se houverem de abrir de tão grande importancia aos interesses da Minha Real Marinha e da Mercantil, mas que tambem cohiba a indiscreta e desordenada ambição dos habitantes, que com pretexto de suas labouras tem assolado e destruído preciosas matas a ferro e fogo, de tal sorte que a não acudir Eu com as mais energicas providencias, ficarião em poucos annos reduzidas á inutilidade de poderem formar os páos de construcção de que tanto abundavão, e que já hoje ficão em distancia consideravel dos Portos de embarque: Hei por bem e sou Servida estabelecer hum Regimento para este fim, prescrevendo juntamente as obrigações do Juiz Conservador que fui servida criar para os córtés das Comarcas de Ilheos e das Alagoas, como das mais pessoas empregadas nesta Administração [...]<sup>32</sup>

Entre outros pontos inseridos neste documento estavam a criação do cargo de Juiz Conservador das Matas, que seria o responsável por notificar os moradores que se achavam residentes próximos às florestas reais, de que eles não deveriam sob hipótese alguma proceder no derrubamento de tais árvores. Outrossim fazia parte de sua competência elaborar livros e mapas das principais matas existentes na região, aplicar as devidas punições a quem descumprisse as ordens reais e inspecionar e autorizar os cortes de árvores aos moradores interessados. Foram criadas também as funções de Administrador das Matas, Escrivão e Almoxarife, todas elas destinadas a auxiliar o Juiz a cumprir com todas as suas funções de forma eficaz.

A fonte que nos possibilitou ter acesso à *Conservatória das Matas* foi o documento *Annaes do Rio de Janeiro*, redigido por Baltasar da Silva Lisboa, primeiro Juiz Conservador do Brasil, indicado para a Comarca de Ilheus por ordem de D. Maria I em 1796. Como os *Annaes* datam de 1835 e Baltasar Lisboa não fez menção ao ano do Regimento, não foi possível precisar o ano em que foi expedido. No entanto, levando em consideração que se tratou de uma iniciativa

<sup>31</sup> Para ajudar a regular os interesses na colônia, a coroa portuguesa criou um considerável número de leis, que na prática deveriam servir para complementar as ordenações (Manuelinas e Filipinas, em 1521 e 1603 respectivamente). Os regimentos se encaixam nessa lógica. Tinham caráter mais específico e estavam destinados a instruir os funcionários em suas respectivas áreas de atuação.

<sup>32</sup> LISBOA, Baltasar da Silva. Annaes do Rio de Janeiro. Tomo IV. Rio de Janeiro. Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e C<sup>a</sup>, Rua do Ouvidor, n. 95. 1835. p. 158.

do Ministro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, isso nos leva a crer que o documento tenha sido expedido entre 1795 e 1797.

Tomando esse documento como norte para nossas reflexões, nos interrogamos em que medida essa política administrativa atingiu a capitania do Ceará? Quais as ações tomadas pelos governadores locais para garantir a execução das ordens reais? Levando em consideração o que estava expresso no conteúdo do documento sobre coibir as práticas nocivas da lavoura realizadas pelos habitantes, é possível pensarmos que tal medida poderia acarretar em conflitos de interesses entre o poder real e a população local.

Nesse período, a capitania do Ceará ainda estava sob jurisdição de Pernambuco, destarte, ao decidir sobre as regras de corte de árvores sobre as Capitanias da Bahia, Pernambuco e Paraíba e as Comarcas de Ilhéus e Alagoas, a rainha D. Maria I automaticamente inseria as matas do Ceará nessa conjuntura. Nesse mesmo ano, precisamente em 14 de março de 1797, uma cópia de carta régia do Palácio de Queluz foi enviada ao Governador do Ceará Francisco Inácio de Cid Melo e Castro, pedindo informações sobre as madeiras, paus de construção e cortes regulares destes, e sobre os mapas dos sítios onde se encontravam esses recursos<sup>33</sup>.

Na carta, D. Maria I destaca a importância das madeiras do Brasil para a economia, sendo destinadas principalmente à exportação para nações estrangeiras e para a Real Marinha, “[...] sendo necessário tomar todas as precauções para a conservação das Matas no Estado do Brazil, e evitar que elas se arruinem, e destruão”. Delegou ao Governador do Ceará três ordens imediatas, sendo elas as seguintes:

Em primeiro lugar: Declarando ser da propriedade exclusiva da Minha Real Coroa todas as Matas, e Arvoredos a borda da Costa, ou de Rios, que desemboquem imediatamente no Mar, e por onde em jangadas se possam conduzir as Madeiras cortadas até as Praias, não só prohibir que para o futuro se possam dar Sesmarias em tales Sítios, mas vos ordeno que informeis dos meios por que se poderão restituir a Minha Real Coroa as Sesmarias já dadas, indennizando os Proprietários com Terras equivalentes no interior do Paiz, impondo desde logo aos ditos Proprietários a obrigação de conservarem as Madeiras e Paos Reaes, e estabelecendo igualmente as mais severas penas contra os incendiários, e Destruidores das Matas<sup>34</sup>.

Essa primeira ordem se alinhava diretamente ao conteúdo da *Conservatoria das Reaes Matas*. Neste outro documento D. Maria I ordena “[...] que o Juiz Conservador mande

<sup>33</sup> CARTA Régia (Cópia) ao Governador do Ceará, Francisco Inácio de Cid Melo e Castro, sobre as madeiras e paus de construção e cortes regulares dos mesmos, e sobre os mapas dos sítios, 14 de março de 1797. Caixa 12; Doc.: 705. Digitalizados. Disco 2; Pasta 13; n. 332.

<sup>34</sup> CARTA Régia (Cópia) ao Governador do Ceará, Francisco Inácio de Cid Melo e Castro, sobre as madeiras e paus de construção e cortes regulares dos mesmos, e sobre os mapas dos sítios, 14 de março de 1797. Caixa 12; Doc.: 705. Digitalizados. Disco 2; Pasta 13; n. 332.

notificar cada hum dos proprietarios, para que hajão de conservar os páos Reaes debaixo das penas<sup>35</sup>” de Sua Majestade. Mais à frente, no mesmo regimento, a rainha define, a exemplo da carta régia destinada ao Governador do Ceará, que os Capitães Generais e Governadores da Capitania, no caso aqui a da Bahia, deveria informar à autoridade real “[...] os meios por que se poderão restituir a Minha Real Corôa as sesmarias já dadas com terras equivalentes, ou como mais conveniente se julgar”.

As aproximações entre um e outro documento nos levou a crer que o *Regimento da Conservatória das Reaes Matas* é contemporâneo ao envio à carta régia destinada a Francisco Inácio de Cid Melo. A hipótese foi confirmada quando nos deparamos com a rainha D. Maria I finalizando o trecho do documento citando a data de 13 de março de 1797 como marco cronológico do envio das cartas régias destinadas aos governadores.

Dando continuidade às ordens dadas ao Governador Francisco Inácio, pede ainda para que inicie “sem a menor perda de tempo” a demarcação dos “[...] lugares da Costa, ou dos Rios que desembocão no mar, onde se achão estas Matas”, além de elaborar “mappas dos mesmos sítios”, numa tentativa de cartografar as árvores locais, de fazer uma geografia das florestas. Outra exigência era fornecer todas as informações possíveis das espécies de árvores existentes na capitania, chamando a atenção para “os seus nomes, propriedades, raízes”. E continuava:

Quaes são aquelas Matas que pela sua extensão, e fertilidade necessitão de Ministros para Conservadores, e mostrando a forma de administração mais conveniente para se conseguirem estes fins a saber, 1º o da conservação das Matas, e Arvoredos; 2º o da maior economia nos cortes e conduçõens; 3º o da maior facilidade nas remessas; 4º o do estabelecimento de huma perfeita compatibilidade que mostre o preço por que sahe cada peça das que se tirão dos mesmos Arvoredos, e Matas<sup>36</sup>.

Por fim, recomendava que “na execução destas Ordens” cuidasse para que não fosse “violadas as propriedades já estabelecidas”, dando conta à Lisboa sobre todas decisões tomadas, levando em consideração a importância econômica sobre o negócio das matas. Talvez Francisco Inácio não tenha tido tempo nem estrutura burocrática para dar conta de tamanhas exigências, sendo a maioria destas ordens, como veremos mais à frente, executadas pelo próximo governador, Bernardo Manuel de Vasconcelos.

<sup>35</sup> LISBOA, Baltasar da Silva. Annaes do Rio de Janeiro. Tomo IV. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Cº, Rua do Ouvidor, n. 95. 1835. p. 159.

<sup>36</sup> CARTA Régia (Cópia) ao Governador do Ceará, Francisco Inácio de Cid Melo e Castro, sobre as madeiras e paus de construção e cortes regulares dos mesmos, e sobre os mapas dos sítios, 14 de março 1797. Caixa 12; Doc.: 705. Digitalizados. Disco 2; Pasta 13; n. 332.

A relação que os estados modernos tinham com a questão das matas nem sempre foi algo uniforme. No livro *A hidra de muitas cabeças*<sup>37</sup>, os historiadores Peter Linebaugh e Marcus Rediker analisam a trajetória das classes que ajudaram no processo de formação do capitalismo mercantil e da “moderna economia global”, mas que por diversos motivos foram elas tornadas invisíveis dentro do contexto de formação histórica das sociedades modernas. Entre essas classes estavam os “rachadores de lenha” e “tiradores de água”. Para esses autores, se não fosse a atuação desses grupos, os projetos de expansão da agricultura não teriam se concretizado tal qual ficou conhecido no período moderno, tanto na Inglaterra quanto na sua colônia na América.

Os rachadores e tiradores tinham entre suas atribuições três funções básicas: “fazer os trabalhos de expropriação; construir os portos e os navios e fornecer os homens do mar para o comércio atlântico e manter diariamente as casas”. A expropriação nada mais era do que a transformação das regiões de matas usadas por moradores das florestas em terras cultiváveis; a construção de portos e navios eram outras atividades que ajudaram a impulsionar o capitalismo em uma escala global, à medida que ajudava a integrar economicamente várias cidades. Com esses portos foi possível escoar mais rapidamente a produção agrícola oriunda das novas terras cultiváveis e abastecer os navios que iriam seguir rumo a novos ancoradouros. Terras, portos e navios que os rachadores de lenha e tiradores de água ajudaram a desenvolver.

Com efeito, para manter o ritmo de vida das pessoas, das famílias, empresas e cidades, em um primeiro momento era preciso manter os rachadores de lenha e os tiradores de água por perto, posto que por serem consideradas atividades degradantes, os únicos grupos que estavam dispostos a exercê-las eram os “[...] membros mais fracos da estrutura demográfica: os despossuídos, forasteiros, as mulheres, as crianças”, considerados mais fáceis de serem aliciados.

Nessas circunstâncias, a derrubada de árvores para a agricultura e indústria se difundiu tão rapidamente, que em um segundo momento chegou ao ponto de o parlamento britânico se ver obrigado a “frear a ação destrutiva de ‘pessoas mais negligentes e desordenadas’ que continuavam insistindo em seus direitos comuns sobre as florestas”, e como consequência disso passou a exortar os rachadores de lenha e tiradores de água a migrarem para outras

---

<sup>37</sup> LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Ver principalmente o capítulo 2: “Rachadores de lenha e tiradores de água”.

colônias inglesas, especialmente a americana. Apontam ainda que “[...] pelo fim do século XVII, apenas um oitavo do território inglês continuava coberto de matas<sup>38</sup>”.

Ainda sobre o imaginário e as ações do europeu sobre as árvores, Keith Thomas analisa as mudanças de percepção dos ingleses diante destes elementos do mundo natural. O autor expõe que a forte demanda por matéria-prima para a construção e combustível industrial, ainda nos séculos XIV e XV, presenciou as reservas de matas virgens serem reduzidas a níveis menores que a metade do tamanho original. Além disso, a pecuária, o cercamento de terras, fiscalizações pouco rigorosas por parte da administração estatal, a posse de terrenos comuns por setores privados, tudo isso, segundo o autor, ajudou a desaparecer grandes quantidades de árvores nos períodos Tudor e Stuart.

Mesmo muitos dos habitantes sendo favoráveis à ideia de que era preciso manter reservas de matas para utilidade na indústria, a prática de derrubamento de árvores, de modo geral, era vista de forma positiva pelos ingleses, pois acreditava-se que as florestas e bosques eram sintomas de atraso, barbárie, obstáculos para o progresso, por serem locais de habitação de seres selvagens e animais de modo geral. Como tal, os homens deveriam se manter longes, ou agir em prol do bem comum e, portanto, pôr abaixo toda a sorte de árvores que estivesse ao seu alcance<sup>39</sup>.

Outro exemplo nesse sentido foram as legislações criadas para controlar o uso de madeira. Segundo Thomas:

Entre 1483 e 1585, o temor de que a madeira estivesse sendo desperdiçada inspirou vários atos do Parlamento, determinando o cercamento protetor de árvores jovens, proibindo a conversão de áreas de plantio de árvores e de vegetação rasteira em pasto ou lavoura, ordenando a preservação de um número legal de árvores para madeira<sup>40</sup>.

As colocações acima mostram o que viria a ser o posicionamento do governo inglês frente à política de conservação das matas, mais voltada para a obtenção de lucros e possíveis usos. Posteriormente essas práticas de plantio passaram a ganhar um tom mais artístico, cênico,

<sup>38</sup> LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 53.

<sup>39</sup> Essa linha de pensamento se manteve forte durante muito tempo, até o momento em que, percebendo o iminente fim trágico e melancólico das matas inglesas, autoridades reais passaram a incentivar a população inglesa a plantar árvores. Em um primeiro momento por motivos estritamente econômicos, haja vista a necessidade de madeira para construção civil e naval, uso doméstico e combustível. A partir de então diversas táticas foram colocadas em ação para tentar frear o ímpeto dos habitantes locais com relação à derrubada de árvores. Cercas foram instaladas em áreas de floresta para impedir a entrada de animais de pasto, além de, como citado acima, haver o incentivo na plantação de novos exemplares. Para isso, o governo buscava fazer propaganda em cima do dono da terra, afirmando que caso este optasse por fazer o plantio de árvores, sua propriedade se tornaria muito mais valiosa. Cf. THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Especialmente o capítulo V: “Árvores e flores”.

<sup>40</sup> *Idem, ibid.*, p. 281.

pitoresco, com o advento da jardinagem e a criação dos jardins ingleses, todos enfeitados com árvores muito bem cuidadas e podadas, dando um ar diferenciado para o cotidiano inglês.

Outra grande contribuição que busca elucidar as origens do pensamento do colonizador europeu, especialmente o português, desta vez sobre a natureza do Novo Mundo, vem de Nicolau Sevcenko. Em *O front brasileiro na guerra verde*, ele demonstra que no momento em que os primeiros portugueses se instalaram na América, o conflito inicial com a qual tiveram de enfrentar foi contra a natureza. A grandiosa muralha de florestas que se estendia por toda a costa brasileira se mostrava como o grande obstáculo a ser vencido pelos primeiros conquistadores:

Quando são deixados aqui os primeiros homens brancos europeus, na areia branca da praia e as caravelas retornam, eles olham e não há mais nada que os ligue à Europa, e pela frente o que vêm é só mata verde. Da mata verde surgem as feras, da mata verde surgem os insetos, da mata verde surgem os índios, e todo o perigo. E se eles estão ali para conquistar alguma coisa, só podem ver o que há para conquistar se a mata sair da frente. Portanto a melhor paisagem do ponto de vista de quem está na posição de colonizador – que já não tem mais nenhum contato com Europa e não tem outra alternativa senão marchar para distante – é a paisagem ausente, é a eliminação completa daquele verde. Por que o verde é o perigo, a possibilidade iminente de sua extinção física<sup>41</sup>.

Inseridos no pensamento social de seu tempo, os primeiros portugueses colonizadores do Novo Mundo compartilhavam com os ingleses o mesmo tipo de visão em relação à natureza. Era nela que residia as fontes de perigo e, também, se mostrava a principal barreira ao progresso. Advém daí as origens da devastação das florestas brasileiras. A partir de então, o que se viu foi a derrubada sistemática, predatória e voraz da vegetação, até chegar o ponto de assim o governo se ver obrigado a frear a intensidade destrutiva de seus colonos.

As ordens impetradas pela coroa lusitana no que diz respeito às matas brasileiras seguiam um padrão já colocado em prática por outros países europeus, que, desejosos de seguir o ritmo de crescimento próprio do capitalismo, criavam mecanismos que pudessem garantir os recursos naturais necessários ao progresso econômico. O *Regimento da Conservatoria das Reaes Matas* é um exemplo claro dos mecanismos criados pelo império português nesse sentido.

Propunha, entre outros pontos, que os lugares que poderiam ser usados para a agricultura deveriam ser aqueles onde não existissem árvores nobres predestinadas ao uso na Real Marinha ou então em áreas de capoeira, que eram terras já usadas anteriormente para a

---

<sup>41</sup> SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. Revista USP. São Paulo (30): 108-119, junho/agosto 1996. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25911>> Acesso em 30 de abril de 2017.

lavoura. Aos que descumprissem tais ordens, recomendava sentenças que deveriam ser executadas sobre:

Toda a pessoa de qualquer qualidade que seja que fôr surprehendida em cortar paos de algumas das sobreditas matas, sem apresentar licença do Juiz Conservador, pague da cadêa pela primeira vez 20\$000 réis, e pela segunda 40\$000 réis, além de dous annos de degredo para fora da Comarca; e sendo impostas as ditas condenações pecuniarias por denuncias, se applicará a metade para o denunciante, e a outra para a despezas de Meus Reaes córtex, e em todo o caso perderão as alfaias, bois, carros, e escravos achados nas matas carregando ou cortando madeiras, julgando-se por provado o delicto todas as vezes que encontrarem dentro das matas os bois com os carreiros, ou outros sinaes annunciativos do extravio e corte de madeiras<sup>42</sup>.

Prosseguindo com as penalidades, institui que:

Determino outro sim que toda a pessoa que fizer derrubadas nas grossas matas destinadas somente para as Reaes construcções, e contempladas no paragrapho terceiro, *lançando-lhe fogo*, não só pague pelos seus bens todo o prejuizo que tiver causado á Minha Real Fazenda com a queima dos páos, segundo a avaliação a que imediatamente procederá o Juiz Conservador, mas pagará além disto 40\$000 réis pela primeira vez com trinta dias de cadêa, e da segunda 80\$000 réis pagos da mesma cadêa, e dous annos de degredo para fora da Comarca, tudo debaixo as applicações do paragrapho antecedente<sup>43</sup>. (Grifos nossos)

Vale o destaque para o caso em particular grifado na passagem acima acerca das penalidades que deveriam ser aplicadas. A gravidade variava de acordo com a prática ilícita, sendo aplicado o dobro para aqueles que além de derrubar fossem pegos lançando fogo nas madeiras. Acreditamos que o que estava em jogo era a questão de que uma árvore que fosse apenas derrubada e nada a mais, poderia ainda ser reaproveitada de alguma forma pelas autoridades, diferentemente daquelas que eram, além de postas abaixo, queimadas.

Nas fontes perscrutadas para o caso da capitania do Ceará, não tomamos conhecimento de nenhum caso de colono sendo acusado formalmente pelas autoridades de fazer corte ou derrubada de árvores sem a prévia autorização real. Por outro lado, essa ausência não nega o fato de ter havido conflito de interesses entre os habitantes locais e a corte, sobre o direito de uso das áreas de matas, principalmente para atividades ligadas à lavoura.

Quando Bernardo Manuel de Vasconcelos assumiu o governo da capitania, automaticamente ficou encarregado de dar conta à Lisboa sobre a situação das matas e madeiras existentes no Ceará. Em ofício enviado ao Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho em 29 de outubro de 1799, informa sobre a localidade de Taquara, hoje pertencente ao município de Caucaia, dando conta das matas e madeiras que existiam naquela região. Sinaliza já de início

<sup>42</sup> LISBOA, Baltasar da Silva. Annaes do Rio de Janeiro. Tomo IV. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e C<sup>a</sup>, Rua do Ouvidor, n. 95. 1835. p 166-167.

<sup>43</sup> *Idem, ibid.*, p. 166-167.

que “[...] em cumprimento da Carta Régia de nove de novembro de mil setecentos noventa e sete sobre o aproveitamento das Madeiras desta Capitania”. Para conseguir atender às ordens recebidas, manda para aquela região dois peritos para fazerem uma avaliação das madeiras existentes por lá, seguindo os critérios exigidos pela coroa. A localidade, que segundo o governador distava de quatro a cinco léguas do porto de embarque de Fortaleza, estava recheada de paus d’arco grandes, “[...] muitas madeiras de volta, e de cor propria para obras de marchenaria”. Fazendo uma avaliação do preço dessas madeiras para fins de interesse da coroa portuguesa, conclui que “hum pão real poderia custar a S. Mag<sup>e</sup>” o valor de cinco a seis mil réis a carrada. Esse valor, por outro lado, ele deixa bem claro, poderia diminuir e melhorar os custos para o Estado, caso este adotasse as medidas indicadas, que se resumiam em comprar carros e bois para o transporte das madeiras, tendo em vista que, com essas atitudes, não seria mais preciso contratar serviços de carga e descarga. Mas esses carros não poderiam ser de qualquer tipo. Observa que teria que ser do modelo que estava sendo usado no Arsenal Real, inventado pelo Tenente General Bartholomeu da Costa – pelo que explica o governador, seria um tipo de carro mais apropriado para carregar madeiras pesadas<sup>44</sup>.

O desvelo com que o governador Bernardo Manuel de Vasconcelos demonstra neste ofício em realizar de forma fiel e zelosa a política do governo português em relação às matas, mostra que seu papel não seria de mero coadjuvante na defesa dos interesses do império colonial. Suas atitudes iriam gerar bastante polêmica com os setores locais, algo próximo dos eventos narrados por José Augusto Pádua na região de Ilhéus. Segundo este autor, quando Baltasar da Silva Lisboa foi nomeado para o cargo de Juiz Conservador das Matas da Comarca de Ilhéus, suas decisões, sempre voltadas para os interesses régios, geraram mal-estar entre os moradores, principalmente os grandes produtores, mas também entre os pequenos agricultores.

Ao assumir, com zelo e certa arrogância, a liderança na implementação dos novos regulamentos florestais da Coroa portuguesa, não é difícil imaginar que Baltasar teve que enfrentar uma série de conflitos com setores da elite local. O doutor em Coimbra levou a sério os artigos da carta de 1797 que buscavam garantir para a Coroa a posse direta das matas litorâneas e constatou que para isso quase não seria necessário retomar sesmarias, pois a maioria dessas propriedades estava calcada em posses espontâneas e títulos irregulares. Começou então a realizar autos de tombo onde tomava posse de áreas florestadas em nome da rainha<sup>45</sup>.

Essa atitude, como era de se esperar, gerou fortes reações:

<sup>44</sup> OFÍCIO do Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a mata da Taquara e as madeiras nela existentes, 29 de outubro de 1799. Caixa 13; Doc.: 740. Digitalizados; Ceará 02; Pasta 13; n. 457.

<sup>45</sup> PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 104-105

Ainda em 1797, câmaras locais fizeram representações ao governador afirmando que as povoações não podiam conservar-se sem os roçados para as suas plantações, e que as populações teriam que desertar das vilas para não morrerem de fome<sup>46</sup>.

Além da câmara, proprietários locais também representaram contra as atitudes de Baltasar da Silva Lisboa, argumentando que as lutas contra os gentis da região lhes davam o direito adquirido sobre a terra. Essas reclamações chegaram ao conhecimento do governador, que passou a hesitar no apoio integral ao Juiz Conservador, buscando assim um ponto de confluência entre os interesses privados e do Estado<sup>47</sup>.

Bernardo Manuel de Vasconcelos seguia o mesmo ritmo de Baltasar da Silva Lisboa quanto à conjuntura local. Em ofício destinado a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informa que nas áreas consideradas de propriedade da Coroa e que fossem dotadas de madeiras de construção ou de relevante interesse econômico, estava proibida a prática de queimadas para lavoura, indo ao encontro das ordens reais, que consideravam a queima de áreas de mata onerosas para o Estado, porque destruíam árvores que poderiam ser usadas na construção naval e na exportação para outros países.

Para facilitar a fiscalização dos moradores quanto a isso, sugeriu a criação do cargo de Administrador das Matas. Para esta função escolheu um homem prático da região, que detivesse conhecimento razoável das árvores locais e dos tipos de cortes mais aceitáveis para a madeira, sem causar tanto prejuízo à Real Fazenda. Caberia ao Administrador vigiar “constantemente sobre a sua conservação” e manter o governador informado quanto às terras requeridas pelos habitantes e se nelas haveria árvores de corte. Além disso, ficaria encarregado também de fiscalizar o comércio de madeiras, fixando valores aproximados para estas. Eram dessas atividades que sairia o valor de seu ordenado, que Bernardo Manuel de Vasconcelos havia fixado em duzentos mil réis ao ano<sup>48</sup>.

Ao longo do período em que esteve à frente do governo da capitania do Ceará, Bernardo Manuel manteve constante contato com os Ministros de Estado sobre a situação das matas. As narrativas estavam carregadas de uma crítica ambiental voltada para o pragmatismo econômico. Assim como Baltasar da Silva Lisboa em Ilhéus, o governador considerava que

<sup>46</sup> PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 105.

<sup>47</sup> *Idem, ibid.*, p. 105.

<sup>48</sup> OFÍCIO do Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a conservação das matas, 01 de outubro de 1800. Caixa 14; Doc.: 800. Digitalizados; Ceará 2; Pasta 14; n. 252.

cibia ao Estado português adotar medidas de uso mais racional dos recursos naturais. E a população, como fiéis vassalos d'El rey, deveria seguir as ordens da monarquia.

O problema principal da política de preservação das matas residia justamente no pensamento paradoxal da Coroa portuguesa, posto que adepta do modelo de economia fisiocrática e interessada em reacender a agricultura no reino e suas colônias na busca pelo progresso econômico, por certo não seria fácil chegar a um ponto de convergência entre aumento das atividades agrícolas com a conservação das matas<sup>49</sup>. E foi exatamente em cima desse descompasso entre um e outro projeto colonial que os representantes da Câmara da Vila de Fortaleza enviaram uma representação se manifestando sobre a proibição de abertura dos roçados e derrubada das matas.

O corpo formado pelo Juiz Presidente, vereadores e o Procurador do Senado da Câmara resolve enviar, neste sentido, uma carta ao príncipe regente D. João queixando-se das manobras do governador Bernardo Manuel de Vasconcelos acerca da proibição em abrir novos roçados e executar novas derrubadas de matas.

O Actual Governador tem prohibido, em nome de Vossa Alteza Real, a factura de novos rossados, de cujos frutos se sustentão os habitantes desta Colonia, com o pretexto de não se destruírem as matas, para delas se tirarem paus de construção, quando na extensão do terreno com que se tem feito plantaçoens, e se continuarião a fazer, se não fosse a proibição<sup>50</sup>.

A argumentação usada para que fosse desfeita tal ordem era a de que no Ceará não existiam madeiras de qualidade suficiente que pudessem justificar a definição de “Paus Reaes”, e mesmo quando uma ou outra madeira de lei era encontrada ao longo da capitania, esta não servia para os usos propostos pela Coroa porque eram de qualidade ruim, sofriam de “[...] corrupção interior, por serem criados em hum clima arido, onde continuamente ha faltas de xuvas, e por consequencia inúteis”. Todas essas justificativas, segundo os burocratas, poderiam ser facilmente comprovadas pelo rei através da análise pericial feita por um “official de ribeira”, que por sinal não existia na capitania, mas ao passo que a corte pudesse enviar um, acreditava-se que este logo confirmaria as colocações dos oficiais da Câmara.

Ademais, argumentava-se que a proibição de abrir novos roçados em áreas de matas atrapalharia diretamente a agricultura e, consequentemente, a arrecadação dos dízimos da Real

<sup>49</sup> PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 108.

<sup>50</sup> CARTA da Câmara da Vila de Fortaleza ao Príncipe Regente, D. João, sobre a proibição da abertura de roçados, derrubamento das madeiras e estabelecimento de subsídio militar, imposto no Ceará pela Junta da Real Fazenda, 18 de agosto de 1801. Caixa 15; Doc.: 859. Digitalizados; Ceará 2; Pasta 15; n. 108.

Fazenda, além de atrasar o crescimento da capitania, que por aquele momento já passava por uma escassez de recursos devido à autonomia em relação a Pernambuco e por não ter ainda rotas de navegação direta para Lisboa, sendo ainda obrigada toda a produção a ser escoada para portos vizinhos.

Neste ponto questionamos: o horizonte de expectativas se estabelece pela conservação das matas ou pela agricultura? Apesar de todo o desvelo de Bernardo Manuel de Vasconcelos em conservar as áreas florestais para uso da real coroa, o sentimento de frustração por conta da estagnação da agricultura era mais forte por parte dos legisladores locais.

A questão que perpassava todo o debate acerca da representação enviada ao príncipe regente era de fato a das matas, seus cortes, conservação e como a decisão do governador atrapalhava o cotidiano da população, sempre destacando que no Ceará não havia matas abundantes nem com qualidades suficientes que justificassem as medidas adotadas:

Nesta Colônia, Augustissimo Senhor, não ha matas, como em Pernambuco, Parahiba, e parte do Rio Grande do Norte, que abundão em madeiras de construção: aqui, porem, apenas ha huns capoens de matos cercados de campos, ou faldas de serras onde aparecem alguns paus mais proprios para edifícios, que para construções; estes mesmos não produzem aqui, como nas sobreditas Capitanias, porque, huma vez cortados, já mais tornão a renascer, em razão da falta do suco no tricio, pois no lugar onde se abre hum rossado, não torna a produzir madeira da qualidade da que antes tinha, e sim madeiras inuteis a que os habitantes xamão Sabiá, e Catanduba, como a Vossa Alteza Real pode informar Luis da Mota Féo Torres, Governador que foi desta Capitania<sup>51</sup>.

Nas duas citações diretas expostas acima, o que se percebe para além de justificativas que buscavam o fim da proibição de derrubada de matas e abertura de roçados, era mostrar que a própria natureza do Ceará era deficitária na produção de recursos. Com o agravante da seca essa situação se tornava mais evidente, pois a falta de chuvas agia diretamente na ausência de árvores de qualidade, citando a Sabiá e a Catanduba como exemplos nesse sentido. Madeiras de baixo nível – assim consideradas inclusive pelos moradores locais –, segundo os burocratas estatais. Ou seja, percebemos na tônica do discurso a ideia de que a natureza colonial da capitania era degradada, não em relação ao mundo natural europeu, como defendia alguns naturalistas do século XVIII, mas principalmente por não se assemelhar às das capitaniias vizinhas, predominantemente recheada na zona costeira pelo dossel da Mata Atlântica, reconhecido por sua diversidade de madeiras:

---

<sup>51</sup> CARTA da Câmara da Vila de Fortaleza ao Príncipe Regente, D. João, sobre a proibição da abertura de roçados, derrubamento das madeiras e estabelecimento de subsídio militar, imposto no Ceará pela Junta da Real Fazenda, 18 de agosto de 1801. Caixa 15; Doc.: 859. Digitalizados; Ceará 2; Pasta 15; n. 108.

Entre as de maior valor para a construção naval, a tapinhoã era classificada em primeiro lugar porque resistia aos parasitas marinhos; também eram incluídas sucupira, canela, canjarana, jacarandá, araribá, pequi, jenipaparana, peroba, urucurana e vinhático. As florestas de Alagoas eram valorizadas pelas madeiras disformes que se prestavam para nervuras, proas e quilhas<sup>52</sup>.

Nenhuma das espécies citadas acima por Warren Dean como de grande interesse para a Coroa portuguesa era encontrada na zona costeira ou mesmo no interior da capitania do Ceará. A ausência de árvores desse tipo serve para justificar, segundo a Câmara da Vila de Fortaleza, a não proibição de abertura de novos roçados e derrubamentos de madeira, porque aqui as árvores ou eram corrompidas internamente ou o máximo que se encontrava eram Sabiás e Catandubas.

Bernardo Manuel de Vasconcelos, por sua vez, não considerava esses fatos condizentes com a realidade e insistia no fato de se fazer um estudo minucioso sobre as matas locais. Em resposta às ordens recebidas de Rodrigo de Sousa Coutinho, de 19 de abril e 17 de julho de 1800, sobre as quais o Ministro mandava analisar mais detalhadamente os tipos de madeira existentes nas matas do Ceará, os melhores cortes que se pudessem realizar e os preços destes, o governador dizia que havia mandado convocar:

Os homens praticos no conhecimento das despezas de Cortes, e transportes de Madeiras, a fim de que o resultado da sua experencia, e combinação me pudesse offerecer huma demonstração do preço rigoroso, ou muito aproximado por que pode sahir a Real Fazenda cada madeira de Construção Naval, ou de Marcenaria até o porto de seu embarque<sup>53</sup>.

Através das considerações recebidas destes sujeitos, Bernardo Manuel de Vasconcelos pode ter uma visão aproximada da dimensão das matas na capitania do Ceará. E foi também através dessas informações que apresentou à Junta da Fazenda Real notas sobre os valores praticados em cima dos ditos cortes de madeiras; recomendou ao Administrador das Matas instruções sobre os modos como deveria trabalhar na catalogação e conservação das respectivas matas cearenses e, tendo recebido de volta por parte do Administrador as indagações necessárias sobre regiões de matas, direcionou esse material ao Ministro Rodrigo de Sousa de Coutinho.

Não obstante a convocação de homens sábios no conhecimento da natureza local para dar esclarecimentos acerca das árvores da capitania, nem todas as áreas de matas que

<sup>52</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 152. (a)

<sup>53</sup> OFÍCIO do Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo informação acerca do corte da madeira naquela capitania, 31 de dezembro de 1800. Anexo: informação. Caixa 14; Doc.: 813. Digitalizados; Disco 2; n. 330.

poderiam conter madeiras de relevante interesse econômico para a Coroa foram catalogadas. Bernardo Manuel de Vasconcelos considerou útil destacar somente as localidades próximas ao porto de embarque da Vila de Fortaleza, deixando de lado as regiões do Cariri e do Maciço de Baturité. A decisão, apesar do caráter arbitrário, tinha sua razão de ser. Como o Ceará de modo geral não possuía e não possui rios navegáveis, o transporte de madeiras dessas regiões para Fortaleza, devido à distância, se tornava excessivamente despendioso, haja vista que a única opção seria a utilização de carros de bois para dar conta dessa atividade.

A iniciativa de Bernardo Manuel de Vasconcelos rendeu um quadro de informações sobre as áreas florestais no Ceará e nos deu uma melhor noção prática do trabalho exercido pelo Administrador de Matas. É por conta da atuação desse funcionário que o governador consegue dar detalhes exatos sobre a carga de produção de *paus reais*, os custos dos cortes e transporte de madeiras, incluindo mão de obra e adicionais. Informava ao Ministro o valor de 100\$000 réis que seriam usados para o pagamento dos moradores e índios contratados para serviços envolvendo o transporte de árvores de lei, haja vista estes não se disporem ao trabalho gratuito – o que ele critica chamando de “moleza e inércia natural inadmissível” – e sendo o deslocamento e o embarque das madeiras nos navios uma atividade que exigia grandes esforços físicos, o governo se via obrigado a aumentar os estímulos oferecidos para atrair trabalhadores.

Cada carga contendo dois mil paus reais que chegava ao porto do Mucuripe sairia pelo total de 1:103\$000 réis, acrescidos ainda os 100\$000 pela mão de obra. Do porto para outras capitâncias, Pernambuco e Pará por exemplo, os valores seriam outros que o governador justifica não poder mencionar somas exatas tendo em vista que essa informação somente quem poderia fornecer era a Contadoria da Junta da Fazenda da Marinha.

Por essa época, final de 1800, data do envio do ofício, Bernardo Manuel de Vasconcelos ainda não havia iniciado o corte efetivo das madeiras porque não havia recebido ainda autorização ministerial para execução do serviço. Mas como bom vassalo e fiel às ordens da coroa, vontade e ímpeto não lhe faltavam, tendo inclusive listado os materiais que seriam necessários para os cortes de madeiras, quais sejam:

Hum Ferro da melhor tempera possível, principalmente o dos Machados; por não haver aqui quem lhe saiba nem dar, nem restituir depois de embotados os fios destes instrumentos, e alem do numero dos mencionados no mesmo Officio fosse muito preciso o de cem Enxós para se empregarem em descascar os Páos nos Matos, assim como tambem o de cincuenta Enxadas, das quais trinta devem ser da figura ordinária, e as outras de hum só bico, ou ponta<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> OFÍCIO do Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo informação acerca do corte da madeira naquela capitania, 31 de dezembro de 1800. Anexo: informação. Caixa 14; Doc.: 813. Digitalizados; Disco 2; n. 330.

Essa questão evidencia outro detalhe importante que envolve a política do governo português em relação às árvores do Brasil. Quando foi instituída a lei de conservação das matas através do *Regimento da Conservatoria da Reaes Matas*, um dos objetivos da Coroa portuguesa era se tornar autossuficiente em madeiras de construção naval e, na medida do possível, exportar também para outros países. Esse objetivo, por outro lado, ainda demoraria a ser alcançado porque as técnicas usadas no Brasil para o corte de árvores ainda eram rudimentares, totalmente manuais, com possibilidades de erros bem maiores do que se fosse adotado o uso de serrarias hidráulicas, como acontecia em possessões inglesas e holandesas<sup>55</sup>.

Esse atraso nas técnicas de corte de madeiras em relação a outros países na verdade não se tratava de mera falta de opção do governo português em relação à economia, mas, sim, de uma política inserida dentro de uma conjuntura maior, definida, como já vimos, de *arcaísmo*. O arcaísmo, tal qual como foi apresentado por João Fragoso e Manolo Florentino, nada mais era do que a opção em seguir no “atraso”, “[...] um projeto social, cuja viabilização depende no fundamental da apropriação das rendas coloniais<sup>56</sup>”. Ou seja, o objetivo era se manter explorando os recursos naturais da colônia, através de mão de obra barata ou escrava, até quase o seu esgotamento:

O capital mercantil português pode ser tomado como um dos exemplos mais radicais do modelo de circulação cuja reprodução se baseia naquilo que Marx chama de ‘lucro sobre a alienação’: comprar barato para vender caro é a lei, e por isso o monopólio é o seu veículo. Com uma diferença fundamental em relação à estrutura do capital mercantil inglês, holandês e mesmo francês da Época Moderna: a atividade mercantil lusitana tem por fim último a permanência temporal de uma sociedade arcaica, pelo que ela não chega a assumir a função revolucionária que desempenha em outros países. Isto significa que a esterilização dos recursos apropriados na esfera colonial é tão volumosa, que sua capacidade de financiar até mesmo as atividades essenciais para a sua reprodução parasitária (navios, armazenamento, seguros etc) é limitada<sup>57</sup>.

Ou seja, por mais que houvesse uma carência de recursos técnicos modernos que pudesse avançar a exploração dos recursos naturais, o governo português atuava também como um agente para que fosse mantido o *status quo* do projeto colonial. Assim ocorria com a agricultura e assim também acontecia com a conservação das matas para exploração de madeiras.

<sup>55</sup> DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 154. (a)

<sup>56</sup> FRAGOSO, João. FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. p. 27

<sup>57</sup> *Idem, ibid.*, p. 27.

Nessas circunstâncias, não surpreende que mesmo com a apresentação de uma considerável lista de matas levantadas<sup>58</sup> pelo Administrador de Matas nas redondezas da Vila de Fortaleza e do porto de embarque, ainda assim Bernardo Manuel de Vasconcelos, chancelado certamente pela Coroa portuguesa, não tivesse opções outras que não aquelas que tornariam por realizar o serviço de forma manual, com utensílios rústicos, que não ofereciam um corte preciso sobre as árvores. A demanda por homens que pudesse trabalhar também implicava diretamente nessa escolha, haja vista a dimensão territorial do espaço ocupado pelas matas, o que possivelmente aumentaria a procura por trabalhadores e, consequentemente, os gastos da Real Fazenda com esse serviço.

Longe de ser uma unanimidade entre as autoridades da capitania, o debate em torno do binômio agricultura-conservação das matas ainda geraria mais um embate entre as ordens impetradas por Bernardo Manuel de Vasconcelos e o desejo de revogá-las por parte da Câmara da Vila de Fortaleza.

Novamente, em Carta destinada ao Príncipe Regente, os representantes do legislativo demonstravam excessiva insatisfação com os rumos que a capitania do Ceará estava tomando devido às medidas tomadas pelo governador Bernardo Manuel de Vasconcelos acerca da derrubada das matas<sup>59</sup>. Trata-se de um texto longo onde parte do conteúdo se caracteriza em tecer críticas ao então ex-governador, àquela altura já falecido e sobre sua forma de conduzir politicamente a capitania, especialmente em relação às matas.

O tom da fala, como via de regra entre os documentos enviados da colônia para a metrópole, é carregado por um sentimento de decepção entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas que não se concretizou. Acreditavam que com a independência administrativa do Ceará em relação a Pernambuco a realidade econômica da capitania iria melhorar. Isso denotava uma expectativa baseada na experiência de que era possível praticar uma agricultura sem obstáculos, no caso a dependência direta de outra capitania:

Esperamos que huma Colonia, que vinha criar-se, e que estava em hum tal estado, fosse ajudada, socorrida, animada, e sustentada: E que a agricultura, objecto o mais essencial, todo o fundamento deste Colonia, só capaz de o fazer florescer, fosse levada ao ponto de aumento, que era precizo<sup>60</sup>.

<sup>58</sup> Cf. Anexo.

<sup>59</sup> CARTA da Câmara da Vila de Fortaleza ao príncipe regente, D. João, sobre as dificuldades atravessadas pela capitania devido à seca de 1791-93, o que acabou por prejudicar a agricultura e as rendas reais, e sobre as medidas tomadas pelo governador Bernardo Manuel de Vasconcelos acerca da derrubada das matas, 28 de maio de 1803. Anexo: 2<sup>a</sup> via. Caixa 17; Doc.: 992. Digitalizados; Ceará 2; Pasta 16; n. 510.

<sup>60</sup> *Idem*.

Entretanto, a lei que fixava a proibição de derrubada de matas e a execução integral dela por parte de Bernardo Manuel de Vasconcelos mostrou que as coisas não seriam tão simples:

Não perseverou m<sup>to</sup>. Porém, Augustissimo Senhor Vosso, a nossa esperança, porque em breve tempo se vio ella tam perseguida, tão destruida, que não podemos explicar; por quanto o defunto Gov.<sup>or</sup> Bernardo Manuel de Vasconcelos, dizendo que o havião acompanhado Ordens Reaes sobre a Conservação das Mattas, em que houvessem madeiras de Construcção, observou sobre as tais Ordens, huma tão rigorosa, e indiscreta execução, que já mais nunca attendeo as diárias reprezentações, que verbaes, e por escripto lhe ficarão a este respeito, pois que a sua ignorancia era como invensivel: e se assim não fosse, facilmente se persuadiria, que a geral proibição de rossar mattos para as plantações annuaes, vão de grande prejuizo às Rendas Reaes, como elle mesmo vio na ultima arrematação dos Dizimos, a que Prezidio em Agosto do anno proximo passado de 1802, que só nesta nossa Freguezia, diminuhiu nove centos mil reis do Valor porque foi arrematado o drenio antecedente; e que este Povo padeceria huma crul fome, como está experimentando<sup>61</sup>.

Como se vê, acusações de despotismo praticado pelo governador eram as mais comuns, principalmente quando os habitantes resolviam indagá-lo a respeito dos modos como iriam praticar o plantio de gêneros, respondendo de forma hostil que “fossem plantar ao inferno”, importando somente o aumento da produção para maiores cobranças de impostos, não importando como, onde e quando os lavradores a exerceriam.

Esse tipo de conduta, segundo os representantes da Câmara, mostrava que o futuro da capitania do Ceará estava em mãos erradas, especialmente ao citar exemplos de territórios vizinhos, como o Maranhão, que conheceu momentos de grande prosperidade pelas mãos de Joaquim de Mello Passos, o qual agiu de forma a incentivar a agricultura com a vinda de escravos para reforçar a mão de obra e forçando os habitantes a comprar escravos e a interagir no comércio de gêneros. Ou seja, no entendimento dos representantes da Câmara, o que faltava ao Ceará era um administrador que executasse medidas semelhantes, e não que forçasse os moradores a pagar compulsoriamente quantias exorbitantes para ter direito ao uso de madeiras para suas atividades pessoais. Madeiras essas que muitas vezes já estavam dentro da propriedade do morador, como aconteceu com Filipe Lourenço, “morador e negociante” da Villa de Fortaleza, que se viu obrigado a pagar a quantia de 78\$780 réis pelo uso de madeiras que encontrou no terreno que já havia arrematado para abrir roçados.

Além de citar a conduta pouco complacente adotada por Bernardo Manuel de Vasconcelos como exemplos que justificassem a urgente mudança de direcionamento a qual a

---

<sup>61</sup> CARTA da Câmara da Vila de Fortaleza ao príncipe regente, D. João, sobre as dificuldades atravessadas pela capitania devido à seca de 1791-93, o que acabou por prejudicar a agricultura e as rendas reais, e sobre as medidas tomadas pelo governador Bernardo Manuel de Vasconcelos acerca da derrubada das matas, 28 de maio de 1803. Anexo: 2<sup>a</sup> via. Caixa 17; Doc.: 992. Digitalizados; Ceará 2; Pasta 16; n. 510.

capitania do Ceará estava fadada a conviver, a carta da Câmara voltava a tocar na falta de madeiras de qualidade como outro argumento favorável a essa mudança. Além disso, ainda que houvesse paus de construção dignos de uso para os objetivos da Coroa, não valeria a pena sua conservação para posterior exploração porque estes estavam distantes demais do litoral, inviabilizando assim seu transporte.

Por fim, pediam ao Príncipe que reconsiderasse os impostos cobrados pela Junta da Real Fazenda, posto que, segundo o mesmo ofício, os moradores da capitania não tinham mais recursos para arcar com as cobranças dizimais devido à proibição dos roçados em áreas de matas:

Outro sim, suplicamos a V.A.R. por tudo quanto há de mais sagrado, se Digne Mandar, que os Governadores favoreção, e fomentem a Agriculturação, e que sejão livres aos Agricultores os Matos, e terrenos proprios para os generos, q. Agriculão, e poderem tirar os páos para os seos ministerios sem pagarem onnus, ou feudo algum, e que se restitua o que por eles se tem exigido. E qui ao futuro se não lansem mais fintas, pedidos, impostos, ou tributo algum por leve que seja, sem expressa ordem de V.A.R., e que antes sejão elles mostradas as Camaras respeitaveis, e ao Povo, ou Republica, para serem ouvidas sobre os mesmos objectos<sup>62</sup>.

Não nos foi possível precisar até que ponto o D. João atendeu ao pedido de liberação integral das matas para a agricultura. Por outro lado, a questão dos impostos foi atendida de forma bem pontual. Em 27 de maio de 1803, ou seja, um dia antes do envio da carta da Câmara da Vila de Fortaleza, o Príncipe Regente assina um decreto autorizando a isenção de “[...] todos e quaesquer generos, que se importarem, ou que se exportarem da Capitania do Ceará Grande em direitura para os Portos do Reino, sejão isentos por espaço dos primeiros seis annos seguintes, depois da publicação deste Alvará<sup>63</sup>”.

O alvará real que isentava de impostos por seis anos os gêneros de importação e exportação e que tinha por objetivo estimular a agricultura local, “[...] favorecendo a sua Navegação, e o Commercio direto com o Reino”; a morte de Bernardo Manuel de Vasconcelos, como vimos, era o principal articulador da política de conservação na capitania do Ceará; a recomendação dos funcionários da Câmara da Villa de que se pusesse fim à função e aos gastos com os serviços do Administrador das Matas, pois estes eram inúteis; e a saída de Rodrigo de

<sup>62</sup> CARTA da Câmara da Vila de Fortaleza ao príncipe regente, D. João, sobre as dificuldades atravessadas pela capitania devido à seca de 1791-93, o que acabou por prejudicar a agricultura e as rendas reais, e sobre as medidas tomadas pelo governador Bernardo Manuel de Vasconcelos acerca da derrubada das matas, 28 de maio de 1803. Anexo: 2<sup>a</sup> via. Caixa 17; Doc.: 992. Digitalizados; Ceará 2; Pasta 16; n. 510.

<sup>63</sup> PORTUGAL. Alvará, pelo qual Vossa Alteza Real, para animar e favorecer o Commercio da Capitania do Ceará Grande, Ha por bem isentar, por tempo de seis annos, de meios direitos todos os Generos, que para alli se importarem, ou que se exportarem directamente para o Reino: tudo na forma acima declarada. Palácio de Queluz, 27 de maio de 1803.

Sousa Coutinho da chefia do Ministério de Negócios da Marinha e Ultramar são alguns exemplos que mostram que a proibição da derrubada das matas e sua total conservação se mostrava como uma política estatal que teria um fim iminente, sendo sobrepujada, enfim, pelo direito ao uso da terra para atividades agrícolas.

Conquanto o debate acerca da necessidade de preservação das matas ainda se estenderia ao longo do século XIX. Aos malefícios econômicos para a construção naval e civil causados pelo corte desproporcional de árvores, seria ainda acrescentado ao debate as discussões sobre o clima e as secas. As matas teriam papel de protagonismo nesses fenômenos naturais. No Ceará o grande expoente dessa linha de pensamento foi Thomaz Pompeo de Sousa Brasil e, como veremos adiante, o espaço voltado para essas críticas não foi tímido.

## **2.2. “Ar saudavel, o Ceo sereno, Campinhas amenas, Serras fertilissimas, Rios caudalosos”: prognósticos em relação à agricultura.**

Destacamos anteriormente que as ordens impetradas pela administração superior para que se executasse a fiscalização e conservação das matas para uso da real coroa respingaram diretamente no desejo das autoridades locais em fazer florescer as atividades agrícolas, tanto para fins de subsistência quanto monocultora para exportação. Finalizamos o tópico levantando o questionamento se com a decisão do príncipe regente em abolir encargos tributários sobre produtos agrícolas, foi possível estabelecer se estaria se confirmado o horizonte de expectativas ou o prognóstico mencionado por José Gregório de Moraes Navarro. Temos consciência de que Navarro não estava se referindo especificamente à capitania do Ceará quando esboçou sua reflexão, contudo temos igualmente consciência de que no Período Colonial as fronteiras eram fluídas, de modo que certos apontamentos muitas vezes serviriam para diferentes regiões da América Portuguesa. É a partir desse ponto que iremos nos debruçar a seguir.

Em 1784, uma viagem à Serra da Ibiapaba foi ordenada pelo governador da capitania do Maranhão José Teles da Silva. Logo que foi nomeado governador naquele mesmo ano, levou para trabalhar consigo João Machado Gaio, pernambucano que, assim como ele, havia estudado em Coimbra, tendo sido ambos alunos de Vandelli<sup>64</sup>. Segundo Magnus Roberto de Mello Pereira (2012), essa viagem à Ibiapaba não foi uma escolha meramente aleatória,

---

<sup>64</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. O conhecimento científico da caatinga no século XVIII. In: Sertões Adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX. Org. Lorelai Brilhante Kury. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012. p. 116.

justificada pelo fato de que desde o século XVII a região chamava a atenção das autoridades portuguesas devido ao seu clima mais temperado, ameno, frio, o que acarretava contraste em relação ao restante do território, de clima seco e árido. Essa multiplicidade de sensações climáticas dentro de uma mesma região gerava interesse da coroa, especialmente quanto à possibilidade de organizar fluxos migratórios para possível povoamento de famílias oriundas das ilhas da Madeira e Açores<sup>65</sup>. Por isso mesmo a viagem empreendida por João Machado Gaio era sobremaneira importante para as intenções portuguesas e seu projeto colonizador<sup>66</sup>.

Tomado pelas referências aprendidas nas aulas com Vandelli em Coimbra, Gaio relatou sua experiência filosófica sobre Ibiapaba:

Observei que este monte se reveste em grande parte de Vegetais; alguns por minimamente conhecidos dispensara-me do trabalho de os recolher a herbário; outros porém figurando-se-me desconhecidos tomei o cuidado de os reduzir pelo sistema de Lineu<sup>67</sup>. Entre eles encontrei um Vegetal, que depois de longo trabalho, não pude determinar gênero; passei a recolhê-lo, e fazer uma rigorosa descrição para o determinar com o nome Tellezium, em contemplação ao II<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Snr.' José Telles da Silva meu Governador, e Capitão General, que me lhe mandou viajar dando-me as necessárias, e sábias instruções, que mais felizmente do que eu, aprendeu do Sapientíssimo D<sup>or</sup> Vandelli; nosso mestre na Universidade de Coimbra.

Observei abundancia de Urucu cujo escarlate se deve apreciar-se como o da Cochinilha.

Observei [Tossuna?], cujo amarelo é tão vivo, e tão fino, q deve preferir àquele que os químicos costumam tirar dos seus laboriosos processos, e resoluções.

Observei [Sonunga?], cuja folha depois de fermentada deixa precipitadas no fundo do vazio imensidate de partículas azuis.

Por me faltarem os convenientes para as operações não passei de Teóricas constrangido, e descontente.

Notei atentamente o copioso número de palmeiras [carnaúbas], de cujo pericarpo costumam os Americanos extrair óleo, com que fazem algum negócio de Comutação, necessário à satisfação das primeiras necessidades. Observei madeiras, que podem ministrar a Construção dos navios, outras que podem ter diferente uso depois de modificadas pelo Artífice; entre estas notei por mais densa, de melhor Cor, e duração o Gonçalo Alz', a qual juntamente com as outras não reduzi por terem já frutificado, e estarem irredutíveis.

<sup>65</sup> Os fluxos migratórios para a América Portuguesa de famílias oriundas dos territórios atlânticos de Madeira e Açores foram prementes para a conquista e colonização de determinados espaços da colônia. Acerca disso ver: CESCO, Susana. Floresta, Agricultura e Cidade: Transformações ambientais e sociais na Ilha de Santa Catarina no século XIX. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

<sup>66</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. O conhecimento científico da caatinga no século XVIII. In: Sertões Adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX. Org. Lorelai Brilhante Kury. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012. p. 116.

<sup>67</sup> “O sistema lineano é funcional: a assim chamada nomenclatura binômica consta de duas palavras: o nome do gênero e uma adjetificação específica que distingue a espécie entre todas as outras do mesmo gênero, exatamente – afirma Lineu – como acontece com o cognome e o nome dos seres humanos. Identificar a espécie não significa somente distingui-la, mas também reconhecer as suas afinidades com as outras que pertencem ao mesmo gênero. O uso do latim evita a confusão das línguas nacionais. Lineu compara a classificação a um exército subdividido em legiões, batalhões, companhias e pelotões, concebendo-a como um sistema hierárquico de grupos inclusive em grupos cada vez mais amplos”. ROSSI, Paolo. O nascimento da ciência moderna na Europa. São Paulo: EDUSC, 2001. p. 337-338.

São inumeráveis as plantas que têm uso na Medicina dos Americanos, cujo conhecimento conservam no mais obstinado silêncio, no qual consideram grande parte da sua felicidade<sup>68</sup>.

No trecho acima, o pensamento fisiocrático alinhado aos conhecimentos em História Natural do discípulo de Vandelli se tornam evidentes nas palavras de João Machado Gaio. Destacando em suas observações aspectos da vegetação, Gaio procura sempre apontar as potencialidades práticas dos elementos naturais, além, é claro, de buscar reduzir ao sistema de Lineu espécies por ele consideradas desconhecidas. Se atenta também sobre as madeiras que podem ser usadas em construção naval, bem como das “plantas que têm uso na Medicina dos Americanos”. Chama a atenção a forma como ele coloca a relação dos indígenas com esses tipos de plantas, com os naturais da terra, recusando-se a ceder informações sobre estas para os estrangeiros. Os motivos para isso poderiam ser os mais variados possíveis, sendo a desconfiança dos “Americanos” com os portugueses a mais provável. É salutar considerar que o sucesso dos colonizadores no conhecimento do mundo natural brasileiro dependeria efetivamente do grau de envolvimento destes com os indígenas, esses últimos amplos conhecedores dos recursos naturais da colônia. Por outro lado, à medida que se adentra nos sertões do Brasil, o conhecimento local que permaneceria fechado com os naturais da terra se tornará universal diante das incursões e dos estudos dos naturalistas colonizadores europeus<sup>69</sup>.

Gaio passou pouco tempo em Ibiapaba – menos de um mês para ser mais exato, entre treze de julho e quatro de agosto de 1784 –, talvez por isso seu empreendimento não tenha rendido tanto aprofundamento nos conhecimentos da área como se esperava. Ou como destaca Magnus Roberto de Mello Pereira, também sua falta de rigor técnico pode ter atrapalhado suas análises, quando, por exemplo, em determinados momentos evidencia não ter conseguido reduzir algumas espécies ao sistema de Lineu por “já terem frutificado e estarem irredutíveis”, ou mesmo quando não consegue “depois de longo trabalho determinar o gênero” de uma planta. Contudo, não se pode deixar de considerar que se tratou de uma das primeiras viagens filosóficas oficiais ordenadas por representantes do governo visando percorrer as capitaniais do Norte do Brasil e, por isso mesmo, digna de atenção<sup>70</sup>.

A viagem pela serra da Ibiapaba ocorreu exatamente cinco anos após a divulgação de alguns manuais sobre técnicas de reconhecimento, investigação, prospecção e envio de

<sup>68</sup> PEREIRA. Magnus Roberto de Mello. O conhecimento científico da caatinga no século XVIII. In: Sertões Adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX. Org. Lorelai Brilhante Kury. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012. p. 120.

<sup>69</sup> LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 351

<sup>70</sup> PEREIRA, *op. cit.*, p. 116-120.

exemplares de produtos naturais. Deste modo, se a região da Ibiapaba já era visada devido ao seu clima próximo ao de outras colônias portuguesas do Atlântico Norte, como Madeira e Açores, após a divulgação destes documentos o que se viu foi o começo do envio de produtos minerais da região<sup>71</sup>.

Nesse sentido, as informações prestadas por João Machado Gaio servem de apresentação para tentarmos compreender o contexto do período, especialmente no que tange às trocas de conhecimento sobre o mundo natural da colônia americana, entendida aqui como a capitania do Ceará. Mundo natural esse que, para os objetivos deste trabalho, ficará delimitado ao reino vegetal, às matas e suas congêneres, tendo em vista o grau de importância que estes recursos desempenharam para o império ultramarino português. Buscaremos localizar as interpretações e ideias dadas por diferentes sujeitos acerca das possibilidades de fazer a capitania se tornar próspera e lucrativa para a coroa portuguesa. Lucratividade essa que obrigatoriamente passava pelo cultivo da terra. Ao mesmo tempo intencionamos demonstrar se os projetos se concretizaram ao longo do século XIX, quando da ocasião de emancipação do Império do Brasil e consequente mudança do Ceará de capitania para província.

Em 04 de junho 1787, o Ouvidor Manuel de Magalhães Pinto e Avelar envia ao Ministro Martinho de Melo e Castro um ofício informando sobre a remessa de um caixão contendo metais e produtos da Serra. Pelos anos seguintes, o que se viu foram outros comandantes agindo como porta vozes do governo português em relação aos recursos minerais da região da Ibiapaba. O Capitão-mor Luís da Mota Feo e Torres destacou em algumas de suas missivas às minas de Ubajara, enviando entre 1789 e 1791 exemplares de prata e diversos outros minérios referentes àquela localidade. O motivo que levou os administradores reais a voltarem suas atenções para a Chapada estava na sua grandiosidade, pois acreditava-se que no âmago da terra estariam escondidos recursos naturais de grande valor econômico, semelhante ao imaginário sustentado pelos espanhóis em relação ao paraíso perdido chamado *El Dourado*. Com a crise da mineração na região das Minas Gerais, a Coroa portuguesa voltou sua atenção para outras regiões do ultramar na busca por opções de exploração de recursos naturais que pudessem compensar o declínio dos metais preciosos nas capitâncias do Sul do Brasil. Por isso não surpreende a busca intensa por minerais na região das Serras da Ibiapaba.

---

<sup>71</sup> Destacam-se neste período o já citado *Breves Intrucções aos Correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos produtos, e noticias pertencentes a Historia da Natureza, para formar um Museo Nacional*, além do *Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Natural nas suas peregrinações deve principalmente observar*, ambos de 1781 e 1779, respectivamente. Esses manuais serão melhores apresentados no próximo capítulo.

Apesar de não haver ainda organização no envio de remessas de produtos naturais, os oficiais não deixavam de dar conta do que julgavam de forte interesse para a empresa colonial. Um exemplo disso era a quina, designação popular para o nome científico *chinchona*:

A chinchona havia muito desperta o interesse oficial. Correa da Serra parece ter enviado, de Londres, sementes dela, ou o que ele imaginou que o fossem. Vandelli formulara a hipótese de que a planta existia no Brasil porque o país margeava regiões onde os espanhóis a colhiam. A chinchona, uma planta nativa realmente eficaz contra uma doença introduzida, foi uma descoberta médica notável e historicamente decisiva. O Brasil tinha de comprá-la da Espanha, cujos comerciantes monopolizavam o tráfico; portanto, era ao mesmo tempo cara e chegava deteriorada ao Rio de Janeiro. Inúmeras amostras da suposta chinchona foram enviadas para Ajuda. A corrida pelo quinino não era nem um pouco parecida com a corrida do ouro; na verdade, o quinino oferecia a vantagem de que se poderia facilmente comercializar um produto falso, pelo menos nos mercados locais. Um decreto real de agosto de 1808 prometia pagamentos a um certo Pedro Pereira Correa de Senna por entrega de chinchona mineira que este fizesse ao hospital real. A casca que ele trouxera fora aceita como genuína por farmacêuticos do Rio de Janeiro e Correa de Senna foi condecorado como cavaleiro da Ordem de Cristo, com uma pensão de 438 mil réis, uma gratificação que aparentemente ainda estava recebendo em 1830<sup>72</sup>.

Podemos observar que esta planta se manteve por muito tempo carregando um certo status. Suas descobertas eram muito valorizadas e, na menor suspeita de ter sido encontrada, a recomendação era que fossem coletadas e enviadas amostras para o gabinete de História Natural do Real Museu.

Como a busca por espécies de quina eram comuns por todo o território do Brasil, no Ceará os governadores concentraram esforços nesse sentido. O Ouvidor Manuel Magalhães Pinto e Avelar enviou notícias à Lisboa em 1786<sup>73</sup>, informando sobre o uso e cultivo da quina, onde geralmente eram os indígenas que detinham os conhecimentos sobre esta. Manuel Magalhães relata que logo que tomou posse do cargo oficial demandou esforços para mapear a incidência de quina na capitania, o que não demorou a acontecer. Encontrou diferentes espécies e em variadas estações, as quais eram usadas pelos habitantes locais em “diferentes efeitos”. Ou seja, era sabido que os indígenas faziam largo uso delas e o conhecimento deles era imprescindível para entender melhor as qualidades da quina.

Dois anos depois, volta a entrar em contato com a autoridade ministerial dando conta de novo envio de um caixote contendo quina. Desta vez destaca que essa espécie é diferente da outra enviada anteriormente – provavelmente se referindo à remessa de 1786 –,

<sup>72</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 148. (a)

<sup>73</sup> CARTA do Ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto e Avelar, à Rainha D. Maria I, informando sobre a situação dos índios da referida capitania, que são vítimas de tirania e exploração dos diretores das vilas, dos europeus, dos ouvidores e mesmo dos governadores, bem como a respeito do uso e cultivo da quina e outras plantas medicinais, 03 de março de 1786. Caixa 11; Doc.: 627. Digitalizados; Ceará 2; Pasta 11; n. 417.

além de ressalvar que até aquele presente momento não pode trazer ao conhecimento do Ministro a chamada “Quina Branca da Bahia”, por não ter ainda lhe ocorrido encontrá-la na capitania. Um trecho vale destaque, quando Manuel Magalhães observa que é possível encontrar a planta em “abundancia neste Paiz” e que “quazi todos os mattos da Beira Mar são compostos dela<sup>74</sup>”.

Depreendemos, assim, que não iria tardar para se encontrarem outras espécies do tipo no território da capitania. Sua fama e seus benefícios se estenderiam por muito tempo ainda. Manoel Freire Alemão, membro da Comissão Científica de Exploração e suplente da Seção Botânica, dissertando sobre a flora cearense nos *Trabalhos da Comissão Scientifica*, observa a abundância de quina no Ceará, enquanto que no Rio de Janeiro, segundo ele, esta já não se encontra com facilidade, somente nas “selvas”, sendo considerada rara. Pensando na riqueza que a Província tinha na matéria desta planta, sugere um tipo de comércio negociando esta casca com outras partes do Brasil onde ela se faz ausente, porque com “a quina com effeito suppre-nos as gencianas, centaureas, e outros tonicos deste genero<sup>75</sup>”.

Voltaremos a nos debruçar sobre este gênero de forma mais oportuna no quarto capítulo deste trabalho. Por ora é oportuno ressaltar que, na virada do XVIII para o XIX, Portugal vivia ainda os resquícios da forte política implementada pelo marquês de Pombal. Sob a égide do reformismo ilustrado, ministros de estado atuavam tanto nos bastidores quanto na cena principal para fazer com que a monarquia voltasse a experimentar taxas de crescimento próximas às atingidas em tempos pretéritos. Faziam parte desta elite administrativa ainda remanescente do círculo de contatos de Pombal os ministros Martinho de Melo e Castro, à frente da pasta de Negócios da Marinha e Ultramar entre 1770 a 1795, e Rodrigo de Sousa Coutinho, que assumiu o mesmo ministério entre 1796 a 1801. Ambos eram próximos do marquês, sendo Martinho de Melo e Castro homem de confiança atuante ainda durante a gestão do secretário de governo. Rodrigo de Sousa Coutinho, por seu turno, era apadrinhado direto de Pombal. Para os objetivos específicos do presente trabalho, nos deteremos com maior atenção sobre Rodrigo de Sousa Coutinho.

Este último sendo descendente de uma família das mais ricas e tradicionais da capitania de Minas Gerais, teve desde cedo livre acesso aos círculos elitizados e letrados da metrópole, tendo sido preparado por Pombal para os serviços administrativos da Coroa antes

<sup>74</sup> OFÍCIO do Ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto e Avelar, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo um caixote de quina, 08 de outubro de 1788. Caixa 12; Doc.: 663. Digitalizados; Ceará 2; Pasta 13; n. 82.

<sup>75</sup> FREIRE ALEMÃO, Manoel. Flora Cearense. Pedro II, Fortaleza, p. 2, 24 abr. 1863.

mesmo de completar sua maioridade. Após passagem pela Universidade de Coimbra, foi nomeado Ministro Plenipotenciário no reino da Sardenha. Antes de se instalar efetivamente no lugar, foi autorizado a passar um período em viagens de formação. Entre os locais visitados estava a França, àquela altura vivendo um turbilhão de acontecimentos considerados de natureza radical pela maioria dos estados monárquicos europeus. Rodrigo de Sousa Coutinho reconhecia os riscos de conviver nesta conjuntura, mas não se absteve da busca por informações que considerasse úteis para os projetos do reino<sup>76</sup>.

Entre os sujeitos com quem manteve diálogo estava o Abade Raynal, crítico contundente da política colonialista dos impérios sobre suas possessões, inclusive tendo feito observações sobre a relação entre Portugal e Brasil. Outra figura proeminente deste período a quem Rodrigo de Sousa Coutinho teve acesso às suas leituras foi Adam Smith. Da *Riqueza das Nações* abstraiu aquilo que Smith defendia como o único modo de fortalecer e engrandecer a economia de uma colônia e de sua metrópole: a autonomia imediata da primeira sobre a segunda. Paralelo a isso, o fim do monopólio sobre as manufaturas e comércio também eram necessários, visto que isso era sinônimo de atraso ao progresso. Mas essa realidade só seria possível mediante um acordo de comércio mútuo, onde o respeito entre ambas as partes (metrópole e colônia) prevaleceria, tornando possível colocar em prática a tão propalada, conquanto pouco vista, ideia de um todo e único império<sup>77</sup>.

Articulando e adaptando à situação portuguesa as considerações feitas por Raynal e Adam Smith com os ideais do reformismo ilustrado, Rodrigo de Sousa Coutinho decide apresentar à Junta de Ministros um novo plano de governo baseado em um conjunto de reformas que julgava serem essenciais para a manutenção do reino e suas colônias. A intenção era formar um novo sistema político onde o destaque estava na formação do princípio de unidade entre todas as partes do reino ao redor do globo com a metrópole portuguesa. No mundo lusitano articulado por Sousa Coutinho, todos os habitantes do reino, fossem eles nascidos na corte ou nos domínios além-mar, seriam guiados pelos mesmos cânones. Para isso, defendia que era preciso mudar as formas de administração, começando pelo fato de que era preciso tomar os domínios ultramarinos não mais como colônias, e, sim, como províncias: “Os domínios de Sua Majestade na Europa não formarão senão a capital e o centro de suas várias possessões”, ao passo que concluía que todas seriam “condecoradas com as mesmas honras e privilégios (...)

<sup>76</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana. A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. p. 61.

<sup>77</sup> *Idem, ibid.*, p. 37-40 e 62.

todas reunidas ao novo sistema administrativo, todas estabelecidas para contribuírem à mútua e recíproca defesa da Monarquia, todas sujeitas aos mesmos usos e costumes<sup>78”</sup>.

Levantar esses dados é prudente para situar histórica e temporalmente a figura do Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho dentro do contexto ao qual estava passando Portugal na virada do dezoito para o século dezenove e como seu plano político reverberou e iniciou o processo de deslocamento do lugar ao qual o Brasil estava inserido no período. Neste diapasão está também a capitania do Ceará, que aos poucos seria introduzida na forma de condução governamental postulada por Rodrigo de Sousa Coutinho, especialmente no que se refere às produções do mundo natural. Mas que condutas eram essas?

A partir da gestão de Sousa Coutinho, o Ministério da Marinha e Ultramar tomou a decisão de enviar aos governadores das capitâncias obras contendo instruções elaboradas por naturalistas e que deveriam ser distribuídas entre os moradores locais, a fim de que tomassem conhecimento sobre as formas mais eficazes de cultivo e meios menos onerosos de lidar com a natureza<sup>79</sup>. Deste modo, envia em 31 de julho de 1798 e em 14 de março de 1799 ao governador da capitania do Ceará Bernardo Manuel de Vasconcelos mensagens ordenando que se fizessem chegar às mãos dos moradores locais as obras de naturalistas sobre os meios mais práticos de trabalhar com a terra. Cabe lembrar que os materiais didáticos não eram gratuitos, deveria o governador vendê-los conforme julgasse mais conveniente<sup>80</sup>. Com essa medida, a coroa portuguesa visava o lucro duplamente. De forma imediata, com a renda das vendas dos livros; a outra seria a longo prazo, decorrente das mudanças de atitudes dos lavradores em relação à natureza.

Em 1º de outubro de 1800<sup>81</sup> o governador Bernardo Manuel de Vasconcelos enviou um ofício destinado ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho dando nota “sobre as instruções coligidas por naturalistas”. As formas mais convenientes que o governador encontrou de

<sup>78</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana. A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. p. 65-70.

<sup>79</sup> É desse período também, segundo Maria Odila Leite da Silva Dias, o pedido de envio de relatórios dos governadores das capitâncias sobre “os processos empregados no preparo e cultivo dos gêneros exportáveis; ordenava que se procedessem a levantamentos de plantas nativas a serem remetidas para o Reino e às explorações mineralógicas”. Além disso, “prometia prêmios aos lavradores mais industriosos; tratava de promover a introdução do arado e a cultura de novos gêneros”. Cf. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005. p. 56-57.

<sup>80</sup> OFÍCIO do governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao secretário de estado dos negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as obras que contêm as instruções feitas por naturalistas para utilidades nas colônias, 01 de março de 1800. Caixa 13; Doc.: 765. Digitalizados. Ceará 2.

<sup>81</sup> OFÍCIO do governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao secretário de estado dos negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as instruções coligidas por naturalistas, por ordem de S. Majestade, para a utilidade das colônias, 01 de outubro de 1800. Anexo: 2ª via. Caixa 14; Doc.: 801. Digitalizados. Ceará 2.

distribuir os livros se deu no dia da arrematação dos dízimos reais, quando se encontravam reunida a massa populacional da capitania para o pagamento de impostos, tornando mais profícua a apresentação do material. As únicas recomendações das autoridades ministeriais no ato da distribuição era de que se exibisse os livros em público juntamente com demonstrações. Levando em consideração o grande número de analfabetos moradores das colônias, a apresentação prática se mostrava a forma mais eficaz de fazer com que os moradores abstraíssem os conhecimentos contidos nas instruções, evitando o uso errôneo, bem como prejuízos avultados para a coroa.

Em relação a essa proposta de envio de manuais de história natural voltados para a economia pragmática, no que se refere ao Ceará, podemos deduzir que estava diretamente ligado às queixas que os funcionários encarregados de administrar a capitania faziam chegar às autoridades em Lisboa. As críticas estavam voltadas principalmente para a recusa com que os moradores tinham em se ocupar com atividades de lavoura, limitando-se à criação de gados. Um exemplo nesse sentido vem da mensagem dirigida em 1782 pelo capitão-mor João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury<sup>82</sup>, direcionada ao Ministro da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Neste ofício, o Capitão-mor queixava-se justamente do modo como os habitantes do Ceará, até o momento de sua chegada, não aceitavam plantar mandioca, dando atenção somente à pecuária. Por conta disso a capitania, não raras vezes, passava por um processo de desabastecimento de suprimentos.

No período colonial, as crises de abastecimento apareceram como um problema constante com o qual diversos administradores tiveram de lidar. A mandioca, considerada desde sempre como elemento essencial para a alimentação da população local, sofreu grandes baixas na sua produção em diversos momentos a partir do século XVII. Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990), analisando esses fenômenos de fome na Bahia, indica que foi principalmente na segunda metade dos seiscentos que a capital do Estado do Brasil sofreu com sucessivas crises de abastecimento de mandioca, o que impossibilitava a subsistência mínima da população, especialmente os soldados de infantaria, pagos por seus serviços com farinha “de guerra”. Dentro os motivos apontados pelo autor estão uma epidemia vulgarmente chamada de peste, que se alastrou pela cidade dizimando grande soma de moradores e a qual não se tinha meios de combatê-la ou mesmo controlá-la. Isso ocasionou tanto a diminuição da produção local de

---

<sup>82</sup> João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury foi nomeado Capitão-Mor da Capitania do Ceará em decreto expedido pela Rainha D. Maria I, em 07 de agosto de 1780.

mandioca quanto a que era recebida de outros locais, haja vista a negativa dos marinheiros de atracarem no porto de Salvador<sup>83</sup>.

Além disso, os governadores ainda teriam de lidar com a recusa dos grandes latifundiários em plantar a mandioca, o que levou a uma queda de braço entre os administradores e senhores de terra, com aqueles expedindo ordens sobre estes obrigando-os a participarem da cultura da raiz. A seca, a falta de incentivo em relação aos preços praticados na compra da produção e a ausência de terras para cultivo se mostraram como outros entraves para o plantio de mandioca. Por conta disso, de todos os fatores acima elencados, os administradores não viram alternativa a não ser tomar medidas de última ordem para tentar superar a crise de escassez de farinha que assolava Salvador já havia alguns anos. A mais radical foi sem dúvida a obrigação dos donos de grandes extensões de terra em arrendar parte de sua propriedade para lavradores. A medida visava a imediata solução do problema de desabastecimento, contudo, para se obter resultados expressos, ressaltavam que não deveriam distribuir a terra somente para as classes mais pobres, pois estes não teriam meio de praticar a agricultura de forma convenientemente rápida<sup>84</sup>.

Todas essas iniciativas, naturalmente, iriam se chocar com os interesses privados. Isso de certa forma explica os motivos de Salvador ter vivido um período tão extenso de desabastecimento com consequentes crises de fome: “Salvador sofreria, entre 1692 e 1698, espasmos endêmicos de fome e febres, mas os anos de 1686 e 1687 e de 1691 ficariam marcados como as piores fomes que a Colônia até então conhecera<sup>85</sup>”.

Mesmo tratando da dinâmica das capitâncias da zona da mata atlântica, dotadas de outros movimentos econômicos, o texto de Francisco Carlos Teixeira da Silva é elucidador sobre a questão da preocupação com que os governadores e administradores de modo geral, tinham com a iminente falta de alimentação nas áreas sob sua jurisdição. No caso de Salvador o apelo maior estava, óbvio, em alimentar a população para evitar sublevações, motins, desordens, como no caso dos soldados de infantaria que não receberam sua parcela de farinha, única forma de pagamento a qual estavam condicionados<sup>86</sup>. Acreditamos que esse último exemplo tenha sido uma preocupação geral, inclusive para o caso do Ceará, para além do

<sup>83</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990. p. 185.

<sup>84</sup> *Idem, ibid.*, p. 216-219

<sup>85</sup> *Idem, ibid.*, p. 207.

<sup>86</sup> *Idem, ibid.*, p. 201.

discurso de incentivo à diversidade econômica defendido por João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury já no final do século XVIII.

Outra reclamação que João Batista Montaury relata para o ministro Martinho de Melo e Castro gira em torno da proibição de se instalar uma navegação direta entre o Ceará e a corte, algo desejado pelos habitantes. Acreditava o Capitão-mor que, com a permissão de se navegar diretamente para Lisboa sem ser preciso o intermédio da capitania de Pernambuco, seria possível aumentar os interesses dos colonos em produzir mais, consequentemente aumentando a renda do Erário Régio.

Levando em consideração que o processo de colonização do território cearense foi pautado pela ocupação das principais ribeiras da região, tais como Jaguaribe, Acaraú e Ceará, onde estavam instaladas a maioria das oficinas de salga de carne de gado, sendo esta atividade a que mais rendeu ganhos econômicos para os primeiros colonizadores do Ceará, não nos parece estranho que outras atividades que exigissem uma produção em larga escala – como a agricultura – e que não envolvessem a criação de gado, não tenham despertado o devido interesse dos colonos. Essa situação perdurou até o último quartel do século dezoito e início do dezenove, quando o comércio de carnes secas começou a entrar em declínio, sendo sobrepujado pela cultura do algodão, quando que este último produto já tomava conta das principais pautas de negociação nos portos do Ceará, especialmente Aracati<sup>87</sup>.

Cabem algumas considerações acerca das vantagens da criação de gado em relação à lavoura. Essas dizem respeito exatamente à facilidade com que os animais são transportados para os principais centros de negócios. Sendo um animal autotransportável, seu deslocamento não carecia de custos muitos elevados. Para conduzir uma boiada para os locais de comercialização a mão de obra era simples, sendo formada por um vaqueiro e no máximo outros dois ajudantes. Por essa circunstância é que pouco se observa nas fontes analisadas sobre o período e objeto aqui abordado, e que, em seu conteúdo, em menor ou maior escala, tratam da pecuária na capitania do Ceará, pedidos de criação de uma rota que pudesse ligar diretamente colônia e metrópole sem ser preciso a intermediação com Pernambuco, a qual o Ceará estava

---

<sup>87</sup> ROLIM, Leonardo Cândido. *Tempo das carnes no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati (1690-1802)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. p. 3. Não obstante seu objetivo geral ser o de analisar a produção e comércio de carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati, recomendamos o mesmo trabalho para se obter um entendimento mais aprofundado da questão da pecuária e sua relação com o projeto de interiorização e conquista dos sertões das capitâncias do Norte na América Portuguesa. O autor faz uma revisão historiográfica do tema, apresentando os principais teóricos que abordam a temática e expondo como a atividade pecuarista foi fator crucial para o projeto colonizador da coroa portuguesa entre os seiscentos e setecentos.

subordinado. Quando foi possível ver esses pedidos, eles geralmente estavam ligados à atividade agrícola ou à exploração de madeiras para a indústria naval.

A dinâmica local, por outro lado, não caminhava no mesmo ritmo das autoridades metropolitanas. Mesmo após a implementação da política da coroa portuguesa em ressurgir a agricultura nas possessões ultramarinas como forma de alavancar as finanças, a capitania do Ceará ainda se encontrava em processo de adaptação e mudanças nas atividades econômicas, o que acarretava atrasos na produção agrícola, tanto a voltada para a exportação quanto a de subsistência. O capitão-mor João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury não poupou críticas nesse sentido:

Quando eu cheguei ao Ceará, era tal a *indolencia* e inercia dos seus habitantes q. ate a cultura do seu proprio pão, e principal sustento, era deles ou não conhecida, ou desprezada pela preguiça, e basta dizer-se q. a farinha de pão, ou de mandioca (o seu pão deles) lhes vinha de Pernambuco, e das outras Capitanias do Sul, e sendo isto já m<sup>to</sup> notório, aqui o poderá dizer o Gov.<sup>or</sup>, e Cap.<sup>m</sup> Gov.<sup>or</sup> q. foi d'aquelas Capitanias Jozé Cesar de Menezes. Limitava-se a preguiçoza industria d'aqueles povos do Ceará na Creação de Gados, e na sua matança nos portos do Aracati, Accaracú, e Camossim da mesma Capitania p.<sup>a</sup> depois de secas se transportarem aos mais portos do mesmo Brazil, e na fabrica de algumas solas, e couros salgados, e na pequena plantação de algum tabaco: esta era toda a riqueza e indústria d'aquela colonia<sup>88</sup>. (Grifos nossos)

A fala de João Batista Montaury possui o tom de um fiel vassalo do rei, aquele que sempre precisava mostrar às autoridades reais os frutos de seu efetivo trabalho como administrador da capitania, na tentativa de obter reconhecimento e mercês, e por isso mesmo buscava exaltar sempre suas benfeitorias em relação ao trabalho exercido no Ceará. Apesar disso não podemos desconsiderar sua fala em relação às mudanças empreendidas no que diz respeito à introdução de novas opções de desenvolvimento, porque se encontra exatamente no mesmo período de efervescência do reformismo ilustrado português.

A retórica da indolência era outro ponto forte nos discursos dos governadores, a exemplo do que vimos acima na fala de Montaury porque era um problema recorrente a qual a coroa portuguesa buscava lidar e liquidar. E um dos mecanismos para tentar resolver as desordens praticadas pelos sujeitos à margem da lei que perambulavam pelos sertões era a instalação de vilas nas regiões com maior contingente populacional:

Facultado ao Governador de Pernambuco erigir em vilas os povoados que tivessem mais de 50 fogos, dando-lhes Juiz Ordinário, Vereadores e Procurador do Conselho. Esta carta também tinha por finalidade reunir “os vadíos e facínoras que vinham a

---

<sup>88</sup> OFÍCIO do capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury, ao secretário de estado dos negócios da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, sobre as necessidades de abastecimento pelas quais passa a capitania em virtude de os moradores se recusarem a plantar a mandioca, limitando-se à criação de gados, Ceará 1782. Caixa 9; Doc.: 590. Digitalizados. Disco 2; Pasta 9; n. 480.

vagabundar pela Capitania”, porque assim suas ações seriam vigiadas e punidas. Foi em virtude desta ordem que se criaram as vilas de Sobral, Quixeramobim, São Bernardo do Governador e São João do Príncipe.<sup>89</sup>

A preferência dada a outros gêneros em detrimento da mandioca não era exclusiva da capitania do Ceará, muito menos limitada ao século XVIII. Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990) indica que já no século XVII, quando a Holanda ainda dominava algumas capitâncias do Norte, os habitantes da região do Cabo de Santo Agostinho preferiam se dedicar ao plantio de cana de açúcar, deixando a mandioca em segundo plano, limitada sua cultura somente a alguns moradores<sup>90</sup>.

As novas políticas do reino em relação à educação e economia tiveram impacto direto na administração das possessões coloniais, e com a gestão de Montaury não foi diferente. Orgulhoso de suas conquistas, enfatiza que:

Logo depois de hum ano de Governo, tive a satisfação de ver vencida esta innercia, e logo a Capitania se vio, e se acha fertilizada da farinha do pão da terra, em tanta abondancia q. não só chega p.<sup>a</sup> o seu consumo e a faz não precisar já da que antes se vinha de fora, mas até mandou para Pernambuco alguma farinha nos anos de 1788, e 89, quando aquela Capital precisou daquele genero, e tambem se corre a Capitania de Piauhy dele<sup>91</sup>.

Além de incitar a população a produzir os gêneros mais necessitados para subsistência, introduz também a cultura de outros gêneros agrícolas, como o arroz e o açúcar, que segundo ele se tratava de uma cultura desconhecida na capitania, ou seja, pouco aproveitada, e que a partir de seu cultivo tornou-se possível suprir a demanda local. Sua visão era de otimismo em relação à produção agrícola, tanto porque havia tirado as pessoas da “inéria” que causava improdutividade quanto pelo fato de ele próprio reconhecer que durante os anos em que esteve à frente da capitania não houve nela nenhum período de estiagem, o que poderia, caso esta tivesse ocorrido, inviabilizar os projetos de Montaury.

<sup>89</sup> ARAÚJO, Francisco Sadoc de. Cronologia Sobralense. Sobral: Imprensa Universitária, 1979. Vol. I *apud* GALDINO, Maria Rakel Amancio. Populações e Mudanças Nas Vilas Coloniais: Uma Discussão a Partir dos Vestígios Deixados Pelos Moradores da Vila de Sobral (Ceará – Século XVIII). Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/201.pdf>> Acesso em 07 de novembro de 2017. p. 2504.

<sup>90</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). Tese (Doutorado). Departamento de História - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 1990. p. 87. No mesmo trecho o autor afirma que a recusa dos habitantes em plantar mandioca fez “com que alguns moradores tratem sozinhos da ‘planta da mandioca’ que fazem farinha”. Mas não faz qualquer menção de quem seriam esses moradores, o que em certo sentido dificulta uma análise mais concreta do período e do fenômeno do desabastecimento.

<sup>91</sup> OFÍCIO do capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury, ao secretário de estado dos negócios da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, sobre as necessidades de abastecimento pelas quais passa a capitania em virtude de os moradores se recusarem a plantar a mandioca, limitando-se a criação de gados, Ceará 1782. Caixa 9; Doc.: 590. Digitalizados. Disco 2; Pasta 9; n. 480.

Por esse período o algodão começava a despontar como um dos grandes expoentes econômicos. Montaury destaca sua abundância nos terrenos e sua qualidade, de modo que sua reputação passou a ser a mais alta entre as capitarias da América portuguesa. Essas adjetivações se confirmariam com os números de exportação, quando o mesmo Capitão-mor afirmou que “[...] a maior parte do q. vem de Pernambuco p.<sup>a</sup> esta Corte, he o daquela Capitania”. Ou seja, no momento de queda da pecuária e seus derivados, a coroa portuguesa fazia emergir a agricultura. Com ela veio o algodão, consolidando-se como uma das mais promissoras forças econômicas da capitania e, consequentemente, do império português. Ou seja, tratava-se menos de uma atividade para fins de subsistência, despontando para uma agricultura comercial.

Durante a gestão de Montaury, a capitania do Ceará iniciou também uma relação mais próxima com as instituições científicas do reino, como o Real Museu de História Natural. Com essa aproximação mais sólida iniciaram-se também as desavenças, atritos e conflitos de interesses entre os funcionários encarregados de administrar a capitania. Ainda na gestão do supracitado governador, um ofício datado de 15 de fevereiro de 1785 foi destinado ao ministro Martinho de Melo e Castro, informando sobre as remessas de produtos naturais enviados por ordem deste para a corte. Entre esses produtos estavam reservas de “[...] saes mineraes, salitre, enxofre, alvayade (alvaiade<sup>92</sup>), geço, e varias pedras de cores, e outras de tintas”, que poderiam servir de grande utilidade para os projetos econômicos da coroa. Contudo, como ele afirma logo em seguida, nenhuma amostra desses produtos lhes foi enviada pelos homens por ele encarregados – a família Feitosa estava inclusive entre as escolhidas por, segundo Montaury, residirem eles nos mais distantes sertões, o que facilitaria as coletas – de fazer o levantamento desses minerais<sup>93</sup>.

Destacamos do parágrafo acima a inserção da família Feitosa no projeto de reconhecimento e exploração do território da capitania visando à descoberta de minérios. Uma queixa muito comum das autoridades locais do período estava direcionada às formas como as grandes famílias<sup>94</sup>, que por serem habitantes dos distantes sertões e longe dos olhares

<sup>92</sup> Trata-se de um minério derivado do chumbo.

<sup>93</sup> OFÍCIO do capitão-mor do Ceará, João Batista Azevedo Montauri, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, informando acerca dos objetos produzidos pelo Real Museu daquela capitania, da existência de um preso do Santo Ofício na cadeia da vila de Fortaleza e do arrombamento desta, bem como sobre as intrigas do ouvidor André Ferreira. Anexo: lembrete. 15 de fevereiro de 1785. Caixa 10; Doc.: 611. Digitalizados. Disco 2; Pasta 10; n 401. Ceará 2.

<sup>94</sup> Quando nos referimos ao termo “grandes famílias” queremos destacar que o sentido empregado aqui remete aos núcleos familiares que exerciam grande poder e gozavam de prestígio em determinadas regiões. Essas famílias geralmente eram detentoras de enormes quantidades de terras e bens, o que facilitava sua atuação nos diversos níveis da esfera pública e, consequentemente, exerciam uma força centrípeta entre as comunidades, ou seja, reunia em torno de si outros núcleos familiares. Para maior aprofundamento nessa discussão ver o trabalho de: VIEIRA

fiscalizadores dos representantes da coroa, se mostravam alheias às regras, às leis, aos princípios de vassalagem e obediência ao rei, muito comum na sociedade colonial. Essas famílias muitas vezes agiam de forma contrária às ordens superiores vindas diretamente da metrópole, inclusive se comportando como representantes não autorizados nas esferas econômica, militar e política, ditando e não raras vezes infringindo as regras nos ambientes sob suas influências. Um exemplo disso estava na anuência que essas grandes famílias, geralmente detentoras de fazendas de gado, davam aos chamados detratores da ordem, aqueles indivíduos que viviam à margem do poder real, sem ocupação, que tomavam seu cotidiano a cometer roubos, saques e crimes contra a vida e que, ainda assim, eram acolhidos nas enormes propriedades familiares do interior do Ceará. Neste sentido, o governo lusitano desejava incidir sobre essa classe o projeto colonialista de vertente iluminista que buscava fazer com que essa massa populacional se tornasse útil ao tesouro régio e à fazenda real<sup>95</sup>. Portanto, não nos parece forçoso admitir que a participação dos Feitosa estivesse dentro dessa política de governo, devido às suas redes de socialidades, que poderiam dispor braços desocupados, considerados vadios, e que serviriam para a coroa na coleta de recursos naturais.

Por conta de suas desavenças com André Ferreira de Almeida Guimarães, o Capitão-mor relatou na mesma carta que o Ouvidor seria o responsável por diversas calúnias e

JÚNIOR, Antônio Otaviano. Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão – 1780-1840. Fortaleza: Demócrita Rocha; HUCITEC, 2004.

<sup>95</sup> OLIVEIRA, Antonio José Alves de. João da Silva Feijó e os dilatados sertões: Pensamento Científico e representações do mundo natural na Capitania do Ceará (1799-1816). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p. 105-107. Ainda o mesmo autor contribui para essa discussão expondo as recomendações do Secretário de Governo José de Faria, quando este lança um aviso aos oficiais, moradores e senhores de fazenda para que evitassem abrigar em sua propriedade “homens alguns vadios, e ociosos”, e que não aceitassem de modo algum para o trabalho nas fazendas aqueles que não fossem estritamente necessários ao trabalho com gado e lavoura, não permitindo de forma alguma “criminosos ou desertores tanto destas como de outra qualquer capitania”. E quando fosse o caso de saber seus antecedentes, a recomendação era de que fosse feita a prisão e remetidos à cadeia.

Na corrente dessa discussão, A.J.R. Russell-Wood facilita nossa compreensão sobre a “autonomia” das famílias moradoras das regiões mais afastadas das principais cidades e/ou vilas, quando explica que os donos de fazendas de gado nos sertões do Brasil faziam parte dos grupos que não foram atingidos pelas políticas da coroa portuguesa em relação à colônia no século XVII: “Dois grupos não foram atingidos pelas medidas implementadas pela metrópole ou pelo governo colonial no século XVII. O primeiro deles era constituído pelos proprietários de fazendas de gado no sertão, cujo estilo de vida lhes conferiu o título de *poderosos do sertão*. Eles viviam e operavam na maioria dos casos fora daquilo que as autoridades metropolitanas consideravam como a fronteira entre a civilização e o barbarismo, situando-se para além do espaço onde se observava um efetivo cumprimento dos editos reais e das leis portuguesas. O seu *modus operandi* os colocava em posição de estranhamento em relação à Coroa e seus representantes na colônia. Dispunham frequentemente de exércitos constituídos por homens de confiança, viabilizando assim sua atuação arbitrária. Estes potentados das áreas mais distantes puderam assumir uma posição de ignorar uma sucessão de editos reais da década de 1690, que visavam limitar o tamanho das sesmarias. Auto-suficiência, distância e inacessibilidade faziam deles elementos inalcançáveis para a Coroa. Cf. RUSSELL-WOOD, A.J.R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800. Revista Brasileira de História. vol. 18 n. 36, São Paulo. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=en&nrm=iso&tlang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=en&nrm=iso&tlang=pt)> Acesso em 11 de novembro de 2017.

difamações a seu respeito. Segundo Montaury, o Ouvidor o acusava de querer para si, em benefício próprio, os produtos naturais da capitania. Essas acusações irritavam João Batista Montaury a tal ponto que chegou a pedir uma intervenção do ministro Martinho de Melo e Castro contra André Ferreira de Almeida, porque, segundo ele, o desrespeito do Ouvidor contra sua pessoa estava tão forte que chegava a persuadir a população contra o Capitão-mor, afetando diretamente as ordens dadas sobre a coleta de recursos naturais e, consequentemente, as remessas para a metrópole. A situação estava tão incontrolável que em 1785<sup>96</sup> ambos enviaram cartas para a corte trocando acusações mútuas e pedindo providências contra os desmandos praticados entre si e contra os moradores locais.

Este acirramento nas relações das autoridades locais abre espaço para outras discussões, tais como o caráter controverso da figura de Montaury<sup>97</sup>, bem como a estrutura burocrática do estado português no Período Colonial. Em *Traços gerais da administração colonial*, contido no livro *Fiscais e Meirinhos*, de Graça Salgado (1985), explica que no quadro geral de divisão de cargos administrativos na colônia, o caráter minuciosamente organizado das funções e suas respectivas jurisdições estava envolto, na verdade, em uma total desorganização na medida em que as próprias atribuições das funções não estavam totalmente definidas por área de atuação<sup>98</sup>:

O governador-geral, por exemplo, tinha pelo regimento de 1548 amplas competências fiscalizadoras sobre os demais funcionários administrativos, tanto na sede do governo quanto nas demais capitâncias. Contudo a sua atuação no caso dos mais altos funcionários (provedor-mor, ouvidor-geral e capitães/governadores de capitâncias) esbarravam nas determinações dos regimentos passados a tais funcionários, que lhes concediam ampla autonomia no exercício do seu poder, apesar de limitá-lo (regra comum a toda a administração colonial) ao controle estrito dos órgãos metropolitanos. Em relação a esses funcionários, o governador-geral teve, é certo, uma ascendência

<sup>96</sup> OFÍCIO do Capitão-mor do Ceará, João Batista Azevedo Coutinho de Montaury, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre as disputas e desavenças ocorridas entre ele e o ouvidor André Ferreira de Almeida Guimarães, 01 de abril de 1785. Caixa 10; Doc.: 612. Digitalizados; Disco 2; Pasta 10; n. 411; Carta do Ouvidor do Ceará, André Ferreira de Almeida Guimarães, à rainha D. Maria I, a queixar-se dos desmandos e violências do capitão-mor, João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury, contra a sua pessoa e a população da capitania, em especial à praticada contra um índio, chamado Braz, da casa de Bernardo Gomes Pessoa, 02 de maio de 1785. Caixa 10; Doc.: 613. Digitalizados; Disco 2; Pasta 10; n. 416.

<sup>97</sup> Antonio José Alves de Oliveira acerca desse assunto comenta que a imagem que o Capitão-mor deixou registrada na historiografia foi a de um sujeito que pouco fez pela capitania do Ceará. Citando o célebre Guilherme Studart, que no período em que esteve à frente do governo “[...] nada fez de notável, não em excessivo e mal-entendido rigorismo. Não promoveu benefício algum da Capitania, empregando o seu despotismo em arbitrariedades contra mizeráveis em que recaía a sua ojeriza”. OLIVEIRA, Antonio José Alves de. João da Silva Feijó e os dilatados sertões: Pensamento Científico e representações do mundo natural na Capitania do Ceará (1799-1816). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p. 103.

<sup>98</sup> SALGADO, Graça. Traços gerais da administração colonial. In: Fiscais e meirinhos: a Administração no Brasil Colonial. Org: Graça Salgado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985. p. 53.

de caráter essencialmente formal, a despeito de que algumas prescrições legais os subordinassem, em termos hierárquicos, à sua autoridade administrativa.<sup>99</sup>

No que se refere à administração das capitania, a mesma autora aponta para o fato de que a distribuição de cargos seguia os moldes da divisão para o Estado do Brasil, ou seja:

Nas capitania, delegava-se a supervisão geral dos negócios régios aos CAPITÃES-GOVERNADORES, auxiliados, como na instância do governo-geral, por uma gama de funcionários responsáveis por diversos ramos da administração. O PROVEDOR, réplica local do provedor-mor, era o encarregado da fiscalização, arrecadação e demais atividades atinentes ao setor fazendário. Vários outros oficiais menores o auxiliavam nessas funções. Na área judicial, o OUVIDOR era o principal agente incumbido da aplicação da lei e, como na administração central, vários funcionários de menor graduação o secundavam em suas competências judiciais. A defesa das capitania era encargo dos capitães-governadores, que dividiam essa atribuição com os ALCAIDES-MORES e os CAPITÃES-MORES DE ORDENANÇA<sup>100</sup>.

Em uma sociedade pautada na execução de serviços em troca de mercês, não nos parece fora de órbita que as intrigas e desavenças experienciadas entre os funcionários régios da capitania tenham sido semelhantes ao que ocorria com os administradores gerais. Por isso mesmo a disputa entre as duas autoridades locais atrapalhava os interesses da coroa, porque atrasava as remessas de produtos naturais e, concomitantemente a isso, as análises também eram prejudicadas, adiando as decisões da administração real sobre a exploração do mundo natural da capitania. Vieram então as mudanças ocorridas na administração, e assim o Ceará se inseriu de vez na rota do pensamento científico e ilustrado do governo português. A metrópole passou a criar mecanismos para o incentivo à agricultura, tais como transplantação e aclimatação de novas espécies vegetais.

A nomeação de Manuel Magalhães Pinto de Avelar é reveladora neste sentido. Mesmo não mantendo boas relações com o ainda Capitão-mor João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury, ainda assim entre os anos de 1786 a 1788 ele mantém fluxo contínuo de ofícios dirigidos a Lisboa com notícias sobre os três reinos da natureza. O novo Ouvidor da capitania destoava de seus antecessores por já demonstrar familiaridade com os estudos científicos desenvolvidos por Lineu e por Domingos Vandelli, este último a quem chega a atribuir sua formação. Dizia ele que: “Espero de brevemente por na respeitável Prezença de V. Ex<sup>a</sup>. huma pequena coleção de Plantas Medicinais, e Exóticas, e algumas, ao que me parece,

<sup>99</sup> SALGADO, Graça. Traços gerais da administração colonial. In: Fiscais e meirinhos: a Administração no Brasil Colonial. [Org: Graça Salgado]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985. p. 53-54.

<sup>100</sup> *Idem, ibid.*, p. 66. A título de melhor compreensão sobre cada cargo criado no Período Colonial, ver a *Relação sistemática de cargos e órgãos* compreendidos entre as fases de 1530 a 1808, presentes na mesma obra.

ineditas em Lineu, o que melhor decidirá o Doutor Vandelli, meu Mestre<sup>101</sup>". Além disso, como exposto mais acima, se esforçou para catalogar a presença da quina no Ceará.

Toda essa movimentação em torno dos produtos advindos da terra visava um único propósito: diversificar a economia da capitania, aumentando as arrecadações reais. As condições existentes, contudo, não favoreciam a diversidade de gêneros agrícolas. A questão do plantio da mandioca, a título de exemplo, continuava sendo barreira a ser superada mesmo após quase duas décadas da gestão de João Batista de Azevedo de Montaury. Em 1801, Bernardo Manuel de Vasconcelos dava conta de ordens recebidas diretamente da corte acerca do cultivo deste gênero no Ceará e as medidas que foram tomadas:

Tendo-me V. Ex.<sup>a</sup> dito no Seo Officio de 1 de Novembro do anno passado que em consequencia da Conta o Intendente geral da Policia da Corte e Reino dera ao Principe Regente Nossa Senhor sobre a prompta sahida que teve a Mandioca vulgarmente chamada Farinha de Pao conduzida pelos Mestres dos Navios dos Comboios que a esse Porto de Lisboa chegarão do Pará e Maranhão Ordenava o mesmo Augusto Senhor que eu procure com a maior actividade, e zelo augmentar, e promover cada vez mais a cultura deste Genero necessário e interessante. Passei immediatamente a expedir Officios às Camaras em cujos Districtos se não costumava ou por indolencia, ou por antiga persuazão a cultivar este genero para que em virtude da Real Ordem, que V. Ex.<sup>a</sup> me dirigio avizassem aos donos de Fazendas e pessoas abastadas, que nas terras que por qualquer titulo possuissem começassem logo a estabelecer plantaçoens da Mandioca, não só na conformidade da mesma Ordem para comum subsistencia destes Habitantes, mas tambem a for de todos os Povos desse Reino nas occazioens em que delle venhao a estes Portos embarçaçoens de guerra da Corôa ou Mercantes para nelles se fazer a exportação do mencionado Genero<sup>102</sup>.

Conclui destacando que, na ocasião de uma viagem que fez à Vila de Lavras da Mangabeira para inspecionar as minas de ouro descobertas na região em tempos pretéritos, aproveitou para estimular os habitantes a se inclinarem no plantio da mandioca. Orgulhava-se por, segundo ele, ter conseguido bons resultados neste sentido, de modo que já colhia os frutos dessa investida, apresentando números referentes à colheita que giravam em torno de “mil e cem alqueires da dita Farinha”, que seriam tanto exportados quanto usados para o suprimento da colônia.

Ressaltamos que, na conjuntura de ocupação e formação do Ceará, a partir dos Setecentos e no decorrer do século dezenove, o território cearense era visto continuamente como um local de grande fertilidade. Mesmo João da Silva Feijó, como veremos em capítulo

<sup>101</sup> OFÍCIO do Ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto de Avelar, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo amostras de alguns produtos da história natural do Ceará, 04 de agosto de 1788. Caixa 12; Doc.: 659. Digitalizados; Disco 2; Pasta 13; n. 64.

<sup>102</sup> OFÍCIO do Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o incentivo à plantação de mandioca, 30 de setembro de 1801. Caixa 15; Doc.: 865. Digitalizados; Disco 2; Pasta 15; n. 149.

ulterior, considerava o ambiente da capitania receptivo para a cultura de outros gêneros, a despeito de sua visão de natureza degenerada. Esse solo fértil só era alterado nos momentos de estiagem, mormente as secas rigorosas e prolongadas. A rigorosidade deste fenômeno, por outro lado, ainda não fazia parte do imaginário dos colonizadores, que pouco mencionam nos documentos os períodos de estiagem, quando muito fazem referência parcialmente à seca de 1791 a 1793. Portanto, não nos causa estranheza que nas falas dos administradores coloniais a prosperidade da colônia através do incentivo à agricultura fosse algo tão recorrente.

Tais observações merecem destaque porque vão de encontro às questões que propomos levantar neste capítulo, quais sejam: situar os discursos das autoridades coloniais sobre a natureza da capitania do Ceará – pródiga, fértil, com potencial para o desenvolvimento econômico agrícola – em face de um período marcado por mudanças profundas a qual passava Portugal naquele momento. Transformações de ordem educacional, política e econômica que iriam reverberar nas colônias e nos modos de administrá-las.

O próprio Bernardo Manuel de Vasconcelos, logo que assume a governadoria do Ceará, em 1799, envia para a administração superior em Lisboa uma carta descrevendo detalhadamente a situação em que havia encontrado a capitania. Entre os pontos detalhados, baseado em mapa administrativo elaborado pelo ex-provedor Francisco Bento Maria Targini, menciona ser o “Ar saudavel, o Ceo sereno, Campinhas amenas, Serras fertilissimas, Rios caudalozos, maiorm<sup>te</sup>. na Estação das Agoas”. Como dito mais acima, a seca ainda não habitava a mentalidade do colonizador no século XVIII, deste modo nem mesmo o fenômeno de 1791 a 1793 era capaz de abalar o nutritivo solo da capitania, pelo que enfatiza que “sendo hum terreno de tanta fecundid<sup>e</sup>. que na preterita Seca inaudita mandou aos Portos do Seu consumo, para sima de trinta mil arroubas de algodão, quarenta mil arroubas de carne seca, e cem mil Couros salgados, e outros m<sup>tos</sup>. generos”. A colônia cedia, assim, terreno propício para a agricultura, engrandecendo o reino, mas ainda segundo o governador, a indolência dos habitantes e a falta de incentivo real não facilitavam a diversificação de outros gêneros, tais como: “coxonilha, anil, café, canella, pimenta, e a ipecacuanha”. Além desses produtos, lembrava ainda da pouca inclinação a se preservar as madeiras de lei, que poderiam ser usadas em construção naval.

Vasconcelos neste texto ainda aponta o que ele considera como um outro problema encontrado no contexto local, mas que em nossa leitura enxergamos mais como uma continuidade ou mesmo consequência dos obstáculos já enfrentados pela capitania. Segundo ele, a falta de “homens habeis” a nível local era um empecilho, posto que era necessário pessoas que pudessem guiar pelas mãos os lavradores a ponto de estes poderem tirar todo o máximo de

produção da terra. Alinhado à falta de homens práticos havia a ausência de “artifícies capazes de construirem as maquinas, instrumentos, que augmentão as forças, e facilitão o trabalho”.

O mesmo governador confirma nossa hipótese de que os obstáculos encontrados eram uma consequência da política metropolitana em relação ao Ceará. Segundo adiante no trecho onde comenta a questão dos homens hábeis e artífices, indaga que essa problemática era decorrente da falta de apoio e incentivo às letras e ciências por parte de Lisboa, o que não ocorria com outras capitâncias, como Mato Grosso, Cuiabá e Rio Negro. Para estes locais ressalta que eram enviadas “Escollas, desde as primeiras Letras, athe Philosophia e Grego; Mathematicos, Engenheiros, Naturalistas e Artifices”, enquanto “o Siará na costa Marítima da América, prometendo mil riquezas a nossa Capital, não tem athe agora, hum Mathematico, hum Engenheiro, hum Naturalista, hum Artifice, hum Medico, e nem hum habil Cirurgião, sendo a Cauza porque vive escondido debaixo do manto de Pernambuco<sup>103</sup>”. Supomos que a posição de fronteira das três capitâncias acima citadas justificasse a atenção demonstrada pela metrópole em detrimento de outras, como observado por Bernardo Manuel de Vasconcelos para o caso da capitania do Ceará.

A preocupação em torno da ausência de mãos habilidosas e práticas capazes de desenvolver plenamente as artes e as ciências na capitania davam o tom do que se julgava necessário para o progresso econômico em torno da lavoura cearense. Criava-se assim um *prognóstico*<sup>104</sup>.

No caso específico da capitania do Ceará, os prognósticos dos governadores em relação ao progresso econômico em face da agricultura não se concretizaram. E não se concretizaram porque estes sujeitos não se basearam na experiência histórica da colônia em relação ao cultivo agrícola. Não havia histórico de fenômenos ligados nem ao plantio

<sup>103</sup> CARTA do Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que descreve pormenoradamente a referida capitania em aspectos relativos à população, agricultura e comércio, 1799. Caixa 13; Doc.: 745. Digitalizados; Ceará 2; Pasta 13; n. 472.

<sup>104</sup> Utilizamos este conceito a partir de Reinhart Koselleck em *Estratos do Tempo*. Segundo este autor, os prognósticos nada mais são do que ideias de凭vir que podem se mostrar verdadeiras ou não. Mas o que torna um prognóstico suscetível de realizar-se? Para Koselleck, os prognósticos têm total relação com as estruturas do passado, com os estratos do tempo e com a repetibilidade dos fatos. Deste modo estão vinculados uns aos outros. São através deles que projeções podem ter maiores ou menores chances de acontecerem, porque “[...] o passado está contido em nossa experiência e pode ser verificado empiricamente. O futuro foge à nossa experiência e, portanto, não pode ser verificado”. Nesse sentido ainda enfatiza que, quanto mais repetições históricas houver, maiores são as chances de concretude de um prognóstico. A análise recai sobre as formas como os sujeitos avaliam a experiência histórica para proferir suas previsões. Como essas colocações são proferidas no tempo do sujeito que as expõe, sua capacidade de lidar com o futuro se torna estanque neste ponto. A partir daí não consegue tomar conhecimento se seus prognósticos se concretizarão ou não. No caso do trato com fontes para pesquisa histórica, a tarefa de validar tais projeções cabe a nós historiadores. Cf. KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto. PUC-Rio, 2014. (a)

recorrente, muito menos a um progresso da agricultura na história do processo de ocupação da capitania, ao contrário do que ocorria em outras partes do Brasil. Mesmo se levarmos em consideração somente a repetibilidade dos fenômenos, porque afinal estávamos limitando a análise aos três níveis de tempo<sup>105</sup>, como preconiza Koselleck (2014), ainda assim temos que as projeções não se realizariam, porque não havia ainda àquela altura qualquer indício de uma repetição histórica baseada em um desenvolvimento agrícola.

A chegada a esta conclusão foi possível graças à comparação entre os discursos dos chefes administrativos do Ceará, tanto no Período Colonial quanto no Imperial. Analisando os pronunciamentos feitos por presidentes de província ao longo do século XIX em relação ao estado da agricultura no Brasil, notamos que a visão que se tinha praticamente não se alterou. Os motivos que levavam à estagnação variavam conforme a fala do presidente em exercício, mas de modo geral o aumento da economia agrícola era sempre algo que se esperava atingir, nunca chegando de fato a se concretizar. Neste sentido, destacamos a fala do presidente Francisco de Sousa Martins no relatório apresentado à Assembleia Legislativa no ano de 1840. Dizia ele que:

A nossa Província, nunca poderá competir com outras muitas do Império na abundância dos productos agrícolas: porque as terras mais appropriadas ao cultivo dos generos coloniais são somente as chapadas das altas Serra, e o fertelissimo valle do Cariri; o qual pela longa distância, em que se acha dos portos de embarque e consequente dispendio dos transportes, fica inteiramente inutilisado para o comercio de exportação. Os demais terrenos da Provincia genericamente fallando, só produsem bem os legumes ordinarios, que servem para o consumo interno<sup>106</sup>.

Como podemos observar neste caso, os motivos que levavam a província ao não desenvolvimento pleno dos produtos agrícolas estavam mais diretamente ligados à topografia da região. Abandonava-se a ideia difundida no século anterior de que a totalidade do Ceará era fértil, propícia ao cultivo de todos os gêneros, para adotar a premissa de que somente nas regiões de serra ou chapadas (Baturité, Ibiapaba, Araripe) era possível se realizar uma lavoura de extensão, voltada tanto para as demandas internas quanto externas. Por outro lado, o isolamento

<sup>105</sup> Os três níveis de tempo podem ser definidos como curto prazo, médio prazo e o meta-histórico, que se destaca por ser atemporal. O curto prazo se caracteriza por nele comporem as atuações imediatas dos sujeitos, aquilo que ainda está acontecendo, que são decorrentes de suas próprias ações; o médio prazo implica fatores externos que geralmente fogem ao controle do agente, por exemplo, crises econômicas, fenômenos climáticos, guerras ou instabilidade política, introdução de novas técnicas, que levam determinado espaço de tempo para se fixarem na experiência histórica; e, por fim, o meta-histórico está disposto nas experiências que se mostraram válidas e que foram registradas em provérbios com o intuito de executar uma repetibilidade. KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto. PUC-Rio, 2014. p. 202-203 (a).

<sup>106</sup> CEARÁ. Relatório que apresentou o exm. senhor doutor Francisco de Sousa Martins, presidente desta província, na occasião da abertura d'Assemblea Legislativa Provincial no dia 1.o de agosto de 1840. Ceará, Typ. Constitucional, 1840. p. 10. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

dessas regiões ocasionado por falta de meios de comunicação, fosse terrestre ou fluvial, impedia que a produção pudesse escoar, fazendo praticamente com que se tornasse matéria descartável para o incremento econômico.

A ausência de novas técnicas de aperfeiçoamento e controle de pragas também se mostrava como uma barreira quase intransponível. Neste mesmo relatório, Francisco de Sousa Martins revela os infortúnios vivenciados pelos plantadores de algodão com relação à praga da ferrugem, que estava assolando toda a produção. Não há indícios de que a utilização de técnicas científicas para o controle de pragas tenha sido praticada para minar este problema. A esperança de melhora estava depositada no tempo da natureza, somente a ela caberia o processo de melhora deste produto. Só a partir disso se poderia voltar a pensar no algodão como forma de geração de grandes riquezas para a província.

O atraso se fazia sentir em anos ulteriores. Em 1844, José Maria da Silva Bitancourt apresenta o relatório de seu governo. Dentre os pontos levantados sobre a agricultura, ressaltava os problemas ainda enfrentados nas lavouras de algodão devido à doença da ferrugem, forçando ainda mais a produção, colheita e exportação. A diversificação com outros produtos também não indicava sinal de melhoria para a província. O fumo não despertava interesse dos lavradores e a cana permanecia sendo cultivada e processada de forma bastante rudimentar, com os agricultores não demonstrando iniciativa em modernizar seus engenhos:

[...] Muito converia, que os proprietarios, conscos de seus verdadeiros interesses, deixassem essas rotinas reprovadas, e lançassem mão dos novos processos, que o aperfeiçoamento da mecanica, e chymica tem ensinado. Elles tudo ganharião sem nada perder, por isso que agora principiao, e não tem que demolir para crear. He verdade que os novos maquinismos são mais dispendiosos; porém dão elles tanta vantagem no emprego do tempo para extracção do summo, ou caldo, e tanto proveito na crystalisação da substancia sacharina, ou destilação do alcool, que bem compensados ficão logo estas maiores despezas. A cosedura do caldo por meio do vapor, segundo sistema de Derosne tem sido aconselhado com preferencia, e o uso da prensa hydraulica para a extracção do caldo tem merecido elogios; eu não o posso todavia sustentar, com quanto conheça o poder de hum, e outro agente, por que ainda não tive occasião de os vê applicados ao objeto<sup>107</sup>.

O presidente destacava ainda o recebimento do jornal *Auxiliador da Industria Nacional*, recomendado pelo governo imperial, para que pudesse tornar públicas as ideias nele contidas e assim aprimorar as técnicas existentes na província, o que de certa forma já explica as instruções de cunho industrial defendidas por ele na passagem acima. Exemplo disso é a

---

<sup>107</sup> CEARÁ. Relatorio do ex.mo presidente e commandante das armas da provincia do Ceará, o brigadeiro José Maria da Silva Bitancourt, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1.o de julho de 1844. Ceará, Typ. Cearense de J.P. Machado, 1844. p. 15-16. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

defesa do uso das “caldeiras de processamento a vácuo do caldo de cana fabricadas pela firma francesa Derosne & Cail, que elevavam em muito o rendimento açucareiro e a produtividade do trabalho escravo<sup>108</sup>”.

Não obstante deixava claro no pronunciamento que poderia, sim, a agricultura e o comércio de grão e gêneros cresceram no Ceará, “[...] não pode porêm esperar-se, que essa diferença se faça sensivel d’hum a outro anno; ella virá tanto mais promptamente, quanto mais tranquilla se conservar a Provincia, mais laboriosa se tornar sua população, e mais justo, e creador fôr seu governo<sup>109</sup>”.

Discursos nessa perspectiva serão sintomáticos por praticamente toda a primeira metade do século XIX no Ceará enquanto província imperial. Na esteira desse pensamento está o proêmio do relatório do presidente Ignacio Correia de Vasconcellos, apresentado em sessão da Assembleia Provincial de 1847. Sobrecarregado ainda pelas consequências da seca que atingiu a província entre 1844 a 1846, decide iniciar a demonstração frente aos parlamentares esboçando breves considerações seguidas de alertas sobre como essa intempérie tendia a influenciar diretamente os negócios provincianos, obstruindo com seus agravos a prosperidade a que tanto a elite local almejava. Deste modo, dizia que:

O mal preterito que só pode ser remediado pelo bem futuro; este que jamais poderemos consegui-lo se no presente delle não nos occuparmos, nos devem merecer a mais seria e acurada attenção. Convém pois que empreguemos quanto for possivel as nossas forças a fim de evitarmos a calamidade, que tantas vezes nos tem batido a porta, e não ficarmos atraz das demais provincias do imperio. *Quando todas se occupão de grandes melhoramentos materiaes; quando procurão e em parte tem conseguido aperfeiçoar os mais importantes ramos da sua industria; quando em todas ellas se crião sociedades e instituições das quaes vão colhendo grandes benefícios; o Ceará, entregue a mil obstaculos, que impedem o seu desenvolvimento, parece ficar muito a quem do que ja hoje deveria ser.* A industria em geral se acha no maior atraso. A agricultura, esse manancial do qual tudo poderíamos esperar, não tem sido incarada como a primeira, e talvez a unica fonte d’onde ha de emanar a nossa prosperidade: ella, bem se pode dizer, é quasi exercida somente pela classe pobre, q’ não tem a força necessaria para leval-a ao ponto conveniente aos interesses da província. *Dahim vem em grande parte o mal da fome de que em repetidas occasões temos sido victimas, pois nossos agricultores em lugar de plantarem alem do que reclamão as suas precisões e as da província, muitas vezes nem para si mesmo chega o que colhem*<sup>110</sup>. (Grifos nossos)

<sup>108</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. Introdução. In: TAUNAY, Carlos Augusto. Manual do agricultor brasileiro. Org. Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 21-22.

<sup>109</sup> Relatorio do ex.mo presidente e commandante das armas da província do Ceará, o brigadeiro José Maria da Silva Bitancourt, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1.o de julho de 1844. Ceará, Typ. Cearense de J.P. Machado, 1844. p. 16. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

<sup>110</sup> CEARÁ. Relatorio apresentado a Assemblea Legislativa Provincial do Ceará pelo presidente da mesma província, o coronel graduado Ignacio Correia de Vasconcellos em o 1.o de julho de 1847. Ceará, Typ. Fidelissima de F.L. de Vasconcellos, 1847. p. 2 e 3. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

No discurso de Ignacio Correia de Vasconcellos, notamos a presença de algumas das mesmas reclamações proferidas pelos governadores do Ceará enquanto capitania do regime colonial, João Batista Azevedo de Coutinho Montaury e Bernardo Manuel de Vasconcelos. Chama a atenção as comparações com outras províncias, que, na visão do presidente, gozavam de muito mais prosperidade decorrente de instituições de cunho científico, de incremento na indústria – que englobava nesse conceito a agricultura e as manufaturas em geral –, além da pouca inclinação dos habitantes em praticar a lavoura, mesmo aquela destinada para subsistência. Tais comparações compunham a narrativa e mostravam um Ceará tal como se ainda estivesse na virada do século dezoito para o dezenove.

Denotamos através do que foi exposto acima, baseando-se nos três discursos dos Presidentes da Província do Ceará, que em um espaço de sete anos, ou seja, entre 1840 a 1847, os prognósticos levantados ainda no Período Colonial pelos governadores locais acerca da era de prosperidade que seria vivenciada pelo Ceará através da agricultura, por conta de seu terreno fértil, rios caudalosos e sua estação das águas, de fato, até àquela altura, não haviam se concretizado. Na primeira metade dos Oitocentos, a província ainda vivia momentos de vislumbre, à espera do inaudito crescimento econômico e do progresso de sua população, semelhantes ao que já viviam outras províncias, especialmente as do Sul do império.

As mudanças observáveis dentro dos discursos destes três sujeitos remetem à assimilação de novas barreiras que pudessem justificar o sintoma de atraso que vivia a província. No Relatório de Francisco de Sousa Martins, de 1840, os problemas baseavam-se exclusivamente no desenho geográfico e geológico da região, que impedia que gêneros produzidos sertões adentro pudessem ser escoados para o porto da capital; José Maria da Silva Bitancourt argumentava sobre a falta de disposição dos agricultores em adotar práticas modernas de plantio e colheita, além de não demonstrarem inclinação às novas culturas; por fim, em Ignacio Correia de Vasconcelos percebemos uma realidade próxima daquilo já exposto pelos governadores ainda no período que o Brasil era colônia de Portugal, além de ser possível observar a seca como um iminente causador dos problemas vividos na província em relação à expansão agrícola, destacando a necessidade para remediar seus efeitos.

Por outro lado, é interessante notar que, no crepúsculo do século XIX, precisamente em 1893, quando o Império já havia findado e passávamos a viver sob o alvorecer do período republicano, as percepções sobre a realidade econômica do Ceará, especialmente as que envolviam a agricultura, ainda eram, por assim dizer, as mesmas, se comparadas com aquelas produzidas entre o final dos setecentos e primeira metade dos oitocentos. É o que nos mostra

Thomaz Pompeu de Souza Brasil Filho no seu proêmio ao trabalho sobre os produtos do Ceará remetidos à Exposição de Chicago. Nesse texto, ao expor a parte econômica de início, já nos diz que a “agricultura – este ramo de indústria não tem feito progresso no estado<sup>111</sup>”. Segundo no mesmo parágrafo o autor atesta:

Pode-se afirmar sem receio de contradita que ainda hoje são usados na lavoura os processos e instrumentos rudimentares que o colono portuguez empregou ao rotear as mattas virgens que encontrou, isto é, abater as árvoreas, deixal-as expostas ao sol para seccar e queimal-as em seguida afim de obter a potassa das cinzas.

Por este systema, mais de metade das mattas da província foram abatidas, sem proveito para a lavoura e em deproveito do solo que, não preservado da accão dos raios solares, resequio a ponto de impedir a vegetação por falta da porosidade necessaria para alimentar com humidade e ventilação a raiz da planta<sup>112</sup>.

Como podemos perceber, a crítica inicial já recai sobre a permanência dos modos de cultivar dos agricultores herdados da colonização portuguesa. Considerados primitivos em suas técnicas por adotar pura e simplesmente o sistema de derrubadas e queimadas de matas, é apontado pelo autor como uma das responsáveis pelo estado de atraso da agricultura no estado. Aliado a esse sistema destrutivo estavam presentes os instrumentos agrícolas, a saber, a foice, o machado e a enxada, peças estritamente para trabalhos manuais, ou seja, sem a incorporação de maquinários mais modernos que pudessem otimizar e melhorar as produções. Além disso, Pompeu Filho comenta negativamente sobre o método de semear, que se limitava em escavar superficialmente a terra para receber a semente, posto que nestas circunstâncias “[...] os saes nutritivos que se acham na superfície são depressa gastos sem se renovarem com os das camadas inferiores”. O autor não chega a esboçar uma alternativa para esta situação considerada por ele mesmo como um problema<sup>113</sup>.

Toda a preocupação em expor através de análise histórica o passado econômico da então província do Ceará estava centrado no próprio projeto da Comissão de Chicago. Tendo entre seus integrantes grandes comerciantes locais, como Isaie Boris, proprietário da loja de importações e exportações Boris Freres et Cie., e membros do Instituto Histórico do Ceará, tais como Bezerra de Menezes, Júlio César da Fonseca, além do próprio Pompeu Filho, a proposta dos responsáveis pela Comissão era traçar de maneira científica a história do Ceará, apontando os vícios e virtudes em termos gerais, para que isso pudesse servir de atrativo ao capital estrangeiro. Atuavam no poder com suas ideias científicas e “[...] defendiam um ideal de

<sup>111</sup> BRAZIL FILHO, Thomaz Pompeu de Souza. Estado do Ceará na Exposição de Chicago. Fortaleza. Typ. d'A Republica – Rua do Major Facundo, n. 54. 1893. p. 65

<sup>112</sup> *Idem*, *ibid.*, p. 65.

<sup>113</sup> *Idem*, *ibid.*, p. 66.

progresso e desenvolvimento econômico ‘entendido como reverso do atraso colonial, isto é, a herança do domínio português, que permanecia viva numa economia exclusivamente agrária e numa sociedade de privilégios instituídos<sup>114</sup>’’.

Continua seu texto tecendo críticas acerca da falta de variedades na cultura agrícola. Para ele, limitar a terra à lavoura de apenas três gêneros (café, algodão e cana de açúcar) era fazer com que o solo dentro de brevíssimo tempo se tornasse “cansado”, improutivo, porque nem mesmo a iniciativa de adubação os lavradores carregavam consigo, sendo ainda adeptos de uma agricultura itinerante: “as terras se tornam *cansasadas*, como vulgarmente se diz, depois de alguns annos de trabalho, e como imprestáveis são desamparadas por outras mais longinquas, que por seu turno também se esgotam<sup>115</sup>”.

Trata-se de um texto rico em detalhes em que o autor faz algumas considerações sobre o histórico da natureza agrícola no Ceará para servir de apresentação para a Exposição Industrial de Chicago, por isso sua relevância não pode ser diminuída. Como afirma Almir Leal de Oliveira:

Ele procurou reunir o conhecimento sobre o Ceará que pudesse indicar uma intervenção na ordem do progresso que fosse guia do desenvolvimento capitalista no Ceará. Visou Pompeu Filho, sobretudo, a complementação do estudo estatístico que seu pai publicou em 1861. Dessa forma, aqueles que quisessem conhecer o Ceará no início do período republicano teriam ali um guia completo<sup>116</sup>.

Chama a atenção, por exemplo, dentre os vários pontos tocados em sua narrativa<sup>117</sup>, a análise retrospectiva em cima dos discursos proferidos por alguns presidentes de província do Ceará, alguns deles inclusive citados anteriormente neste trabalho. Sua intenção é mostrar como passado e presente estão integrados quando o assunto é a agricultura e seu grau de estagnação. Por um lado, reconhece que a cultura do solo sofreu alguma melhora, afinal estamos falando da

<sup>114</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. O Ceará na Exposição de Chicago (1893): ciência e técnica. In: Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará: Ciência e Tecnologia/Arquivo Público do Ceará. Fortaleza, v 1 – 2005. p. 82-83.

<sup>115</sup> BRAZIL FILHO, Thomaz Pompeu de Souza. Estado do Ceará na Exposição de Chicago. Fortaleza. Typ. d'A Republica – Rua do Major Facundo, n. 54. 1893. p. 66.

<sup>116</sup> OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 89-90.

<sup>117</sup> Suas outras considerações a respeito do estado da agricultura no Ceará, *grosso modo*, envolviam a ausência de incentivos à introdução de máquinas modernas, capazes de tornar o trabalho mais eficiente e menos oneroso e, dentro da lógica de incentivo, em seu entendimento, o que pesava também era a falta de capital, de bancos que pudessem oferecer créditos aos lavradores. Primeiro por que a circulação de dinheiro no Ceará era visivelmente deficiente, mal tendo condições de suprir as necessidades da capital, muito menos as do interior. Segundo, que por ser a agricultura uma atividade econômica “sujeita a mil accidentes”, tais como irregularidades climáticas, incêndio, ataques de animais, ataques de parasitas, negligência do lavrador etc., tudo isso fazia com que os banqueiros fossem carregados de incerteza quando ao reembolso da quantia tomada de empréstimos, consequentemente, a burocracia aumentava, o dinheiro que circulava para atender às demandas da lavoura diminuía e o atraso da agricultura persistia. BRAZIL FILHO, *op. cit.*, p. 67-71.

ordem de pelo menos 50 anos de diferença, se tomarmos o primeiro discurso ao qual ele usa como referência, do ex-presidente provinciano Ignacio Correia de Vasconcelos. Por outro lado, o caráter nada animador de sua visão volta à tona quando diz que “[...] muito falta para consolidar-se e tornar-se uma industria prospera e lucrativa<sup>118</sup>”. Para corroborar sua tese, diz que:

Das falas presidenciaes, exaradas em documentos officiaes, deprehende-se que pouco ou quasi nenhum progresso tem feito a agricultura neste estado, em relação a qualidade dos productos, depois que emancipou-se da tutella da União.

Um a um, lamentam seus administradores a permanêncie e continuidade do mesmo regimen de plantações, que reputam tão rudimentar como nos primeiros séculos da colonisação portugueza. Nenhum processo novo vem quebrar a monotonia da *rotina* ou mostrar espírito de progresso no lavrador<sup>119</sup>.

A partir deste ponto, ele retoma a fala de alguns ex-presidentes provinciais, inicialmente citando Ignacio Correia de Vasconcellos:

Eis o que se nos depara nas falas presidenciaes: No relatorio com que abriu a sessão de 1.º de Julho de 1847 disia o presidente Ignacio Correia de Vasconcellos:

A agricultura, esse manancial do qual tudo poderiamos esperar, *não tem sido encarada como a primeira e talvez a unica fonte d'onde ha de emanar a nossa prosperidade*; ella bem que se pôde dizer é *quase exercida*, somente, *pela classe pobre*, que não tem a força necessaria para leval-a ao ponto conveniente aos interesses da província.

Despida absolutamente de lagos e rios, sem possuir essas grandes mattas que, conservando o solo sempre molhado e humido, purificando os ares, e attrahindo a electricidade que passa sobre suas frondosas cabeças, desafia e faz produzir as chuvas, a província tem de todo despresado um dos pontos mais importantes de que deveria se ocupar, e visto com os olhos de indifferença suas poucas mattas cahirem ao golpe destruidor do machado do agricultor ignorante. D'isto tem resultado a esterilidade de nossos invernos.

A nossa primeira necessidade é a agua; e por que não tivemos a ventura de possuir lagos e rios perennes para refrescarem os nossos campos ao menos conservemos as poucas mattas que temos, e procuremos formar outras.

Essas considerações me levam a pedir-vos que decreteis a repressão da continua e improfícua *derribada de nossas mattas*, premiando os que ao fim de 10 annos apresentarem um plantio de certo numero de arvores, que mais servirem á edificação, etc<sup>120</sup>. (Grifos no original)

Expondo elementos do discurso de Ignacio Correia de Vasconcellos não levantados por nós anteriormente, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho mostra que, para aquele ex-presidente, o declínio – ou pelo menos a estagnação da atividade agrícola – estava diretamente relacionado à questão da derrubada das matas, algo largamente praticado pelos agricultores. Sem matas, consequentemente o território se tornava mais suscetível à seca, posto que a

<sup>118</sup> BRAZIL FILHO, Thomaz Pompeu de Souza. Estado do Ceará na Exposição de Chicago. Fortaleza. Typ. d'A Republica – Rua do Major Facundo, n. 54. 1893. p. 72.

<sup>119</sup> *Idem, ibid.*, p. 72.

<sup>120</sup> *Idem, ibid.*, p. 72.

província não era dotada de muitos reservatórios naturais de água, como lagos e lagoas, e os rios em sua maioria eram intermitentes, o que agravava ainda mais a situação.

Para enfatizar seu ponto de vista, Pompeu Filho recorreu aos discursos de outros administradores provinciais, tais como Joaquim Marcos de Almeida Rego, Joaquim Villela de Castro Tavares, Conselheiro Pires da Mota, Francisco Xavier Paes Barreto, Herculano Antonio da Cunha, Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, Silveira de Souza, Duarte de Azevedo, Laffayette Rodrigues Pereira e Esmerino Gomes. Todos estes ex-presidentes, cada qual a seu modo, justificavam o estágio de atraso da agricultura de diversas formas: pela ausência de capital que pudesse ser investido nos agricultores, pela falta de mão de obra, bem como pela falta de incentivo à introdução de maquinários. Por exemplo, em 1859, Silveira de Souza dizia que:

A falta de braços era cada vez maior e que a província carecia de um sistema regular e bem pensado de legislações e instituições de crédito rural, de boas estradas, de bons portos, de uma *educação profissional agrícola*, de *estabelecimentos normaes desta espécie*, da introdução de mecanismos aperfeiçoados de lavoura<sup>121</sup>. (Grifos nossos)

Como vimos, algumas das causas que buscavam justificar o sintoma de atraso da agricultura no Ceará e que consequentemente atrapalhavam o tão desejado ciclo do progresso, eram assuntos que já vinham sendo debatidos desde a passagem dos séculos XVIII para o XIX. Nesse sentido, a derrubada das matas, a falta de incentivo e ações contundentes dos governos centrais em imprimir no Ceará um ritmo de fomento às ciências, com a instalação de instituições próprias para este fim, ou mesmo, o envio de homens de saber científico para que pudessem inserir no cotidiano local práticas relacionadas às técnicas de modernização dos trabalhos no campo estavam sempre dentro das pautas dos governantes no decorrer do dezenove. Apesar disso, a primeira instituição voltada para a ciência agrícola só foi inaugurada efetivamente no Ceará a partir do segundo decênio do século XX.

---

<sup>121</sup> BRAZIL FILHO, Thomaz Pompeu de Souza. Estado do Ceará na Exposição de Chicago. Fortaleza. Typ. d'A Republica – Rua do Major Facundo, n. 54. 1893. p. 74.

### **3. “O VERDADEIRO BOTANICO DEVE SABER A PARTE MAIS DIFFICULTOZA DAS PLANTAS, USOS ECONOMICOS E SUA VEGETAÇÃO”.**

Este capítulo irá se concentrar em trazer as concepções de história natural produzidas por Portugal no século das luzes. A partir de uma reforma educacional que implementou o curso de Filosofia Natural e que tinha a História Natural como uma de suas disciplinas, foram forjadas as bases para o início de um fenômeno no qual o que estava em jogo para a coroa lusa era conhecer o mundo natural do reino e suas colônias.

Desta maneira, iniciamos o capítulo situando o leitor com as origens do período ilustrado português. Os motivos que levaram Portugal a reformar seu sistema educacional; a presença e atuação de Domingos Vandelli como chefe do gabinete de História Natural; as *viagens filosóficas* promovidas por ele e executadas com o apoio do Estado.

Em paralelo, analisamos separadamente em um subtópico algumas publicações produzidas nas últimas décadas do século XVIII e início do XIX que tratam mais especificamente dos modos de percorrer os territórios, coletar os exemplares e enviar as produções naturais para a metrópole, onde seriam analisadas por naturalistas sediados no gabinete de História Natural da Universidade de Coimbra. Essas instruções, que foram produzidas por diferentes sujeitos ligados às principais instituições científicas de Portugal, visavam o menor número de perdas possíveis durante o transporte por mar.

Por fim, para facilitar a compreensão do que foram essas *viagens filosóficas* e como atuaram na prática os naturalistas discípulos de Vandelli, seguimos os rastros deixados por João da Silva Feijó enquanto bacharel oficial da coroa portuguesa na capitania do Ceará. Perseguimos o seu objetivo de escrever uma história da flora local: quais plantas considerou de maior relevância econômica, a impressões deixadas sobre a natureza local, sua relação com as autoridades, os produtos enviados por ele para Lisboa, as suas estratégias de incremento agrícola para aumentar a produção. Em suma, as informações produzidas por Feijó enquanto botânico foram alvo de investigações de nossa parte.

#### **3.1. O reformismo ilustrado português e escrita da história natural.**

O Homem só com a força da sua imaginação  
não podia comer, nem vestir-se, nem executar

os seus desejos; em fim nada podia fazer sem o auxilio das producçoens naturaes, que saõ a base de todas as Artes, de que dependem principalmente os commodos, e prazeres da vida. Pois que o conhecimento delas contribue á felicidade humana.<sup>122</sup>

A partir do século XVII, Portugal vivia tempos de incerteza. Internamente tentava se reerguer ao passo que procurava se autoafirmar como nação independente após a restauração e consequente fim da União Ibérica. No plano das relações internacionais, era pressionada pelos demais países europeus que àquela altura despontavam como potências – França, Inglaterra e Países Baixos – na medida em que o Império Espanhol declinava. Buscava sua sobrevivência política, econômica e territorial entre uma pretensa neutralidade em caso de conflito armado entre ingleses e franceses, hipótese esta que, caso se concretizasse, tornaria por envolver as demais monarquias do ocidente europeu; em outro plano se aproximava da Inglaterra a fim de manter sua esfera de influência e controle das rotas marítimas e das possessões ultramarinas. À essa alternativa, contudo, Portugal pagaria um preço considerável, haja vista que, para manter o pacto de boas relações com os ingleses, teria de abrir mão de concessões comerciais que agora envolviam o Atlântico, em detrimento da rota oriental<sup>123</sup>.

Impulsionada pelo desejo de sobrevivência frente às demais nações europeias, resolve então lançar as bases para profissionalizar a formação de conhecimento em ciências naturais com o objetivo de explorar ao máximo a oferta de recursos do mundo natural nas colônias e, assim, tentar proporcionar lucros para o estado português, diminuindo a dependência junto à Inglaterra.

Esse período que compreende mais claramente às três últimas décadas do século XVIII mostra que alguns estados europeus foram se consolidando enquanto monarquias absolutistas através de variações dos princípios iluministas em voga naquele continente desde o início do século supracitado. De maneira a exemplificar esse fenômeno, temos a Prússia, Áustria e regiões do que futuramente viriam a se formar a Alemanha e Itália<sup>124</sup>. Em relação às

<sup>122</sup> VANDELLI, Domingos. Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural. Real Oficina da Universidade. Coimbra, 1788. p. I.

<sup>123</sup> NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). Quarta edição. Editora Hucitec. São Paulo, 1986. (a) A respeito dessa política de neutralidade de Portugal no contexto das relações com as demais nações da Europa nos séculos XVI ao XVIII, ver o capítulo I.

<sup>124</sup> Cf. PRESTES, Maria Elice Brzezinski. A Investigação da Natureza no Brasil Colônia. São Paulo. Annablume, Fapesp, 2000. (Especialmente o capítulo III).

políticas de desenvolvimento e progresso nacional, a monarquia portuguesa resolve implantar um significativo projeto reformador que visava atingir principalmente as bases educacionais, como veremos ao longo deste capítulo.

Em Portugal, o reformismo ilustrado era uma linha de pensamento proveniente da ilustração italiana e baseava-se na premissa não revolucionária, ou seja, houve uma adaptação dos ideais iluministas para a realidade portuguesa. Com isso, foi possível expandir e aprofundar o pensamento racionalista e científico no reino na medida em que se mantiveram as bases políticas e de governo: a monarquia absolutista católica<sup>125</sup>. Estas circunstâncias diferem das teorias iluministas que culminaram na revolução de 1789 na França. Segundo Jorge Grespan, (2008) o princípio do iluminismo estava no fato de ele próprio ser de caráter revolucionário, causar revolução. Mas não uma revolução projetada em círculo, como no sentido primário do termo, onde ocorre uma virada de realidade para em seguida voltar ao estado inicial das coisas. A revolução do iluminismo está pautada no objetivo de trazer um novo funcionamento para o sentido da realidade. Segundo o autor, o iluminismo mostra-se contra qualquer tipo de dogma, seja ele político, religioso ou da razão, porque sendo filosofia do questionamento, não aceita que as estruturas vigentes, que até então não vinham sendo confrontadas, permaneçam no lugar.

Tudo pode ser examinado, dissecado, exposto; não há assuntos ou questões que possuam o direito de ser furtado ao esclarecimento, de ser ocultado na sombra sob o pretexto da autoridade ou do dogma. Será justamente contra esse dogmatismo, isto é, a pretensão de que existem verdades acima da possibilidade de comprovação, que têm de ser aceitas sem discussão, que se voltará fundamentalmente o Iluminismo. Sua crítica não é aleatória, portanto, indiferente ao objeto sobre o qual incide. O contexto histórico onde ela nasce e floresce finca as raízes do seu alvo nas circunstâncias da guerra civil e religiosa contra o absolutismo monárquico. Os dogmas fundamentais deste sistema de poder constituirão por isso o objeto primordial do ataque iluminista, que pode ser analisado em suas três frentes principais de combate<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup> Ainda na esteira dessa discussão, Oswaldo Munteal Filho nos explica que os *estrangeiros* ou *estrangeirados* foram os principais responsáveis pela difusão e assimilação da ilustração em Portugal. Por estrangeirados o autor indica aqueles portugueses que passaram longos períodos como residentes em outros países europeus, especialmente aqueles onde a filosofia do Iluminismo estava latente, como França e Inglaterra, por vezes exercendo funções diplomáticas e que trouxeram em menor ou maior escala os conceitos dessa corrente para o reino. Por sua vez, os estrangeiros eram os nascidos em outras nações que foram convidados a irem para Portugal participar das reformas propostas pelo Marquês de Pombal, sobretudo a do ensino. Entre esses estrangeiros mormente estavam os italianos – Domingos Vandelli, entre outros – oriundos das duas principais escolas filosóficas italianas naquele período: Nápoles e Milão. Essas duas escolas estavam concatenadas com os princípios iluministas e contavam com os mais destacados pensadores daquele país. É no interior destes dois centros intelectuais que a fisiocracia ítala ganha força, pautada no “estudo científico da natureza ao bem comum proporcionado pela produção, pelos grãos.” p. 38. Cf. MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Rio de Janeiro, 1993.

<sup>126</sup> GRESPAN, Jorge. Revolução Francesa e Iluminismo. 1. ed., 1<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 38. Pertencente à outra corrente de estudos sobre o Iluminismo, Jonathan Israel afirma que o preferível é pensar a corrente filosófica em uma divisão entre Iluminismo radical e moderado, no lugar de projetar uma divisão entre fronteiras nacionais, ou seja, nos países adeptos ao iluminismo moderado havia correntes ligadas ao movimento

São eles o dogma político, dogma religioso e dogma da razão. Em Portugal, como dissemos, houve uma variação/adaptação onde a monarquia absolutista católica prevaleceu em detrimento da revolução iluminista que combatia especialmente os dogmas político e religioso.

Diferentemente do monarca francês, que tardou em perceber a necessidade urgente de reformas que mexessem nas estruturas da sociedade vigente, o reino luso se antecipou a possíveis tentativas mais drásticas de mudanças de poder e adotou medidas que buscassem o paralelismo entre os súditos e a monarquia. De forma concreta, esse novo desenho político, o chamado *pacto de união*, mostrava que por um lado a população não mais aceitaria a noção do rei como ser tirânico ou como sendo a própria imagem do Estado. Pelo contrário, sua função era servir ao Estado, aos súditos, sempre buscando o bem comum. Como contrapartida, os vassalos cediam seus direitos ao soberano absoluto e esclarecido<sup>127</sup>.

Distanciado das ideias de reestruturação do pacto e do nível de participação política da sociedade, identificado e, portanto, seguidor da vertente reformista, o *reformismo ilustrado* português foi sendo pautado na concepção de que cabia ao Estado promover a prosperidade geral, ao mesmo tempo em que se impunha ao governante a tarefa de manutenção da ordem, necessitando para tanto, o fortalecimento de sua ação, através do poder absoluto do soberano *virtuoso*, porque esclarecido, aquele que saberia encontrar os meios justos para atender às aspirações e aos interesses dos seus súditos<sup>128</sup>. (Grifos no original)

O maior expoente deste tipo de pensamento no mundo lusitano foi Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal (1699-1782). A despeito das polêmicas que envolviam sua figura e a forma de conduzir o governo, que iam da “[...] implacável supressão dos jesuítas, as bárbaras execuções dos aristocratas Távora e do louco padre Malagrida”, não houve quem questionasse que seu nome foi profundamente importante para a implementação da ilustração no reino português. “Sua política de absolutismo real a todo custo” mexeu com as bases do pensamento social, científico e político do mundo português e reverberou tanto no reino quanto nas possessões ultramarinas por um longo espaço<sup>129</sup>.

radical, em uma eterna disputa de prevalência. Para ele, a vertente radical da filosofia surgiu para contrapor as bases vigentes e pregava que “[...] todas as pessoas possuem as mesmas necessidades básicas, direitos, e status, independentemente de crença, grupo religioso, econômico ou étnico a que pertençam; e, portanto, todos devem ser tratados da mesma forma com base na isonomia, sendo eles negros ou brancos, homens ou mulheres, religiosos ou não e que todos merecem ter os seus interesses e aspirações pessoais igualmente respeitados pela lei e pelo governo”. ISRAEL, Jonathan, A revolução das luzes: o Iluminismo Radical e as origens intelectuais da democracia moderna. São Paulo. EDIPRO, 2013. p. 08.

<sup>127</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana. A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro. Sette Letras, 1994. p. 32-33.

<sup>128</sup> *Idem*, *ibid.*, p. 34.

<sup>129</sup> Cf. BOXER, Charles Ralph. O império marítimo português (1415-1825). São Paulo. Companhia das Letras, 2002. Especialmente o capítulo 8: A ditadura pombalina e suas consequências (1755-1825).

Conforme Fernando Novais (1984), esse reformismo ilustrado foi amplamente debatido e defendido no país ibérico porque a sociedade portuguesa passou a reconhecer o atraso do país em relação a outros impérios. As pressões estrangeiras nas colônias, o risco iminente de invasões com a consequente perda de territórios fazia com que um processo de modernização dos principais setores se tornasse assaz importante. Essa modernização, contudo, só se daria através de ampla e sólida relação com as colônias, entendida aqui como o Brasil, que era a principal fonte de recursos naquele momento para Portugal, tendo em vista o declínio da produção de especiarias das outras posses territoriais na África e Ásia<sup>130</sup>.

Nesse sentido, uma reforma do ensino que priorizasse o conhecimento sobre a natureza se fazia necessário, pois:

No universo mental iluminista, a educação era vista como uma força transformadora de poderes quase mágicos. As preocupações com a renovação da pedagogia estavam diretamente relacionadas com a possibilidade das novas gerações assimilarem os avanços científicos do século. Como em toda a Europa do Iluminismo, a educação foi considerada, também em Portugal, como a ponta de lança para atingir a modernidade. O extraordinário desenvolvimento das ciências nesse período fazia com que um “projeto” de atualização passasse, necessariamente, pela questão filosófica do método científico de investigação dos fenômenos da natureza e sua introdução nos espaços educacionais<sup>131</sup>.

A partir de então, o que se viu nas instituições de ensino portuguesas foram cursos como Filosofia Natural, que abarcava disciplinas sobre História Natural, Física, Matemática e Astronomia. Especificamente a História Natural era norteada por princípios fisiocratas<sup>132</sup>, na busca por atender a uma demanda que relacionasse os elementos da natureza ao progresso da

<sup>130</sup> NOVAIS, Fernando Antônio. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. Revista Brasileira de História, vol. 7. p. 105-118, 1984. (b)

<sup>131</sup> CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros dos setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Tese (Doutorado em História) – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. p. 67.

<sup>132</sup> “Para François Quesnay, o fundador da Escola Fisiocrata, a riqueza das nações dependeria da agricultura, o único setor produtivo da economia, uma vez que só a terra teria a capacidade de multiplicar os alimentos. Por isso, logicamente, era em torno dela que deveria se organizar toda a atividade econômica do país. A agricultura deveria receber também todos os favores do governo, pois de seu desenvolvimento dependeriam todo desenvolvimento econômico, as finanças do Reino e o bem-estar social. O próprio comércio e a manufatura tinham seu desenvolvimento atrelado ao desenvolvimento agrícola.

Na economia fisiocrata, há três classes sociais com funções econômicas distintas: a classe produtiva, a classe proprietária e a classe estéril. A classe produtiva compreende todos os trabalhadores do campo, sem distinção de seu papel econômico específico, ou seja, sem distinguir empregados e empregadores. A classe proprietária compreende a Coroa, a aristocracia rural, a nova burguesia proprietária de terra e o clero, ou seja, os receptores da renda fundiária, dos impostos e dos dízimos. A classe estéril compreende todos os trabalhadores urbanos, comerciantes, artesãos, profissionais liberais e serviçais”. In: CORAZZA, Gentil; MARTINELLI JR. Orlando. Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v.10, n. 19, novembro 2002. p. 13-14.

agricultura, ainda uma das principais apostas de Portugal para o avanço econômico do país<sup>133</sup>. Foi através do Marquês de Pombal que se deu uma ampla modificação que atingiria todos os níveis de ensino daquele país. O exemplo mais significativo deste episódio se deu com a reforma da Universidade de Coimbra em 1772 e com a vinda de Domingos Vandelli no mesmo ano, a convite do próprio Marquês de Pombal.

Domingos Vandelli nasceu em Pádua, Itália. Doutorou-se em Medicina e Filosofia pela Universidade de Pádua e foi convidado pelo Marquês de Pombal para integrar o corpo docente que iria lecionar matérias científicas no Real Colégio dos Nobres, tendo chegado em Portugal em 1764<sup>134</sup>. No entanto, uma vez que o ensino científico no Colégio dos Nobres não teve o sucesso que se pretendia, foi em seguida convidado, no âmbito da reforma da Universidade de Coimbra, para ocupar um lugar na Faculdade de Filosofia, onde foi nomeado lente de Química e de História Natural. Ficaria também responsável pela seleção do local da implantação do Jardim Botânico, do estabelecimento do Laboratório Químico e do Museu de História Natural da Universidade de Coimbra<sup>135</sup>.

Discípulo do naturalista sueco Carlos Lineu, Vandelli durante todo o tempo em que esteve à frente da Universidade de Coimbra foi responsável pela formação dos principais nomes da ilustração luso-brasileira, tais como Alexandre Rodrigues Ferreira<sup>136</sup>, João da Silva Feijó<sup>137</sup>, Manuel Arruda da Câmara<sup>138</sup>, entre outros. A formação desses ilustrados estava ligada à

<sup>133</sup> Ver: NOVAIS, Fernando Antônio. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. Revista Brasileira de História, vol. 7. p. 105-118, 1984. (b)

<sup>134</sup> <<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p10.html>> Acesso em 28 de setembro de 2016.

<sup>135</sup> Cf. PRESTES, Maria Elice Brzezinski. A Investigação da Natureza no Brasil Colônia. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2000. p. 72-76.

<sup>136</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1770, à época com 14 anos de idade. Em 1778 obteve sua titulação em Filosofia, sendo posteriormente indicado por Vandelli para chefiar uma viagem filosófica na América portuguesa a fim de mapear recursos naturais que pudessem servir ao propósito de enriquecimento da coroa. *Idem, ibid.*, p. 80-81.

<sup>137</sup> João da Silva Feijó nasceu no Rio de Janeiro, numa vila chamada Guaratiba. Dentro da lógica das viagens filosóficas empreendidas pela coroa portuguesa, é nomeado para uma expedição pelas ilhas de Cabo Verde, entre os anos de 1783 a 1797. Após esse período e tendo tomado nota de riquíssimas informações sobre os aspectos naturais daquela colônia africana, transfere-se para a Capitânia do Ceará em 1799, tendo permanecido aqui até 1816. Realizou diversos estudos sobre o Ceará, que em sua maioria versavam entre mineralogia, agronomia e botânica. OLIVEIRA, Antônio José Alves de. João da Silva Feijó e os dilatados sertões: pensamento científico e representações do mundo natural na Capitânia do Ceará (1799-1816) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p. 127-145

<sup>138</sup> Manuel Arruda da Câmara não chegou a doutorar-se em Portugal, buscando seu diploma de medicina na França, na Universidade de Montpellier. Contudo iniciou seus estudos de graduação em Coimbra, onde cursou Filosofia e Matemática, período contemporâneo ao tempo que Vandelli esteve à frente da universidade. Por isso mesmo em suas memórias de narrativas de viagem e estudos sobre a natureza, as teorias fisiocráticas eram tão evidentes. Cf. PRESTES, Maria Elice Brzezinski. A Investigação da Natureza no Brasil Colônia. São Paulo. Annablume, Fapesp, 2000. p. 101-102.

Filosofia Natural<sup>139</sup> e alguns mais diretamente à História Natural<sup>140</sup>. Através desta formação acadêmica, aliada aos fundamentos fisiocráticos introduzidos por Vandelli, tornaram-se aptos a representarem o monarca português nas possessões além-mar e são incumbidos de liderarem as chamadas *viagens filosóficas*.

Fenômeno do século das luzes, as viagens filosóficas podem ser consideradas uma extensão das chamadas viagens exploratórias ocorridas entre os séculos XVI e XVII até meados da primeira metade do século XVIII. O que passa a diferenciar uma e outra são os aprofundamentos dos estudos em ciências naturais, dentre eles a botânica, zoologia, mineralogia, e como essas passam a ser diretamente associadas aos interesses dos impérios europeus a partir da segunda metade do dezoito, quando passaram a ofertar formações em História Natural nas principais universidades da Europa e cresceu o desejo de expandir os domínios para territórios além-mares.

Posto desta forma, o que se observa não é somente uma mudança de sentido nas viagens empreendidas pelas nações europeias por terras longínquas. A própria definição de explorador muda conforme ocorrem diferenças no sentido de explorar. As viagens de exploração dos séculos anteriores ao XVIII são estritamente definidas para reconhecer e demarcar limites e fronteiras entre as possessões, mesmo que para atingir seus objetivos tivessem que entrar em confronto com esquadras de outras nações. Desta forma, seus líderes, os exploradores, têm caráter militar. Quando os impérios começam a se valer de viagens do tipo filosófico, os sentidos do explorador também mudam:

Mas passando de um objetivo guerreiro (avaliar as forças inimigas) a um programa cognitivo (completar o mapa dos mares e o inventário dos continentes), a natureza da sua missão assumiu uma dimensão diferente: reconhecedor por conta da Europa, até os antípodas deste continente, o explorador é aquele que parte à descoberta de uma frente de conquista intelectual, cujo império se estende a pouco e pouco a todo o planeta<sup>141</sup>.

Resolvidas as divergências que acarretam em fixos e fluxos no sentido que se dá ao termo “explorador” no campo da linguística, e tendo as ciências naturais suas bases solidificadas, as viagens filosóficas passam a fazer parte do cotidiano dos diversos estados europeus. Em Portugal, estas consistiam em expedições financiadas pela coroa e eram lideradas

<sup>139</sup> “A filosofia natural abarcava os ramos das ciências dedicados à contemplação da natureza, exceto os cursos médicos e matemático”. RAMINELLI, Ronald. Ilustração e império colonial. História. São Paulo, v. 31, n. 2, p.36-67, jul/dez. 2012. p. 45 (a).

<sup>140</sup> “À época, a história natural envolvia áreas do saber que hoje seriam denominadas biologia, economia, química, agronomia e etnologia”. *Idem, ibid.*, p. 45. (a)

<sup>141</sup> BOURGUET, Marie-Noëlle. O Explorador. In: O Homem do Iluminismo. Direcção: Michel Vovelle. 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa: Setembro, 1997. p. 212.

por ilustrados luso-brasileiros formados na metrópole – preferencialmente, mas isso não consistia em via de regra, tendo em vista que a Universidade de Montpellier era outro grande centro acadêmico do período procurado por indivíduos do reino português – que deveriam percorrer os territórios das colônias do império além-mar fazendo um estudo de campo e levantando informações acerca dos aspectos naturais da terra e daquilo que por ventura poderia gerar lucros para a metrópole. Esses viajantes deveriam seguir as instruções emitidas por Vandelli, que a seu turno se preocupava em fazer com que os sentimentos dos naturalistas não tomassem conta dos relatos<sup>142</sup>.

Deste modo, ao julgar que o “[...] homem nada podia fazer sem o auxilio das producçoens naturaes, que saõ a base de todas as Artes, de que dependem principalmente os commodos, e prazeres da vida. Pois que o conhecimento delas contribue á felicidade humana<sup>143</sup>”, corrobora-se a ideia de que só conhecendo a natureza é possível atender às demandas do homem. A felicidade (progresso) será alcançada porque haverá os meios com os quais poderá subsidiar sua existência, como sugere o naturalista, dentro daquilo mesmo que sugeriam os preceitos iluministas, tão caros ao século das luzes.

Como esse conhecimento só poderia ser fornecido pela História Natural, por isso mesmo Vandelli não se eximiu de lançar ao longo do período que esteve à frente do ensino português vários documentos sobre este campo de saber. Entre estes estavam o *Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural*, que serve de fonte para o epílogo deste texto. Conquanto os objetivos deste documento fossem o de apresentar as principais nomenclaturas dos elementos dos três reinos da natureza em Portugal e Brasil, Vandelli incita também sobre a importância que a História Natural ganhou para gerar conhecimento sobre a natureza, afirmindo que “[...] neste seculo he a Historia Natural, mais cultivada, que nos passados, o que demonstraõ as grandes, e interessantes descubertas, e o avultado numero de Museus<sup>144</sup>”.

A relevância da ciência no século dezoito já é destacada pelo naturalista, afirmando no trecho acima que naquele momento ela é mais estudada que em períodos anteriores. Isso se faz consequente no considerável número de Museus existentes para os estudos desta ciência. Reitera seu ponto de vista afirmando que “[...] no seculo passado, e no principio do presente haviaõ muitos Museus de Medalhas, dos quaes agora ha poucos, e preferem-se os de Historia

<sup>142</sup> OLIVEIRA, Antônio José Alves de. João da Silva Feijó e os dilatados sertões: pensamento científico e representações do mundo natural na Capitânia do Ceará (1799-1816) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p. 76

<sup>143</sup> VANDELLI, Domingos. Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural. Real Oficina da Universidade. Coimbra, 1788. p. I

<sup>144</sup> *Idem, ibid.*, p. I-II

Natural<sup>145</sup>”. Esta linha de raciocínio será completada pelos fins estimulados pela coroa, que seriam os de fazer um mapeamento dos elementos naturais que pudessem servir à nação. Estes produtos, consequentemente, serviriam para alimentar os ditos Museus, propiciando material abundante para estudos. Não obstante essas publicações serem autorais, elas deveriam seguir o protocolo do Estado, haja vista serem patrocinadas por este. Com efeito, há sempre dedicação ao monarca que estaria no poder central, no caso em questão a rainha D. Maria I., e o conteúdo deveria atender aos anseios da coroa.

Como naturalista, Vandelli sugere que o pleno conhecimento da natureza serviria para o progresso da humanidade, posto que “[...] a História Natural em toda a sua extensão abrange o universo<sup>146</sup>”. Deste modo, a divisão dos estudos da natureza em diferentes ciências se faz dentro da lógica de facilitar os trabalhos, porém, dadas as circunstâncias do período, os homens que se formavam nas universidades geralmente exerciam mais de uma atividade profissional, tornando confusos muitas das vezes os limites entre uma ciência e outra.

Domingos Vandelli reconhece esses limites pouco estabelecidos e tenta elaborar uma divisão clara entre o que é Zoologia, Botânica e Mineralogia:

[...] Por isso se dividiu em varios generos de sciencias, as quaes muitas vezes se confundem. A Anatomia, Medicina, Economia, e muitas outras Artes saõ ramos desta vasta sciencia, que se divide em Zoologia, Botanica, e Mineralogia.

O estudo da Zoologia não consiste em hum simplex conhecimento dos nomes de cada animal; mas he necessario saber quanto for possivel a sua anatomia, seu modo de viver, e multiplicar, os seus alimentos, as utilidades, que deles se podem tirar; e saber aumentar, e curar, e sustentar os que saõ necessarios a economia; procurar descobrir os usos daquelles que ainda naõ conhecemos immediatamente, ou extinguiilos se saõ nocivos, ou defender-se delles.

O saber pois somente o nome das plantas naõ he ser Botanico, o verdadeiro Botanico deve saber álem disso a parte mais difficuloza, e interessante, que he conhecer as suas propriedades, *usos economicos, e medicinaes*; saber a sua vegetação, modo de multiplicar as mais uteis, os terrenos mais convenientes para isso, e o modo de os fertilizar.

Os Naturalistas antigos conheciam as minas de Ferro; mas a falta de observar a propriedade de huma, que eh o Magnete, a qual mostra o Norte, *he quem privou os antigos por tantos seculos do commercio com as Naçoes mais distantes*, e de saber a grandeza, e figura da Terra.<sup>147</sup> (Grifos nossos)

Nota-se o compromisso em descontinar os campos de saber, buscando deixar até certo ponto as diferenças bem delimitadas. O que somente aproximava ambos, além do fato de serem responsáveis pelos estudos sobre a natureza, era a preocupação em descobrir os usos econômicos, como por exemplo no caso dos animais, que deveriam “sustentar os que são

<sup>145</sup> VANDELLI, Domingos. Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural. Coimbra: Real Oficina da Universidade, 1788. p. II

<sup>146</sup> *Idem, ibid.*, p. II.

<sup>147</sup> *Idem, ibid.*, p. II e III.

necessários a economia”, ou no caso das plantas, descobrir seus “usos econômicos e medicinaes”. Em relação aos minerais, a descoberta de alguma fonte implicava restrições comerciais com outras nações, pois a metrópole exercia o direito integral de usufruto do recurso, sendo vedada a relação com outros países. Portanto, deveria o naturalista fazer o reconhecimento da região, a prospecção do solo, coletar amostras e, se confirmada a hipótese de encontrar algum minério, informar à autoridade imediata da região ou da capitania e manter sigilo sobre suas descobertas, do contrário, punições seriam executadas. Mas tudo convergia para um único fim: exploração econômica. A natureza deveria ter um sentido utilitário, ou seja, se transformar em recurso natural.

Vale destacar que a necessidade de classificar a natureza já habitava o imaginário humano desde dois séculos antes, entre o XVI e XVII, para ser mais específico. Com a mudança de percepção da natureza introduzida pelo pensamento moderno, o homem deixa de se colocar como parte integrante da natureza, como obra criada por Deus juntamente com o meio natural, e passa a se enxergar à imagem e semelhança do criador, e como tal, julga-se externo ao ambiente e com poder de agir sobre este. A natureza, deste modo, passa a ser percebida como obra divina a serviço do homem. O pensamento moderno coloca a natureza como objeto de manipulação, como uma máquina, que pode ser guiada conforme o interesse humano. A essa característica Thomas Kesseling define como cosmologia determinista. Porém, como ele mesmo sugere, por si só esse conceito não define os funcionamentos do mundo natural. Atrelada a essa teoria vem a relação entre Homem/Deus/Natureza, em que o homem “abandona a sua menoridade e eleva-se como dono da Natureza, como seu dominador. A Natureza, que antes era o âmbito da criação, torna-se objeto dele: objeto da Ciência e da sua manipulação<sup>148</sup>.

A visão cartesiana de divisão dos mundos em matéria e pensamento, onde entende-se o lugar da natureza no campo da matéria e do homem no campo do pensamento, igualmente não deu conta de entender todas as particularidades dos estudos do mundo natural. Percebeu-se que analisar a natureza como uma máquina não atenderia a todas as demandas, pois, se de um lado era possível enxergar a natureza em suas particularidades externas, o funcionamento interno já não era possível de se observar. Era preciso algo mais. Nessa perspectiva surge a História Natural. Mas ao contrário do que se pode pensar, ela não surgiu como uma alternativa ao mundo mecanicista cartesiano<sup>149</sup>.

---

<sup>148</sup> Cf. KESSELING, Thomas. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. *Episteme*, Porto Alegre, n. 11, p. 153-172, jul./dez. 2000. p. 161.

<sup>149</sup> FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 175.

Como atenta Foucault, a História Natural nasce da necessidade de fazer com que a História se torne Natural, porque até o século XVI o que existiam eram histórias somente, de variados tipos, sobre plantas e animais, como uma espécie de enciclopédia. Os estudos mais avançados sobre fauna e flora vieram a partir do século XVII, onde com o advento das ciências naturais o conhecimento empírico, *in loco*, passou a ser cada vez mais comum. Conhecer os elementos da natureza através somente dos usos que poderiam dispor para os homens não fazia mais sentido, era necessário saber as composições, tanto químicas quanto físicas. A linguística passa a auxiliar diretamente a História Natural na medida em que contribui para a nomenclatura das plantas e animais. Nomear para diferenciar também se tornou atividade indispensável para quem caminhava pela História Natural, posto que ela “encontra seu lugar nessa distância agora aberta entre as coisas e as palavras”<sup>150</sup>.

O *boom* científico dessa relação se deu no século XVIII com as diversas pesquisas desenvolvidas por naturalistas de toda a Europa<sup>151</sup>, que, desejosos de se tornarem pioneiros na classificação da natureza, buscaram incessantemente criar um sistema que facilitasse a ordenação do mundo natural. Por outro lado, classificar significa também deixar de lado os usos de termos populares dados pelas classes não científicas, que escolhiam os nomes dos produtos da terra de acordo com a serventia que estes poderiam lhes dar<sup>152</sup>.

A partir desse movimento de interação entre a ciência da linguagem e a História Natural que desencadeou nos sistemas de classificação no decorrer dos setecentos, houve uma intensa divulgação de trabalhos sobre a história da natureza. O próprio Lineu, responsável pelo sistema mais bem aceito entre os seus pares, divulgou e alimentou trabalhos de acordo com as informações que ia recebendo de seus alunos, que à medida que voltavam de suas viagens ao redor do mundo, cediam suas coleções para o naturalista.

Interessante perceber que esse fenômeno, em maior ou menor escala, foi unânime entre a comunidade científica europeia. Em 1788 Vandelli lançou a obra intitulada *Flora Lusitanicae et Brasiliensis Specimen*. Trata-se de uma obra em dois volumes, escrita integralmente em latim, idioma exigido para a escritura de trabalhos sobre a classificação da natureza. Consta nessa obra as descrições de algumas plantas portuguesas e algumas espécies exóticas da flora brasileira. O *Flora*, em seus dois volumes, veio acompanhado de

<sup>150</sup> FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 176-178.

<sup>151</sup> Dentre os principais naturalistas do período, podemos destacar Carl von Linné, Georges Cuvier e George-Louis Leclerc, o Conde de Buffon.

<sup>152</sup> THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 113.

considerações escritas por Carlos Lineu, Antonio de Haen e Vandelli. Cumpre ressaltar que grande parte do material com que o paduano teve acesso para escrever esta obra foi fruto das herborizações realizadas por Joaquim Veloso de Miranda em suas viagens científicas pelos territórios do Rio de Janeiro e Minas Gerais<sup>153</sup>.

O ano de 1788 parece ter sido satisfatório para as publicações do naturalista de Pádua. Foi igualmente nesse ano que ele lançou o *Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural*, onde, como dito anteriormente, ele esboçou um compêndio descrevendo as principais espécies encontradas no território ibérico e na colônia americana. Inclusive Vandelli justifica a publicação do material argumentando que até aquele momento não existia nenhuma flora descritiva de Portugal – com exceção, como observa, da obra *Viridarium Lusitanicum*<sup>154</sup>, escrita por ele mesmo – e do Brasil: “E naõ tendo até agora huma Flora de Portugal, e do Brasil, ajuntamos a este Diccionario hum ensayo delas, com os nomes Portuguezes, virtudes medicinaes, e uso na tinturaria<sup>155</sup>”.

Comparativamente à intenção de escrita das duas obras de Vandelli que tratam sobre a natureza brasílica, a saber *Florae Lusitanicae et Brasiliensis* e o já citado *Diccionario dos Termos Technicos*, são bem claras em seu conteúdo. A primeira segue a linha do *Viridarium Lusitanicum*, buscando descrever a natureza dentro do sistema lineano, inclusive com idioma em latim, como já exposto anteriormente. A segunda já segue a linha pragmática de descrição, fazendo uma história da natureza, mas em uma perspectiva fisiocrática, sempre buscando se atentar para os usos práticos que esses elementos poderiam dispor, fosse na economia ou na medicina, como destaca Vandelli.

Não consta na documentação conhecida a vinda para o Brasil do chefe do gabinete de História Natural de Coimbra em momento algum na história. Contudo, sabemos que o interesse pela natureza da colônia portuguesa na América se deu por intermédio do contato e das trocas de informações com Carlos Lineu. O cientista sueco ofereceu grandes informações através de cartas enviadas a Vandelli sobre o Brasil<sup>156</sup>. Em uma dessas cartas diz o seguinte:

<sup>153</sup> CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros dos setecentos, uma leitura autoetnográfica. Tese (Doutorado em História) – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. p. 12.

<sup>154</sup> Trata-se da primeira obra sobre botânica de Portugal, escrita dentro das regras do Sistema Lineano de divisão estrutural do espécime descrito. O arquivo ao qual tivemos acesso mostra que foi editada em 1789, porém o Dicionário de Termos Técnicos de História Natural, onde a referida obra é mencionada, data de 1788, o que nos leva a crer que até esta data ela já teria sido produzida, vindo a ser lançada somente em 1789.

<sup>155</sup> VANDELLI, Domingos. Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural. Coimbra: Real Oficina da Universidade, 1788. p. V-VI

<sup>156</sup> PRESTES, Maria Elice Brzezinski. A Investigação da Natureza no Brasil Colônia. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2000. p. 72

Oxalá possas ir ao Brasil, terra onde nunca ninguém andou, excepto Marcgrave com o seu (sure/fure?) Pisão; mas num tempo em que não estava acesa nenhuma luz da História Natural; agora tudo deve ser de novo escrito à luz. Tu estás apto para isso, és solidíssimo nas coisas da Natureza, infatigável na inquirição, habilíssimo nos belos desenhos. Porventura em Portugal ninguém reconhece que o fim da obra da Criação é para a Glória de Deus; nós verdadeiramente reconhecemos ter D.T.O (Deus Todo Poderoso?) escrito dois livros, Natureza e Revelação.<sup>157</sup>

O entusiasmo na fala ao se referir ao Brasil é esclarecedor do ponto de vista de como a natureza da América era supervalorizada em termos de estudos para a História Natural. Um botânico luso-brasileiro que desejasse completar sua formação como naturalista tinha quase como pré-requisito realizar viagem exploratória pela colônia.

Por conta da restrição de Portugal a viajantes estrangeiros, os não portugueses só tinham acesso às informações referentes ao Brasil através dos trabalhos de George Marcgrave, como lembra Lineu. George Marcgrave foi pioneiro entre os estrangeiros na descrição da natureza local. Ressalta-se que esses trabalhos só foram possíveis por conta de seus serviços à coroa holandesa. Matemático e naturalista alemão, Marcgrave atuou pela Companhia das Índias Ocidentais (WIC) quando do período de ocupação holandesa nas capitâncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará na primeira metade do século XVII. Desse período em que esteve no Brasil, dedicou-se aos estudos de História Natural, escrevendo a obra “*Historia Rerum Naturalium Brasiliae*, publicada em 1648<sup>158</sup>”.

De fato, a História Natural vivia no século XVIII melhor momento do que na centúria anterior. As bases de classificação, de nomenclatura, de divisão, já estavam mais sedimentadas. As descobertas teóricas mais significativas já haviam sido difundidas entre os cientistas da Europa e Domingos Vandelli fazia parte desta vanguarda de naturalistas. Sua relação próxima com Carlos Lineu lhe rendeu informações acerca das novas espécies, descobertas e de edições atualizadas do *Systema Natura*. Por essas circunstâncias o sueco julgava Vandelli suficientemente preparado para estudar a natureza brasílica<sup>159</sup>.

O pulular das descobertas em torno da História Natural no século das luzes, as necessidades da coroa portuguesa em desvendar os tesouros naturais escondidos nos recônditos ultramarinos, alinhados aos conhecimentos técnicos de Domingos Vandelli fez com que o chefe do gabinete de História Natural da Universidade de Coimbra organizasse as viagens filosóficas

<sup>157</sup> PRESTES, Maria Elice Brzezinski. A Investigação da Natureza no Brasil Colônia. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2000. p. 72-73

<sup>158</sup> VON IHERING, Rodolpho. George Marcgrave: o primeiro sabio que veiu estudar a natureza do Brazil – 1638 a 1644. Revista do Museu Paulista. Volume IX. São Paulo, Typographia do Diario Official, 1914, p. 02.

<sup>159</sup> PRESTES, op. cit., p. 73

pelos territórios portugueses na América, África e Ásia no final da segunda metade do setecentos. No Brasil, um dos alvos escolhidos para se iniciar as investigações da natureza foi a parte Norte da colônia<sup>160</sup>.

Oficialmente, neste período, especificamente entre as décadas de 1770 e 1780, as Capitanias do Norte não receberam nenhuma expedição comandada por viajantes-naturalistas luso-brasileiros, como ocorreu na Amazônia com Alexandre Ferreira Rodrigues. Como atesta Magnus Roberto de Mello Pereira (2012), o que ocorreu foram ordens expedidas diretamente da metrópole convocando os governadores das capitâncias a enviarem espécies nativas da colônia para comporem o jardim botânico da Ajuda, que até aquele momento ainda estava na forma de projeto. Essas remessas até a década de 1760 eram feitas de forma esporádica, passando a serem enviados de forma mais sistemática a partir da década seguinte, por ordem direta do marquês de Pombal<sup>161</sup>.

Sobre os jardins botânicos, é salutar fazer algumas considerações a respeito destes e de sua importância para o sucesso das políticas portuguesas voltadas para a exploração do mundo natural. Oswaldo Munteal Filho (1993), em trabalho já citado anteriormente aqui, nos esclarece que os jardins botânicos em Portugal já eram comuns no período moderno, sendo alguns inclusive mais antigos que os jardins de Lisboa e Coimbra<sup>162</sup>, respectivamente criados em 1768 e 1773. Estes foram criados já atendendo a uma nova mentalidade sobre a utilidade dos jardins botânicos, que já não mais serviam para deleite dos soberanos apenas. Carregavam dali em diante um espírito de interesse nos estudos e classificação de espécies de plantas, segundo as exigências da ciência taxonômica, além de se debruçarem sobre aquelas que poderiam ter alguma utilidade para a economia. Deste modo, “uma das funções do Jardim era, portanto, auxiliar o progresso da agricultura<sup>163</sup>. ”

<sup>160</sup> No século XIX não se trabalhava ainda com a divisão Norte e Nordeste. Esse conceito só vai surgir a partir da década de 30 do século seguinte, quando o Estado resolve criar um novo desenho administrativo para o Brasil.

<sup>161</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. O conhecimento científico da caatinga no século XVIII. In: Sertões Adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX. [Org. Lorelai Brilhante Kury]. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012. p. 114.

<sup>162</sup> “Além do Real Jardim Botânico da Ajuda, [...] e do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, outros do mesmo gênero existiam em Portugal no século XVIII. Um deles também era pertença da Casa Real. Designava-se Jardim Botânico de Suas Altezas, ficava situado no sítio de Pavlhã, em Lisboa, e destinava-se a recinto de passeio e de entretenimento para príncipes e infantes. Havia mais Jardins Botânicos. Havia o Jardim Botânico anexo ao palácio do marquês de Angeja, [...] recinto extenso situado no Lumiar, com esplêndida vegetação [...]. Em Sebastião da Pedreira havia também o Jardim Botânico do ‘provedor dos armazéns’, em Benfica, o do marquês de Abrantes, situado na quinta denominada de Gerardo Devisme; e finalmente no Porto, o Jardim Botânico de um negociante inglês, de nome Francisco Biasly...” MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. p. 103-104.

<sup>163</sup> *Idem, ibid.*, p. 86.

Caminhando nessa direção, é possível considerar que as viagens filosóficas não tinham somente a intenção de inventariar a natureza para fins pragmáticos, era preciso também fazê-lo de modo mais rápido, preciso e correto possível, para que o retorno à metrópole acontecesse o quanto antes e, finalmente, as informações acumuladas pudessem ser analisadas. Em certo sentido, isso visava facilitar expedições *à posteriori*, pois tendo em mãos as notícias trazidas por outros viajantes, tornava-se menos difícil avançar por terrenos outrora desconhecidos<sup>164</sup>.

Não sendo possível transportar as terras coloniais americanas, africanas e asiáticas para Lisboa, seria preciso pensar alternativas que pudessem viabilizar os estudos da natureza das colônias a distância. Para atender às normas de descrição e classificação exigidas pela metrópole, era comum serem expedidos manuais de orientação técnica, que deveriam servir de base aos naturalistas para conseguirem suas coleções. Esse movimento de colecionar elementos da natureza dentro das exigências técnicas dos manuais vem a ser inserido dentro do conceito de mobilização dos mundos, que naquele contexto do advento das discussões em torno das ciências naturais como suporte para a economia nada mais era do que considerar que:

As formas das terras precisam ser codificadas e desenhadas para se tornarem móveis, mas não é isso o que se deve fazer com rochas, pássaros, plantas, artefatos, obras de arte. Estes podem ser retirados do contexto que estão e levados embora durante as expedições. Portanto, a história da ciência da ciência é em grande parte a história da mobilização de qualquer coisa que possa ser levada a mover-se e embarcar numa viagem para casa, entrando no censo universal<sup>165</sup>.

Considerando o exposto acima, o que ocorre nos gabinetes de história natural das universidades europeias é a chegada de um grande volume de materiais trazidos pelas expedições encarregadas de viajarem por terras além-mar. Por conseguinte, estes, ao serem analisados, estudados, classificados e descritos, traziam grandes vantagens para os senhores das monarquias, haja vista que não seria mais necessário dar ordens às novas viagens para fins de conhecimento preliminar. O que ocorreria dali para frente seriam viagens estritamente exploratórias das terras agora já minimamente conhecidas. Deparamo-nos novamente com o

<sup>164</sup> O conceito de acumulação é usado por Bruno Latour para explicar o processo de formação do conhecimento científico sobre terras distantes, especialmente aquelas desconhecidas do mundo ocidental ou que já faziam parte dos impérios coloniais, mas que não havia ainda grandes estudos sobre o local. Nessa direção, ele explana que a geração de conhecimento se dá a partir do momento em que há um fluxo contínuo de idas e vindas de viajantes, trazendo informações consideradas extremamente pertinentes para a metrópole que subsidia a viagem, pois deste modo é possível se conhecer cada vez mais a região em questão, facilitando os trabalhos de viajantes posteriores. Cf. LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 356-357.

<sup>165</sup> *Idem, ibid.*, p. 364-365.

movimento de acumulação de conhecimento, como já exposto acima a partir das considerações de Latour. Este mesmo autor considera, porém, que:

[...] muitas instruções precisam ser dadas a quem é enviado mundo afora, sobre a maneira de empalhar animais, dessecar plantas, rotular amostras, dar-lhes nomes, espetar borboletas, pintar retratos dos animais e das árvores que não podem ser levados para casa ou domesticados<sup>166</sup>.

Projeta-se através desses modos de atuação a mobilização dos mundos tão cara às civilizações que desejavam conquistar terras distantes, muitas vezes desconhecidas. Para facilitar as atividades, instruções foram elaboradas para servir de guia aos viajantes. Analisaremos algumas delas nas próximas páginas.

### **3.1.1. Instruções para percorrer, coletar e enviar as produções botânicas**

Nessa lógica e para o propósito deste trabalho, destacamos quatro manuais do mundo ilustrado português de fins do século XVIII e início do XIX. São eles: “*Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Natural nas suas peregrinações deve principalmente observar*<sup>167</sup>”, datado de 1779; “*Breves Intrucções aos Correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos produtos, e notícias pertencentes a Historia da Natureza, para formar um Museo Nacional*”, de 1781; as *Instruções para transporte por mar de árvores, plantas vivas, sementes, e de outras diversas curiosidades naturaes*, por José Mariano da Conceição Velloso<sup>168</sup>, publicado em 1805; e, por

<sup>166</sup> LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 365.

<sup>167</sup> VANELLI, Domingos. *Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Natural nas suas peregrinações deve principalmente observar*. Academia de Ciências de Lisboa, série vermelha 405, 1779. (A transcrição integral deste documento se encontra em: CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros dos setecentos, uma leitura autoetnográfica. Tese (Doutorado em História) – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. p. 276-308.

<sup>168</sup> Religioso franciscano José Xavier Velloso, nascido em 1741 na Vila de São José Del Rei, comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, cidade atualmente chamada Tiradentes. Posteriormente adotou o nome José Mariano da Conceição Velloso. Em 1762 ingressou no Convento Franciscano de São Boaventura do Macacu, atual cidade de Itaboraí, estado do Rio de Janeiro. Cursou Filosofia e Teologia no Convento Santo Antônio. In: BEDIAGA, Begonha; LIMA, Haroldo Cavalcante de. A “*Flora Fluminensis*” de Frei Vellozo: uma abordagem interdisciplinar. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 10, n. 1, p. 85-107, jan.-abr. 2015. p. 91-92. Há ainda uma farta bibliografia tomando a trajetória científica do religioso como objeto de investigação, especialmente durante o período em que esteve à frente da Oficina Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego, entre 1799 a 1801. De forma mais cristalizada na historiografia, temos o trabalho dos autores Maria de Fátima Nunes e João Carlos Brigola, José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), um frade no Universo da Natureza. In: A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999. Mais recentemente outros trabalhos vieram à lume trazendo novas interpretações deste mesmo objeto, tais como: HARDEN, Alessandra Ramos de Oliveira. Brasileiro tradutor e/ou traidor: Frei José Mariano da Conceição Veloso. v. 1, n. 23 (2009); KURY, Lorelai. O naturalista Veloso. rev. hist. (São Paulo), n. 172, p. 243-277, jan.-jun., 2015;

fim, *Instrucção para viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remetter os objectos de historia natural*, de 1819. Este último sem autoria específica.

Voltaremos nossa atenção inicialmente sobre o *Instruções para transporte....* O trunfo de José Mariano da Conceição Veloso, valendo-se de seus conhecimentos científicos sobre botânica, era lançar um manual, um guia prático, que pudesse auxiliar os diferentes sujeitos presos às atividades de coleta e remessa de produtos vegetais no além-mar sobre as formas mais seguras de envio, principalmente em alto mar. Formas menos difíceis, menos onerosas, sem grande margem de perda de produtos durante a travessia do oceano.

O documento divide-se em dois capítulos intitulados: *Do transporte das árvores* e *Das sementes*, sendo que cada capítulo se subdivide em 10 e 6 tópicos, respectivamente. Além de indicar uma *Explicação da estampa*, porém, infelizmente, sem conter as referidas estampas. Isso de modo algum é demérito na análise do documento, especialmente se levarmos em consideração que se trata de um manual que estava diretamente ligado aos objetivos científicos que dominavam Portugal naquele período.

Veloso estava inclinado a demonstrar de forma escrita, prática, comum ao seu estilo letrado, que era possível fazer a transplantação e aclimatação de vegetais entre lugares distantes de forma segura, sem causar prejuízo nem à Coroa nem ao naturalista que desejava estudar mais detalhadamente a planta transferida. Nesse sentido, indica que:

Todo aquelle que, por proveito seu, ou por satisfazer ao seu gosto, ou ao dos outros, que transportar plantas, ou grãos, ou outras curiosidades naturaes de hum lugar para outro, muito distante, deve saber, que quasi tudo sempre se perde nestes transportes, não sendo feitos com as cautelas necessarias. O fim desta Memória he apontar as mais essenciais [formas de transporte]<sup>169</sup>.

Aliou suas duas principais técnicas, a cultura escrita com a prática de naturalista especialista em botânica para promover o que ele considerava de mais essencial para transporte

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 498-526, jul./dez. 2014, além dos já anteriormente citados Begonha Bediaga e Haroldo Lima. De modo geral, essas referências se pautam em esclarecer alguns vazios deixados pela historiografia a respeito do frade franciscano, especialmente em sua atuação como administrador, editor, revisor e tradutor na Casa do Arco do Cego, demonstrando que seu empenho em fazer circular livros traduzidos de outras línguas no reino português teve papel de destaque no universo letrado e científico na virada dos séculos dezoito para o dezenove. Por outro lado, há que se frisar, segundo estes autores, que sua figura não estava alheia aos mecanismos de controle vigentes, forças centrípetas que não davam margem para um posicionamento autônomo, como é demonstrado na sua relação com D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Foi com esse ministro que frei Veloso obteve maior destaque, tendo sido nomeado para o comando da Arco do Cego, além de receber promessas de ter sua *Florae Fluminensis* publicada, fato que nunca se concretizou devido ao custo elevado de publicação, tendo ocorrido efetivamente somente em 1825.

<sup>169</sup> VELLOSO, Fr. José Mariano da Conceição. *Instruções para o transporte por mar de árvores, plantas vivas, sementes, e de outras curiosidades naturaes*. Imprensa Régia. Lisboa, 1805. Introdução, p. 3.

por mar de plantas. Com efeito, antes de iniciar de pronto suas recomendações que, *grossso modo*, giravam em torno de “observações detalhadas sobre o tipo de solo, o clima, a disponibilidade de água, a época do ano para coleta e plantio<sup>170</sup>”, alertou para outros detalhes primários, não obstante relevantes para o desenvolvimento da tarefa, quais sejam:

[...] o que houver de fazer remessas, faça por sua mão Listas exactas de tudo quanto remete, e que mande diversas copias, ou segundas vias. Que estas Listas sejão feitas em columnas. Que a 1.<sup>a</sup> tenha por titulo Numero. 2.<sup>a</sup> O nome Portuguez. 3.<sup>a</sup> O nome dado pelos habitantes selvagens. A 4.<sup>a</sup> O verdadeiro nome. A 5<sup>a</sup> Qualidades. Ora esta columna deve dobrado espaço, pelo menos, das outras, para se poder declarar, se he arvore; ou se o fructo, se as folhas, ou raízes são comedíveis, ou uteis á Medicina, e ás Artes; o modo, com que se servem de cada huma destas cousas, etc. Mas, sendo estas exposições compridas, e interessantes, he melhor tratallas em huma Memoria separada. A 6.<sup>a</sup> O terreno, onde cresce a planta. A 7.<sup>a</sup> O tempo, em que se apanhou a semente, ou se tirou a planta da terra. Quando se expõe cousas, que não são plantas, deve ter a 6.<sup>a</sup> columna o titulo. = Lugares donde se tirarão, e a 7.<sup>a</sup> Estação conveniente. Em toda qualidade de cathalogos deve haver sempre huma oitava columna, que tenha por titulo Observações. Esta deve ter tambem, como a precedente, hum dobrado espaço, ao menos, para se escrever nella tudo aquillo, que não couber nas columnas precedentes. Tambem se poderão apontar nelas todas as precauções, que se houver de recommendar aos encarregados de receberem, e enviarem as remessas, as quaes se escreverão no fim deste Tratado<sup>171</sup>.

Não cabe aqui listar todas as observações elencadas nas *Instrucções para o transporte...*, muito por que são ao todo 32 somente na introdução do documento. Importa dizer que, mesmo não tendo sido aluno de Domingos Vandelli, frei José Mariano muito provavelmente tinha conhecimento da principal publicação do paduano acerca dos modos que um naturalista deveria seguir para executar uma viagem filosófica pelo Brasil. Estamos fazendo referência ao *Viagens Filosóficas...*, analisado melhor adiante.

Chama a atenção na memória a parte final, onde José Mariano da Conceição apresenta uma *Explicação de estampa*, que, como dissemos, não está presente no corpo do documento. Nessa parte ele descreve alguns objetos que serviriam como suporte para o trabalho de recolhimento das plantas, árvores, sementes, frutos, arbustos e toda a sorte de espécies vegetais que pudessem e merecessem coleta.

Entre uma exposição e outra, o religioso faz menção às figuras IV e V, que na explicação se tratavam de utensílios, como pá e uma sapa – espécie de pá para cavar fossos – utilizadas para arrancar as plantas da terra. Além disso, recomendava também o uso de caixas grandes, de mais ou menos “quatro pés de comprido, dois de largo, e dois de profundo, para

<sup>170</sup> PATACA, Ermelinda Moutinho. Coleta, transporte e aclimatação de plantas no império luso-brasileiro (1777-1822). Museologia & Interdisciplinaridade. Vol. 9, nº 5, Jan./Jun. de 2016. p. 89.

<sup>171</sup> VELLOSO, Fr. José Mariano da Conceição. Instrucções para o transporte por mar de arvores, plantas vivas, sementes, e de outras curiosidades naturaes. Imprensa Régia. Lisboa, 1805. p. 3-5.

que, sendo desse tamanho, possão dois homens, estando a metade cheia de terra, facilmente transportallas”, através das aselhas fixas nos lados da caixa. Outro detalhe importante, as árvores, plantas e arbustos não deveriam ultrapassar um pé de altura e que fosse dado preferência às mais novas, por sofrerem menos com a viagem em alto mar, segundo o botânico<sup>172</sup>.

Segue adiante no texto trazendo detalhes de como deveria se dar o processo de transporte já dentro do navio. Recomendava que se evitasse o contato das amostras com a água do mar, pois o sal era um agente nocivo para a vida útil dos vegetais. Para isso indicava uso de panos para cobrir as plantas, protegendo-as. Mas essa tarefa também exigia ressalvas. Não poderia os encarregados do navio deixá-las cobertas todo o tempo, pois criaria umidade fazendo com que a planta se perdesse. Outro vilão nas embarcações eram os ratos. Para evitar a perda, ensinava a criação de uma armadilha para combater esses predadores, que consistia em misturar à terra pedaços de vidro quebrados e colocá-los sobre o húmus, de modo “que embaraça a estes animaes a não entrarem pela terra, para destroirem as raizes tenras, e as sementes que brotão<sup>173</sup>”.

Expostas essas informações, chegamos ao nosso ponto de interesse, qual seja, frei José Mariano da Conceição Velloso menciona que as caixas das figuras IV e V “podem mais particularmente servir para o transporte dos arbustos, e das plantas da América Septentrional”<sup>174</sup>. Ou seja, espécies botânicas endêmicas das Capitanias do Norte do Brasil, o que incluiria a do Ceará. Isso denota uma pretensa familiaridade que o religioso teria com a flora dessa região. Muito provavelmente, é certo, por meio de estudos de outros naturalistas, haja vista não ter registros de sua presença em alguma capitania do Norte. Ainda assim, vale o destaque porque demonstra consciência das diferenças entre as espécies de diferentes partes do Brasil, não caindo na homogeneização e respeitando as especificidades.

Todas as questões acima suscitam um outro debate. Sendo a botânica um recurso natural valioso no sentido de que seria através dela que se poderia tirar grandes benefícios para a agricultura, medicina e artes, nada mais natural que fazer com que os navios se tornassem uma espécie de laboratórios flutuantes, onde a tripulação era envolvida nas tarefas de proteger as amostras durante todo o decurso de travessia do oceano, fazer experimentações e criar novas técnicas de transporte<sup>175</sup>.

<sup>172</sup> VELLOSO, Fr. José Mariano da Conceição. Instrucções para o transporte por mar de arvores, plantas vivas, sementes, e de outras curiosidades naturaes. Imprensa Régia. Lisboa, 1805. p. 90-91.

<sup>173</sup> *Idem, ibid.*, p. 92-93.

<sup>174</sup> *Idem, ibid.*, p. 94.

<sup>175</sup> PATACA, Ermelinda Moutinho. Coleta, transporte e aclimatação de plantas no império luso-brasileiro (1777-1822). Museologia & Interdisciplinaridade. Vol. 9, nº 5, Jan./Jun. de 2016. p. 90.

Não interessava a Lisboa patrocinar viagens que poderiam não lograr êxito. Ao viajante seu retorno deveria se dar pelo menos com algo de útil vindo de suas expedições filosóficas. Nessa perspectiva, Vandelli lançou o *Viagens Filosóficas...*, primeiro documento com regras que deveriam ser seguidas à risca. Interessante perceber que há uma clara demonstração de mostrar o passo a passo do roteiro de trabalho e todas as etapas têm o seu grau de importância, que não devem ser descartadas se se quiser um bom andamento das atividades. Chama a atenção primeiro para as necessidades dos diários:

Mui pouca seria a utilidade das peregrinações Filosoficas, se o Naturalista fiandose na sua memoria, quizesse fazer as suas relações e descripções, sem ter notado antecedentemente com a penna todos os objectos, que fosse encontrando no seu descobrimento. Naõ há hoje uma só pessoa, que naõ esteja persuadida da necessidade dos Diarios. Naõ basta que o Naturalista conheça os produtos da Natureza, tambem he necessário que elle assine os diversos lugares do seu nascimento, os caminhos e jornadas que fez nas suas peregrinações; e outras muitas circunstancias que bem mostraõ esta necessidade<sup>176</sup>.

Nas circunstâncias em que viviam os impérios europeus durante o século XVIII, numa constante corrida para a aquisição de novos conhecimentos sobre as terras já conhecidas, porém pouco estudadas e, também, para as que se esperava descobrir, recomendar o uso de um diário para anotações seria o método menos difícil de tomar nota do ambiente ao redor, na ausência de outros aparelhos técnicos utilizados pelos cientistas, como a fotografia, que só foi descoberta no século seguinte. Em outro sentido, a escrita de um diário de viagem abria possibilidades de se localizar no tempo e no espaço as coletas já realizadas, haja vista que:

O Diario pois naõ he outra coisa mais, que hum livro de papel, ou outra qualquer materia, dividido em annos, mezes, dias, e horas, no qual se hiraõ notando os objectos, que se encontram ao passo do seu descobrimento com respeito ao anno, mez, dia, e lugar em que se achaõ, para que depois nas horas do descanso, se possaõ mais perfeitamente descrever<sup>177</sup>.

Além dessa utilidade, manter um diário de viagem durante o percurso terrestre aliviava as tensões dos viajantes-naturalistas, que por viverem meses ou mesmo anos longe da terra natal, por vezes no limite entre a vida e a morte, encontravam na escrita um modo de se manterem ainda dentro da realidade, que em diversas ocasiões parecem ser repetitivas, como se vivessem o mesmo dia continuamente, executando as mesmas tarefas “com uma minúcia

<sup>176</sup> VANDELLI, Domingos. *Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Natural nas suas peregrinações deve principalmente observar*. Academia de Ciências de Lisboa, série vermelha 405, 1779 *apud* CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros dos setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Tese (Doutorado em História) – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. p. 277

<sup>177</sup> *Idem, ibid.*, p. 277.

repetitiva e habitual, fastidiosa, por vezes esgotante, interrompida por momentos de perigo ou medo<sup>178</sup>.

Para cada situação deveria existir um modo diferente de trabalho, descrição e classificação. Assim, tomando os estudos botânicos sobre o Brasil como parâmetro de análise temos, segundo Vandelli que:

O Filosofo que viaja pela Europa deve ter lido, e levado mesmo em sua companhia a Flora dos Paizes, por onde for, que lhe possa servir de guia no conhecimento das plantas; porem o que viaja pelo Brasil destituido de todos estes socorros, vese metido no meio de hum mundo novo, ainda hoje taõ desconhecido, como no primeiro dia de seu descobrimento, se exceptuarmos alguma parte de sua costa observada por Pison e Maregraaff e das producções, q' saõ cõmuas a outra parte da America, investigadas por Plumier, Vansloan, Castesbas, Jachyn, só a observaõ, e a experiençia o podem por em estado de penetrar por este vastissimo paiz: a experiençia o confirmará nas suas tentativas, e a observaõ e contemplaõ da Naturesa, lhe ensinaraõ toda a Scienzia da H.N. A naturesa naõ erra nas suas obras, ela sabe regular os tempos, escolher o terreno, e procurar o clima saudavel ás suas producções. Se os homens a forçaõ a produzir em hum terreno as producções de outros, com difficuldade o faz, e enfadada dos mortaes, a perseguirem dã com maõ escassa os seus mais bellos dons, e o mais do trabalho deixa a todo o cuidado dos homens. Por isso devendo o Filosofo seguir a Naturesa na indagaõ das plantas, deve começar por conhecer a sua habitaõ, obsevando os lugares em que vegetaõ, os litoraes das fontes, dos Rios, as bordas das lagoas, das agoas encharcadas, os lugares humidos; as serras, rochedos, montes, campos, bosques, mattos, prados, pastos, e campos cultivados; se em areia seca, vulgar, farinacea, sabulosa, se em argilla, greda, humus, &c.: notará a que gráos da Equinocial vegetaõ entre os dois Tropicos, onde fica comprehendido o Brasil, ellas

<sup>178</sup> BOURGUET, Marie-Noëlle. O Explorador. In: O Homem do Iluminismo. Direcção: Michel Vovelle. 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa. Setembro, 1997. p. 230.

É imperativo afirmar que a escritura de um diário de viagem não seguiu um padrão homogêno ao longo dos séculos em suas características internas, ou seja, de conteúdo. Exemplo que destoa nesse sentido é o Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão, presidente da Comissão Científica de Exploração e que também acumulou o cargo de chefe da Seção Botânica da mesma expedição de 1859. No seu texto, Freire Alemão tratou dos mais diversos assuntos, fugindo dos limites estabelecidos por Marie-Noëlle Bourguet, que, como vimos, indicou a escrita de um diário de viagem como uma atividade intimista, entre o viajante-naturalista em sua relação solitária com o ambiente ao redor. Como toda história se faz no seu presente, é preciso considerar as temporalidades específicas que norteiam o conceito de diário de viagem lançado pela autora francesa (século XVIII), com aquele tipo de diário elaborado pelo médico-botânico Francisco Freire Alemão na segunda metade do século XIX, enquanto Karoline Viana Teixeira aponte aproximações nas formas como o brasileiro manuseia o papel na hora da escrita com aquelas praticadas nos Setecentos. Ainda assim, a escritura apresentada no diário de viagem do comissionado versa de forma diferente devido à atenção que o autor dispõe para detalhes que poderiam passar facilmente despercebidos, como costumes, alimentação, arquitetura das cidades e das casas, indumentária da população, artefatos caseiros etc: “Na medida em que o diário de Freire Alemão prestava-se a várias funções, como crônica de percurso, descrição de paisagens, diário de campo botânico, registro de questões administrativas e espaço para desvelamento do íntimo e do inconfessável, analisar as condições materiais desse suporte pode nos trazer pistas relevantes sobre usos e procedimentos de escrita praticados pelo autor ao redigir uma representação e uma memória de uma fase excepcional de sua vida, como botânico e presidente da Comissão Científica de Exploração. Um diário que, diferentemente dos que acompanham um percurso de vida, tem começo e fim, e portanto pressupõe certo trabalho de composição perante o fecho temporal pré-determinado dessas ‘recordações para outros tempos’, como sublinha seu autor. Uma materialidade que testemunha os esforços de seu redator em articular, num todo coerente e contínuo, o trabalho do naturalista, a reações fisiológicas a um determinado ambiente ao qual não estava adaptado, as dificuldades do deslocamento e as relações sociais, por vezes marcadas por distanciamentos necessários e proximidades excessivas”. TEIXEIRA, Karoline Viana. A seiva e o traço. Configurações da memória na escrita do diário de viagem do botânico Francisco Freire Alemão (1859-1861). Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. p. 284.

daõ-se melhor: o tempo, em que principiaõ e acabaõ de fazer os seus renovos, e se largaõ a folha em determinados tempos do anno, como saõ algumas, ainda que raras do Brasil; se frutificaõ perennemente, sucedendo continuamente a flor do fruto, ou se só em certo tempo daõ os seus frutos; emfim o tempo em que termina o seu crescimento, e principia por sua ordem e florescencia. Conhecido o lugar, o clima, e estações das plantas se deve passar a conhecer o chaõ em que vegetaõ, e costumaõ nascer, isto he, se saõ aquáticas, se campestres, e se cultivadas costumaõ darse melhor nos pumares, e jardins. A idade das plantas, a duraçaõ da sua vida, formaõ um objecto bem curioso: em alguns mattos que no Brasil chamaõ virgens, há arvores de cujo nascimento naõ ha memória; por isso se achar arguma por acaso quebrada deve se indagar a sua idade, computada pelos seus annos que vem numerados nos círculos concentricos dos seus amigos; tambem saõ de notar a sua altura, e grossura desmarcadas<sup>179</sup>.

É possível observar certas particularidades que dizem muito sobre o nível de conhecimento que se tinha e que se esperava ter do Brasil. O pouco que se sabia era oriundo de observações feitas por naturalistas estrangeiros, como o já aqui citado Marcgraff e Pison. Vandelli ainda lembra que os parcos conhecimentos adquiridos pelos escritos desses dois viajantes se limitavam ao litoral, o que não deixa de ser uma verdade, tendo em vista que no período em que estiveram aqui não adentraram pelos sertões da colônia.

O Brasil, por ser um mundo novo, no sentido de conhecer a sua natureza, não fornecia grandes recursos técnicos e escritos que pudessem facilitar a peregrinação dos naturalistas pelas terras americanas, ao contrário do que acontecia em algumas nações europeias, onde o filósofo poderia percorrer o território com o auxílio de um guia ou manual sobre as plantas. Na América isso não fazia sentido devido a quase inexistência de viagens filosóficas empreendidas pelo reino sobre a colônia nos séculos anteriores ao dezoito. Situação comum vivia a América espanhola, tendo em vista o baixo interesse da corte daquele país em promover e sustentar viagens semelhantes pelos seus territórios, da Nova Espanha à cordilheira andina, limitando-se “[...] a acompanhar nas suas colónias os exploradores estrangeiros, a fim de vigiarem os seus actos e, simultaneamente, participarem nos trabalhos<sup>180</sup>”.

Em relação ao Brasil, Vandelli deixa claro que a intenção de conhecer estas paragens estava estritamente ligada ao fato de saber qual o potencial dos recursos naturais da terra nova, nos termos econômicos para coroa, por isso mesmo seria necessário ao naturalista conhecer todos os aspectos possíveis da floral, desde a sua localização, o clima, o tempo e as

<sup>179</sup> VANDELLI, Domingos. Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Natural nas suas peregrinações deve principalmente observar. Academia de Ciências de Lisboa, série vermelha 405, 1779 *apud* CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros dos setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Tese (Doutorado em História) – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. p. 277. p. 291-292.

<sup>180</sup> BOURGUET, Marie-Noëlle. O Explorador. In: O Homem do Iluminismo. Direcção: Michel Vovelle. 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa: Setembro, 1997. p. 216.

estações das plantas e como elas poderiam ser usadas na indústria, na agricultura, na medicina. Alinhado a essa posição, conhecer a terra também era algo necessário, posto que havia o desejo da metrópole em fazer transplantações de espécimes de outras regiões do império para a América portuguesa. Os objetivos de tal empreendimento não eram nada menos do que políticos e econômicos, pois se buscava as melhores formas de se baratear os custos de compra e transporte de determinados elementos, além da possibilidade de ser obter o monopólio dos produtos descobertos, fossem eles primários ou manufaturados. Tal ideia permeava o imaginário do colonizador, como deixa claro Vandelli em outro trecho: “No Brasil, que se saiba, naõ há páos, que sirvaõ para mastros; o descobrimento de alguma madeira taõ consistente, e leve como o pinho de Flandes, livraria Portugal de comprar aos estrangeiros, os mastros para as suas Náos<sup>181</sup>”.

Ao longo do texto, Vandelli avalia como deve proceder um naturalista que estiver percorrendo o Brasil em busca de levantar os seus recursos naturais, sempre voltando sua atenção para a descoberta de novas espécies que possam ser inseridas no sistema natural de Lineu, as formas de imprensar corretamente as plantas e recorrer sempre que possível aos conhecimentos práticos dos indígenas:

Os Indios, como saõ os mais inteligentes praticos daquelle continente, saõ também os melhores Mestres para nos ensinarem os nomes das plantas, e o seu uso principalmente das que se podem extrahir cores, e das que servem nas doenças proprias daquelle parte da America, onde elles morarem<sup>182</sup>.

É permitido supor que, entre as recomendações contidas nas *Viagens Filosóficas...*, e o que se via na prática dos naturalistas nem sempre eram situações condizentes com as regras do manual. A interação entre o viajante e os indígenas, por exemplo, é exemplar nesse sentido. Na teoria escrita por Vandelli, haveria uma certa facilidade em se chegar nas populações americanas e tomar nota dos conhecimentos que esses dispunham, mas a experiência de João Machado Gaio leva a supor que os fins não eram tão simples, pois deixa claro o pernambucano na sua relação com os índios da Ibiapaba que estes não cediam informações sobre as qualidades das plantas, guardando-as para si “no qual consideram grande parte da sua felicidade”. Esse mesmo indicativo de se apreender os conhecimentos indígenas se pode notar igualmente nas

<sup>181</sup> VANDELLI, Domingos. *Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Natural nas suas peregrinações deve principalmente observar*. Academia de Ciências de Lisboa, série vermelha 405, 1779 *apud* CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros dos setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Tese (Doutorado em História) – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. p. 294.

<sup>182</sup> *Idem, ibid.*, p. 292.

*Breves Instruções.* Deveriam os representantes da coroa lusitana nos confins ultramarinos ver os nomes indígenas e científicos das plantas – este último em latim – e indicar os mesmos nas caixas que seguiriam viagem rumo à metrópole.

Essa estratégia de incentivar viagens filosóficas estava intimamente ligada às discussões sobre modernidade que aconteciam à época por toda a Europa. Os que se julgavam modernos defendiam que os estudos sobre a natureza deveriam seguir uma linha de observações experimentais e práticas. Os antigos, como eram chamados os opositores da chamada linha moderna de pensamento, por seu turno, acreditavam nos fenômenos da natureza como algo imutável, que teriam sempre as mesmas respostas, independentemente dos motivos e períodos em que ocorressem<sup>183</sup>.

Vandelli estava inserido no grupo dos ditos modernos. Por um lado, incentivava os estudos pragmáticos, por outro elogiava a iniciativa dos navegantes, a quem ele próprio denomina “Modernos”, posto que “[...] com a mencionada observação atreveraõ-se a entrar no alto mar, chegaraõ aos fins mais distantes da Affrica, reconhecerá as praias orientais da Asia, dirigindo-se ao Poente descobriraõ a America<sup>184</sup>”. Em outras palavras, o moderno estava atrelado às observações práticas, experimentais, *in loco*. Não importava estudos que não aprofundassem a questão da natureza. Por isso, quando afirmava que ser botânico não é “pois, somente saber o nome das plantas”, mas concomitantemente saber “a parte mais difficultoza, e interessante”, sua visão convergia para a vertente pragmática da História Natural no século dezoito, que recomendava os estudos mais densos do mundo natural, dedicando-se principalmente a descobrir as principais potencialidades desses elementos. O conceito de ciência moderna no século XVIII caminhava nessa direção.

Nesse interim, outros exemplos de recomendações aos naturalistas não faltam em Portugal do fim do setecentos. Em 1781 foi lançado o *Breves Instruções aos Correspondentes da Academia de Sciencias de Lisboa*. Dividia-se em duas partes: Advertência e Breves Instruções, esta última dividia-se em outros quatro subtópicos (Das Remessas dos Animaes; Das Remessas Vegetaes; Das Remessas Mineraes e, por fim; Das Noticias Correspondentes a Historia da Natureza).

---

<sup>183</sup> CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros dos setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Tese (Doutorado em História) – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. p. 68.

<sup>184</sup> VANDELLI, Domingos. Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural. Coimbra: Real Oficina da Universidade, 1788. p. IV.

Sob os auspícios dos príncipes, o conhecimento sobre a natureza se tornava cada vez mais latente. Segundo Ana Lúcia Cruz, Portugal caminhava nessa trilha. Após a morte do rei Dom João V, figura por vezes contraditória em relação aos avanços no ensino de ciências, assume seu filho, Dom José I. Com a chegada deste monarca e a nomeação de Marquês de Pombal como seu Ministro de Negócios, Portugal assume de vez o compromisso de modernizar o império através do incremento nas pesquisas científicas, especialmente as ligadas à Filosofia Natural. Mesmo não recebendo o devido destaque por parte da historiografia que trata da formação do pensamento científico em Portugal, tendo seu papel de monarca incentivador das ciências sobrepunjado por Pombal, é sabido que foi durante o reinado de D. José que Portugal deu um salto quantitativo no que diz respeito ao avanço científico, destacando-se nesse grupo a Filosofia e a História Natural. Isso em parte tem relação com o gosto do rei pelas ciências, tendo recebido educação erudita e, por outro lado, pelo modo de governar de seu ministro de negócios Sebastião de Mello, que já defendia os estudos científicos como forma de aumentar as riquezas do país<sup>185</sup>.

Com a vinda de Domingos Vandelli sob sua gestão, ocorrem as maiores intervenções práticas e visíveis de cunho científico em Portugal, como o esboço de criação do Real Jardim Botânico da Ajuda, do Museu de História Natural da Ajuda, a já citada reforma educacional que envolvia a Universidade de Coimbra. A Real Academia de Ciências de Lisboa só vai ser criada efetivamente no reinado de D. Maria I, no ano de 1779.

Destacando que as produções da Academia de Ciências de Lisboa são direcionadas ao uso e bem público, a instituição lança algumas considerações em forma de memória sobre a melhor forma de remeter os produtos naturais para a dita instituição, que àquela época buscava aumentar suas coleções para a criação de um museu. O objetivo das *Breves Instruções...* parece ser o de corrigir os erros que já vinham ocorrendo nas remessas de produtos naturais vindos de outras partes de Portugal e de suas possessões coloniais, pois este anota que:

Muitas succede, que alguns dos exemplares, particularmente quando são remettidos de paizes distantes, chegão damnificados e por isso indignos de se guardarem nos Gabinetes, por não terem sido devidamente escolhidos, preparados e acondicionados; e como além disso nem todas as pessoas, que he necessario encarregar das remessas e das noticias que devem acompanhallas, se suppõem igualmente instruidas no melhor methodo de satisfazer suas Commissões, jugou conveniente a mesma Academia apontar as seguintes Instruções, pelas quaes poderão dirigir-se, os que della necessitarem.

---

<sup>185</sup> CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros dos setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Tese (Doutorado em História) – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. p. 81-85.

Adverte-se com tudo a cada hum dos Correspondentes e Commissarios, que, quando por alguns motivos, que occorraõ, lhes não seja possivel satisfazer em tudo, satisfação ao menos em parte, e do melhor modo que poderem, ao que nestas Instrucções se recomenda, em quanto numero e perfeição dos exemplares que se pedem, e em quanto ao methodo de os preparar e remeter<sup>186</sup>.

Tendo em mente que as coleções eram os fins principais com quais se objetivava as viagens filosóficas, o não cuidado em enviá-las de forma correta para a corte acarretava uma clara insatisfação entre os cientistas<sup>187</sup>, que advertiam para que, quando não fosse “[...] possivel satisfazer em tudo, satisfação ao menos em parte, e do melhor modo que puderem”, para evitar, assim, que as cargas com os produtos chegassem danificadas no seu destino final e assim se tornassem inviabilizados os seus usos.

Nesse sentido, mesmo deixando claro que a intenção do documento “[...] não tem por objeto formar hum Jardim Botanico; mas unicamente enriquecer hum Museo Nacional”, as *Breves Instrucções...* destacam que o envio de remessas vegetais deve seguir a algumas regras básicas. Por exemplo, o envio deve se limitar às plantas secas, sendo neste caso necessários que se recolha “plantas pequenas com raiz, tronco, folhas, flores e frutos”. Das plantas que não estivessem dando flores e frutos ao mesmo tempo deveria ser recolhido dois pés, contanto que cada qual contivesse uma das duas coisas.

Esses materiais, sempre que possível, deveriam ser enviados em uma única caixa. Quando não se pudesse proceder desta forma, deveriam os representantes indicar a que planta pertenceria cada caixa. Assim como nas *Viagens Filosóficas...* de Vandelli, havia também recomendações sobre como dessecar os vegetais. Deveria se estender “perfeitamente todas as suas folhas entre dois papeis pardos”, se comprimindo “em huma imprensa, ou debaixo de huma taboa carregada de pezos”. Por fim, recomendava-se expor essas plantas ao sol para que se retirasse a umidade delas, de maneira que chegassem inteiras a Lisboa. Cabe lembrar que as remessas de vegetais não teriam outro fim senão o uso no Museu para produção de conhecimento científico. Especificamente no caso aqui tratado, podemos presumir que a partir do momento que a Academia de Ciências de Lisboa resolve não dar destaque para as remessas

<sup>186</sup> ACADEMIA DAS SCIENCIAS DE LISBOA. Breves instruções aos Correspondentes da Academia de Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes a Historia Natural, para formar um Museo Nacional. 1781, p. 4-5.

<sup>187</sup> Iremos nos valer da observação quanto ao uso e significado da palavra *cientista*, elaborado por Magnus Roberto de Mello Pereira e Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz: “Sabemos que a palavra cientista não é mais adequada. O termo ideal seria *philosophe*, empregado por ingleses e americanos para designar a intelectualidade típica do iluminismo. De fato, quase todos os nossos personagens estudaram Filosofia em Coimbra. Em português, todavia, o termo soa um tanto pretensioso. Assim, apesar do anacronismo, optou-se por utilizar, ao longo do texto, termos atuais, como cientista, intelectual, etc.” PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Os colonos científicos da América Portuguesa: questões historiográficas. Revista de História Regional 19(1): 7-34, 2014. p. 9. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>> Acesso em 13 de novembro de 2017.

de plantas, mostra que a intenção não é desvendar seus usos na agricultura, consequentemente econômicos e, sim, seus potenciais usos na ciência, evidenciando seu papel diferenciado no processo de produção do conhecimento em relação à Universidade de Coimbra. Com essa assertiva não pretendemos de modo algum anular a importância da instituição nos estudos sobre economia da natureza. A série de publicações intitulada *Memórias Econômicas* comprova o grau de presteza com que esta abordava esses assuntos.

A tendência de divulgação de memórias de cunho científico se estenderia até o final da década de 20 dos oitocentos, onde temos como exemplo a *Instrucção para viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar, e remetter os objectos de historia natural*, em 1819. Esse manual na verdade era a tradução do francês do guia lançado pelo Real Museu de História Natural de Paris em 1818. Era composto também por algumas outras memórias, entre as quais estavam as *Breves Instruções aos Correspondentes da Academia de Sciencias de Lisboa....* Como a própria capa demonstra, se tratava de uma versão aumentada dessa publicação da Academia de 1781. Por que aumentada? Porque além destas duas dissertações havia também outros textos mais específicos, tais como um de autoria anônima que apresentava algumas considerações sobre a história natural do Brasil, destacando também a importância da instalação de um museu e um jardim botânico na cidade do Rio de Janeiro<sup>188</sup>.

Entre os temas abordados no texto acima mencionado estava a sugestão de que cada capitania do Brasil mantivesse um gabinete de História Natural e que fosse constantemente alimentado com produções da natureza e dos povos indígenas que habitavam o território. Deveriam dar preferência para as amostras desconhecidas e sempre que possível manter um acervo duplo, a fim de que fosse enviado uma parte para o museu no Rio de Janeiro. Nesta capitania, após o término do recebimento das produções, deveriam ser reduzidas a um sistema de identificação e agrupá-las de acordo com a famílias, classes, ordens, gêneros, espécies e variedade. Desejava-se criar um grande “Museu Geral Brazilico”, com catálogos de todas as produções dos três reinos da natureza recebido de todas as capitarias<sup>189</sup>.

A correspondência com outras possessões do império português e, também, com instituições de outras nações era algo igualmente recomendado. A ideia era criar um acordo de

---

<sup>188</sup> PORTUGAL. *Instrucção para viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar, e remetter os objectos de historia natural*. Rio de Janeiro. Imprensa Régia, 1819.

<sup>189</sup> *Idem*, p. IX-X.

troca mútua de exemplares dos acervos dos museus, mantendo um padrão de qualidade que pudesse manter as instituições no Brasil no mesmo nível das nações civilizadas da Europa<sup>190</sup>.

A divulgação desses manuais entre os anos 1779 a 1819 evidenciam uma realidade que iria se consolidar durante o início dos oitocentos no reino português, qual seja, a posição de destaque que o Brasil ganharia frente as outras colônias da África como possessão de grande valor econômico para os objetivos metropolitanos. Segundo Ronald Raminelli:

Ao findar o século 18, esses domínios tornaram-se o centro das reflexões empreendidas por Azeredo Coutinho, D. Rodrigo de Sousa Coutinho e Luiz dos Santos Vilhena. Assim, consolidava-se o Brasil como a mais importante possessão ultramarina portuguesa, intensificava-se a interdependência com Portugal, tão evidente depois de 1808. No período pombalino [...] o ultramar americano ainda disputava com Angola sua importância no Atlântico Sul português. Nos primeiros anos dos oitocentos, o Brasil reinava sozinho no império colonial, como centro das possessões de Sua Majestade<sup>191</sup>.

Destarte, produzir conhecimento sobre o Brasil se tornava imprescindível. Enquanto a Academia de Ciências voltava suas atenções de modo geral para a produção de conhecimento científico, emitindo em 1781 as *Breves Instruções*, dois anos antes Vandelli divulgava suas *Viagens Filosóficas*, direcionando seu olhar para a colônia americana e suas riquezas naturais. Não negamos, com isso, que as recomendações da Academia de Ciências não tivessem atingido os representantes que estivessem em missão no Brasil, porém é salutar ver o grau de relevância com o que os domínios portugueses na América adquiriram para as bases econômicas de Portugal, a ponto de ser lançado uma “dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas suas peregrinações deve observar”.

Ainda na corrente de Ronald Raminelli (2008)<sup>192</sup>, este, em outro estudo acurado sobre as viagens ultramarinas, dentro ainda da lógica de compreensão das viagens filosóficas no último quartel do século XVIII, especialmente as realizadas na colônia americana, diz que, se antes a prerrogativa para se lançar um empreendimento na possessão do outro lado do Atlântico era a premissa do cientificismo, com o desenrolar das ações as ideologias dos naturalistas se modificavam. Presos à máquina burocrática do estado português, aos filósofos não restava opções muito diversas se quisessem garantir alguma tranquilidade em termos de retorno financeiro a não ser seguir a cartilha política e econômica do reino.

<sup>190</sup> PORTUGAL. Instrução para viajantes e empregados nas colonias sóbre a maneira de colher, conservar, e remetter os objectos de historia natural. Rio de Janeiro. Imprensa Régia, 1819. p. XI.

<sup>191</sup> RAMINELLI, Ronald. Ilustração e império colonial. História (São Paulo) v. 31, n. 2, p. 36-67, jul/dez 2012. p. 37-38. (a)

<sup>192</sup> Cf. *Idem*. Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008. (b). Especialmente os capítulos 3 e 4.

Tomando a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira conjuntamente com o texto das *Breves Instruções...* como exemplos para confirmar a hipótese central de sua pesquisa, Raminelli afirma que após o início dos trabalhos, o naturalista luso-brasileiro modificou seu plano de inventariar a natureza da Amazônia, passando de observações para fins estritamente científicos, como defendiam as *Breves Instruções...* da Academia de Ciências de Lisboa, para levar à frente os objetivos econômicos da coroa tal como exigia o secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, em nome de Sua Majestade. O autor continua sua análise afirmando que, com essa mudança de atitude, Alexandre Rodrigues Ferreira visava sua inserção no aparelho estatal desejando cargos públicos, como por exemplo, na Junta Comercial do reino. Tal escolha acarretou que, na volta à Lisboa se desvinculou de seus trabalhos como naturalista, deixando de lado o material recolhido no longo período em que esteve percorrendo o território americano. Essa indiferença frente aos produtos recolhidos fez com que não houvesse avanços práticos no campo da ciência de modo geral, e como consequência não recebeu o devido reconhecimento por parte da sociedade ilustrada portuguesa<sup>193</sup>.

O que nos intriga na análise de Ronald Raminelli sobre as viagens filosóficas e a desvinculação dos naturalistas aos fins científicos para escolherem se debruçar sobre as ordens do reino e suas preocupações político-econômicas se assenta na forma como o autor toma essa decisão, como se fosse uma relação direta, única e exclusiva entre o naturalista e o secretário de negócios, com o primeiro deixando de lado os preceitos e as recomendações dadas pelo paduano Domingos Vandelli acerca dos estudos estritamente científicos para seguir a cartilha pragmática do estado, mais voltada para a fisiocracia, economia política. Não consideramos que tal visão não esteja correta, porém, ao que nos parece, os ditames não são tão simples assim. O próprio Vandelli gozava de prestígio tanto social quanto político, sendo próximo dos principais nomes do aparato estatal português, como o Marquês de Pombal e posteriormente Martinho de Melo e Castro, ou seja, todos os caminhos traçados pelo paduano levavam seus alunos a servirem ao Estado português.

E levando em consideração que Ciência e Estado estavam intrinsecamente relacionados em Portugal, as viagens filosóficas dependiam diretamente do suporte governamental, não se tratando de fenômenos isolados, como afirma ele mesmo, Ronald Raminelli<sup>194</sup>. O conteúdo das *Viagens Filosóficas...* já nos dá a clara intenção de se fazer um

---

<sup>193</sup> RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 123 *et. seq.* (b)

<sup>194</sup> *Idem, ibid.*, p. 139. (b)

inventário dos reinos da natureza do Brasil observando toda a sorte de elementos que pudessem valorizar a economia portuguesa, inclusive com sugestões de se indagar o conhecimento indígena sobre as plantas gerais e as que servem de alimento, como no trecho a seguir:

Como o primeiro trabalho dos homens, he o da sua conservação, depois fazella o mais feliz que he possível; assim o filosofo antes de cuidar nas produções, que podem inquecer aos seus concidadões, deve primeiramente indagar, aquellas que servem para o sustento das suas vidas. Entretanto a examinar cereaes, a saber trigo, sementes, cevadas, arrozes, milhos, favas, feijões, grãos, lentilhas, &c. No Brasil mais particularmente notará a mandioca,/a/ e outras raízes de que se servem os naturaes do Paiz, para fazerem o seu Pão: naõ devem escapar as suas tentativas os grãos que nascem a borda dos rios que muitas vezes saõ espécies de arroz, e de outros grãos uteis como a Ophiorrisa, certa especie delles, que naõ há muitos annos se descobrio, com ventagem de ser a semente mais grossa; sobre isso se deve vigiar muito, principalmente sobre as sementeiras do arroz e do trigo, buscando os melhores grãos e fazendo os semear, para se informar da riqueza da colheita apontando as maquinas de que se servem na Europa para se alimparem, e descascarem os arrozes, fazendo logo o calculo para vir no conhecimento do lucro, que pode o Reino tirar destes generos da primeira precisa<sup>195</sup>.

Ainda no plano das *Viagens Filosóficas...*, chamava a atenção para a aclimatação de espécies, transpondo determinadas plantas consideradas importantes de um ponto a outro das possessões ultramarinas, atividade que Alexandre Rodrigues Ferreira concebeu durante sua estadia no Brasil. Dentro deste exemplo, temos o caso do tabaco:

Alem do Tabaco ordinario, que se cultiva no Brasil, seria util, que se introduzisse o dantoana, que he o melhor do mundo, cuja semente se pode obter do Jardim Botanico da Ajuda: alem da introdução desta especie, devese trabalhar por aperfeiçoar a sua cultura, e manobra no uso das caldas, enrolamento das folhas, separando-se humas de outras, o q' constitue as diferentes qualidades de Tabaco rapé, ou em pó: nem se devem desprezar o seu caule, como inutil por servir para atanar os courros<sup>196</sup>.

A tomar pela ocasião de que as *Viagens Filosóficas...* foram escritas em 1779, as *Breves Instruções* em 1781 e a viagem de Alexandre R. Ferreira só ocorreria em 1783, além do fato de mestre e pupilo serem bastante próximos, como menciona Raminelli, fica registrado a hipótese de considerar que as ordens sobre como proceder nas pesquisas não partiram somente do estado diretamente aos naturalistas. Vandelli participou ativamente desse modo de conceber a ciência natural em Portugal para fins econômicos. Em se tratando da América Portuguesa essa

<sup>195</sup> VANDELLI, Domingos. *Viagens Filosóficas* ou dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Natural nas suas peregrinações deve principalmente observar. Academia de Ciências de Lisboa, série vermelha 405, 1779 *apud* CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros dos setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Tese (Doutorado em História) – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. p. 293-294.

<sup>196</sup> *Idem, ibid.*, p. 295.

preocupação é cada vez mais evidente, tanto que em 1778, antes mesmo de lançar as *Viagens Filosóficas*:

Domingos Vandelli, enviou ao ministério um plano de expedições ao Brasil e anexou ‘o rol dos instrumentos e outras coisas necessárias às viagens dos naturalistas para executarem as instruções que tiveram, e assim formarem com a maior diligência possível uma exata história natural de tão vasto continente<sup>197</sup>.

Depreende-se, nesse sentido, que tanto o governo lusitano quanto Vandelli estavam em sintonia quanto as necessidades de se conhecer e estudar as potencialidades do Brasil, tanto em termos científicos quanto econômicos, e que a intervenção do paduano pode se fazer sentir nas peregrinações dos viajantes-naturalistas pelas possessões portuguesas em finais do século dezoito.

O escrutínio levado a cabo pela coroa portuguesa em termos de inventariação e prospecção dos recursos naturais de seus domínios ultramarinos, fosse por meio de incentivos às viagens filosóficas, divulgação de manuais e memórias sobre história natural ou na criação de centros especializados nos estudos das amostras coletadas, nos levam a pensar as relações que se estabeleceram entre centro e periferia<sup>198</sup>. Todos esses eventos nos levam a admitir que, em termos de *mobilização dos mundos*, Portugal foi eficaz. Os *ciclos de acumulação* tornados concretos graças ao incentivo aos estudos científicos e às viagens filosóficas, em certo sentido não teriam sido possíveis sem os esforços da coroa, pois como afirma Latour, não havia garantias de que um ciclo de acumulação iria começar com o rei e terminar com o rei em Lisboa, porque:

---

<sup>197</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Um grande inventário da Natureza: políticas da Coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVIII. In: Formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX. Org. Heloísa Meireles Gesteira, Luís Miguel Carolino, Pedro Machado. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 56.

<sup>198</sup> Por conceito de *centro* e *periferia* estamos nos referindo a dois autores específicos já anteriormente trabalhados nessa dissertação. Primeiramente a Anthony John Russell-Wood e seu artigo *Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800*. As estratégias de ordem política, demográfica, social e comercial adotadas pelo governo central em relação ao Brasil mostram Portugal como figura central e a colônia americana como *periferia*, especialmente pela prática adotada pela metrópole, de forma a conduzir um governo à distância sem que, no entanto, diminuisse seu domínio sobre a colônia. O outro autor é Bruno Latour. Por *centro* Latour define como sendo as grandes capitais dos impérios, que seriam responsáveis por receber todo o material oriundo dos ciclos de acumulação decorrentes das expedições alhures e transformá-los em objetos de estudo em seus laboratórios. Nesse sentido, Paris, Lisboa e Londres eram, na verdade, grandes centrais de cálculos responsáveis por decodificar as informações trazidas pelos viajantes, fossem eles naturalistas ou não, em uma linguagem acessível que pudesse ser usada posteriormente em outras viagens. *Periferia*, por seu turno, seriam os locais de coleta desses dados/amostras, o desconhecido, que, à medida que se acumulava mais informações, menos desconhecido ele se tornava. Por outro lado, não deixaria de ser uma periferia, apenas passaria a fazer parte de uma rede que se conectava com outros centros. Ver: RUSSELL-WOOD, A.J.R. Rev. bras. Hist. vol. 18 n. 36 São Paulo. 1998 e LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

[...] além de todos os esforços em termos de projetos navais, cartografia e instruções náuticas, o rei precisava inventar outras novas maneiras de obter a obediência de investidores, capitães, inspetores de alfândega; precisava insistir em contratos legais que pudesse, na medida do possível, por meio de assinaturas, testemunhas e juramentos solenes, comprometer pilotos e almirantes; precisava ser inflexível quanto à feitura de livros contábeis, quanto a novos esquemas de levantar dinheiro e repartir proventos; precisava insistir para que os diários de bordo fossem bem escritos, mantidos fora do alcance dos inimigos e trazidos de volta a seus escritórios para que as informações neles contidas fossem devidamente compiladas<sup>199</sup>.

Ainda sobre *mobilização dos mundos e ciclos de acumulação*, cumpre reforçar a importância das memórias e dos manuais sobre história natural elaborados pelos portugueses e luso-brasileiros. As técnicas contidas nesses impressos foram as responsáveis por, em certa medida, garantir *estabilidade*, ou seja, fazer com que fosse evitada a perda de muitos elementos transportados em longas viagens em porões de navios, que muitas vezes não ofereciam suporte algum para essa travessia. Nesse sentido, as *Instruções para o transporte por mar...*, de José Mariano da Conceição Veloso, ganham ainda mais relevância<sup>200</sup>.

Por fim, os estudos em botânica e os consequentes avanços nesse campo não fariam sentido sem uma *central de cálculo* suficientemente preparada para receber os grandes volumes de materiais colhidos durante as viagens. Estamos nos referindo naturalmente aos jardins botânicos d'Ajuda e da Universidade Coimbra. No interior dessas duas instituições foi sendo forjado o conhecimento científico deste campo de estudos. A despeito do número cada vez maior de herbários e amostras de plantas, árvores e sementes que chegavam de todas as partes do globo, e, por vezes, das limitações ocasionadas pelos entraves burocráticos, os jardins botânicos, comandados pela figura de Domingos Vandelli, não se eximiram de cumprir sua função científica e econômica. Enfim, estudaram, manipularam produtos, criaram novas formas de cultura, forjaram novos métodos de inscrição e rotulação, porque a botânica é, nesse sentido, “[...] o conhecimento local gerado no interior de instituições coligadoras<sup>201</sup>”.

No conjunto, essas viagens deveriam indicar tudo quanto fosse possível de ser usado na economia e engrandecimento da nação. Como destacado ao longo do texto, a botânica sempre teve papel de relevância para os projetos políticos e econômicos do império colonial português durante toda a segunda metade do setecentos, pois creditava-se a essa ciência o papel de grande transformador e propulsor dos avanços tecnológicos na agricultura, esta última sendo ainda umas das principais apostas de Portugal para o progresso da nação. Tais atitudes, como

<sup>199</sup> LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 360.

<sup>200</sup> *Idem, ibid.*, p. 365.

<sup>201</sup> *Idem, ibid.*, p. 372.

veremos adiante, irão reverberar ao longo do século dezenove. É nessa conjuntura que se insere João da Silva Feijó e sua viagem filosófica pela capitania do Ceará nas primeiras décadas dos Oitocentos, como doravante veremos.

### **3.2. “Fazendo huma interessante Historia deste Paiz assaz bem rico em producções, particularmente vegetaes”: João da Silva Feijó e a flora do Ceará<sup>202</sup>.**

A partir das informações levantadas no tópico anterior sobre a política portuguesa de incentivo às viagens filosóficas pelos mais distantes rincões do império português, nos deteremos agora por analisar de forma mais pontual um desses empreendimentos, ocorrido na capitania do Ceará e levado a cabo por um dos mais proeminentes naturalistas da geração do reformismo ilustrado. Objetivamos mostrar como os interesses políticos estavam sintonizados com as atividades do bacharel-naturalista. Seus estudos botânicos sobre a natureza cearense, como veremos, não eram a prioridade para o governo central, mas isso não implicou em menos interesse por parte de Feijó, sobretudo por sua vontade em aprofundar a aclimatação de espécies de plantas úteis, a fim de diversificar a produtividade agrícola.

Da geração de naturalistas luso-brasileiros formados em Coimbra, alguns lançaram-se a mando da coroa em expedições científicas pela América portuguesa. Foram os casos de Alexandre Rodrigues Ferreira, Manuel Arruda Câmara, João da Silva Feijó, para citar apenas os mais estudados. Essa lista de naturalistas formados em Portugal que voltaram para o Brasil a fim de realizar estudos de história natural, por outro lado, aumenta se levarmos em consideração aqueles que não obtiveram tanto impacto e expressão na feitura de seus trabalhos.

As historiadoras Ermelinda Moutinho e Rachel Pinheiro (2005) destacam que, entre as gestões dos ministros de estado Martinho de Mello e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, vários naturalistas chegaram ao Brasil para trabalhos de investigação filosófica. Citam, entre outros, o já mencionado João da Silva Feijó no Ceará e Joaquim Veloso de Miranda em Minas Gerais, e seguem afirmando que:

[...] outros naturalistas, além de Joaquim Vellozo de Miranda, encontravam-se no Brasil entre 1781/1782, como Francisco Vieira de Couto, no Serro Frio, Serafim

<sup>202</sup> Uma versão reduzida deste texto foi publicada nos Anais do XI Encontro Regional Nordeste de História Oral, sob o título “Diligência filosóficas de João da Silva Feijó: estudando a botânica do sertão cearense no início dos Oitocentos. Disponível em: <[http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1493769258\\_ARQUIVO\\_Diligenciasfilosoficas\\_deJoaodaSilvaFeijo-TrabalhocompletoHistoriaOral.pdf](http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1493769258_ARQUIVO_Diligenciasfilosoficas_deJoaodaSilvaFeijo-TrabalhocompletoHistoriaOral.pdf)>

Francisco de Macedo, na Vila de São Francisco da Cidade da Bahia, José da Silva Lisboa, na Bahia, e Inácio Gularde, no Rio de Janeiro<sup>203</sup>.

Citamos essas colocações por considerá-las atinentes com a discussão acerca do lugar da capitania do Ceará em termos de produção de conhecimento científico na virada dos séculos XVIII e XIX. Com exceção da viagem realizada por João Machado Gaio à Serra da Ibiapaba em 1784, a qual já fizemos menção anteriormente, não ocorreram grandes empreendimentos do tipo ao longo do período de reformismo ilustrado português.

Enquanto outras capitâncias, em meados da década de 1780, já contavam com projetos de expansão do conhecimento através das viagens filosóficas, o Ceará só passou a fazer parte da lógica de investigação científica orquestrada pelo império através de um plano de viagem oficialmente deliberado em 1799, ano em que João da Silva Feijó chega à capitania a mando da coroa. Esse também foi o ano da emancipação em relação a Pernambuco, o que em certo sentido evidencia o ganho de relevância da capitania naquele momento e o porquê de a metrópole enviar especificamente um dos mais notórios naturalistas da corte.

João da Silva Feijó<sup>204</sup> nasceu no Rio de Janeiro, em meados de 1760, e fazia parte de uma família detentora de terras na região. Por volta de 1780 se desloca para a metrópole a fim de concluir seus estudos, onde se forma em Engenharia e Ciências. É desse período que surge sua relação com Domingos Vandelli e os ministros de estado Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, considerados os responsáveis pelos maiores investimentos em termos de iniciativas de esquadrinhar as possessões ultramarinas fazendo levantamentos de suas riquezas naturais. É convocado para as chamadas viagens filosóficas, organizadas pelo paduano Vandelli e financiadas pela coroa, e em 1783 parte para as Ilhas de Cabo Verde, permanecendo neste local até 1797, quando volta para Portugal depois de longo período inventariando a natureza das colônias portuguesas na África.

---

<sup>203</sup> PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. Revista da SBHC. Rio de Janeiro, v.3. n. 1, p. 58-79, jan/jun, 2005, p. 65.

<sup>204</sup> Foge naturalmente da nossa proposta apresentar detalhes pormenorizados da vida pessoal e intelectual de João da Silva Feijó. Para além dos textos citados neste trabalho, quais sejam: OLIVEIRA, Antônio José Alves de. João da Silva Feijó e os dilatados sertões: pensamento científico e representações do mundo natural na capitania do Ceará (1799-1816); NOBRE, Geraldo. João da Silva Feijó: Um Naturalista no Ceará. GRECEL, Fortaleza – Ceará, 1978; e SILVA, Clarete Paranhos da. As viagens filosóficas de João da Silva Feijó (1760-1824) no Ceará. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 47, p. 179-201, 2007. Editora UFPR. Recomendamos a leitura, para citar somente alguns, de PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. João da Silva Feijó: A trajetória de um homem de ciências luso-brasileiro; In: PEREIRA, Magnus R. M; SANTOS, Rosângela M. F. (Eds.). João da Silva Feijó: um homem de ciência no Antigo Regime português. Curitiba: Editora da UFPR, 2012. p. 19-118; o consagrado artigo de NOGUEIRA, Paulino. O Naturalista João da Silva Feijó. Revista do Instituto do Ceará, 1888. Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1888/1888-ONaturalistaJoaodaSilvaFeijo.pdf>> Acesso em 13 de novembro de 2017.

Em 25 de fevereiro de 1799, a rainha de Portugal D. Maria I expede ordem dando vistas à patente de Sargento-mor a João da Silva Feijó e ordenando-o a se deslocar à capitania do Ceará para que fizesse estudos de História Natural. Receberia, por isso, a cifra de quatrocentos mil réis e gozaria de todas as regalias e prestígios que a ordem militar dispunha<sup>205</sup>. Passou dezessete anos instalado em terras cearense, onde ao longo deste período desenvolveu diversos escritos sobre a região, entre os quais se destacam a Coleção descritiva das plantas do Ceará; *Memória sobre as antigas Lavras do Oiro da Mangabeira da Capitania do Siará*; *Memória sobre a Capitania do Ceará, escrita da ordem superior pelo Sargento-Mor João da Silva Feijó*; *Memória econômica sobre a raça do Gado Lanígero da Capitania do Ceará*; *Memória sobre os mineraes do Cangaty na Capitania do Ceará, afora cartas cartográficas sobre a mesma capitania*.

Como se pode observar João da Silva Feijó escreveu sobre os mais diversos assuntos, todos eles ligados à sua formação como naturalista. Suas inclinações iniciais estavam voltadas para as possíveis jazidas de minério que existiam no território cearense. Entre elas estavam principalmente as de salitre<sup>206</sup> e ouro. As primeiras se mostraram verdadeiras; sobre o ouro restava-lhe averiguar se as notícias que chegavam à metrópole eram verdadeiras ou apenas mitos, tendo em vista que “[...] desde pelo menos o ano de 1735 se tem notícias de que o governo português buscava inventariar possíveis recursos minerais na região que abrange o atual estado do Ceará<sup>207</sup>”.

Inserido no contexto da ilustração portuguesa, João da Silva Feijó não se deslocou do pensamento científico e da busca pelo progresso da civilização que permeava a realidade de Portugal e determinava o tipo de formação dos vassalos d’El Rey. Esse ideal de ciência

<sup>205</sup> DECRETO do Príncipe D. João a nomear João da Silva Feijó para Sargento-mor de Milícias do Ceará, 01 de fevereiro de 1799. Caixa 13; doc.: 727. Digitalizados; disco 2; pasta 13; nº 414.

<sup>206</sup> A relação de Feijó com os estudos sobre o salitre é bem anterior a sua vinda à capitania do Ceará. Segundo Magnus Roberto de Mello Pereira, Feijó foi um dos escolhidos por Rodrigo de Sousa Coutinho para formar uma equipe encarregada de realizar trabalhos envolvendo esse importante recurso natural no território de Portugal. Ao naturalista foi dada a ordem de fazer experimentos para a fabricação de salitre artificial na região da Ribeira do Alcântara, bairro portuário de Lisboa. Deveria fabricar o mineral a partir de rejeitos, como por exemplo, “estrumes de gado, e bestas, e caliça, lamas das ruas, cascas de curtumes e cal”. Ainda de acordo com este autor, fazia parte da política de Rodrigo de Sousa Coutinho tornar Portugal autossuficiente na produção de salitre, matéria primeira essencial para a fabricação de pólvora. Deste modo, descobrir jazidas ou dominar as técnicas de fabricação do minério eram situações sem precedentes para o ministro. Foi nesse sentido, ainda, que encarregou frei José Mariano da Conceição Veloso para o comando da Tipografia Arco do Cego, para que este viesse a traduzir de outros idiomas trabalhos que versassem sobre este assunto. Segundo essa corrente, após os trabalhos realizados por Feijó na Ribeira do Alcântara, o naturalista foi enviado para a capitania do Ceará a fim de que fizesse levantamentos sobre as notícias de nitreiras existentes no território setentrional da América Portuguesa. Cf. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e Frei Mariano: a política portuguesa de produção do salitre na virada do século XVIII para o XIX. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 498-526, jul./dez. 2014. p. 500-511.

<sup>207</sup> SILVA, Clarete Paranhos da. As viagens filosóficas de João da Silva Feijó (1760-1824) no Ceará. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 47, p. 179-201, 2007. Editora UFPR.

pragmática lusitana, por sinal, é o que conduzia a escrita do sargento-mor. Diferentemente dos demais viajantes-naturalistas da virada dos séculos dezoito e dezenove, que estavam ancorados nas técnicas de Alexander von Humboldt, onde buscavam aliar romantismo com ciência, os naturalistas luso-brasileiros formados em Coimbra não compartilhavam desta premissa. Escreviam como homens do iluminismo, desejosos de entender a natureza em todas as suas especificidades com o propósito de controlá-la e, assim, obter meios mais eficientes de uso e produção.

Enquanto esteve na capitania do Ceará, suas funções eram bem nítidas e iam de encontro às ordens do ministro de negócios ultramarinos D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que desejava ter total conhecimento das potencialidades naturais das possessões portuguesas, num claro projeto de inventariar a natureza, o território e os limites destes locais. Para Ronald Raminelli (2008), a escrita se tornou instrumento de poder para a monarquia, “[...] pois se lhe informava sobre acontecimentos, terras distantes, minas, lavouras e a disposição dos súditos em obedecer suas leis”<sup>208</sup>.

Como já mencionado, o principal objetivo das investigações filosóficas de João da Silva Feijó era levantar estudos mineralógicos, descobrir a capacidade de produção das principais minas já conhecidas e ver as possibilidades de existirem outras, tudo dentro do projeto do império português. Em carta direcionada a Rodrigo de Sousa Coutinho datada de 21 de dezembro de 1799, ele explica suas ações iniciais em terras cearenses explicando as localidades já percorridas e os motivos que o levaram até lá, que geralmente eram ligados às minas de salitre. Por outro lado, não resume suas atividades às explorações de minério. Ao término da carta incita que suas explorações estão também inclinadas à parte botânica, justificando que “[...] este fertil Paiz: elle me offerece vastissimos campo para hua interessante Flora”, pedindo em seguida auxílio ao ministro para que este lhe enviasse livros que considerava necessários, entre os quais a “Edição de Gmelin e a Encyclopedia Botânica de Fabricius”, além de, se possível, enviar “hum Dezenhador<sup>209</sup>”.

Nesse ponto, Geraldo Nobre (1978) fez uma interessante observação a respeito da preferência do naturalista em obras de história natural de origem germânica, em detrimento da forte influência exercida por Domingos Vandelli na formação da geração de naturalistas luso-

<sup>208</sup> RAMINELLI, Ronald. Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008. p. 8. (b)

<sup>209</sup> OFÍCIO do Naturalista João da Silva Feijó ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, João Rodrigues de Sá e Melo, informando sobre as minas de salitre encontradas no Ceará e queixando-se das condições em que trabalha na referida capitania, 13 de dezembro de 1800. Caixa 14; doc.: 811. Digitalizados; disco 2; pasta 14; nº 323.

brasileiros em Coimbra. Além disso, os enciclopedistas eram pouco conhecidos em Portugal, como atesta o mesmo Nobre, o que ajuda a demonstrar o caráter diferenciado de formação acadêmica de Silva Feijó, reverberando nas suas interpretações sobre os aspectos naturais da Capitania do Ceará<sup>210</sup>.

Ainda nesse sentido, Antônio José Alves de Oliveira (2014), em acurado trabalho já citado anteriormente sobre o mesmo naturalista, nos diz que as conclusões de João da Silva Feijó acerca da natureza da província destoavam das considerações de outros sujeitos contemporâneos a ele. Um destes sujeitos era Antonio Rodrigues de Carvalho, que ocupou o cargo de ouvidor-mor da capitania entre os anos de 1814 e 1816. Analisando os dois discursos, Antônio José Alves conclui que enquanto João da Silva Feijó tinha uma visão mais otimista do processo de desenvolvimento da capitania com relação ao mundo natural, o ouvidor-mor não vislumbrava em um curto espaço de tempo um progresso local expressivo. Para este último, a incivilidade da população e os problemas climáticos, especialmente a irregularidade das chuvas, tornariam inviáveis os projetos colonizadores da metrópole para a capitania<sup>211</sup>. Aliando leituras pouco conhecidas na capital do império com os princípios pragmáticos próprios do reformismo ilustrado português, é possível perceber, como demonstra Antônio José Alves, que João da Silva Feijó não lançava suas interpretações sobre o mundo natural da capitania como um naturalista sem formação, sem conhecimento técnico de suas atribuições.

Ao longo do período (1799-1816) em que esteve no Ceará, nota-se claramente através das correspondências trocadas, tanto pelo naturalista quanto pelas autoridades metropolitanas e locais, que o grande interesse da coroa portuguesa em financiar uma investigação filosófica pela capitania estava centrado nas minas de salitre. As ordens expressas tanto por D. Rodrigo de Sousa Coutinho quanto pelo seu sucessor, o Visconde de Anadia, eram bastantes específicas quanto a isso. Por outro lado, esse financiamento da coroa em certos momentos deixava muito a desejar. Não raras vezes o montante destinado ao custeio das atividades dos naturalistas deixava de ser pago ou os valores não eram suficientes para cobrir todo o custo do trabalho, que incluía ainda o pagamento do funcionário, a contratação de mão de obra local, compra de utensílios e animais para facilitar viagens rumo ao interior da capitania, além de outros gastos diários.

---

<sup>210</sup> NOBRE, Geraldo. João da Silva Feijó: Um Naturalista no Ceará. GRECEL, Fortaleza – Ceará, 1978. p. 80-81.

<sup>211</sup> OLIVEIRA, Antônio José Alves de. João da Silva Feijó e os dilatados sertões: pensamento científico e representações do mundo natural na Capitânia do Ceará (1799-1816). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p. 150-151.

Essa, por sinal, era uma realidade bastante recorrente no contexto das atividades desenvolvidas nas viagens filosóficas. Analisando principalmente o empreendimento de Alexandre Rodrigues Ferreira pelo alto Amazonas e Mato Grosso, bem como algumas outras viagens realizadas por naturalistas luso-brasileiros pelas colônias portuguesas da África e da Ásia, Ronald Raminelli<sup>212</sup> afirma que a escassez de recursos liberados pelas autoridades metropolitanas por vezes atrapalhava o desenvolvimento dos trabalhos de investigação. Além desse problema, havia ainda a questão da dupla função, com naturalistas que inicialmente se deslocariam somente para pesquisas científicas, passando a atuar também em funções burocráticas, entre essas a de governador, o que limitava as explorações científicas.

Contratemplos parecidos viveu João da Silva Feijó enquanto viajante-naturalista nos sertões do Ceará. Na carta acima mencionada, enviada ao Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, datada de 21 de dezembro de 1799, ele pede que o administrador lhe enviasse livros e um desenhista, a fim de facilitar os trabalhos de investigação da natureza. Aproximadamente dois meses depois envia nova carta, desta vez direcionada ao oficial de Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar João Fillipe da Fonceca, na qual diz que:

Em Dezembro passado tive a honra de escrever a Vossa Senhoria, participando-o do que me ocorria; agora que me recolho da m.a prim.ra viagem, que foi at the o Distrito de Caracu, daqui dist.e 60 legoas, não devo deixar de dar conta a V.S., que ali tenho descoberto hua m.to boa Minna de Salitre, cujas amostras vão nestas occasião à Prez.a de Sua Ex.cia; e estimarei que este principio de meus trabalhos, e dillig.as tenhão a fortuna de merecer algua attenção do m.mo Ex.mo S.r fico com esperanças de descobrir outra não menos import.e do que tambem particparei a V.S. *Faltão-me livros, falta-me um bom Dezenhador, falta-me hum Laboratorio chimico portatil, e os mais aprestos. p.a dar provas a S. Ex.cia do meu zello e desvello no estudo das Sciencias Naturaes fazendo huma interessante Historia deste Paiz assaz bem rico em produçōens, particularm.te vegetaes; e que pode algum dia entrar na Ordem dos import.es do Estado; Se V.S. de sua p.te poder concorrer com seus bons offícios p.a que eu tenha estes recursos, terei sem duvida m.to mais q. dever a V.S.; e os Amadores das Sciencias Naturaes não deixarão de louvar a hum tão gr.de beneficio, e proteção. Desejo a V.S. as mais const.es prosperid.es, e que se digne de me dar occasioens de mostrar a m.a submissão, e gratidão. D.s G.e a Pessoa de V.S. p.r m.tos a. como lhe dezeja q.m com verd.e he De V. Senr.a*<sup>213</sup>. (Grifos nossos)

As queixas não paravam por aí. Segundo a já citada Clarete Paranhos (2007), o naturalista, em carta enviada ao Visconde de Anadia em 13 de dezembro de 1800:

Pede que suas necessidades sejam atendidas, para o bom progresso de seus serviços. Entre outras coisas, solicita a última edição do *Sistema geral de Lineu*, uma *Flora guianense*, a *Encyclopédia méthodique botanique*, imprensa (prensa) e papel para dissecar

<sup>212</sup> RAMINELLI, Ronald. Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008. Cap. 3, 4 e 5. (b)

<sup>213</sup> CARTA ao Oficial da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar João Fellipe da Fonceca *apud* NOBRE, Geraldo. João da Silva Feijó: Um Naturalista no Ceará. GRECEL, Fortaleza – Ceará, 1978., p. 183-184.

plantas, instrumentos de medição para calcular a latitude onde se encontram as minas, um laboratório portátil para os ensaios químicos dos minerais e um “desenhador”. Observa que essas “providências que não sendo fora de costume, deram-se a todos os meus colegas<sup>214</sup>”. (Grifos no original)

Não é preciso muito esforço para perceber que os pedidos feitos por João da Silva Feijó não haviam sido plenamente atendidos, mesmo quando ele próprio lembra à administração portuguesa o tratamento diferenciado despendido a um ou outro naturalista. Ou quando chamava a atenção para esses pedidos, os quais julgava essenciais para o bom desenvolvimento do trabalho do naturalista, servindo para a construção de “huma interessante Historia deste Paiz”, rico em matéria vegetal, que tanto poderia tornar a capitania importante para o Estado português quanto ajudaria outros naturalistas “amadores” na interpretação da natureza local.

Dois outros pontos valem a ressalva neste caso particular. Primeiramente fica explícito na escrita do naturalista que até aquele momento a capitania do Ceará ainda não estava inserida no projeto civilizador da busca pelo progresso que tanto esteve presente no reformismo ilustrado do império português. Nesse contexto cabia a João da Silva Feijó e sua jornada filosófica mostrar os potenciais econômicos da região. Por outro lado, sem os devidos incentivos por parte da administração colonial, fossem eles financeiros ou material, esse empreendimento não teria como se sustentar, o que levou à insistência do funcionário para que enviassem os seus pedidos.

A lógica de incentivo ao conhecimento por parte da coroa portuguesa dita as práticas científicas. A administração colonial deixava claro quais rumos da ciência em Portugal estavam diretamente ligados aos interesses do Estado, ou seja, não haveria independência por parte do viajante-naturalista nas suas investigações filosóficas. Tudo deveria passar pelo crivo da monarquia e a esta caberia decidir o que merecia maior aprofundamento ou não. Nessa perspectiva, não é de se admirar que durante o período em que esteve à frente do Ministério de Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho pouco tenha dado ênfase, no que podemos notar nas cartas trocadas tanto com o próprio Feijó quanto com o governador Bernardo Melo de Vasconcelos, aos pedidos do naturalista. Particularmente àqueles que interessavam aos estudos de botânica, como os livros e o desenhista, não se tem notícias que tenham sido enviados, muito menos que tenha chegado às mãos de Silva Feijó. O interesse maior da coroa portuguesa no Ceará estava nas minas de salitre e nas possíveis zonas auríferas da região.

---

<sup>214</sup> SILVA, Clarete Paranhos da. As viagens filosóficas de João da Silva Feijó (1760-1824) no Ceará. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 47, p. 179-201, 2007. Editora UFPR. p. 184.

A experiência nas Ilhas de Cabo Verde em momento anterior à vinda ao Ceará e a formação acadêmica como naturalista, contudo, não fariam João da Silva Feijó se furtar dos estudos de todos os aspectos da natureza local. Dentre os outros assuntos ligados à História Natural, preocupava-se especialmente com a botânica, tendo em diversos momentos se posicionado acerca da flora local como um reino de grandes produções vegetais, que poderiam servir para o engrandecimento do estado.

Em sua obra *Memórias sobre a Capitania do Seará*, publicada em 1814 no jornal literário e científico *O Patriota*, ele esboça um longo texto sobre o período em que aqui esteve a serviço do império português. O texto, como o próprio nome sugere, teve a intenção de ser uma espécie de memória escrita sobre os serviços executados no Ceará, mesmo com seu formato se assemelhando mais a um relatório técnico.

Dentre os diversos pontos que toca em sua narrativa, a que nos chama a atenção são aqueles onde disserta sobre a vegetação local. Divide o capítulo dedicado às produções vegetais em tópicos específicos, buscando fazer com que o leitor se habitue e materialize os recursos naturais presentes na capitania, sempre esboçando comparações entre a qualidade dos produtos da capitania com aqueles produzidos na Europa, referência máxima quando o assunto eram formas de progresso econômico. Dando um exemplo neste sentido, afirma ele no tópico “Das matas” que a vegetação da caatinga, mesmo sendo:

Mui activa, logo no começo do Inverno, com tudo estou certo que não he tão vigorosa como na Europa, pois sendo ella aqui quasi continuada, geralmente por todo anno, deve ser mais do que quando he periódica, e por isso as plantas devem estar em hum estado de frouxitão, e fraqueza<sup>215</sup>.

Se de um lado a vegetação do Ceará, com a força do trabalho do homem colonizador utilizando técnicas menos rudimentares, poderia ofertar bons cultivos, prosperidade e menos desperdício, por outro, criava um paradoxo, pois quando comparada com a natureza europeia era vista como de menor qualidade, não tão vigorosa. O clima, certamente, contribuía para a construção deste tipo de pensamento. Com a estação das secas, as plantas, à medida que iam perdendo suas folhas, ajudavam a criar no imaginário do naturalista e do colonizador a impressão de que viviam “em hum estado de frouxitão, e fraqueza” a ponto de não as sustentar por completo. Como se explica tal pensamento sobre a vegetação do sertão?

João da Silva Feijó não explica detalhadamente o que seria esse “estado” de coisas as quais passavam as plantas, contudo podemos inferir que esse tipo de percepção sobre a

---

<sup>215</sup> FEIJÓ, João da Silva. Memoria sobre a Capitania do Seará. *O Patriota*, Rio de Janeiro, 1814. p. 59-60.

natureza não era algo isolado dentro do contexto do pensamento científico europeu do século dezoito. O exemplo mais célebre, que melhor define essa perspectiva é o de George-Louis Leclerc, o Conde de Buffon. Buffon foi um importante naturalista francês, que obteve destaque devido aos seus estudos zoológicos. Uma de suas principais contribuições nesse sentido diz respeito à teoria da degeneração do Novo Mundo. Sua linha de raciocínio era a de que os animais da América eram, em sua maioria, de menor qualidade que os do Velho Continente, porque eram dotados de menor altura, menor força e menos inteligentes. Na ocasião de animais de outras partes do globo serem transportados para a América, esses mesmos animais tendiam a reduzirem sua estatura.

Buffon buscava corroborar sua tese de degeneração da natureza através da teoria dos animais grandes e pequenos. Para ele, “o grande é estável enquanto o pequeno é variável”, chegando “[...] a fixar uma superioridade objetiva do grande sobre o pequeno, e, no limite, a ordenar os seres viventes conforme seu volume<sup>216</sup>”. As discussões sobre degeneração das espécies formuladas por Buffon claramente partem do reino animal para confirmar suas deduções. Todavia, não podemos dissociar a vegetação como agente partícipe desse processo, no sentido determinista. Se o meio – florestas, pântanos, vegetação de forma geral e o que dela é produzido – determina a degeneração dos animais, logo o meio também é degenerado. Nesse sentido, o pensamento de João da Silva Feijó se aproxima da análise buffoniana ao dizer que a natureza cearense, suas árvores e plantas, são menos vigorosas, dotadas de fraqueza e frouxidão.

O desejo de tornar a natureza produtiva para a empresa colonialista, contudo, soava sempre mais forte. Portugal vivia por esse período um grande interesse em tornar determinados tipos de plantas aptos a se desenvolver plenamente nos mais diversos tipos de terrenos de suas possessões. Esse processo, conhecido como aclimatação de espécies, foi crucial para o império português sustentar a dinâmica de ocupação e colonização dos seus vários domínios ultramarinos. Algo que vai de encontro às palavras de Alfred Crosby para explicar a superioridade dos europeus em relação aos demais povos. Para ele, “talvez o êxito do imperialismo europeu tenha um componente biológico, ecológico<sup>217</sup>”.

Transferir-se para um determinado ponto do globo, distante muitas vezes centenas de quilômetros de seu local de origem, requeria um esforço grandioso, que, feito de forma desorganizada, não valia a tentativa. O ato de se deslocar era para ser executado com

<sup>216</sup> GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 35-36.

<sup>217</sup> CROSBY, Alfred. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 19.

responsabilidade e, sobretudo, com organização. Habituar-se a viver pelo restante de seus dias em uma zona biótica totalmente diferente da sua era como navegar rumo ao desconhecido. Para se acostumar mais facilmente àquilo que não se conhece de imediato, nada mais cômodo que carregar consigo estratos de memória, que, no caso da expansão imperialista europeia, se deu na forma de espécies naturais – animais e principalmente plantas – como forma de tornar mais próximo de si uma realidade da qual já estavam familiarizados.

A partir dessas circunstâncias, foi possível para o europeu se espalhar pelos vários pontos do globo terrestre, algo jamais visto em nenhuma outra civilização, à exceção de exemplos aproximados efetuados por povos do Oceano Pacífico, que, no entanto, não ultrapassaram os limites das ilhas da Oceania<sup>218</sup>. Nesse contexto, o Novo Mundo começa a ser explorado, ocupado, colonizado. Ultrapassar a barbárie americana se mostrava necessário para tornar possível o projeto civilizador do Velho Mundo. À medida que iam se fixando à terra, iniciaram a técnica de transplantação de espécies, motivada principalmente, segundo Warren Dean, pelo preconceito que os primeiros colonos portugueses tinham da comida tupi<sup>219</sup>.

Enquanto a aclimatação de espécies vegetais se tornou uma das principais protagonistas da missão colonizadora na América, o conhecimento sobre a flora local ainda era bastante raso. A solução foi a introdução de elementos estrangeiros para desenvolver mais rapidamente a civilização no Novo Mundo. Na virada dos séculos dezoito e dezenove, período em que João da Silva Feijó esteve no Ceará, “[...] o que os cientistas [...] esperavam era alguma coisa próxima de uma permuta em igualdade de condições entre a mãe Europa e suas colônias – ou pelo menos alguma coisa na proporção do tamanho de suas respectivas floras<sup>220</sup>”.

É nessa direção que se encontra o pensamento de João da Silva Feijó ao divulgar suas análises acerca da flora cearense. Em diversos momentos é possível perceber comparações

<sup>218</sup> O autor considera essa distribuição espacial dos europeus ao redor do planeta como uma ação iniciada ainda no momento da divisão do grande continente conhecido como Pangeia. Com essa subdivisão, algumas sociedades começaram a iniciar o processo de deslocamento juntamente com a separação das porções de terra continentais. Dentre esses povos, os europeus começaram a se destacar e se sobressair aos demais. Foram os primeiros a pôr em prática a domesticação de animais, a aprimorar o uso de armas feitas com metais e a desenvolver os primórdios da agricultura. Com essas técnicas em mãos, não tardou para buscar em outras regiões – ou continentes – o espaço vital para a sua sobrevivência e subsistência. Deste modo, inicia-se assim o primeiro movimento imperialista europeu, facilitado pela distribuição de patógenos que viajavam com os migrantes e, assim como os seus hospedeiros, se fixavam à região e destruíam complexos biológicos inteiros em uma velocidade ainda maior que o ferro e fogo gerados pelo homem. Cf. CROSBY, Alfred. Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900). São Paulo, Companhia das Letras, 2011. Especialmente o capítulo 1 – Revisando a Pangeia: o Neolítico reconsiderado.

<sup>219</sup> DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: Introdução e Adaptação de Plantas no Brasil Colonial e Imperial. IEA. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/deanbotanicaimperial.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2017. p. 1 (b)

<sup>220</sup> CROSBY, op. cit., p. 175.

entre a vegetação local e a aquela da Europa. Comparações que giravam em torno tanto da aparência, como já foi mencionado anteriormente, quanto em termos de produtividade:

Todas as arvores de ordinário frutificação huma só vez por anno, á excepção de *algumas exóticas cultivadas*, como as de Espinho, a Parreira, a Figueira, a Romanzeira &c., cujas três últimas espécies prosperão como na Europa: as videiras sobre tudo, sendo bem podadas, dão uvas duas, e tres vezes por anno, mas estas nunca chegam a huma perfeita madureza; a figueira, que he de facil cultura, dá figos indistintamente todo anno, mas a curiosidade faz com que todas estas plantas sejam ali raras: he provavel que tambem alli vegetem, e prosperem muitos dos outros arbustos da Europa, como a pera, o pessego, o marmelo, &c. assim como tenho visto prosperar algumas amoreiras<sup>221</sup>. (Grifos nossos)

Completa sua linha de raciocínio indicando que muitas “Hortaliças da Europa”, entre elas a batata, cenoura, aipo, celiri e pimpinela não deixam a desejar quando produzidas na capitania, com exceção das cebolas, “que são pequenas”. Além das inevitáveis comparações com o continente europeu, é possível notar a presença de plantas aclimatadas no Ceará, as chamadas plantas exóticas citadas por Feijó. São elas as Parreiras (espécie de plantas trepadeiras, que neste caso refere-se às videiras), Figueiras e Romanzeiras.

Chama a atenção particularmente o caso da figueira porque durante o período em que o Brasil esteve anexo à Portugal, e mesmo depois, durante o Império, ela foi uma das plantas que melhor se adaptou ao clima tropical e subtropical, sendo encontrada indistintamente em várias partes do território brasileiro. Ainda assim, como menciona Feijó, no Ceará ela ainda era uma planta rara, pouco cultivada, mesmo com sua “fácil cultura”, porque não havia interesse da população em cultivá-la. Outrossim, mesmo com a “curiosidade” dos moradores, o naturalista se mostrava otimista com a introdução de novas espécies vegetais, que em seu entender se adaptariam muito bem ao clima local, “como a pera, o marmelo”, bem como as amoreiras, que já estavam em processo de adaptação.

Warren Dean explica que a maior parte das plantas exóticas trazidas pelos portugueses e que mais facilmente se aclimatavam eram oriundas da Ásia e da África, num processo que ele chama de “agentes de dispersão de flora”, tendo em vista que muitas dessas espécies eram desconhecidas tanto na colônia quanto na metrópole<sup>222</sup>. A capitania do Ceará foi destino também dessas plantas. Segundo Feijó, “[...]as arvores e plantas fructíferas da India prosperão ali como se fossem aquelle o seu Paiz; taes são as Mangueiras, as Jaqueiras, o Caffé,

---

<sup>221</sup> FEIJÓ, João da Silva. Memoria sobre a Capitania do Seará. O Patriota, Rio de Janeiro, 1814. p. 60.

<sup>222</sup> DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: Introdução e Adaptação de Plantas no Brasil Colonial e Imperial. IEA. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/deanbotanicaimperial.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2017. p. 3. (b)

a Caneleira, o Gengibre &c<sup>223</sup>”. A respeito do gengibre, é sintomática ainda a fala de Warren Dean quando ele menciona que o gengibre talvez tenha sido a única planta exótica a resistir à proibição do seu comércio na colônia. Proibição essa que vigorou até 1671, quando por ordem régia passou a ser permitido o envio dele e de outras especiarias asiáticas para a colônia, confirmado assim algo que já se desconfiava existir há muito tempo: a existência em terras americanas de uma planta que se adaptara tão bem ao clima e ao solo, que por vezes foi considerada nativa<sup>224</sup>, como demonstrado na fala de João da Silva Feijó mais acima.

A incorporação dessas plantas na paisagem local era ainda algo muito incipiente, isolado, feito por poucas figuras da sociedade, ainda assim é possível afirmar que o fluxo migratório de plantas estrangeiras atingiu praticamente todo o território da colônia. No entendimento do governo, faria mais sentido transplantar, aclimatar e cultivar espécies de um local distante para um ponto mais próximo dos mercados europeus, do que navegar meio mundo transportando este material, em uma clara tentativa de maximizar os lucros minimizando os gastos com o transporte desses produtos. A flora passava permanentemente a fazer parte do movimento econômico mercantilista que dominava Portugal à época.

Outro elemento que ajuda a entender essa relação da administração metropolitana com a natureza está diretamente ligado às redes de informação que se formavam e se projetavam como grande contribuinte para a expansão do império português. A amplitude dos modos de navegar e conhecer terras dos mais distantes rincões facilitou ao reino de Portugal ter acesso a elementos vegetais até então totalmente desconhecidos nos círculos europeus. Essa iniciativa tornou a monarquia europeia uma das pioneiras na arte de transporte de plantas entre as nações do velho mundo, quando por volta do século XVI funcionários já praticavam a transferência de plantas da Ásia para a África<sup>225</sup>. A partir de então, especificamente do século XVIII em diante, o que se viu foi uma ampla rede de circulação de informações, produtos e materiais didáticos capazes de fornecer subsídios para o que foi a segunda fase de expansão do império, aquela que buscava o conhecimento por terra das diferentes colônias.

---

<sup>223</sup> FEIJÓ, João da Silva. Memoria sobre a Capitania do Seará. O Patriota, Rio de Janeiro, 1814. p. 60.

<sup>224</sup> DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: Introdução e Adaptação de Plantas no Brasil Colonial e Imperial. IEA. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/deanbotanicaimperial.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2017. p. 4-5. (b)

<sup>225</sup> KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). História, Ciências e Saúde – Manguinhos. Vol. 11 (suplemento 1): 109-29, 2004. p. 111.

Essa expansão, que ia além das fronteiras marítimas, formou o que Mary Louise Pratt chamou de consciência planetária<sup>226</sup>. Dando continuidade ao pensamento da autora, ela argumenta que após a criação do sistema da natureza, do sueco Carlos Lineu, o mundo passou a ser visto e entendido de forma diferente. O desejo de sistematizar a natureza global dentro de padrões científicos fez com que o homem europeu rearranjasse a lógica de conhecimento do planeta, inserindo à prática de circunavegação a tinta e o papel, iniciando uma atividade que até o século XVIII ainda caminhava a passos lentos, qual seja, o mapeamento da zona costeira, que no caso dos portugueses efetivamente dizia respeito ao Brasil, tendo em vista que o litoral das colônias africanas e asiáticas já eram conhecidos pelo menos desde o século XVI<sup>227</sup>.

No contexto do imperialismo lusitano, o exercício de cartografar o território, inventariar a natureza, prospectar recursos, teve atuação direta do estado português, numa ampla rede de colaboração que envolvia todas as camadas de funcionários administrativos, desde os viajantes-filosóficos encarregados de esquadrinhar as colônias, governadores, até chegar no ministro da marinha e negócios ultramarinos<sup>228</sup>. Após coletadas todas as informações possíveis, que iam desde coleções dos três reinos da natureza até diários de viagem, relatórios e memórias, o próximo passo seria agrupá-los em um espaço seguro o suficiente para não se perderem, preferencialmente dotados de mão de obra especializada no trato destes materiais. Foi nesse sentido que surgiu a Academia de Ciências de Lisboa e o Jardim Botânico d'Ajuda, estabelecimentos com fins científicos, mas que trabalhavam em comunhão direta com o estado no processo de estudos e divulgação de conhecimentos, especialmente da América portuguesa.

Con quanto o naturalista João da Silva Feijó estivesse mergulhado nos estudos sobre as nitreiras cearenses, as observações sobre a vegetação continuavam merecendo sua atenção, em uma atuação comum à geração de naturalistas pertencentes ao Iluminismo com viés pragmático de Portugal. Nesse sentido, tomando as instruções aos viajantes-naturalistas como suporte, começa a remeter para a metrópole coleções de sementes recolhidas durante suas investigações pela Capitania do Ceará.

Em carta datada de 17 de outubro de 1803 destinada ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o naturalista faz referência a um carregamento enviado em 14 de maio daquele mesmo ano, por meio do governador interino da Capitania do Ceará – após saída de Bernardo

<sup>226</sup> “Meu argumento é que a sistematização da natureza é um projeto europeu de novo tipo, uma nova forma daquilo que se poderia chamar de consciência planetária entre europeus”. PRATT, Mary Louise. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP. EDUSC, 1999. p. 63.

<sup>227</sup> *Idem*, *ibid.*, p. 63-64.

<sup>228</sup> KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). História, Ciências e Saúde – Manguinhos. Vol. 11 (suplemento 1): 109-29, 2004. p. 115.

Manuel de Vasconcelos – de 718 libras de salitre refinado armazenados em seis caixotes, através da “Escuna Portugueza, Flor do Mar”. Essa embarcação também levava consigo “[...] dois caixotes, com sementes de Plantas indigenas, constantes das suas relaçoens”. Mais à frente, na mesma missiva, ele comenta o envio de “[...] mais outra remessa de sementes, p.a os dois sobreditos destinos e que forão enviados p.r Pernambuco” em 11 de junho do referido ano.

No envio sucessivo de remessas de sementes para a metrópole subentende-se o paralelismo das atividades de João da Silva Feijó, divididas entre as prospecções mineralógicas e botânicas, situação própria para quem exercia a função de naturalista. Por outro lado, mostra a capacidade do governo português, especificamente na gestão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de atuar diretamente nas atividades científicas do império. Segundo Warren Dean, esse ministro:

[...] era especialmente atento às possibilidades de aclimatar e transferir espécies. Mandou que os governadores no Brasil enviassem amostras das madeiras nativas com indicações dos seus usos e que contratasse jardineiros peritos para colecionar e enviar sementes nativas de interesse econômico, cultivadas ou silvestres, ao Jardim da Ajuda<sup>229</sup>.

No caso da Capitania do Ceará, nosso estudo em questão, essa relação entre metrópole e colônia, ciência e estado, se dava de forma concatenada entre os governadores, o naturalista João da Silva Feijó e os ministros de estado. Todas as remessas de sementes enviadas para o Real Jardim Botânico d’Ajuda passavam pelo crivo do governador, o naturalista sozinho não tinha autorização para tomar decisões devido ao seu caráter de subordinação à autoridade da Capitania, como atesta a carta enviada em 23 de outubro de 1803 pelos Governadores Interinos da Capitania do Ceará José Henrques Pereira e Luis Martins de Paula, direcionada a D. Rodrigo de Sousa Coutinho:

Remettemos nesta occazião a V. Excellencia hû caixote de Sementes de Plantas bravas desta Capitania que o Naturalista Feijó acondicionou, e arranjou segundo nos affirma conformemente ao methodo constante das Instruções inclusas no Officio de V. Excellencia relativamente a este objecto em data de 5 de janeiro deste anno. Todas as quantidades, que o mesmo Naturalista for colhendo, e preparando destas sementes, as hiremos remetendo successivamente a V. Excellencia<sup>230</sup>.

---

<sup>229</sup> DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: Introdução e Adaptação de Plantas no Brasil Colonial e Imperial. IEA. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/deanbotanicaimperial.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2017. p. 8. (b)

<sup>230</sup> OFÍCIO dos Governadores interinos do Ceará, José Henrques Pereira e Luis Martins de Paula, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, sobre a remessa de sementes de plantas bravas, 23 de outubro de 1803. Caixa 18; doc.: 1013. Digitalizados; disco 3; pasta 17; nº 103.

Ao longo do que se pode constatar nas fontes analisadas, especialmente as correspondências trocadas entre João da Silva Feijó e os governadores da Capitania e ministros de estado, as remessas de sementes foram enviadas continuamente entre os anos de 1803 a 1806. Tanto que em carta endereçada desta vez ao Ministro Visconde de Anadia, o naturalista informa que envia mais “dois caixotes com alugas poucas sementes de plantas recolhidas nesta serra da Ibiapaba, já nos fins da estação<sup>231</sup>”.

Sobre o envio das remessas de sementes, o naturalista buscou, sempre que possível, anexar junto a elas uma relação com os nomes científicos e vulgares, ou seja, geralmente aqueles usualmente indicados pelas populações locais, tanto indígenas quanto de colonos, seguindo as recomendações das instruções dadas tanto por Domingos Vandelli quanto pelos funcionários da ACL, instituição essa a qual se filiou após sua volta das Ilhas de Cabo Verde e que lançou em 1781 o documento intitulado *Breves instruções aos correspondentes da Academia de Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos e noticias pertencentes a Historia da Natureza para formar hum Museo Nacional*<sup>232</sup>.

Nesse sentido, João da Silva Feijó, em algumas das remessas, dividiu a relação das sementes em duas colunas, sendo a da esquerda apresentando o nome científico segundo o sistema da natureza de Lineu, e na coluna da direita constava o nome vulgar da planta.

Atento às ordens que recebia de seus superiores, tanto na Capitania quanto na metrópole, Silva Feijó não poupou esforços para conseguir dar conta das exigências dos administradores coloniais. Mesmo quando seus trabalhos sobre as minas de salitre eram interrompidos pela falta de auxílio fiscal por parte do estado ou quando acreditava que seus trabalhos não eram mais necessários no Ceará, por considerar que havia pessoas na capitania suficientemente treinadas por ele próprio e aptas a prosseguir com os trabalhos com as nitreiras, ainda assim continuava com suas investigações botânicas, enviando com certa periodicidade as remessas de sementes ou exemplares de plantas<sup>233</sup>.

<sup>231</sup> OFÍCIO do Naturalista João da Silva Feijó ao secretário de Negócios da Marinha e Ultramar Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, remetendo dois caixotes com sementes de plantas recolhidas na Serra da Ibiapaba, um para o Jardim Botânico da Ajuda e outro para o de Sua Majestade prussiana, bem como pedindo o regresso de seu filho que foi para Angola, 03 de fevereiro de 1806. Anexo: relação das sementes de plantas. Caixa 19; doc.: 1109. Digitalizados; disco 3; pasta 18; nº 112.

<sup>232</sup> Esse documento dava pouco destaque aos produtos do reino vegetal, muito disso pela justificativa de que o objetivo principal seria o de formar um museu, como o próprio título sugere, e não um jardim botânico. Todavia, isso não diminui a relevância deste para os objetivos das investigações científicas executadas pelos naturalistas nas mais distantes paragens do reino.

<sup>233</sup> Cf. SILVA, Clarete Paranhos da. As viagens filosóficas de João da Silva Feijó (1760-1824) no Ceará. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 47, p. 179-201, 2007. Editora UFPR.

Tal cenário era parte integrante e exigência da política de governo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Seu modo de conduzir o império português estava alicerçado na ideia de que, conhecendo a totalidade do território e de seus recursos naturais, seria possível controlar e forjar uma forma mais eficaz de uso desses mesmos recursos<sup>234</sup>, além de facilitar a demarcação das fronteiras para dificultar possíveis invasões em áreas de tensão, como na região do Amazonas<sup>235</sup>.

Para Luís Miguel Coutinho, a política de incentivo à ciência gestada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi baseada, sim, nas concepções iluministas que fervilhavam nas demais nações da Europa ocidental daquele período, porém, assinala que, ao contrário do que vem mostrando as pesquisas sobre a elite intelectual portuguesa durante a República das Letras, este ministro de estado não atuou apenas como um mero receptor das concepções iluministas vindas de outros centros europeus, sendo sua atuação muito mais incisiva. O autor demonstra que esse estadista estava a par dos principais acontecimentos e produções científicas que pululavam no velho mundo, inclusive usando de vasta rede de contatos que detinha pelo restante do continente para obter notícias e materiais que pudessem ser introduzidos na realidade da monarquia portuguesa. Seguindo essa direção foi que conseguiu instalar diversas instituições de ensino, comprar equipamentos os mais modernos e sofisticados até então produzidos e, consequentemente, através desse leque de conhecimento sobre o mundo científico, conseguir instaurar e conduzir atividades ligadas aos estudos do mundo natural tanto na metrópole quanto na América portuguesa<sup>236</sup>.

Nesse contexto estava João da Silva Feijó exercendo suas funções na capitania do Ceará. Instigado por aquele ministro de estado, que desejava “[...] publicar uma flora completa e geral do Brasil e de todos os domínios de Portugal<sup>237</sup>”, o naturalista não cessou em enviar novas remessas de sementes a Portugal, tendo repetido essa tarefa até 1806.

Neste aspecto, uma questão permanece insolúvel. Conjuntamente ao envio de sementes ao Real Jardim Botânico d’Ajuda, Silva Feijó também remetia exemplares para o Real

<sup>234</sup> CAROLINO, Luís Miguel. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico. In: Formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI ao XIX. Org. Heloísa Meireles Gesteira [et.al.] 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

<sup>235</sup> Cf. DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais dos Setecentos. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001. p. 828.

<sup>236</sup> CAROLINO, *op. cit.*, p. 191-213.

<sup>237</sup> DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: Introdução e Adaptação de Plantas no Brasil Colonial e Imperial. IEA. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/deanbotanicaimperial.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2017. p. 9. (b)

Jardim Botânico do reino da Prússia. Até onde foi possível notar nas leituras de fontes e de outros trabalhos já desenvolvidos sobre a figura do naturalista, não pudemos encontrar afirmações que justificassem tal procedimento, no máximo uma pequena consideração de Geraldo Nobre, que julgava essa atitude decorrente da proximidade de João da Silva Feijó com mestres em botânica daquele país, como se pode notar nas missivas destinadas a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, onde suplicava o envio de compêndios de botânica de autores alemães.

É salutar levantar esse questionamento na medida em que foi possível notar que as relações das sementes que eram enviadas ao Jardim Botânico da Prússia, ao contrário daquelas enviadas ao Jardim Botânico d'Ajuda, não continham o nome vulgar das mesmas, apenas o nome científico. Em um período em que Portugal exercia sobremaneira sua política de protecionismo sobre os territórios coloniais, evitando ao máximo que se chegasse ao conhecimento da demais nações o conteúdo das produções da natureza, evitando assim quebra de monopólio ou mesmo invasões por parte de nações inimigas, tais atitudes soam no mínimo intrigante.

Essa política protecionista se mostrava tão forte, que em 31 de dezembro de 1800 o governador da capitania do Ceará Bernardo Manuel de Vasconcelos enviou um ofício ao secretário de estado Visconde de Anadia, sobre uma carta régia recebida em 2 de junho do mesmo ano, alertando sobre o estrangeiro Barão de Humboldt, que peregrinava pela América do Sul e, caso fosse visto no território cearense, efetassem imediatamente sua prisão. O governador responde avisando que até aquele presente momento não havia tomado conhecimento sobre a presença de Humboldt no Ceará:

E pelo que respeita primeiramente a execução que dei ao que Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor me Ordenou na Sua Carta Régia de 2 de junho passado, consistiu aquella na imediata expedição de Cartas Circulares, que dirigi a todos os Chefes dos Corpos Milicianos e de Ordenanças, como também ao Ouvidor Geral para participar ás Camaras, a fim de que, logo, que aparecesse nos territórios desta Capitania o Estrangeiro denominado Barão de Homboldt, assim como também outro qualquer com as circunstâncias mencionadas na mesma Carta Regia fosse Portuguez ou Estrangeiro, se remettesse prezo á Cadeia desta Villa nos termos, e maneira, que da copia incluza das circulares V. Ex<sup>a</sup>., verá. Até agora porem nenhuma participação tenho tido de que haja aparecido o dito Barão<sup>238</sup>.

Ironicamente Humboldt era de origem prussiana, tendo nascido em uma família abastada. Como atesta Andrea Wulf, seu pai era um oficial do exército e alto funcionário da

<sup>238</sup> OFÍCIO do governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, sobre o estrangeiro Barão de Humboldt, a vistoria ao porto de Mucuripe e o ataque de franceses a dois barcos que iam para Pernambuco, 31 de dezembro de 1800. Caixa 14; doc.: 821. Digitalizados; disco 2; pasta 14; nº 381.

corte prussiana, tendo atuado muitas vezes como confidente do futuro rei Frederico Guilherme II, este sendo inclusive padrinho de Alexander. Teve uma formação educacional nas melhores escolas do reino da Prússia e foi tomado por princípios iluministas<sup>239</sup>. A hipótese que pode justificar a não autorização da entrada do Barão Humboldt em solo português na América se dá por conta da atuação do dito estrangeiro a serviço da coroa espanhola. Por outro lado, permanecem aberto os motivos que levavam as autoridades portuguesas a ordenar que João da Silva Feijó enviasse remessas para a Prússia, posto que se o cuidado era em não dar brechas para o estrangeiro ter acesso às informações sobre os produtos naturais das colônias, tal atitude poderia não ter resultados práticos devido ao grau de proximidade de Humboldt com a corte prussiana.

O certo é que tais ordens continuavam vindo, tanto que em 11 de junho de 1803 o capitão José Henriques Pereira enviou um ofício para Visconde de Anadia informando sobre as remessas de sementes para a corte de Berlim:

Em consequência do que V. Ex<sup>a</sup>. determinou no Seo Officio de 5 de janeiro deste anno, sobre a remessa de porsoens de sementes de plantas brabas para serem dirigidas á Corte de Berlim: remette o Governo Interino desta Capitania a V. Ex<sup>a</sup>. hum Caixote das ditas sementes appromptadas pelo Naturalista Feijó: e por que elle somente na antevespera da sahida da Sumaca em que ellas vão para Pernambuco o participou a este Governo, e não se achão actualmente nesta Villa O Ouvidor nem o Veriador mais antigo meos companheiros para assignarem este Officio julguei ser da intenção do Príncipe Regente Nossa Senhor, e conforme a letra mesmo do sitado Officio não demorar hum só momento esta remessa; pois que desde que assentei Praça em 1761 nessa Corte em o Regimento da Junta denominado agora de [ilegível], esforsei-me sempre até aqui, e praticarei o mesmo inalteravel e constantemente por cumprir com toda a fidelidade e exaptidão as minhas obrigaçõens do Real Serviço; e por isso em razão da ausência dos meos companheiros tomei o acordo de fazer esta remessa a V. Ex<sup>a</sup>., e assignar só este Officio.

Da cauza porem daquela ausência e particularmente do Veriador Luis Martins de Paula, e resolução minha de assignar, passo já a dar conta a V. Ex<sup>a</sup>. em segunda via, por não caber absolutamente no tempo fazello nesta primeira, que acompanha a remessa actual das sementes; exporei então a V. Ex<sup>a</sup>. a sua e fiel verdade dos factos e razoens, que me moverão a assignar. Asseguro porem a V. Ex<sup>a</sup>. no entre tanto, que o Expediente do Serviço de Sua Alteza Real nesta Capitania, assim pelo que respeita ao Governo, como a Tropa que goanerce este Presidio de que Sua Alteza Real que Deos Goarde me fez a Graça da Patente de Capitão Commandante, nada tem padecido, nem tão pouco o soccago publico, por que tudo se acha em perfeita paz: O que assim antecipadamente a V. Ex<sup>a</sup>. visto hir este Officio com a minha assinatura somente. Desta minha resolução assim tomada, e que teve unicamente fundamento o Real Serviço do Príncipe Regente Nossa Senhor, a ponho desde ja nas mãos de V. Ex<sup>a</sup>. esperando com o mais profundo respeito a sua Respeitável decisão sobre o que assim pratiquei<sup>240</sup>.

<sup>239</sup> WULF, Andrea. *A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt*. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2016.

<sup>240</sup> OFÍCIO do Capitão José Henriques Pereira ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, sobre a remessa de um caixote de sementes de plantas do Ceará para a Corte de Berlim, 11 de junho de 1803. Caixa 17; doc.: 994. Digitalizados; disco 3; pasta 17; nº 994.

Interessa observar como os administradores da capitania tratavam as ordens vindas de Lisboa acerca do envio dos produtos naturais para a corte de Berlim, e de modo geral também as remessas para a metrópole. A escolha do capitão José Henrques em assinar sozinho o ofício que autoriza a partida da carga de sementes mostra que havia de alguma forma uma pressão por parte dos administradores metropolitanos, e por outro, a vontade do governador em mostrar sua “fidelidade e exaptidão nos serviços reais”, denotando provavelmente um interesse em barganhar mercês reais, formando uma complexa relação entre administradores locais e autoridades metropolitanas.

Os resultados das diligências filosóficas de Feijó, via de regra, como mencionado anteriormente neste mesmo texto, obrigatoriamente passavam pelas mãos dos governadores da capitania, fazendo parte da política imperial de tentativa de controle integral das ações dos naturalistas nos limites das possessões ultramarinas. Essa política, contudo, variava de acordo com as relações mantidas entre estes e os administradores coloniais.

Um exemplo disso, como atesta Ronald Raminelli (2008), foi em relação à atuação de Alexandre Rodrigues Ferreira na viagem filosófica pela Amazônia, quando as autoridades lisboetas se mostraram bem mais tolerantes quanto à subordinação do funcionário junto aos governadores, se comparada com a empreendida por João da Silva Feijó no Ceará. O passado do matemático pelas Ilhas de Cabo Verde corroborava para o rigor em acompanhar suas atividades no Ceará, tendo em vista que na colônia da costa africana o naturalista foi acusado de cometer diversos desmandos, insubordinações e tiranias contra os governadores e habitantes locais<sup>241</sup>.

E assim como nas ilhas do outro lado do Atlântico, as polêmicas não tardaram a rodear a figura do naturalista na capitania do Ceará, como quando se viu envolto de discussões entre o então governador Bernardo Manuel de Vasconcelos com o representante da Junta da Fazenda Francisco Bento Maria Targine, sobre a autorização de liberação de recursos para as explorações de minas de salitre e para o laboratório químico. Tratava-se de contenda em que o escrivão da Junta da Fazenda acusava o governador de praticar desvios de finalidade com o erário real em comunhão com João da Silva Feijó, sendo o matemático naturalista acusado de não fazer valer os investimentos feitos pela real fazenda nas explorações do salitre, com envio de produções bem distante do ideal exigido pelas autoridades metropolitanas<sup>242</sup>.

---

<sup>241</sup> RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 142. (b)

<sup>242</sup> NOBRE, Geraldo. *João da Silva Feijó: Um Naturalista no Ceará*. Fortaleza – Ceará: GRECEL, 1978. p. 202-208.

Dentro do contexto de incentivo à exploração e conhecimento dos territórios coloniais, devemos também nos atentar para o detalhe de que as práticas científicas não estavam ligadas somente à melhor maneira de inventariar, coletar, catalogar e enviar os produtos para os centros europeus. Era necessário que tais atividades tivessem um fim prático, de modo que pudesse ser usado não somente como atração exótica nos gabinetes de história natural, e isso incluía descobrir espécies que pudessem ser usadas na medicina, no desenvolvimento econômico, na indústria e manufaturas<sup>243</sup>. Os estudos de história natural na capitania do Ceará não estavam distantes desses objetivos. Em ofício de 13 de maio de 1804 do governador João Carlos Augusto d' Oeynhausen e Gravenburg destinado ao secretário de estado Visconde de Anadia, este informa sobre remessas de sementes e outros produtos naturais colhidos por João da Silva Feijó. Dentre esses produtos estava uma casca, que o naturalista acreditava ser uma espécie de quina. Dizia o governador:

[...] Além deste receberá V. Ex<sup>a</sup>. pela mesma via outro caixote de huma casca, que tendo sido por elle analyzada, mereceu ser por este Naturalista comparada á melhor quina de que se faz uso nos nossos Hospitais; da qual se poderão fazer remessas avultadas colhidas nas Serras de Baturité se depois de provada e analyzada merecer a approvação dos peritos<sup>244</sup>.

Mais à frente, no mesmo pacote de ofícios enviados pelo governador, segue uma carta do naturalista Feijó, informando sobre a descoberta da quina, dando mais detalhes sobre a espécie e possíveis usos que poderão ser tirados dela, baseados no que colheu dos habitantes locais:

Tenho a honra de por na Prezença de Vossa Excellencia, que nesta occaçião entreguei ao meu Governador hum caixote de salitre refinado com 355 libras liquidas, para se remetter ao seu destino, e mais outros tres, hum com 42 libras de Quina do Paiz, tirada de hua arvoreta, que me parece ser hua especie particular de Clinchona (Cinchona) unicam<sup>te</sup> pela inspeçao de sua capsula, o que me não atrevo a descidir p.<sup>r</sup>. falta de exame positivo da sua flor, que a não tenho ainda encontrado: o seu bom effeito, entre os Naturaes, nas Interminentes e dezenterias [ilegível] a dirigir esta porção, que sendo V. Ex<sup>a</sup>. servido mandala por em prova no Hospital Real se descida da sua efficacia, e prestimo, pois que sendo interessante será hum dos gêneros com que esta Capitania concorrerá com vantagem propria no seu Commercio positivo; ha contudo aqui mais outras cascas, amargozas e febrifugas, de outras arvores agrestes, que podem tão bem ser interessantes, q. não á Medicina á certas Artes como adeptantes etc<sup>245</sup>.

<sup>243</sup> DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais dos Setecentos. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001. p. 827.

<sup>244</sup> OFÍCIO do Governador do Ceará, João Carlos Augusto d'Oeynhausen e Gravengurb, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Mello, acerca da remessa de sementes e outros produtos naturais da capitania do Ceará pelo Naturalista João da Silva Feijó. Anexo: carta e informação. 18 de maio de 1804. Caixa 18; Doc.: 1036. Digitalizados; disco 3; pasta 17; nº 264.

<sup>245</sup> OFÍCIO do Governador do Ceará, João Carlos Augusto d'Oeynhausen e Gravengurb, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Mello, acerca da remessa de

As autoridades portuguesas já há algum tempo tinham conhecimento sobre a *Cinchona*, planta que dá origem à *quina*<sup>246</sup>, e seus possíveis usos na medicina devido às suas propriedades terapêuticas. Na região da Amazônia era usada pelos indígenas contra febres e foi primeiramente descoberta pelos espanhóis na região do Peru. De lá expandiu-se as notícias de suas qualidades fitoterápicas e a cultura deste vegetal passou a ser uma das apostas da coroa ibérica nas colônias, tanto que em 1799 foi publicada a *Coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quina*, de autoria de Frei José Mariano da Conceição Veloso. Diante disso, a expectativa de Feijó no envio das porções de quina para serem melhor analisadas em Portugal se justificava pela própria importância que depositavam na planta.

Em resposta aos ofícios do governador da capitania e do próprio naturalista sobre o envio da quina, o encarregado de receber os produtos no gabinete de história natural informou não ter sido possível analisar “[...] em razão de se quebrar a cabasa q. vinha com oleo de Cupauba (Copaíba) em consequencia se ensopou toda a Casca”. Continua sua argumentação pedindo que seja enviado novamente porções do produto, dessa vez em melhor estado de armazenamento e em maiores quantidades, além de, se possível, remeter junto a flor ou fruto, tendo em vista que com estes se tornaria mais prático analisar as amostras de quina<sup>247</sup>.

Esse movimento de troca de informações entre colônia e metrópole gestado pelos governadores, demais funcionários reais, naturalistas empregados nas capitâncias e autoridades metropolitanas formava o que Ronald Raminelli (2008) chama de governo a distância. Para facilitar essa forma de gestão ultramarina, a coroa ibérica passou a incentivar a partir de 1770 a redação de memórias, como forma de “[...] fomentar a produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal, em promover um renascimento da agricultura para compensar as oscilações do quinto, os inconvenientes de um sistema sobre carregado e a baixa do preço do açúcar<sup>248</sup>”.

sementes e outros produtos naturais da capitania do Ceará pelo Naturalista João da Silva Feijó. Anexo: carta e informação. 18 de maio de 1804. Caixa 18; Doc.: 1036. Digitalizados; disco 3; pasta 17; nº 266.

<sup>246</sup> “Planta da família das rubiáceas, a quina é uma árvore nativa das áreas montanhosas da América Central e da América do Sul cujas folhas e as cascas, da raiz, dos ramos e do tronco eram utilizadas pelos nativos dessas regiões para preparar infusões destinadas a curar diversos males, sobretudo estados febris”. Cf. COSTA, Antônio M. Amorim. Thomé Rodrigues Sobral (1759-1829) e a virtude febrífuga de um grande número de quinas. Quim. Nova, Vol. 38, No.7, 1002-1007, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v38n7/0100-4042-qn-38-07-1002.pdf>>. Acesso: 17 de agosto de 2017. p. 1002.

<sup>247</sup> OFÍCIO do governador do Ceará, João Carlos Augusto d' Oeynhausen e Gravenburg, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, acerca da remessa de sementes e outros produtos naturais da capitania do Ceará. Anexo: Carta e Informação. 18 de maio de 1804. Caixa 18; Doc.: 1036. Digitalizados; Disco 3; Pasta 17; nº 264.

<sup>248</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005. p. 49.

No coração desse sistema estavam os naturalistas integrantes das viagens filosóficas, entre eles João da Silva Feijó. Sua vinda para a capitania do Ceará se deu no exato momento de declínio da produção mineral da região sul, e como forma de contrapartida para a balança fiscal estava o governo português buscando alternativas para o incremento econômico, sendo a valorização da agricultura uma das formas de retomar o crescimento que tanto os administradores reais almejavam. Porquanto esteve na referida capitania, buscou na aclimação de espécies a solução para a valorização da agricultura por parte dos habitantes e indicou que:

Quem duvidará pois de quanto pôde ser-lhes interessante, além da plantação do seu algodão, a introdução da cultura de muitos artigos de vegetaes exóticos, como o anil, o caffé, o cacao, o urucu, assim como o da cana de assucar, e do arroz, trabalhos estes ainda muito diminutos alli, porque todos estes generos vegetão felizmente nesta Capitania como se fossem indigenos? O mesmo que digo destes, digo de muitos da India como a canela, o cravo, a nozmoscada, a pimenta &c., visto que algumas destas plantas, que já alli ha, prosperão muito bem, taes são a canelleira, e o gengibre: suas mandiocas, e de alguns legumes, pouquissimas canas, algodão, e arroz, cuja colheita sem duvida já he consideravel, de nada fazem conta, na intelligencia de que fóra disto nada he interessante, destruindo e consummindo com os seus mal entendidos roçados annuaes para isso excellentes matas virgens, no que o estado por força ha de vir a ter incalculaveis perjuizos<sup>249</sup>.

Não é forçoso perceber que o ideal de progresso estabelecido por Feijó para o Ceará passava pela modernização das práticas agrícolas, seguindo as trilhas estabelecidas pelo governo central. Dentro dessa lógica estava a inserção de novas espécies no ambiente, espécies essas preferencialmente de grande potencial econômico, o que poderia gerar um avultado crescimento fiscal para os cofres reais e a prosperidade dos habitantes da capitania, além do fim da agricultura itinerante, aquela que dependia sempre de novas terras férteis para atingir um grau de prosperidade. Essas terras geralmente eram aquelas tomadas por matas, compostas por solo rico em nutrientes, o que acabava gerando cobiça e desmatamento agressivo, algo que também o império ultramarino português buscava coibir, como vimos no capítulo 2 da presente dissertação. Se a capitania não atingisse esse grau de maturidade, afirmava ele, “[...] ela jamais será interessante, como pôde ser ao Estado, nem seus habitantes melhores, nem mais felizes”.

As observações filosóficas sobre o Ceará coligidas por João da Silva Feijó enquanto naturalista tornaram-no uma das principais referências das modernas ciências do século XIX quando o assunto era o mundo natural da capitania. O exemplo mais concreto nesse sentido é o caso da Comissão Científica de Exploração, que percorreu os domínios cearenses na segunda metade do século dezenove, e onde seus principais membros se valeram dos escritos do luso-brasileiro para tomar uma percepção prévia do território da já então província do Ceará.

---

<sup>249</sup> FEIJÓ, João da Silva. Memoria sobre a Capitania do Seará. O Patriota, Rio de Janeiro, 1814. p. 22.

#### **4. QUINA: “A ÁRVORE DA SAÚDE” NOS IMPÉRIOS DA BOTÂNICA.**

Anteriormente vínhamos nos concentrando nas décadas finais do século XVIII e primeiros decênios dos Oitocentos, falando sobre a política portuguesa de conservação das matas e a extensão de iniciativas no mesmo sentido pelo império brasileiro; concomitantemente avaliamos a transferência e aclimatação de espécies vegetais. Tomamos a viagem filosófica de João da Silva Feijó pela capitania do Ceará entre os anos de 1799 a 1816 como exemplo de como os projetos para a área botânica foram levados à prática.

Ainda sobre os trabalhos do naturalista, as atenções de Feijó estavam voltadas prioritariamente em encontrar recursos minerais na capitania do Ceará Grande, motivo que o levou a realizar uma viagem filosófica pela área setentrional da América Portuguesa. Mas não nos concentramos nesse aspecto. Para o nosso objetivo, escolhemos nos deter em suas ações como botânico, onde o que estava em jogo era encontrar formas de inserir novas culturas para a agricultura e identificar no ambiente local tipos de plantas que pudessem servir aos interesses da coroa. Devia-se dar preferência para as ervas medicinais e aquelas que se revelassem de considerável valor econômico e que pudessem ser aclimatadas em outras regiões do império. Deste modo, o luso-brasileiro, bem como outros agentes administrativos que estiveram no Ceará antes e durante sua presença, não se escusaram em tentar localizar na natureza da capitania, a chamada Quina oficial (*Chinchona officinalis*<sup>250</sup>), àquela altura um dos vegetais da América de maior importância para os impérios europeus ocidentais.

No presente capítulo abordaremos aspectos específicos desta planta. Em um primeiro momento iremos destacar sua historicidade, locais de origem, de maior incidência, apresentar algumas de suas diferentes espécies acompanhadas também de suas respectivas estampas, seus deslocamentos pelo chamado mundo em movimento, para, a partir disso, buscarmos o entendimento de como essa planta se tornou umas das maiores apostas do império português no campo medicinal. Para efeitos de clareza sobre este último item, em um segundo momento desta terceira parte da dissertação, apresentaremos alguns dos mais relevantes trabalhos desenvolvidos sobre esta planta na era da ilustração portuguesa, momento em que foi

<sup>250</sup> Seu nome científico – *Cinchona* – foi dado por Carl von Linné e é uma homenagem a Ana de Osório, a Condessa de Chinchon, tida como a primeira pessoa da Europa a se valer dos poderes medicinais da planta. Essa história, contudo, não passava de lenda, pois como afirma o jornal Diário de Coimbra, a Condessa, esposa do vice-rei do Peru Luis Jerónimo Fernández de Cabrera Borbadilla Cerda y Mendoza, o Conde de Chinchon, morreu na Espanha três anos antes, em 1626, de seu marido se tornar vice-rei na colônia da América espanhola. Isso, contudo, não impediria que o nome de Ana de Osório ficasse marcado para sempre como a mulher que deu origem à *cinchona*. Ver o artigo “Os suores da Condessa de Chinchón”. Disponível em: <[https://www.uc.pt/jardimbotanico/ficheiros/artigo\\_36\\_compete](https://www.uc.pt/jardimbotanico/ficheiros/artigo_36_compete)> Acesso em 11 de abril de 2018.

inserida de vez no pensamento científico europeu. Por fim, intencionamos investigar de que forma essa erva foi acolhida no campo medicinal. Seus principais usos e derivados, formas de manipulação, enfim, todo um conjunto de práticas exercidas por médicos e boticários que permitiram que o sucesso da Quina se mantivesse em evidência por considerável período de tempo.

#### **4.1. Plantas que curam: a Quina em uma perspectiva de imperialismo ecológico.**

Em 1785 foi publicado em Portugal um documento intitulado *Descripção da quina quina (Chincona das Officinas. L.)*<sup>251</sup>. Esta publicação, que não faz em seu conteúdo referências ao autor, traz, contudo, como o próprio título sugere e de forma detalhada, os principais aspectos da Quina officinal (*Chinchona officinal*), uma das espécies encontradas no Peru e que carregava consigo a fama de ser um dos tipos de maior poder antifebril dentre todas as variedades de Quina. A tomar pela quantidade de espécies desta planta que poderiam ser encontradas na natureza, ainda que divididas entre verdadeiras e falsas, a publicação deste tipo de material nos leva a crer que teria o objetivo de facilitar a percepção de sujeitos ligados à esfera científica para no momento em que se deparassem com um exemplar, tendo conhecimento das principais características, saber definir se o tipo se tratava de uma quina verdadeira, falsa ou qualquer outra erva semelhante.

Baseado nisso, a publicação indica os sinais essenciais e os que podiam variar de acordo com a espécie que fosse encontrada. No primeiro grupo estava inserida a flor ou corola, que deveria ter aspecto de funil, além de felpuda por cima, com caixas de sementes em dois alojamentos distintos ou divididas por um tapume intermediário. Dentre os sinais variáveis estavam o cálix, os estames, pistilo, pericarpo e as sementes. A flor ou corola também estavam inseridas nos traços mutáveis, com a diferença de que o que deveria mudar seriam as pétalas. Há ainda no corpo do texto a descrição física da planta, como tamanho do tronco, equivalente ao de uma árvore com pouco mais de 9 centímetros de diâmetro; as folhas, que deveriam ser entre ovadas e alanceadas, ou seja, redondas na base e pontudas no ápice. Por fim, as cores poderiam variar entre o verde e o vermelho escuro. Além desses apontamentos, o documento

---

<sup>251</sup> PORTUGAL. Descripção da quina quina (Chincona das Officinas. L.). 1785. Disponível em: <<https://ia600500.us.archive.org/20/items/descripcadaqui00lisb/descripcadaqui00lisb.pdf>> Acesso em 13 de fevereiro de 2018.

também traz notas sobre a floração e, por fim, o local onde essa espécie poderia ser encontrada, precisamente em regiões do Peru<sup>252</sup>.

Conhecer a planta se tornava cada vez mais uma questão de Estado. Em 1799 veremos novamente a coroa portuguesa patrocinar uma publicação de história natural voltada exclusivamente para expor as múltiplas espécies de Quina a que já se sabia existirem em territórios de outros impérios. Trata-se da obra *Quinografia Portugueza ou Collecção de Varias Memorias sobre Vinte e Duas especies de Quinas, tendentes ao seu Descobrimento nos Vastos Dominios do Brasil*, organizada pelo frei José Mariano da Conceição Veloso.

O franciscano àquela altura já era bastante conhecido por seu trabalho *Flora Fluminensis*, onde fez um levantamento botânico sem precedentes sobre espécies da flora da capitania do Rio de Janeiro e partes de São Paulo. Com a obra *Quinografia Portugueza*, o religioso intencionava apresentar à sociedade as vastas espécies de Quina já encontradas e referenciadas pelos botânicos dos mais diversos países<sup>253</sup>.

Com esse objetivo destacado, o autor inicia o trabalho fazendo uma explicação sobre a geografia das plantas no globo terrestre e ressalta que, ao contrário do que se pensava, a incidência da Quina não estava limitada às regiões do Peru. No seu ponto de vista, a planta era recorrente em vegetação que fosse análoga ao habitat original:

A Natureza, Māi liberal, deo differentes dotes vegetaes a differentes Climas, e dentro destes mesmos a differentes posições physicas do terreno, mas se os parallelos forem os mesmos, e as posições se conformarem, he Suprema Lei da Natureza a identidade das producções. Se houver alguma variaçaõ, ou aberraçaõ destas duas condições, variará sim a especie, mas não negara algum individuo ao genero. Isto suposto<sup>254</sup>.

Através dessas características, segundo o frei José Mariano, foi possível aos botânicos encontrarem espécies de Quina em outras partes do continente americano, tanto mais ao sul quanto ao norte, bem como nas ilhas oceânicas do Caribe. E completa afirmando que

<sup>252</sup> PORTUGAL. Descripção da quina quina (Chincona das Officinas. L.). 1785. Disponível em: <<https://ia600500.us.archive.org/20/items/descripcadaqui00lisb/descripcadaqui00lisb.pdf>> Acesso em 13 de fevereiro de 2018.

<sup>253</sup> A iniciativa de lançar a *Quinografia Portugueza* foi mais uma das iniciativas do estado português para determinar “[...] uma correlação entre cada uma delas [quinas] e a respectiva eficácia no combate às febres intermitentes”. SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências), Universidade Nova de Lisboa, 2015. p. 250-251.

<sup>254</sup> VELLOSO, José Mariano da Conceição. *Quinografia Portugueza ou Collecção de Varias Memorias sobre Vinte e Duas especies de Quinas, tendentes ao seu Descobrimento nos Vastos Dominios do Brasil*, copiada de vários authores modernos, enriquecida com cinco Estampas de Quinas verdadeiras, quatro de falsas e cinco de Balsameiras. E colligida de Ordem de Sua Alteza Real o Príncipe do Brazil Nossa Senhor. Lisboa. Na Officina de João Procopio Correa da Silva, impressor da Santa Igreja Patriarcal. 1799. p. 12.

“[...] ainda que sejam diferentes na Especie, concordão realmente no Genero, e na virtude<sup>255</sup>”. Além dos espanhóis, ele indica que a planta foi encontrada também por franceses e ingleses nas suas respectivas colônias.

Contudo, o tom de lamentação não deixa de chamar a atenção, principalmente quando chega à conclusão de que mesmo os domínios portugueses sendo tão próximos fisicamente dos domínios espanhóis, a não descoberta de tão rica e importante planta pelas bandas de cá era como se fizesse surgir um abismo em termos de diversidade natural para fins de utilidade pública. É nesse sentido que ele afirma que:

Entre tanto, Senhor; sendo os domínios de VOSSA ALTEZA REAL tão vastos, tão ricos de vegetaes, comprehendendo os mesmos 13 gráos da descoberta Hespanhola ao Sul, e quatro ao Norte, confinando com o de Santa Fé, arraiano com os terrenos productivos da melhor Quina Hespanhola, pois lhe cingem os altos da sua cabeça as mesmas cadeias de serras e montes, cabeceiras de rios, latitudes, e climas, e, a apezar de tudo, de vinte e duas especies descubertas, ainda esperamos pelo descobrimento da primeira? Isto he mornidão, e indolencia, Se a Estampa vinda do Perú a M.Linne, remettida posteriormente a M. Banks a Inglaterra, e mandada abrir por este, sendo enviada ás Antilhas, deo occasião, a que se descobrissem nellas as especies, que hoje as enriquecem: esta mesmissima Estampa mandada gravar por V. ALTEZA REAL, e juntamente as outras, como a da Quina dos Caraibes, da Colorada, ou Rubra, da Montesinha, e Espinhosa, irão annunciar, e apontar com o dedo aos moradores do Brasil essas interessantes arvores, e arbustos, e á vista dellas, e das descripções, das que não vão gravadas, elles a descobrirão infallivelmente melhor que os nossos Botanicos Crocotulos<sup>256</sup>.

Eram essas as particularidades as quais o naturalista franciscano estava apegado e as usava como justificativa para fazer o monarca português acreditar que mais cedo ou mais tarde a Quina seria encontrada no Brasil. Outrossim, a divulgação de estampas<sup>257</sup> da Quina officinal na obra ajudaria os habitantes da América portuguesa a reconhecer a dita árvore. Mas não somente isso. Para José Mariano Veloso, ir aos locais onde naturalmente a planta crescia, ou seja, em regiões altas, de serra, com clima temperado durante o dia e frio à noite, era basilar na missão de encontrá-la nos domínios portugueses. E não qualquer espécie, e sim a verdadeira, tão boa quanto a do Peru. O religioso defendia esse ponto de vista, que para ele seria essencial para se deslocar das importações feitas junto à coroa espanhola<sup>258</sup>.

---

<sup>255</sup> VELLOSO, José Mariano da Conceição. *Quinografia Portugueza ou Collecção de Varias Memorias sobre Vinte e Duas especies de Quinas, tendentes ao seu Descobrimento nos Vastos Dominios do Brasil*, copiada de vários autores modernos, enriquecida com cinco Estampas de Quinas verdadeiras, quatro de falsas e cinco de Balsameiras. E colligida de Ordem de Sua Alteza Real o Príncipe do Brazil Nossa Senhor. Lisboa. Na Officina de João Procopio Correa da Silva, impressor da Santa Igreja Patriarcal. 1799. p. 12.

<sup>256</sup> *Idem*, *ibid.*, p. 14-16.

<sup>257</sup> As imagens presentes na Quinografia Portugueza serão discutidas no tópico 4.2.

<sup>258</sup> VELLOSO, *op. cit.*, p. 18.

A relevância que esta planta teve no processo de dominação colonial impetrado pelas grandes potências imperiais entre os séculos XVIII e XIX foram basilares, tendo em vista sua atuação no campo da medicina. Para Vera Regina Beltrão Marques (1998), o caso dessa planta era único porque era um dos poucos elementos vegetais não voltados para a agricultura que mereceu atenção especial por parte da coroa portuguesa. Para esta autora, embora passando por um processo de crise, o império luso continuou a despender pouco interesse a outros produtos, como as plantas medicinais. A quina foi uma exceção à regra. A política direcionada a ela era semelhante àquelas voltadas para itens de cultivo agrícola, tendo sido expedidas ordens para que se desse o processo de procura, coleta, organização e estudo da referida erva<sup>259</sup>.

Desta maneira, não chega a surpreender a publicação de textos e obras contendo descrições pormenorizadas de espécies específicas da planta, consideradas as melhores na virtude febrífuga. Con quanto os exemplos não se limitam a esse. Já no ano de 1765, é possível encontrar a Quina como verbete em um dicionário, especificamente o *Diccionario Portuguez das plantas, arbustos, matas, arvores...*, escrito José Monteiro de Carvalho. Nesta publicação é possível ler para o verbete *Quinaquina*:

Casca de huma arvore do Perú, que no Reino de Quito nasce nos montes vizinhos á Cidade de Loxa, a qual he quasi como a Cerejeira, tem folhas redondas, e adentadas, e lança certa flor comprida tirante a vermelho, e ao pé desta sahe huma bainha, em que está encerrada sua qualidade de amendoa, branca, chata, e envolta em delgada membrana: ha duas especies, mansa, e brava, e a primeira é muito mais estimada que a segunda. A boa Quina deve ser compacta, de côr vermelha, amargosa, com muito sal, e bastante oleo, e os que a falsificação a misturam com casca de Cerejeira: he quente no segundo gráo, e alguma cousa defecativa, incide, e aterroa o humor melancolico, e por isso destroe a febre quartã, e as mais intermitentes, das quaes algumas vezes só suspende as sezões pelo espaço de trez, ou quatro semanas, ainda nos corpos bem purgados, porque as purgas diminuem a materia, de que procede a febre, e precipitão o humor, quando este se vai fermentando<sup>260</sup>.

Duas coisas chamam a atenção. A primeira se trata da forma usada para distinguir a planta, limitando-se aos termos “mansa” e “brava”. Até 1765 possivelmente não se tinha tanto conhecimento sobre novas espécies de Quina no mundo português, o que de certo modo explica tais desinências. Ainda assim, mesmo com adjetivos tão rasos devido a um provável número reduzido de espécies conhecidas, é salutar perceber que já havia uma preocupação em conhecer

<sup>259</sup> MARQUES, Vera Regina Beltrão. Do espetáculo da natureza à natureza do espetáculo: boticários no Brasil setecentista. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. p. 105.

<sup>260</sup> CARVALHO, José Monteiro de. *Diccionario Portuguez das Plantas, Arbustos, Matas, Arvores, Animaes quadrupedes, e reptis, Aves, Peixes, Mariscos, Insectos, Gomas, Metaes, Pedras, Terras, Mineraes, &c. que a Divina Omnipotencia creou no globo terra queo para utilidade dos viventes*. Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do S. Officio. 1765.

a boa Quina daquela que era falsificada, haja vista que na falsa eram usadas cascas de cerejeiras, possivelmente para dar a cor avermelhada, tão característica da verdadeira Quina do Peru.

Os maiores avanços na produção de conhecimento científico sobre a planta ocorreram sobretudo durante o período ilustrado, decorrente das reformas pombalinas e que se intensificaram no reinado de D. Maria I, que se caracterizou sobremaneira por buscar conciliar ciência e pragmatismo. Ou seja, encontrar nos elementos da natureza meios utilitários de desenvolver a economia. Foi, por exemplo, durante esse ínterim, que foram expedidas diversas ordens da metrópole autorizando a busca pela planta em todo o território da América portuguesa.

Contudo, não podemos deixar de mencionar que mesmo antes das mudanças iniciadas com a reforma educacional da Universidade de Coimbra, no contexto português já habitava a ideia de que a natureza havia sido criada para dispor aos homens todos os elementos necessários para o seu desenvolvimento. É o que podemos observar a partir do próprio título da obra *Diccionario Portuguez das Plantas, Arbustos, Matas, Arvores, Animaes quadrupedes, e reptis, Aves, Peixes, Mariscos, Insectos, Gomas, Metaes, Pedras, Terras, Mineraes, &c. que a Divina Omnipotencia creou no globo terraquo para utilidade dos viventes*, onde claramente está exposto que toda a sorte de exemplares da natureza tinha o propósito de ser útil aos homens. De maneira geral, nenhum elemento criado por Deus estava alheio de cumprir sua função primeira, qual seja, atender às necessidades humanas. Essa linha de pensamento, herdada pelos fisiocratas do período ilustrado, ecoava bastante entre os religiosos adeptos da teologia natural, responsáveis pelos primeiros estudos sobre o mundo natural em Portugal e suas colônias<sup>261</sup>.

Inserida na história das plantas que curam<sup>262</sup>, trazendo particularmente para a realidade da América portuguesa, a documentação oficial indica que seu descobridor foi Pedro Pereira Correia da Sena<sup>263</sup>, tendo em vista ele ter sido o primeiro a apresentar para as autoridades uma espécie produzida no Brasil, a qual ele próprio informou ser de qualidade tão

<sup>261</sup> Ver a esse respeito Keith Tomas, o homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Para o caso de Brasil e Portugal, ver FERREIRA, Breno Ferraz Leal. Economia da natureza: a História Natural entre a Teologia Natural e a Economia Política (Portugal e Brasil, 1750-1822). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

<sup>262</sup> LE GOFF, Jacques. As plantas que curam. In: As Doenças têm história. Apresentação: Jacques Le Goff. 2.<sup>a</sup> edição portuguesa (revista): Terramar, 1997. Neste breve artigo o autor apresenta algumas contribuições das principais civilizações do mundo ocidental e oriental, no campo da medicina fitoterápica. No tocante às civilizações americanas, cita o caso da quina, que, segundo ele, foi descoberta por acaso pelos próprios ameríndios e posteriormente introduzida nos ervanários e farmacopeias europeias. Vale destacar que na última parte deste capítulo, precisamente no tópico 4.5, comentaremos sobre as mudanças temporais pelas quais passa o uso da planta, passando do estágio de cura para o de prevenção.

<sup>263</sup> Nas pesquisas realizadas não foi possível encontrar maiores informações biográficas sobre o sujeito em questão.

boa quanto as encontradas no Peru. Essa mesma casca, como veremos na segunda parte deste capítulo, foi enviada para exames químicos em Portugal, precisamente no Laboratório Químico da Casa da Moeda. Comprovada sua eficácia na virtude febrífuga, D. João VI concedeu o título a Pedro Pereira Correia da Sena como descobridor da planta no Brasil e concedeu-lhe o título de sargento-mor, além do pagamento da quantia de 1.200 réis diários e o Hábito na Ordem de Cristo<sup>264</sup>.

Ainda sobre esse aspecto, é interessante ressaltar esses episódios envolvendo Pedro Pereira Correia da Sena e sua trajetória, inicialmente como viajante até receber o título acima mencionado.

Segundo relato contido na *Instrucção para os viajantes e empregados nas colônias...*, o mesmo Pedro Pereira Correia afirma ter descoberto a casca da quina durante viagem que realizava entre Bahia e Minas Gerais, no ano de 1802. Enquanto passava pela localidade de “curral velho”, após dar alguns golpes em uma árvore, “[...] saí um líquido espesso cor de ouro, e amargo não nauseoso”. Em seguida afirma ter retirado da mesma árvore uma casca de mesmo gosto amargo, porém branca na superfície interna, que logo depois começou a ficar mais encarnada. Notando essas qualidades, logo relacionou a casca com a Quina do Peru<sup>265</sup>.

Continua seu relato afirmando ter encontrado ainda árvores semelhantes à anterior em outros locais, como por exemplo, em “Jacotinhanha no Palmitár, nas matas de S. Domingos, Arraial do Securiú, e Arraial de Agoa Suja”. Já chegando em Minas Gerais, afirma ter se deparado com uma espécie a qual os habitantes locais chamavam de “Pao de Canudo”. Recolheu amostras da planta e classificou, julgando ser “da classe pentandria, ordem monoginia, Genero cinchona<sup>266</sup>”.

Recolhidas as amostras de cascas no decorrer de sua viagem e feitas as classificações botânicas, apresentou-as para especialistas e para a Câmara de Caité e à Secretaria de Minas Gerais, a fim de buscar o referendo destes grupos. Após a confirmação de seus estudos, colocou à disposição de D. Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, muitas arrobas da dita casca. Após esse episódio e em decorrência da chegada da corte no Rio de Janeiro, foi então “[...] premiado, como Descubridor da verdadeira Quina no Brazil<sup>267</sup>”.

<sup>264</sup> PORTUGAL. Instrucção para os Viajantes e empregados nas Colonias sobre a maneira de colher, conservar, e remeter os objectos de Historia Natural arranjada pela Administração do R. Museu de Historia Natural de Paris. Rio de Janeiro. Imprensa Regia, 1819. p. XXXIX – XL.

<sup>265</sup> *Idem*, p. XL – XLI.

<sup>266</sup> *Idem*, p. XLI.

<sup>267</sup> *Idem*, p. XLI – XLII.

Suas descobertas no tocante à planta, porém, não pararam por aí. Relata ainda que a partir de 1814 descobriu outra casca, a Quina delgada. Novamente pôs na presença de D. João VI, que, por sua vez, ordenou remetê-la para o Cirurgião Mor das Armadas, o Conselheiro Fr. Custodio Campos na quantidade de dois caixotes. Ainda nesse sentido, enviou na mesma proporção amostras para o Ministro e Secretário de Estados dos Negócios do Reino e Conde da Barca. Pedro Correia de Sena ressalta, contudo, que em nenhuma das remessas enviou o nome da espécie, deixando para fazê-lo em outra ocasião<sup>268</sup>.

Além das duas acima mencionadas, Correia da Sena se apresentou como descobridor de mais duas espécies: a Quina branca e a Quina da terra. A primeira era usada especialmente em sezões, que são as chamadas febres intermitentes, muito comum nas colônias portuguesas. A segunda, de cor alaranjada, era basicamente usada com o mesmo fim, com a diferença de que era vendida nos mercados como sendo Quina do Peru, pelo preço de 4.800 réis a libra. Após a descoberta de Correia da Sena e a consequente exposição pública, onde toda a sorte de gente passou a colher a quina de forma aberta, o preço despencou a módicos 200 réis<sup>269</sup>.

Pelo que foi exposto até o momento, salientamos ainda que ao falarmos de “descoberta”, não estamos nos referindo a um pioneirismo por parte do viajante ao se deparar com tal planta. Descoberta aqui significa que Correia da Sena foi o primeiro na América portuguesa a pôr sob a luz da ciência aquele vegetal até então desconhecido para o mundo científico. Não podemos deixar de ter em conta que esses elementos da natureza já haviam sido descobertos há algum tempo, primeiro pelos indígenas, em seguida pelos colonizadores. Seus usos já faziam parte do cotidiano dos moradores, fazendo-se presentes nos usos práticos. A diferença está no fato de que não estava ainda ao alcance, no sentido concreto, de ter acesso à planta, de um saber oficial. Coube a Correia da Sena esta missão.

Essa atuação em parceria com o Estado rendeu para Correia da Sena, além das gratificações já expostas, algumas outras, tais como o direito de receber pagamento por cada arroba de Quina enviada para a metrópole, neste caso o Rio de Janeiro. Em ordem expedida por D. Fernando José de Portugal e Castro, ministro assistente ao despacho do Real Gabinete, ficou decidido que a Junta da Real Fazenda da capitania de Minas Gerais seria a encarregada de pagar a soma de 900 réis por cada arroba de quina pesada e lacrada. Essa mesma instituição ficaria encarregada de enviar as remessas para o Rio de Janeiro e fazê-las chegar às mãos do Cirurgião

<sup>268</sup> PORTUGAL. Instrução para os Viajantes e empregados nas Colonias sobre a maneira de colher, conservar, e remeter os objectos de Historia Natural arranjada pela Administração do R. Museu de Historia Natural de Paris. Rio de Janeiro. Imprensa Regia, 1819. p. XLII.

<sup>269</sup> *Idem*, p. XLII – XLIII.

Mor dos Exércitos e Armadas. Essas remessas de quina serviriam basicamente para abastecer os Hospitais Militares e as Boticas dos navios<sup>270</sup>.

Correia da Sena assegurou também o seu resarcimento por ocasião do efetivo transporte da quina levada diretamente por ele ao Cirurgião Mor do reino. Esse trabalho, que deveria ficar a cargo da Junta da Real Fazenda da capitania de Minas Gerais, por vezes era exercido por ele mesmo. Neste sentido, considerava justo ser reembolsado pelo serviço prestado. A administração real reconheceu tal esforço e autorizou o pagamento, desde que Correia da Sena apresentasse à Junta atestado do Cirurgião em que este deveria assegurar o recebimento da carga e o peso da mercadoria. Somente após esse processo é que estaria autorizado o pagamento tanto dos novecentos réis por arroba de quina quanto das despesas com transporte<sup>271</sup>.

Em média, Correia da Sena enviava para a Junta da Real Fazenda cerca de duzentas arrobas da planta. Se por cada arroba ele recebia novecentos réis, tem-se aí um retorno de cento e oitenta mil réis. Considerando ainda o soldo de sargento-mor decorrente do título de descobridor da Quina no Brasil, bem como das restituições requeridas pelo transporte da mercadoria, depreendemos que esse tipo de comércio se mostrava bem vantajoso para ele.

Para a coroa portuguesa, o retorno com os custos pela compra seria questão de tempo. Primeiramente por que deste modo deixaria de adquirir a quina diretamente da Espanha, o que evitaria custos maiores, porque além de ter de se submeter aos preços praticados pelos espanhóis, ainda corria o risco de prejuízo devido às perdas da mercadoria decorrente da longa viagem de transporte. Segundo que, como indica o D. Fernando José de Portugal, após o abastecimento dos hospitais militares e das boticas dos navios, o excedente poderia ser vendido para o restante da população pelo preço sugerido equivalente à melhor quina<sup>272</sup>. Quanto mais

<sup>270</sup> ORDEM de Fernando José de Portugal e Castro determinando à Junta da Administração da Real Fazenda que pague a Pedro Pereira Correia de Sena cada arroba de quina colhida por ele. [Manuscrito] Coleção Casa dos Contos. 07 de setembro de 1808. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1436001\\_1448077/mss1443822.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1443822.pdf)> Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

<sup>271</sup> ORDEM de Fernando José de Portugal e Castro determinando à Junta da Real Fazenda que restituía as despesas de Pedro Pereira Correia com o transporte das quinas. [Manuscrito] Coleção Casa dos Contos. 16 de novembro de 1808. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1436001\\_1448077/mss1443782.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1443782.pdf)> Acesso em 15 de novembro de 2018.

<sup>272</sup> ORDEM de Fernando José de Portugal e Castro determinando à Junta da Administração da Real Fazenda que pague a Pedro Pereira Correia de Sena cada arroba de quina colhida por ele. [Manuscrito] Coleção Casa dos Contos. 07 de setembro de 1808. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1436001\\_1448077/mss1443822.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1443822.pdf)> Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

semelhante a ela fosse a sua congênere do Peru, mais valiosa seria. Assim, compreendemos que os valores cobrados aos particulares não seriam dos menores.

Ademais, como veremos adiante, Portugal buscou transferir a Quina para outras colônias de seu império, em um claro processo de imperialismo ecológico. Correia de Sena pode ter atuado nesse sentido. Consta também que foi emitido um decreto em 03 de agosto de 1808 “[...] isentando de Direitos por 15 anos as preparações de Quina descoberta em Minas Geraes, por Pedro Pereira Corrêa de Sena, e por elle feitas, podendo-as por sua conta exportar para a Costa d’Africa<sup>273</sup>”.

As mudanças políticas ocorridas no Brasil a partir de 1822, contudo, iriam fazer com que provisoriamente parte desse apoio financeiro que Correia da Sena recebia do Estado por conta de sua ligação com a produção da Quina fosse anulado. Em ofício direcionado a Francisco Gomes Ferreira Simões, escrivão da Junta da Real Fazenda da província de Minas Gerais, João José Lopes Mendes Ribeiro, presidente daquela mesma província, informa que por ordem régia o pagamento à Correia da Sena havia sido cancelado. A justifica estava no fato de que o mesmo não estava relacionado à prestação de serviços militares<sup>274</sup>.

Como dito acima, a situação se deu de forma provisória, posto que pouco mais de um ano depois, o imperador, na figura do marquês de Barbacena, resolveu restituir o descobridor da Quina com o vencimento de sargento-mor. Contudo, para efeito de continuar recebendo a gratificação, o documento deixa claro que ele deveria continuar com seus trabalhos na extração da quina da mesma forma como vinha praticando<sup>275</sup>.

A documentação disponível não informa se em algum momento houve queda na produção da planta, o que poderia acarretar em uma interrupção na entrega do produto. Ainda assim, essa ressalva no decreto abre precedente para se pensar que Correia da Sena deixou de

<sup>273</sup> PORTUGAL. Índice Chronológico Remissivo da Legislação Portugueza posterior a publicação do Código Philippino com hum appendice. Parte V. Contem novos Additamentos e Retoques aos Volumes antecedentes, e a Continuação desde 26 de Novembro de 1807 ao anno de 1818. Dado a' luz por ordem da Academia R. das Ciências de Lisboa pelo seu author João Pedro Ribeiro. Lisboa: na Typografia da mesma Academia. 1818. p. 281.

<sup>274</sup> OFÍCIO ao escrivão da Junta, Francisco Gomes Ferreira Simões, notificando que por aviso régio fora suspensa a gratificação que Pedro Correia de Sena recebia pela descoberta da planta de quina. [Manuscrito] Coleção Casa dos Contos. 23 de maio de 1829. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1436001\\_1448077/mss1443068.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1443068.pdf)>

Acesso em 16 de fevereiro de 2018.

<sup>275</sup> ORDENS do marquês de Barbacena à Junta da Província de Minas Gerais determinando que por aviso da dita Secretaria de Estado de 14 do corrente mês, pague ao vigário colado na freguesia de Ns<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Conceição de Sabará, Joaquim Mariano de Sousa Guerra Araújo Godinho as duas terças-partes da côngrua do tempo de encomendado na mesma igreja, e pague ao major Pedro Pereira Correia de Sena a gratificação de que tinha assento na folha militar respectiva. [Manuscrito] Coleção Casa dos Contos. 23 de junho de 1830 – 26 de junho de 1830. Disponível em:

<[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1436001\\_1448077/mss1442295.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1442295.pdf)>

Acesso em 16 de maio de 2018.

cumprir com suas obrigações no acordo firmado com o Estado, vindo daí a ordem para interromper o pagamento dos mil e duzentos réis diários a que tinha direito.

Evidenciar o encontro dos portugueses com a planta da quina nos ajuda a entender melhor quais dimensões esse vegetal assumiu no período, tanto em uma perspectiva ambiental quanto econômica. E nos mostra também que é possível pensar as estratégias de dominação, adaptação e sobrevivência dos europeus na América não somente colocando este último como um espaço de recepção de novos produtos, novas espécies de plantas e animais.

Houve, claro, um vasto processo de transferência de espécimes da flora e da fauna de diversos lugares do globo para o Novo Mundo, isso já nos foi apresentado anteriormente por Alfred Crosby e Warren Dean. Cabe ressaltar que em ambos os trabalhos, os autores nos mostram que entre os múltiplos métodos adotados pelos europeus para dominação de povos e adaptação em terras distantes e desconhecidas, o fator biológico teve papel preponderante. Crosby adota a linha de sujeição dos povos conquistados por vias biológicas em um plano mais geral, abordando as introduções de plantas, animais e agentes patológicos, explicando as maneiras como esses indivíduos foram sendo introjetados de pouco a pouco em diversos ambientes até mudar radicalmente o cenário ao redor. Warren Dean, por sua vez, ao limitar seu recorte espacial ao Brasil e a Portugal, dedica-se a explicar as políticas imperiais portuguesas para a botânica, e como sua principal colônia destacou-se na formação do maior e mais importante reduto de europeus fora de Portugal através disso. Para ele, processos de transferência e aclimatação de plantas foram essenciais para garantir a permanência em terras tão distantes e hostis. Nos dois exemplos, porém, destaca-se a ideia de imperialismo de fora para dentro<sup>276</sup>.

Em nosso entendimento, o caso da quina é emblemático por se encaixar na contramão dos trabalhos acima apresentados. E não estamos caminhando sozinhos ao considerarmos essa possibilidade como algo concreto. William Beinart e Karen Midleton

<sup>276</sup> O conceito de *imperialismo ecológico* é a tese central de Alfred Crosby. Em sua linha argumentativa tenta mostrar que só foi possível aos europeus se instalar em territórios diferentes e distantes do continente de origem devido a mecanismos para facilitar o processo de mobilidade, adaptação e fixação ao novo ambiente. Entre esses estavam os agentes patológicos, ou seja, vírus, bactérias, fungos, microorganismos de forma geral, que, entrando em contato com um local novo causava mudanças sem precedentes, de forma rápida, sem controle. Outros métodos diziam respeito a introdução de novas espécies de animais, vegetais e artefatos produzidos pelo homem europeu, especialmente os belicosos. Mas como ressalta o autor, não eram também todas as regiões do globo que interessavam aos povos do Velho Mundo. Eles tinham a pré-disposição a interessar por regiões com climas semelhantes ao encontrado em suas terras natais. Nesse sentido foi possível para eles formarem colônias que logo aumentaram consideravelmente em termos populacionais, o que Crosby caracterizou como *neo-europas*. CROSBY, Alfred. Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900). São Paulo: Companhia das Letras, 2011 e DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: Introdução e Adaptação de Plantas no Brasil Colonial e Imperial. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/deanbotanicaimperial.pdf> Acesso em 19 de julho de 2018.

corroboram nossa hipótese. No trabalho *Transferências de plantas em uma perspectiva histórica: o estado da discussão*, os autores apresentam essa segunda linha de pensamento. Tomando o episódio de transferência da espécie de pera espinhosa mesoamericana (*opuntia*), eles argumentam que “[...] a África subsaariana passou a depender nos últimos três séculos de importantes culturas domesticadas advindas do ‘novo mundo’”. Assim, elencando uma série de vegetais, tais “[...] como o milho, a batata, a mandioca, a batata doce, o tabaco, algumas variedades de vagens, o amendoim, o cacau, o abacate, a *cinchona [quina]*, a pimenta-malagueta, a borracha, o agave, a prosópis, [alfarroba], assim como também as peras espinhosas”, conclui-se que estas tiveram enorme impacto no contexto local<sup>277</sup>.

A narrativa acima corrobora o fato de que a América foi igualmente responsável por fornecer inúmeras espécies de plantas distribuídas nas colônias das nações imperialistas ao longo do século XIX. Algumas dessas plantas, como o caso da batata, se adaptaram tão bem ao novo ambiente, a exemplo do que ocorreu na África do Sul, que para quem desconhece que ela foi aclimatada na região poderia afirmar que sua espécie é natural do local. De forma contrária a isso temos a pera espinhosa, igualmente aclimatada, mas que se tornou posteriormente uma planta invasora devido ao seu alastramento por outros territórios e aniquilação de vegetais circunvizinhos.

Os portugueses certamente exerceram papel de destaque na transferência das plantas mencionadas acima para o continente africano, haja vista terem colonizados vários espaços territoriais naquela região. Nossa propósito, doravante, é apresentar algumas considerações a esse respeito, tocando especificamente no caso da quina e como os lusos atuaram para transferi-la para as suas colônias na África.

Analisando a exploração da flora da Bahia atlântica no Período Colonial, Rodrigo Osório Pereira defendeu a tese de inversão da ordem centro/periferia ao propor a ideia de que

<sup>277</sup> BEINART, William; MIDDLETON, Karen. Transferência de plantas em uma perspectiva histórica: o estado da discussão. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009. p. 164 [grifos nossos].

No Brasil, trabalhos que adotam essa perspectiva podem ser encontrados especialmente entre os pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Um exemplo nesse sentido é o livro *Bioses africanas no Brasil: notas de história ambiental*, organizado pelo professor Sílvio Marcus de Souza Correa, professor ligado ao mesmo programa. Na obra, os autores trabalham com o conceito de *africanização da paisagem brasileira* e segundo eles mesmos, esse fenômeno ocorreu muito em decorrência do fluxo de africanos e seus descendentes, mas também, pela ação dos colonos imigrantes, que inseriam em seu cotidiano plantas e animais de origens do outro lado do Atlântico. Tal fenômeno acarretou em um hibridismo de mundos naturais, ou como eles nomeiam, em uma *africanização da paisagem brasileira*. Os objetos alvos de estudos por eles se concentram nas gramíneas, nos moluscos, nos insetos e nas sementes. Por serem espécies estrangeiras, essa introdução naturalmente causou modificações irreversíveis para o meio ambiente local, alterando de forma significativa tanto a estrutura do habitat quanto as próprias plantas nativas. Cf. *Bioses africanas no Brasil: notas de história ambiental*. [Org. Sílvio Marcus de Souza Correa]. Itajaí – NEAB: Casa Aberta Editora, 2012.

o território baiano serviu de centro especificamente botânico para o império português, à medida que funcionava como fornecedor de uma grande variedade de produtos vegetais a serem inventariados, explorados, transferidos, estudados e, por último, transformados em matéria-prima para fins econômicos<sup>278</sup>.

Não é forçoso admitir que tanto da Bahia – tomado o exemplo acima como ponto de partida – quanto de outras capitâncias seguiram para a metrópole enormes quantidades de produções da natureza, onde integrariam as *centrais de cálculo* e, a partir dos resultados obtidos nesses laboratórios, sofreriam outro processo de transferência, neste caso, para as demais possessões na África e na Ásia, invertendo assim a ordem instalada de fluxos de elementos naturais em transporte pelo mundo lusitano.

Nos ajuda a entender essa dinâmica de transferências de vegetais e a profundidade do impacto causado por esses movimentos o documento lançado por Júlio Augusto Henriques, professor de Botânica e diretor do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra entre 1875 a 1886 e entre 1901 a 1911, e que em 1880 lança as *Instruções práticas para a cultura das plantas que dão a Quina*. Antes desse documento havia outro que se direcionava nesse mesmo sentido: a *Cultura das plantas que dão a Quina*<sup>279</sup>, de autoria de Bernardino Barros Gomes, publicado em 1864. Na ocasião dos escritos de Bernardino Barros Gomes terem se tornado cada vez mais raros de se encontrar e observando a ausência de publicações que abordassem formas que facilitassem o cultivo do vegetal, Júlio Henriques resolveu tomar a iniciativa lançando as *Instruções práticas*.... Essa obra, por outro lado, não era de autoria original dele. Como o próprio Júlio Henriques enfatiza, trata-se de uma publicação onde boa parte do conteúdo era “[...] o resumo, e muitas vezes a tradução, d’um livro assás completo sobre a cultura das quinas na India ingleza<sup>280</sup>”. Ou seja, havia a intenção de apresentar os resultados obtidos pelos ingleses na sua colônia asiática na tentativa de que Portugal procedesse da mesma forma em suas possessões na África.

Ainda que tenhamos feito a ressalva acima, a obra não perde sua importância. De início já nos chama a atenção a grandeza econômica que envolve a quina. Entre os primeiros anos do século XIX até 1880, data da publicação do documento, os valores que envolviam a

<sup>278</sup> PEREIRA, Rodrigo Osório. O Império Botânico: as políticas portuguesas para a flora da Bahia Atlântica colonial (1768-1808). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

<sup>279</sup> GOMES, Bernardino Barros. Cultura das Plantas que dão a Quina. Lisboa. Imprensa Nacional, 1864.

<sup>280</sup> HENRIQUES, Júlio Augusto. Instruções práticas para a cultura das plantas que dão a Quina. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1880. Introdução, p. V. O livro a qual ele faz referência é “A Manual of Cinchona cultivation in India, by George King. Superintendent of the Royal Botanical Garden, and Chinchona cultivation in Bengal. – Calcutta, 1876.

planta haviam crescido enormemente. No início do século, Pedro Pereira Correia da Sena vendia a arroba da planta – aproximadamente quinze quilos – para a coroa portuguesa a novecentos réis. Em 1880, o valor do quilo do sulfato de quinino, componente químico derivado da planta, aproximava-se dos cem mil réis. Os valores, como podemos perceber, não são referentes à casca da planta em sua forma primária, tal como comercializava Pedro Correia da Sena. Trata-se, sim, de cifras que envolviam sua forma já manipulada. Ou seja, produzir a planta para dela tirar seus alcaloides e transformá-los quimicamente para uso na medicina contra doenças, era de fato um negócio extremamente rentável, como atesta já na primeira linha do primeiro parágrafo do texto: “Poucas culturas tem mais probabilidade de lucro, e de lucro grande, do que a das plantas que dão a quina<sup>281</sup>”. E completava afirmando que corroborava para a alta lucratividade o fato de as despesas com o plantio serem “[...] relativamente pequena, porque a aquisição de plantas é facil, e a cultura propriamente dicta exige pouco trabalho<sup>282</sup>”.

Júlio Henriques apresenta mais números para comprovar a importância que a planta tinha em termos econômicos. E de fato surpreendem:

Dous exemplos serão sufficientes. A alfadenga de Lisboa, só em 1878, despachou sulfato de quinina no valor de 30:304\$000 réis, e uma quantidade de quina avaliada em 2:297\$000 réis. O governo da India ingleza forneceu, só em 1875, uma quantidade de sulfato de quinina e d'outros derivados da quina superior a 2:600 kilos<sup>283</sup>.

Novamente destaca-se a diferença de cifras entre a quina despachada em sua forma bruta em comparação com a manipulada. Os números referentes à primeira não chegavam a 10% do valor da segunda. Isso denota como a ciência passou a atuar de forma decisiva na economia das nações. A aceleração do tempo provocada pelos estudos científicos sobre a casca da quina ainda no início do século XIX<sup>284</sup> mostram como os resultados foram decisivos para dar novos rumos ao sentido de progresso. A maior lucratividade de Portugal com a quina não estava condicionada à sua forma natural, pelo contrário, estava diretamente ligada à forma manipulada em laboratório. A mesma abordagem podemos inferir a respeito da Inglaterra e sua plantação de *cinchonas* na sua colônia asiática. O tempo da natureza cada vez mais cedia lugar ao tempo das inovações técnicas.

<sup>281</sup> HENRIQUES, Júlio Augusto. Instruções práticas para a cultura das plantas que dão a Quina. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1880. Introdução, p. V. O livro a qual ele faz referência é “A Manual of Cinchona cultivation in India, by George King. Superintendent of the Royal Botanical Garden, and Chinchona cultivation in Bengal. – Calcutta, 1876. p. III.

<sup>282</sup> *Idem, ibid.*, p. III.

<sup>283</sup> *Idem, ibid.*, p. IV.

<sup>284</sup> Esse assunto será o tema central do tópico 4.4, intitulado *Plantas que curam: as experiências científicas sobre as virtudes da Quina*.

O fato de a aquisição da planta ser de fácil acesso tem ligação direta com o período em que o Brasil permaneceu como colônia portuguesa. Mesmo antes de Pedro Pereira Correia da Sena ser contemplado com o título de descobridor da quina, várias iniciativas já vinham sendo tomadas desde pelo menos a segunda metade do século XVIII para se fazer descobrir a presença da planta deste lado do atlântico. Essas iniciativas renderam sucessivas e avultadas remessas de amostras para Lisboa, de onde seguiriam para Coimbra. A importância dessa instituição no fomento às pesquisas e disseminação da quina pelo ultramar português é destacada pelo autor e só confirma nosso raciocínio. Afirma que “[...] até hoje o jardim botânico da Universidade de Coimbra tem dado crescido numero de sementes e plantas; e continuará, como espero, a auxiliar todos aqueles que dedicarem a sua actividade a tornar effectiva uma cultura tão util a todos os respeitos<sup>285</sup>”.

O conteúdo do livro estava direcionado a apresentar as formas mais convenientes de cultivo da planta na África e na Ásia portuguesa. Carregado do mesmo pensamento do frei José Mariano da Conceição Veloso, que afirmava que regiões de latitudes e climas semelhantes produziriam vegetais semelhantes, Júlio Henriques apostava em sua escrita o incentivo à introdução da quina especialmente nas Ilhas de Cabo Verde e São Tomé.

Segundo Júlio Henriques, Inglaterra e Holanda já haviam iniciado os trabalhos de transferência e aclimatação de espécies de cinchona em suas respectivas colônias. Entre essas, a que obteve os melhores resultados foi a Inglaterra. Não por acaso foram eles os responsáveis por lançar os escritos traduzidos por Júlio Henriques. Desde 1835 os ingleses buscavam a adaptação da planta na Índia, porém sem sucesso. Devido a isso, em 1858 foi ordenado que uma comissão viaje à América a fim de conseguirem amostras de sementes e plantas dos melhores tipos de quina:

[...] A expedição enviada á America começou seus trabalhos em 1860. Era essa expedição composta de Clemente Markham, conhedor da região das quinas e das linguas ali faladas, de Pritchett, Spruce e Cross.

Markham dirigiu-se á Bolívia e ao Perú meridional; Pritchett a Huanaco e ao Perú central; Spruce e Cross ao Chimborazo no Equador. Estes exploradores fizeram larga colheita sementes e plantas, que foram transportadas para a India. Cross, tendo acompanhado até aos Neilgherries as plantas colhidas e por elle multiplicadas ainda na America, voltou em 1861 a esta região, para procurar sementes das quinas de Loxa; e em 1868 explorou as florestas da Nova Granada, aonde voltou em 1877.

As sementes e plantas e colhidas por estes diligentes exploradores, e que tanto trabalho e despesas tinham custado, foram entregues na India aos cuidados de Mc. Ivor, director do jardim botânico de Ootacamund. O governo encarregou Cl. Markham de

---

<sup>285</sup> HENRIQUES, Júlio Augusto. Instruções práticas para a cultura das plantas que dão a Quina. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1880. Introdução, p. V. O livro a qual ele faz referência é “A Manual of Cinchona cultivation in India, by George King. Superintendent of the Royal Botanical Garden, and Chinchona cultivation in Bengal. – Calcutta, 1876. p. IV.

ir á India escolher as localidades próprias para encetar as culturas. Escolhidas estas, Mc. Ivor tratou de fazer plantas para tornar reaes os resultados de tantos trabalhos, e tão bem se houve, que, tendo recebido 204 plantas, pôde dispor em 30 d'abril de 1862 (no fim de pouco mais de oito meses) de 31:495, numero que, decorridos quatro meses, tinha duplicado.

Actualmente em quase todas as partes da India ingleza, onde se dão condições proprias, são cultivadas as quinas, e a importancia de taes culturas vê-se do numero de plantas cultivadas nos Neilgherries, onde em 1875 havia 2.659:423, e nas montanhas Sikkim 3.285:592<sup>286</sup>.

Os Neilgherries são regiões da Índia onde a presença inglesa foi mais acentuada. Caracterizada por ser montanhosa, oferecia as combinações ideais para o cultivo da quina. As alturas médias estavam entre 1.000 a 2.500 metros acima do nível do mar e coincidiam com as da América, onde eram encontradas as melhores cinchonas. Não impressiona, portanto, que a planta tenha se adaptado tão bem à colônia inglesa, tendo como consequência disso se multiplicado tão rapidamente em um espaço curto de tempo. Percebendo essa facilidade em fazer germinar as sementes, os administradores não hesitaram em cultivá-la em toda a extensão do país onde fosse possível encontrar as características naturais que pudessem ajudar na cultura.

Warren Dean (1989) nos dá indícios de como essa medida foi importante para as pretensões inglesas. Para este autor, “[...] o cultivo da cinchona para a obtenção da quinina era um acontecimento de imensa importância histórica, já que facilitava o colonialismo europeu nos trópicos<sup>287</sup>”. Concomitantemente a isso, os ingleses acreditavam que se os métodos de extração da quina permanecessem do modo como vinham sendo praticados, logo a quantidade de árvores não seria o suficiente para suprir a demanda, inclusive da própria Inglaterra. Desse modo, criar uma reserva pessoal de cinchonas se tornava sobremaneira importante para as aspirações daquele país<sup>288</sup>. Além disso, analisando o contexto da segunda metade dos oitocentos, o mesmo autor considera que:

Por volta do século XIX, a transferência de plantas exóticas e a busca de plantas selvagens passíveis de domesticação eram atividades que se tornavam racionalizadas, organizadas e postas a serviço do capitalismo industrial. A Europa mandava coletores aos mais distantes rincões da Terra à procura de espécies desconhecidas que pudessem servir como matéria-prima, remédio ou ornamento. Embora fosse expressão de burocracias científicas e estatais, esse empreendimento tinha um quê de romantismo: era a demanda pelo raro, do precioso, do perigoso<sup>289</sup>.

---

<sup>286</sup> HENRIQUES, Júlio Augusto. Instruções práticas para a cultura das plantas que dão a Quina. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1880. Introdução, p. V. O livro a qual ele faz referência é “A Manual of Cinchona cultivation in India, by George King. Superintendent of the Royal Botanical Garden, and Chinchona cultivation in Bengal. – Calcutta, 1876. p. 08-09.

<sup>287</sup> DEAN, Warren. A luta pela borracha pelo Brasil: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989. p. 35.

<sup>288</sup> *Idem, ibid.*, p. 35.

<sup>289</sup> *Idem, ibid.*, p. 24.

Essa ideia de um empreendimento que buscava o raro, o exótico, o precioso é também compartilhada pelo professor Hermetes Reis de Araújo. Para este autor, a partir do momento que o capitalismo industrial passou a perceber “o trabalho como fonte de valor”, ou seja, valorizando-se mais a produção do que o consumo, haja vista que a população não cessava de se multiplicar, a busca pela raridade passou a ser o centro das atenções. Essa virada estratégica tinha razão de ser posto que a sociedade e sua grande demanda por produtos não poderiam “[...] continuar a ser sustentadas pelos frutos espontâneos da natureza<sup>290</sup>”. Tais características levaram os ingleses a introduzir a cultura da cinchona em sua colônia asiática.

Todas essas circunstâncias correspondiam ao momento pelo qual o mundo passava naquele contexto da era dos impérios. Segundo Hobsbawm, “[...] o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas”. Isso fez com que as sociedades dos países desenvolvidos se conectassem entre si, mas sobretudo se conectassem aos países não desenvolvidos. Isso foi o que levou, segundo o autor, ao interesse dos países ocidentais em áreas remotas do globo, tais como a bacia do rio Congo, na África, ou à disputa de algum pequeno arquipélago no Pacífico. E, apesar de serem áreas que geralmente não atraíam o povoamento branco, ainda assim geravam interesses porque era nesses locais que o europeu enxergava a possibilidade de criar negócios, comércio, gerar lucros e obter produtos para a sociedade ocidental, “[...] pois a sua civilização agora precisava do exótico. O desenvolvimento tecnológico agora dependia de matérias-primas que, devido ao clima ou acaso geológico, seriam encontradas exclusiva ou profusamente em lugares remotos<sup>291</sup>”.

Retomando o debate a respeito da quina, quanto à Holanda, sabe-se que tentaram introduzir a cultura na ilha de Java, mas as espécies coletadas na América e que para a ilha foram enviadas eram de qualidade inferior, o que causou certo desconforto entre os holandeses, que, por fim, proibiram o plantio desta na colônia<sup>292</sup>. Posteriormente essa situação foi superada devido a uma reviravolta no comércio de sementes de cinchona envolvendo a Inglaterra. Dean relata um episódio em que “[...] numa ocasião em Markham estava ausente, o ministério [da Índia] recusou-se a comprar a variedade de cinchona de Charles Ledger, a melhor já descoberta.

<sup>290</sup> ARAÚJO, Hermetes Reis de. Técnica, Trabalho e Natureza na Sociedade Escravista. Rev. bras. Hist. vol. 18 n. 35. São Paulo, 1998. p. 03. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100013)> Acesso em: 08 de abril de 2018. (a)

<sup>291</sup> HOBSBAWM, Eric. A Era dos Impérios (1875-1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 95-96.

<sup>292</sup> HENRIQUES, Júlio Augusto. Instruções práticas para a cultura das plantas que dão a Quina. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1880. Introdução, p. V. O livro a qual ele faz referência é “A Manual of Cinchona cultivation in India, by George King. Superintendent of the Royal Botanical Garden, and Chinchona cultivation in Bengal. – Calcutta, 1876. p. 09.

Ledger não teve a menor difuldade em vendê-la aos holandeses, que a plantaram em Java<sup>293</sup>. A Holanda se tornaria, assim, uma das grandes produtoras de cinchona do tipo *ledgeriana* em finais do século XIX.

Como podemos observar, a planta atingiu os mais distantes rincões. Sua demanda no campo medicinal era cada vez mais latente, especialmente pelas espécies de maior qualidade, aquelas dotadas de maior volume de alcaloides em valores antifebris. Mas afinal, que espécies eram essas? Como eram identificadas aquelas de maior qualidade?

De acordo com o que Júlio Augusto Henriques aponta nas *Instruções práticas...*, os tipos de cascas mais ricos em princípios ativos eram: “1.<sup>a</sup> a *Cinchona Calisaya* Wedd. e suas variedades, sendo superior a todas a *Legeriana*, cuja casca chega a produzir 10 e 12 por cento de alcaloides; 2.<sup>a</sup> a *C. succirubra*; 3.<sup>a</sup> a *C. Pitayensis*, e 4.<sup>a</sup> a *Cinchona officinalis*”. E as menos ricas eram a *Cinchona lancifolia* e *micrantha*<sup>294</sup>. Essa lista deixa em evidência o caráter econômico a que foi submetida a planta, tendo em vista que o que as definia como boas ou ruins era a quantidade de alcaloides encontrada em sua composição. Por essa lógica, quanto mais rica, mais valiosa. E mesmo as que não fossem tão bem dotadas de princípios ativos ainda assim recebiam grande atenção, como foi o caso da *Cinchona officinal* descoberta por Pedro Correia da Sena.

Para efeitos de identificação das cascas de maior qualidade, é certo que a *Calisaya* produzia as cascas amarelas; a *succirubra* as cascas vermelhas; e a *officinal* produzia as cintzentas, cascas de Loxa ou as cascas reais. Mas toda essa definição de qualidade era muito variada. Dependia especialmente da idade, da altitude, da estação e da temperatura. Logo, quanto mais antiga fosse a árvore, mais alcaloides ela produziria.

Além disso, as plantas davam preferência para estações secas e temperaturas não muito elevadas. A altura, como dissemos anteriormente, também atuava diretamente na formação das substâncias das quinas, mas isso variava de acordo com a região. Na região dos Neilguerries, espécies como a *succirubra* se desenvolvem melhor a partir de 1.300 a 1.800 metros, enquanto que a *calisaya* cresce melhor em altitudes maiores. Já na região de Sikkim era possível encontrar as mesmas *succirubras* vegetando de 460 a 1.070 metros. Dependendo da área, ainda poderiam ser vistas a altitudes, que variavam entre 250 a 1.500 metros. A *calisaya*, por outro lado, só poderia ser avistada nessa região à altura mínima de 460 metros e máxima de

<sup>293</sup> DEAN, Warren. A luta pela borracha pelo Brasil: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989. p. 52. [Grifos nossos]

<sup>294</sup> HENRIQUES, Júlio Augusto. Instruções práticas para a cultura das plantas que dão a Quina. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1880. p. 12-13. [Grifos no original].

915.metros. Já a *officinal* não prosperava em altitudes acima dos 1.000 metros. Isso talvez explique o fato de ela ser uma das cinchonas de maior incidência no Brasil.

Mas toda essa preocupação em encontrar os melhores ambientes para a planta se desenvolver não faria sentido se não houvesse por trás toda uma discussão e difusão de técnicas de plantio que facilitassem o trabalho. E nesse aspecto a publicação de Júlio Henriques também traz suas contribuições, sempre, claro, tomando as experiências dos ingleses na Índia como fio condutor. Nesse sentido, mesmo não aprofundando discussões de botânica teórica, o autor apresenta as formas mais convenientes de preparar o cultivo. As sementes, por exemplo, deveriam primeiramente passar por um processo de imersão na água por um período de 6 a 12 horas, para só depois serem misturadas à terra. Esta, por sua vez, tinha de “[...] ser fina, e formada por detritos de folhas já bem consumidas”. Indicava-se inclusive qual tamanho deveria ter o viveiro e a largura entre um grupo de plantas e outro. Para que a floração fosse o mais próximo possível do ideal, os cultivadores deveriam se atentar aos mínimos detalhes, tais como o fato de que dever-se-ia manter a terra úmida e não molhada, correndo o risco de a planta não germinar. Se todos esses cuidados fossem tomados, a germinação iniciaria no período de 15 a 20 dias após o plantio. Por fim, quando a planta começasse a apresentar dois a três pares de folhas, era o indicativo de que estava autorizado o processo de transplantação do terreno escolhido para receber a cultura<sup>295</sup>.

Quanto a isso, é sintomático perceber na documentação a pouca importância que os agentes imperiais davam à biota local. Uma realidade que se estendia entre as colônias, fosse na África, América ou Ásia. Para garantir que houvesse o plantio da árvore era “indispensável” que se destruísse “completamente a vegetação natural que povoar o local escolhido”. Ademais:

As arvores e os arbustos cortados devem queimar-se o melhor que for possível. Os ramos ou troncos, que escaparem á acção do fogo, serão tirados para fora, ou antes dispostos entre linhas de quinas, onde apodrecerão pouco e pouco, transformando-se em matérias fertilizantes<sup>296</sup>.

Para Júlio Augusto Henriques, todas as técnicas acima apresentadas eram passíveis de serem postas em prática nas colônias portuguesas da África, especialmente nas já citadas Ilhas de Cabo Verde e São Tomé. No sítio da Biblioteca Digital de Botânica da Universidade de Coimbra é possível encontrar um farto acervo contendo correspondências tanto deste indivíduo quantos de outros funcionários portugueses instalados nesses dois países dando conta

<sup>295</sup> DEAN, Warren. A luta pela borracha pelo Brasil: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989. p. 20-27.

<sup>296</sup> *Idem, ibid.*, p. 37.

do envio e recebimento de sementes de espécies de cinchonas, além de trocas de informações com estrangeiros, especialmente a partir do último quartel dos oitocentos. Um contínuo fluxo de compartilhamento de conhecimento botânico na era dos impérios<sup>297</sup>.

Não aprofundaremos nossa análise nessas missivas porque foge ao propósito deste trabalho. Importa, no entanto, expor sua existência para efeito de sustentação de nossa hipótese de imperialismo ecológico a partir da transferência de espécies endêmicas da América para o restante do mundo. Portugal atuou nesse sentido, de propagar a quina pelos territórios de suas colônias na África e na Ásia, como podemos ver a seguir a respeito do envio de amostras de plantas feitas pelo jardim botânico da Universidade de Coimbra:

Além d'algumas quinas cedidas a particulares, o jardim botânico forneceu as plantas seguintes, todas pertencentes á especie *C. succirubra*:

Para Cabo Verde, em outubro de 1869.....	100	plantas
Para o sr. J. Jacome Correia (S. Miguel) em janeiro de 1870..	14	"
Para o Governador Civil do Funchal, em julho de 1870.....	34	"
Para diversas possessões africanas, em outubro de 1870.....	100	"
Para o Barão de Castello de Paiva (Madeira), em outubro de 1870.....	32	"
Para S. Thomé e Príncipe, em fevereiro de 1871.....	100	"
Para o Hospital Estephania (Madeira), em janeiro de 1877...	100	<sup>298</sup> "

Possivelmente o cultivo dessas espécies nesse primeiro momento não forneceu os resultados esperados pelo governo português para as suas colônias devido à falta de instruções que pudessem nortear os plantadores na cultura das quinas. Prova disso é a data de publicação das *Instruções práticas para a cultura das plantas que dão a quina*, de 1880.

A investigação do processo de expansão da Quina para além da América, no nosso entendimento, se insere na nova abordagem de estudos que indica um movimento oposto no trânsito de vegetais pelos oceanos promovido pelos impérios colonialistas na era moderna. Ou seja, comprova que o chamado “novo mundo” foi responsável também por fornecer espécies que viriam a ser consideradas como invasoras em outras partes do globo. E pelo menos na Índia as espécies se adaptaram tão bem que logo se espalharam rapidamente pelo território.

Com efeito, o que se evidencia é que na história das transferências de plantas entre continentes, o lugar de destaque de vegetais de locais específicos como a Europa e sua particular facilidade de se difundirem com maior sucesso em outros espaços em comparação com espécies

<sup>297</sup> Ver: <<http://bibdigital.bot.uc.pt/index.php?menu=12&language=pt&tabela=geral>> Acesso em 23 de fevereiro de 2018.

<sup>298</sup> HENRIQUES, Júlio Augusto. Instruções práticas para a cultura das plantas que dão a Quina. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1880. Introdução, p. V. O livro a qual ele faz referência é “A Manual of Cinchona cultivation in India, by George King. Superintendent of the Royal Botanical Garden, and Chinchona cultivation in Bengal. – Calcutta, 1876. p. 10-11.

de diferentes regiões não se mostrou uma teoria unânime. Plantas invasoras podem atuar de diferentes formas, sem que haja um padrão para isso. Por exemplo, algumas podem demonstrar uma baixa taxa de reprodução, o que explicaria seu sucesso devido à falta de predadores no novo habitat, ou mesmo modificar “[...] suas características biológicas e se hibridizar em novos ambientes<sup>299</sup>”. O caso da quina é um exemplo prático disso. Ao passo que se observou que a árvore cresceu em condições normais em alturas diferentes daquelas a que estava habituada, pode-se constatar que houve uma adaptação em sua estrutura biológica a fim de garantir sua sobrevivência em outra cadeia física. A divulgação desses novos conhecimentos faria com que outras nações, como o Brasil, buscassem igualmente adaptá-la aos seus respectivos territórios. Sobre esse fenômeno, desenvolveremos algumas análises no tópico 4.3 do presente capítulo. A partir de agora é imperativo se debruçar sobre algumas imagens produzidas no século XVIII sobre algumas espécies de quina.

#### **4.2. Plantas que curam: a Quina nas estampas da obra *Quinografia Portugueza*.**

Apresentaremos a seguir as estampas publicadas na obra *Quinografia Portugueza*. Das 22 espécies expostas, somente 9 possuem imagens: 5 estampas de *quinas verdadeiras* e 4 de *quinas falsas*. José Mariano da Conceição Veloso explicita claramente que o objetivo da divulgação das ilustrações era propiciar conhecimento aos moradores do Brasil para que estes pudessem reconhecer entre a natureza brasílica a possibilidade de presença de alguma das plantas expostas. A presença imagética desses tipos especificamente parece se dar pelo acesso às mesmas, situação que não foi possível com as demais. Na descrição das imagens seguimos a grafia apresentada originalmente, portanto, temos: *Cinchona Officinal* [imagem 1], *Chincona Rubra* ou *Colorada* [imagem 2], *Cinchona Caribea* [imagem 3], *Cinchona Montana* [imagem 4] e *Cinchona Espinhosa* [imagem 5].

Tomando o significado de *grafia* em seu sentido linguístico, temos que ele remete ao ato de representar por escrito uma palavra. Baseado nisso podemos presumir que *Quinografia* é a representação escrita da palavra *quina*, como signo e como objeto, exemplificada neste último caso pelas imagens que buscavam representar o real da planta. Além da compilação de alguns trabalhos já escritos sobre algumas variedades de plantas popularmente denominadas de quina, entre *verdadeiras* e *falsas*, trazia igualmente 9 tipos de

---

<sup>299</sup> BEINART, William; MIDDLETON, Karen. Transferência de plantas em uma perspectiva histórica: o estado da discussão. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009. p. 164.

estampas, cinco para as da primeira categoria e quatro referentes à segunda. Uma publicação com estrutura concatenada com os princípios da científicidade do século XVIII. Como nos esclarece Pedro Paulo Pimenta (2018), quando comparada com a Física, que segue os signos em sua acepção literal sem se atentar para as formas metaforizadas que se lhes são próprias, a História Natural tende a colocá-los “[...] em conexão com o objeto físico por meio de um artifício, a descrição, tornando-se assim uma ciência concreta<sup>300</sup>”. O que Pedro Paulo Pimenta quer dizer com isso é que a História Natural não se baseia em conjecturas como o faz a Física. Ela depende de formas concretas para afirmar suas questões. A partir dessas explicações, acreditamos situar a publicação do frei José Mariano da Conceição Veloso.

No interior da publicação, elas vinham dispostas na ordem das consideradas originais para as falsas, dando prioridade para a estampa da *Cinchona Officinal*. Acreditamos que isso se deve por ser, a aquela altura, o gênero de caráter mais importante, sobressaindo-se inclusive sobre a *Calisaya*, já descoberta durante esse período, mas pouco estudada cientificamente. Todavia, como veremos mais à frente, na segunda metade do dezenove a *Calisaya* ultrapassará a *Officinal* em grau de relevância. Nesse sentido, pressupomos que a estampa dessa espécie serviria como ponto de referência tanto para a distinguir das demais quanto para aqueles leitores que tinham acesso ao livro pudessem reconhecer a *Officinal* em relação às outras, especialmente àquelas consideradas falsas quinas.

As imagens, nesse caso, não são carregadas de possibilidades de se trazer o leitor para um cenário natural, como ocorria com a iconografia elaborada pelo viajantes-naturalistas românticos do início do XIX, influenciados pela abordagem humboldtiana, na qual Martius e Saint-Hilaire são os principais exemplos dessa escola. Na visão humboldtiana, o que estava em jogo era a elaboração de “fisionomias” das paisagens. Em suas pinturas, os naturalistas que viajaram para o Brasil com o intuito de “ver para crer” buscavam construir com extremo rigor os aspectos naturais dos locais visitados em todos os seus detalhes, a fim de pôr em evidência natureza e contexto no mesmo plano. A opção por trabalhar nessa perspectiva se dava pela dificuldade encontrada pelos naturalistas europeus em descrever somente com palavras as paisagens encontradas. A natureza tropical era dotada de imensa diversidade, com plantas e árvores se misturando umas às outras, o que dificultava uma descrição que fosse somente textual. Essa situação era totalmente diferente da encontrada pelos naturalistas nas florestas do velho mundo, caracterizadas pela homogeneidade da vegetação. Nessas circunstâncias, o visual

---

<sup>300</sup> PIMENTA, Pedro Paulo. *A trama da natureza: organismo e finalidade na época da Ilustração*. São Paulo: Editora UNESP, 2018. p. 191.

retratado em tela se fazia necessário para dar conta daquilo que o naturalista *via com seus próprios olhos*<sup>301</sup>.

Em um trabalho onde analisou o conhecimento produzido por sujeitos ilustres sobre a carnaúba no período oitocentista, o historiador José Felipe Oliveira da Silva (2017) nos ajuda a entender essa questão das imagens que reproduziam a planta tanto em seu aspecto estritamente morfológico quanto paisagístico. Investigando o processo de descrição botânica da carnaúba, o autor explica que esse tipo de procedimento – retrato morfológico – visava transmitir um saber taxonômico do vegetal ao mesmo tempo em que fazia o naturalista demonstrar familiaridade com o sistema de classificação de Carl von Lineu, baseado no sistema reprodutivo da planta. Esse tipo de classificação deixava de lado o caráter pragmático da planta e se atentava somente à sua especificidade reprodutiva<sup>302</sup>.

A classificação científica foi um dos fenômenos mais revolucionários do período moderno, porque tornou possível pensar e observar a natureza de acordo com critérios imparciais, deixando de lado o padrão antropocêntrico. É exatamente nesse sentido que enxergamos as estampas e as descrições contidas em *Quinografia Portugueza*. José Mariano da Conceição Veloso, ao apresentar as imagens, concomitantemente descreve os caracteres que devem ser observados para o reconhecimento das espécies de *Cinchonas*. Isso não quer dizer que o autor não apresentou conteúdo relacionado às utilidades práticas da planta, mas ressaltamos que o fez em momento posterior, em uma das várias memórias compiladas por ele na obra. O que o religioso destaca primeiramente são as estruturas morfológicas, indo de encontro ao propósito levantado por ele na apresentação da obra, qual seja, o de apresentar “[...] e apontar com o dedo aos moradores do Brasil essas interessantes arvores, e arbustos, e á vista dellas, e das descripções, das que não vão gravadas, elles a descobrirão infallivelmente melhor que os nossos Botanicos Crocoulos<sup>303</sup>”.

<sup>301</sup> “Fisionomias e detalhes alternam-se a fim de dar conta do contexto em que as espécies vivem e da descrição minuciosa de suas partes componentes, o que é essencial para a classificação e para a compreensão do desenvolvimento do vegetal. O naturalista evidencia aí a importância que as imagens têm em seu trabalho. [...] Assim, imagem e texto articulam-se organicamente na produção científica de Martius. [...] Assim, o modelo humboldtiano orientou uma determinada maneira de retratar os lugares percorridos pelos viajantes. A descrição das fisionomias particulares permitia, em aparente paradoxo, integrar os fenômenos particulares ao cosmos. Diversos tipos de representação – iconográficas, textuais e material museológico – compõem o quadro de um lugar específico”. Cf. KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. História, Ciências, Saúde. Vol. VIII (suplemento), 2001. p. 863-880. *passim*

<sup>302</sup> SILVA, José Felipe Oliveira da. “A árvore da vida”: ciência, natureza e tempo nos estudos sobre a carnaúba no Ceará oitocentista. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. p. 97-100.

<sup>303</sup> VELLOSO, José Mariano da Conceição. *Quinografia Portugueza ou Collecção de Varias Memorias sobre Vinte e Duas especies de Quinas, tendentes ao seu Descobrimento nos Vastos Dominios do Brasil*, copiada de vários authores modernos, enriquecida com cinco Estampas de Quinas verdadeiras, quatro de falsas e cinco de

Sendo anterior à visão romântica de retratar a natureza, as estampas contidas na publicação lançada por frei José Mariano da Conceição Veloso se limitavam a mostrar a planta em sua estrutura morfológica, enfatizando aspectos como: calis, corola, estames, pistilos pericarpo, folhas, flores, casca e sementes. Com efeito, compreendemos que o religioso pensou a *Quinografia Portugueza* exatamente como um guia prático, um manual de instrução que visava transmitir conhecimento às populações. Conhecimento este concernente ao mundo natural, mais especificamente à botânica, tão típico do século das luzes. Não à toa é enfático ao afirmar que, ao apresentar “[...] essas interessantes arvores, e arbustos” aos moradores da América portuguesa, eles fariam um trabalho tão bom quanto os botânicos de ofício. Isso é bastante revelador se levarmos em consideração o que Keith Thomas (2010) enuncia em relação aos ingleses, que ainda que todo morador do campo soubesse onde conseguir plantas para os mais diversos usos medicinais, por vezes corria-se o risco de cometer erros na identificação destas, acarretando em um fim trágico, como no caso de um morador de Havant, que em 1758 morreu “[...] após tomar quatro colheres de sopa de caldo extraído da raíz da filipêndula de cicuta, como se fosse caldo de pastinaga<sup>304</sup>”.

Isso não quer dizer que a cultura erudita não estivesse sujeita a erros na identificação das espécies de plantas. O próprio Veloso cometeu erros de nomenclatura. Na *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura* (IIFA) de 1887, em um artigo denominado *Plantas Medicinaes Aclimadas*, o redator Nicolau Joaquim Moreira tece críticas aos erros cometidos pelo religioso franciscano e por outros naturalistas, afirmando que as espécies que estes classificaram no Brasil como sendo *Cinchonas* na verdade eram outros gêneros da família das *Rubiaceas* ou ainda de famílias totalmente diferentes<sup>305</sup>.

---

Balsameiras. E colligida de Ordem de Sua Alteza Real o Príncipe do Brasil Nossa Senhor. Lisboa. Na Officina de João Procopio Correa da Silva, impressor da Santa Igreja Patriarcal. 1799. p. 14-16.

<sup>304</sup> THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo. Companhia das Letras, 2010. p. 101.

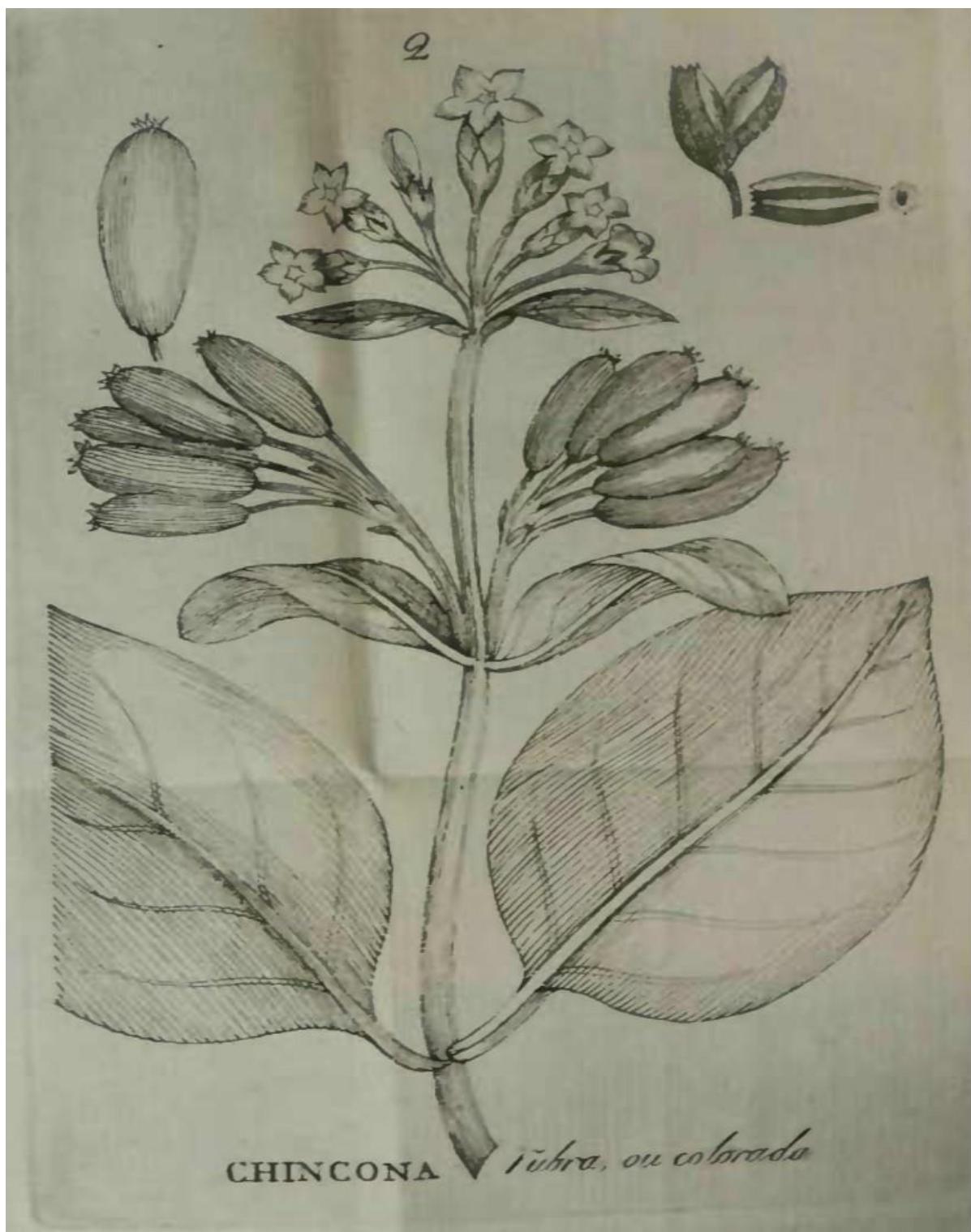
<sup>305</sup> Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Volume Decimo Oitavo. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert & C, 1887. p. 173.

**FIGURA 1** – Estampa da espécie *Cinchona Officinal*



Fonte: VELLOSO, José Mariano da Conceição. 1799.

**FIGURA 2** – Estampa da espécie Chincona *Rubra* ou *Colorada*



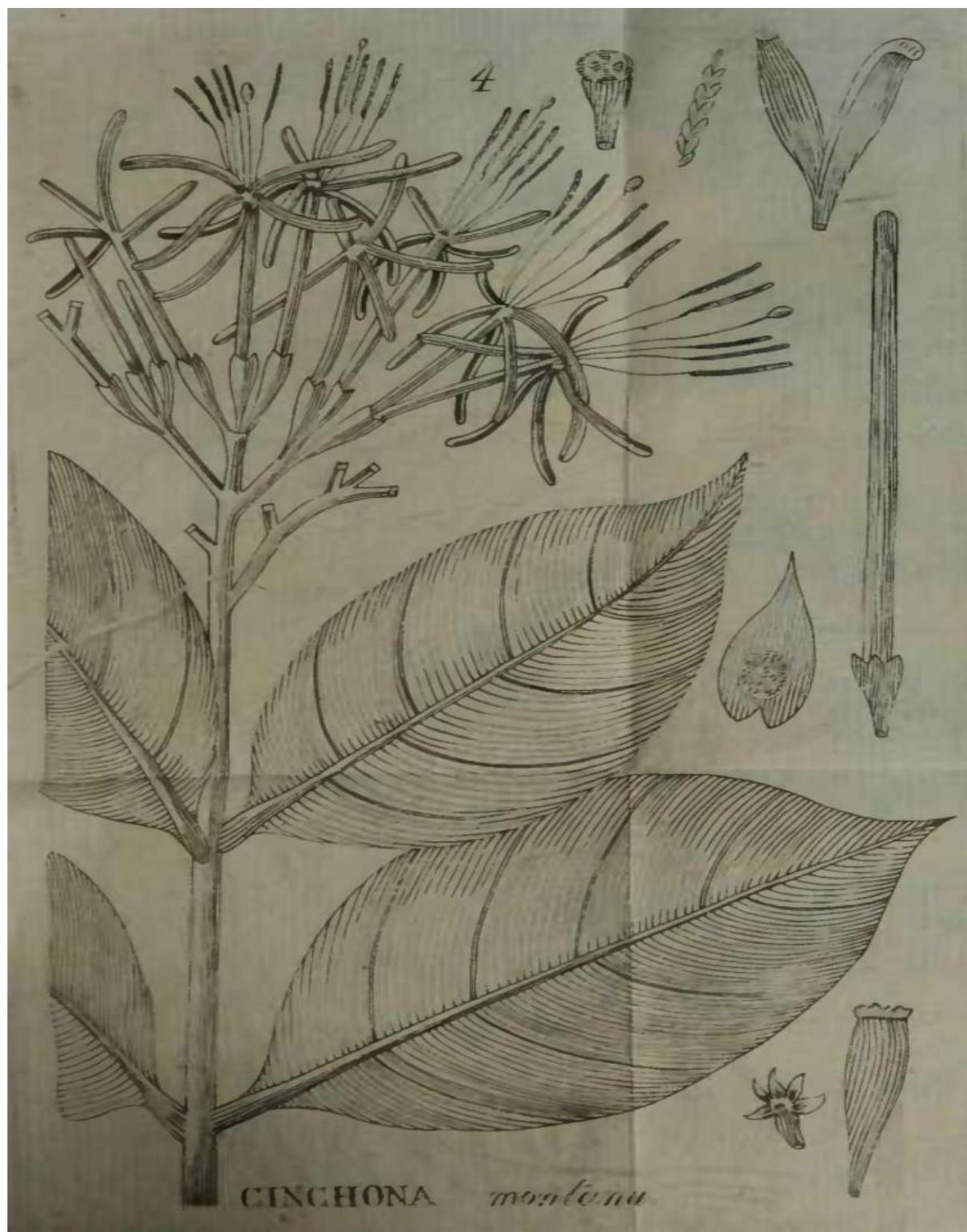
Fonte: VELLOSO, José Mariano da Conceição. 1799.

**FIGURA 3** – Estampa da espécie Cinchona *Caribea*



Fonte: VELLOSO, José Mariano da Conceição. 1799.

**FIGURA 4** – Estampa da espécie *Cinchona Montana*



Fonte: VELLOSO, José Mariano da Conceição. 1799.

**FIGURA 5** – Estampa da espécie Cinchona *Espinosa*



Fonte: VELLOSO, José Mariano da Conceição. 1799.

A presença das estampas das *quinas verdadeiras* seguia o objetivo, como já salientamos, de prover os moradores da América portuguesa de suficiente discernimento para reconhecer entre as matas e florestas as plantas chamadas *quinas*, e, dentro dessa categoria,

diferenciar as que eram tomadas como originais das inautênticas. Para se tornar completo, entretanto, necessitava das exibições das *quinas falsas*: Quina Carqueja do Brasil (*Cacalia*) [Figuras 6 e 7]; Quina do Piauyg (*Solanum* ?<sup>306</sup>) [Figura 8]; Quina de Paranabuc (*Portlandia hexandria*) [Figura 9]; Quina de Camamu (*Coutinia illustris*) [Figura 10]. Novamente, o que temos são ilustrações pautadas nos caracteres morfológicos das plantas, destacando as mesmas fisionomias elencadas anteriormente para o caso das quinas verdadeiras. Seguia, nesse sentido, o padrão estabelecido pelo próprio José Mariano da Conceição Veloso em sua trajetória como naturalista do século das luzes.

Lorelai Kury (2015), investigando a *Flora Brasiliensis*, diz que o método do religioso na obra era seguir os métodos estabelecidos por Lineu, enfatizando a presença de estames e pistilos nas plantas. Segundo a autora, essa tendência nada tinha de gratuita, pois aderindo ao sistema lineano, ele pretendia fazer com que a obra se tornasse conhecida por outros profissionais no âmbito internacional. Outro aspecto levantado pela historiadora é a questão da pouca inclinação que a *Flora Fluminensis* tinha em ser uma produção literária para fins práticos imediatos. De acordo com ela:

A *Florae Fluminensis* constitui uma outra vertente das ciências das Luzes, também útil, mas não imediatamente aplicada. As descrições das plantas feitas pelo religioso são basicamente morfológicos, com menção ao lugar de coleta e, por vezes, com informações adicionais sobre o nome científico e os nomes locais. Os usos apenas são mencionados de forma geral, sem maiores detalhes<sup>307</sup>.

A passagem acima confirma aquilo que vínhamos considerando anteriormente a partir do trabalho de José Felipe Oliveira (2017). Essa confirmação se dá porque Lorelai Kury se debruça sobre uma publicação contemporânea à Quinografia Portugueza. Essa última e a *Flora Fluminensis* pertencem as duas a uma mesma temporalidade. Foram frutos de um período em que o autor carregava consigo um padrão de conhecimento ilustrado que reverberou naturalmente nas obras que carregavam seu nome, mesmo naquelas que não haviam sido diretamente produzidas por ele. Esse padrão é o de pouco se atentar às questões práticas, aquelas ligadas ao uso das quinas pela população. Sua intenção estava limitada a apresentar as espécies de acordo sua estrutura morfológica. Só raríssimas vezes o autor traz informações sobre os locais de coleta e/ou origem da planta. Uma das exceções é o exemplo da Quina de Camamu

<sup>306</sup> O nome científico da Quina do Piauyg vem acompanhado por esse ponto de interrogação. Isso se deve ao fato de o religioso não ter certeza quanto ao gênero da planta, de modo que afirma que só conjecturou através do seu talhe ser uma Solano.

<sup>307</sup> KURY, Lorelai B. O naturalista Veloso. rev. hist.. (São Paulo), n. 172, p. 243-277, jan.-jun., 2015. p. 252.

(*Coutinia illustris*) [Figura 10], considerada uma *quina falsa*, que era originária exatamente da região de Camamu, na Bahia:

Pelo Governo da Bahia se remetteo a esta Corte, mettido em espirito de vinho o ramo de huma planta com flor e fructo de que se fez entrega no Museu de Sua Magestade do Real Jardim da Ajuda, com o nome de Quina de Camamu, por nascer nas mattas desta Villa, e de cuja Casca se usava com felicíssimo successo na sezões, &c<sup>308</sup>.

O outro exemplo é o da Quina Carqueja do Brasil (*Cacalia*) [Figura 6]. Sobre esta espécie, afirma o religioso:

Esta he huma famosa arvore, fóra da que dá a casca peruviana (*Cinchona Officinalis* de Linne), conhecida em muitas Provincias do Sul d'America, debaixo do nome de Quina-quina; e na Provincia de Maynas, e nas cabeceiras do rio Amazonas pelo nome de Tatchi. [...] Esta arvore nasce abundantemente em muitas Provincias do Perú em as vizinhanças de Chucuisaca, ou em a Prata, Tarija, Misques, Lippe, &c<sup>309</sup>.

A descrição dessa espécie carrega ainda outra particularidade pouco visível no grosso da obra, que são os usos dados pelos moradores da região onde vegetava:

Os naturaes fazem rolos, ou massas da resina, que vendem em Chucuisaca Potossi onde não serve somente aos suffimigos ou perfumes; mas tambem para muitos outros usos em Physica, algumas vezes debaixo da forma de hum empalastro, outras de hum oleo extrahido, ou composto da resina.

Suppoem-se que esta substancia promova a transpiração, corrobora os nervos, e restaura o movimento das juntas, aos que padecem gota, trazendo-a unicamente em as mãos e manejando-a continuamente sem outra preparação, de que elles tem citado muitas provas<sup>310</sup>.

O exposto acima indica, mesmo que superficialmente, um ponto fora da curva. Faz com que seja possível associarmos uma dimensão temporal externa àquela típica do século das luzes. Como já enfatizamos anteriormente, a botânica iluminista buscava definir os vegetais através de suas características estritamente físicas e na *Quinografia Portugueza* o franciscano objetivava essas condições. Entretanto, ao optar por redirecionar essa abordagem, por mínimo que fosse esse redirecionamento, nos permite enxergar essa exposição pragmática por outro viés. Em nosso entendimento, quando comparada com o restante da publicação, a passagem transmite uma regressão temporal, em que é possível associar a figura de José Mariano da

<sup>308</sup> VELLOSO, José Mariano da Conceição. *Quinografia Portugueza ou Collecção de Varias Memorias sobre Vinte e Duas especies de Quinas, tendentes ao seu Descobrimento nos Vastos Dominios do Brasil*, copiada de vários autores modernos, enriquecida com cinco Estampas de Quinas verdadeiras, quatro de falsas e cinco de Balsameiras. E colligida de Ordem de Sua Alteza Real o Príncipe do Brazil Nossa Senhor. Lisboa. Na Officina de João Procopio Correa da Silva, impressor da Santa Igreja Patriarcal. 1799. p. 166.

<sup>309</sup> *Idem, ibid.*, p. 156-157.

<sup>310</sup> *Idem, ibid.*, p. 157.

Conceição Veloso não mais como um naturalista dos setecentos, e sim como um botânico do início do período moderno, aqueles que “[...] viam o mundo de uma perspectiva essencialmente humana e tendiam a classificá-lo menos com base em suas qualidades intrínsecas que na sua relação com o homem<sup>311</sup>”.

Mas o caso mais notável, que em nossa percepção representa a preferência dada por frei José Mariano da Conceição Veloso pela estrutura morfológica seguindo a nomenclatura científica, nos é evidenciado pela estampa 11 [Figura 11]. Trata-se da única onde o religioso expõe a imagem acompanhada de uma descrição detalhada sobre o conteúdo iconográfico. Isso denotava um domínio do repertório de palavras e imagens necessário para descrições de plantas nos moldes de Lineu<sup>312</sup>. À vista disso, temos a seguinte descrição:

Explicação da Estampa 11., que traz a caixa de semente.

Fig. A. A caixa inteira fechada.

a. O pé que o prende á arvore.

b, e c. Os gonzos que prendem as valvulas.

Fig. B. A caixa aberta.

a. O pé.

b, d, c. Os gonzos. e. A entrella.

f. A orla membranácea, que cria.

g. A semente.

h. O pedestal da semente<sup>313</sup>.

Mesmo não deixando claro a qual grupo de quinas pertence a referida caixa de sementes representada na estampa da Figura 11, o salutar é percebermos que se trata de uma explicação estritamente botânica, que vai ao encontro do saber da história natural ilustrada da segunda metade do período setecentista, que buscava realizar um inventário da natureza, com especial atenção à flora regional do Novo Mundo e de regiões distantes da Europa. Conhecimento científico que aliava descrições detalhadas com técnicas de desenho mais realistas, “[...] representando, com ênfase, as características morfológicas diagnósticas<sup>314</sup>” das plantas reproduzidas.

Podemos ainda depreender da ilustração da estampa 11 aquilo que Pedro Paulo Pimenta nos informa em seu estudo sobre as correntes filosóficas – Empirismo de vertentes

<sup>311</sup> THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo. Companhia das Letras, 2010. p. 72.

<sup>312</sup> KURY, Lorelai B. *O naturalista Veloso*. rev. hist.. (São Paulo), n. 172, p. 243-277, jan.-jun., 2015. p. 255.

<sup>313</sup> VELLOSO, José Mariano da Conceição. *Quinografia Portugueza ou Collecção de Varias Memorias sobre Vinte e Duas especies de Quinas, tendentes ao seu Descobrimento nos Vastos Dominios do Brasil*, copiada de vários autores modernos, enriquecida com cinco Estampas de Quinas verdadeiras, quatro de falsas e cinco de Balsameiras. E colligida de Ordem de Sua Alteza Real o Príncipe do Brazil Nossa Senhor. Lisboa. Na Officina de João Procopio Correa da Silva, impressor da Santa Igreja Patriarcal. 1799. p. 170.

<sup>314</sup> BEDIAGA, Begonha; LIMA, Haroldo Cavalcante de. A “Flora Fluminensis” de frei Vellozo: uma abordagem interdisciplinar. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cien. Hum.*, Belém, vol. 10, n. 1, p. 85-107, jan.-abr.2015. p. 88.

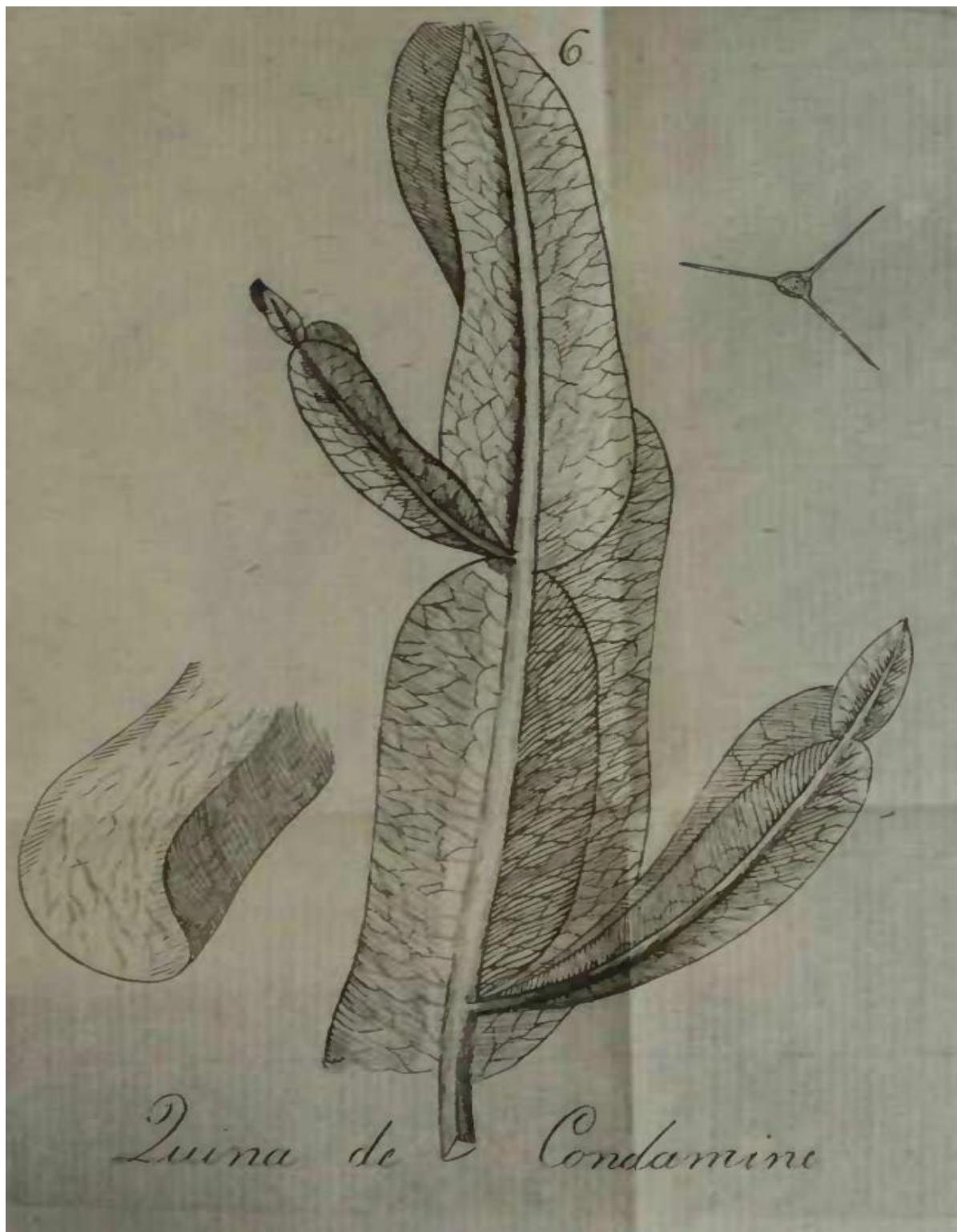
britânica e francesa e Filosofia Transcendental kantiana –, que ajudaram a formar o pensamento biológico nos séculos XVIII e XIX. Tomando como referenciais os estudos sobre os animais de Buffon e Daubenton, Pimenta explica que a História Natural se pautou em analisar os indivíduos através de suas partes, desmembrando-os, tornando-os assimiláveis “[...] a qualquer outro animal, ao passo que a disposição própria de suas partes permite assimilá-lo a uma espécie. Segue-se que a descrição pode se pautar por uma espécie mais conhecida, tomando-a como modelo a partir do qual outras serão estudadas, analisadas e descritas<sup>315</sup>”.

A associação desse raciocínio ligado à zoologia pode ser transposto à botânica. Na Quinografia Portugueza, José Mariano da Conceição Veloso segue exatamente essa cartilha. Descreveu a parte – caixa de sementes – do todo (de alguma espécie de *Cinchona* que ele infelizmente não indica qual seja). O conteúdo dessa ilustração serve como modelo para assimilação, e através dela outras espécies serão estudadas. Mas isso não se limita somente à Figura 11. A própria disposição das imagens 1 a 5 serve, como vimos, como modelo para diferenciação em relação a outras espécies, indicadas pelas estampas 6 a 10.

---

<sup>315</sup> PIMENTA, Pedro Paulo. A trama da natureza: organismo e finalidade na época da Ilustração. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 155.

**FIGURA 6** – Estampa da Quina Carqueja do Brasil (*Cacalia*)



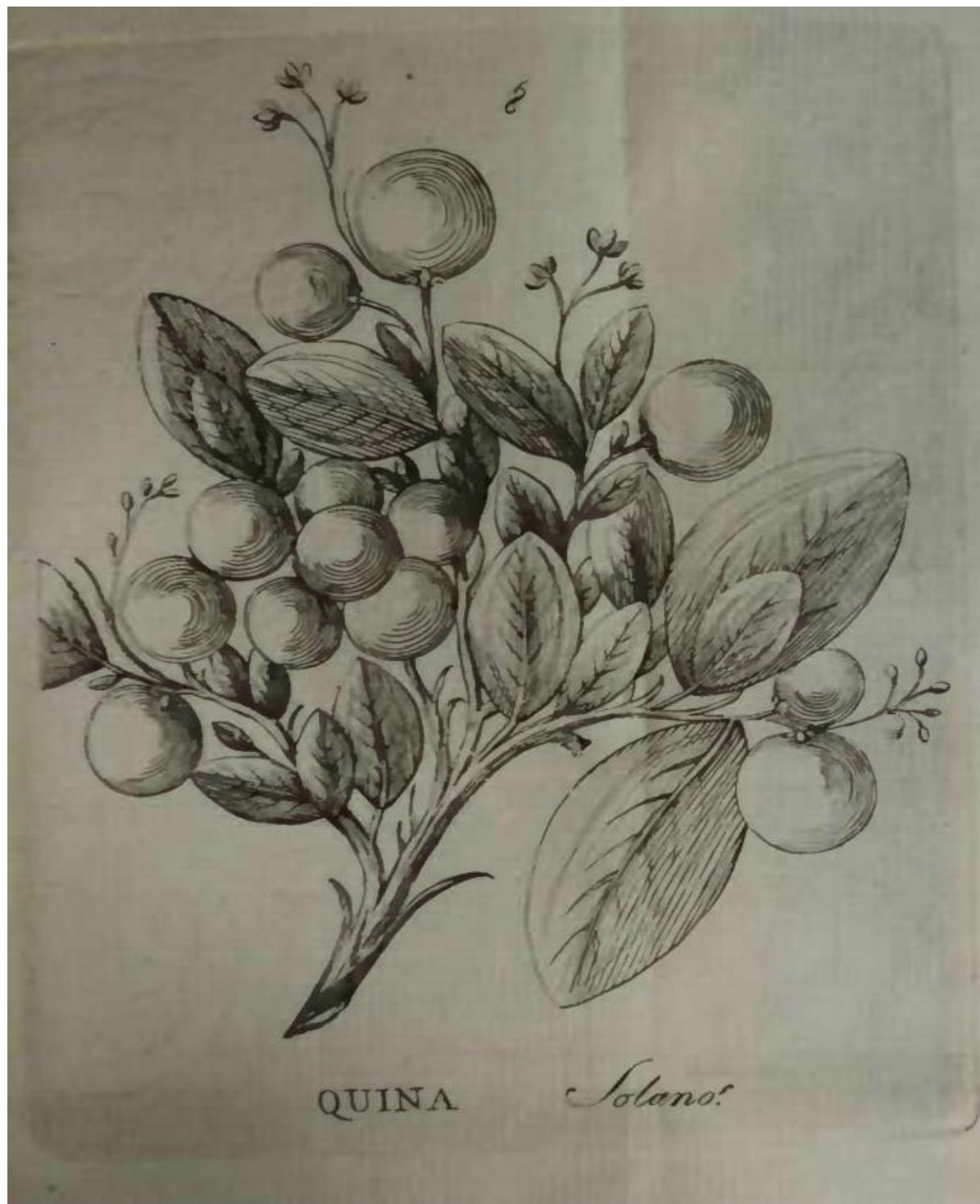
Fonte: VELLOSO, José Mariano da Conceição. 1799.

**FIGURA 7** – Estampa da Quina Carqueja do Brasil (*Cacalia*)



Fonte: VELLOSO, José Mariano da Conceição. 1799.

**FIGURA 8** – Estampa da Quina do Piauyg (*Solanum*?<sup>316</sup>)



**Fonte:** VELLOSO, José Mariano da Conceição. 1799.

---

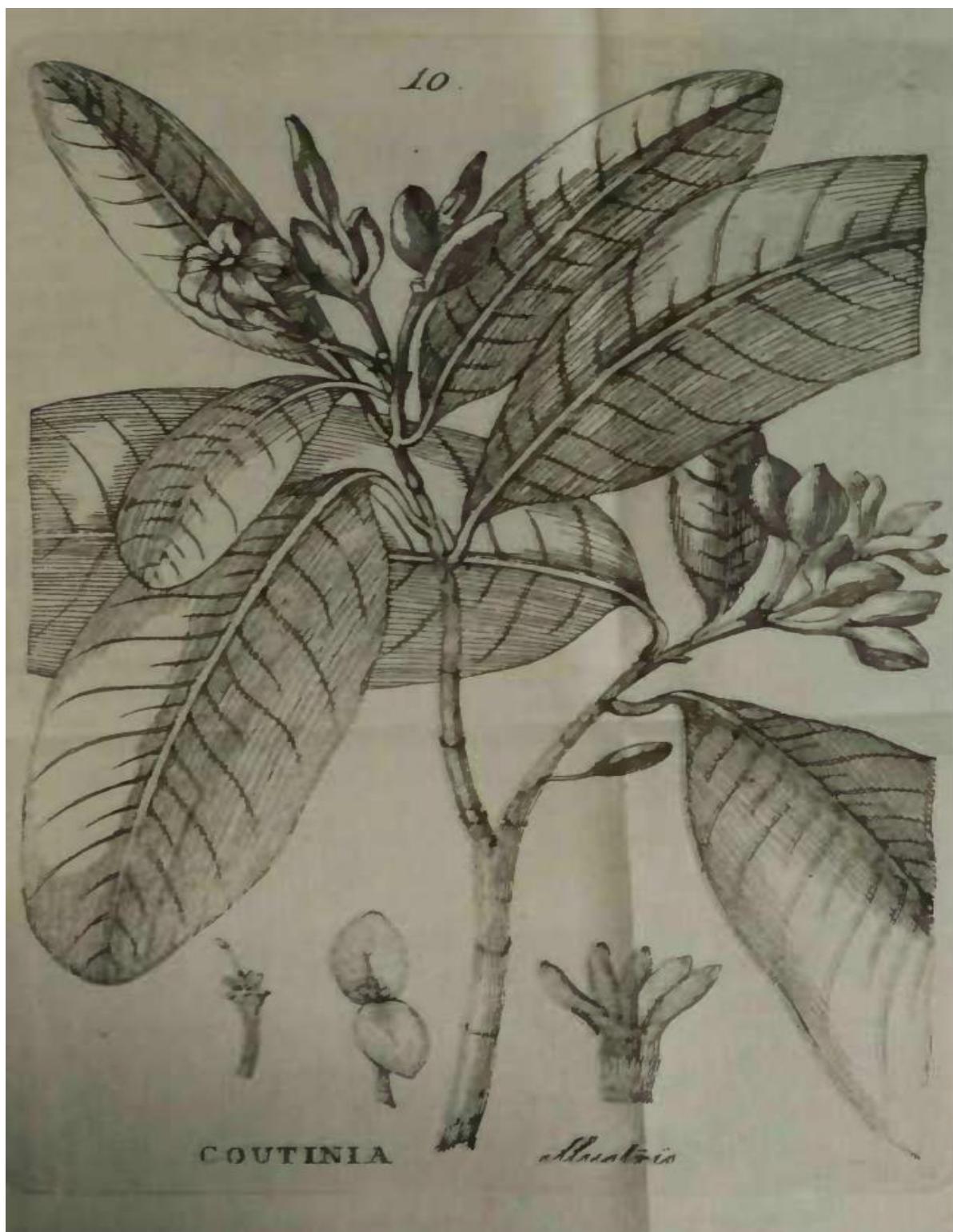
<sup>316</sup> Ver a nota de rodapé 297.

**FIGURA 9** – Estampa Quina de Paranabuc (*Portlandia hexandria*)



Fonte: VELLOSO, José Mariano da Conceição. 1799.

**FIGURA 10** – Estampa Quina de Camamu (*Coutinia illustris*).



Fonte: VELLOSO, José Mariano da Conceição. 1799.

**FIGURA 11** – Estampa que traz a caixa das sementes.



**Fonte:** VELLOSO, José Mariano da Conceição. 1799.

Dadas as circunstâncias da presente etapa do trabalho, onde o que se pretende é a apresentação e análise das imagens que representavam as diferentes espécies de quinas, entre verdadeiras e falsas, torna-se imperativo apontar para mais um problema. Se os leitores

observarem mais atentamente as estampas aqui publicadas, se tomarmos somente as características físicas, ou seja, a estrutura morfológica, tão valorizada por frei José Mariano da Conceição Veloso e outros naturalistas do século XVIII, perceberão na verdade que nenhuma das espécies consideradas quinas falsas tinham semelhança com as ditas verdadeiras. Ressaltamos, se tomarmos somente os caracteres morfológicos como ponto de referência. Mas então, como podemos explicar essa questão que envolvia definições entre quinas verdadeiras e quinas falsas? O que caracterizava uma planta como uma verdadeira ou falsa quina?

Para elucidar essas questões, precisamos entender como se davam as relações do homem com o mundo natural no início do período moderno. As plantas, fossem elas comestíveis ou medicinais, eram definidas de acordo com seu uso, que poderia se dar no campo prático ou simbólico, de modo que não raras vezes uma espécie poderia receber o nome de acordo com a suposta função que ela havia desempenhado para o homem. Nesse sentido, nos afirma Keith Thomas que a planta chamada “‘praga-de-mãe’ (candelária vermelha) tinha esse nome porque mataria os pais da criança que a colhessem. A erva-da-lua era conhecida como ‘desferra-o-cavalo’, pois afrouxava as ferraduras dos animais que nela pisassem<sup>317</sup>”.

Referente à quina, acreditamos que ocorreu de forma semelhante. Quando pesquisamos pelo verbete *Quina* no *Diccionario de Medicina Popular* do Dr. Chernoviz, temos a seguinte definição:

A quina é a casca de diversas arvores do genero *Cinchona*, da família das Rubiaceas, que habitam o Perú. O nome *quina*, na língua dos indigenas da America central, quer dizer *casca*. Em 1638, havendo a condessa d'El-Chinchon, mulher do vice-rei, que residia em Lima, sido acommettida de sezões rebeldes a todos os medicamentos empregados, um Hespanhol, governador de Loxa, e a quem dizem que um Indio tinha ensinado as propriedades febrifugas da quina, propôs o uso d'esta substancia: a condessa empregou-a, e sarou promptamente. Este bom exito confirmou a reputação da quina, que foi introduzida na Hespanha, e empregada sob o nome de *pós da condessa*. Os Jesuitas fizeram apreciar todas as suas vantagens, e vendêram n'a debaixo do nome de *pós dos jesuítas*. Não tardou a ser conhecida na Italia e no resto do mundo<sup>318</sup>.

Falando em termos de quinas verdadeiras, o que as definia como tal era o pertencimento ao mesmo gênero das *Cinchonas* e à família das *Rubiaceas*. Deveriam também

<sup>317</sup> THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo. Companhia das Letras, 2010. p. 104-105.

<sup>318</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessorias para uso das famílias contendo a descripção das Causas, symptoms e tratamentos das molestias; As receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimentícias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis. Sexta edição. Consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia e acompanhada de 913 figuras intercaladas no texto. Volume segundo G – Z. Pariz. A. Roger & F. Chernoviz. Rue des Grands Augustins. 1890. (2) p. 853. (Grifos no original)

apresentar “folhas oblongas ou lanceoladas, obtusas, glabras, luzentes por cima, pubescentes por baixo; dentes do cálice triangulares; fructo, capsula igualando apenas o comprimento da flor, de forma ovada; sementes ellipticolanceoladas, com margem denteada<sup>319</sup>”. Como podemos perceber, essas características morfológicas estão presentes em todas as quinas representadas nas estampas das figuras de 1 a 5. Em maior ou menor escala, todas as espécies carregavam as mesmas formas físicas. Unindo esses fatores ao princípio febrífugo presente na casca, estava definido o que era a quina verdadeira. Além disso, o local de origem dessas plantas se limitava à região andina – o termo equivalente *quina peruviana* é decorrente disso – o que servia como mais um componente para sustentar sua originalidade.

A partir do momento em que se opta por definir padrões de pertencimento de um determinado organismo a grupos específicos, baseados na estrutura física sustentada por termos técnicos decorrentes de sistemas de nomenclatura científicas, automaticamente se constrói o outro lado, o da exclusão. Tudo o que não se enquadra a modelos pré-estabelecidos deve ser deixado de fora. No limite, criam-se outros padrões para encaixar os excluídos. Essas são as normas que regem a botânica. As quinas falsas se encaixam exatamente nessa lógica.

Comparando as estampas das figuras 6 a 10 com as figuras de 1 a 5, percebemos que há um evidente contraste entre os caracteres morfológicos entre as espécies dos dois grupos. Esse caráter heterogêneo se faz presente inclusive na Quinografia Portugueza. Frei José Mariano da Conceição Veloso não assumiu com as falsas quinas o mesmo cuidado em definir traços gerais que pudessem servir para o seu reconhecimento, assim como o fez para as quinas verdadeiras. Por que? Porque cada exemplo de quina falsa que ele traz pertence a gêneros e famílias diferentes, como se pode perceber nas descrições das imagens. Nessa perspectiva, para a Quina de Camamu (*Coutinia illustris*), denominada com esse nome por ele próprio, diz o seguinte:

Supondo ser esta planta hum genero novo, a denomino Coutinia, em obsequio devido ao Ilustríssimo e Excellentíssimo Senhor D. Francisco de Sousa Coutinho, Governador e Capitão General do Graão Pará, e Províncias do Amazonas pelo zelo, com que tem introduzido o gosto de cultivar nos Jardins as Dryadas, estimáveis habitadoras das nossas Brasilicas florestas<sup>320</sup>.

<sup>319</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessorias para uso das famílias contendo a descrição das Causas, symptomas e tratamentos das molestias; As receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimentícias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis. Sexta edição. Consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia e acompanhada de 913 figuras intercaladas no texto. Volume segundo G – Z. Pariz. A. Roger & F. Chernoviz. Rua des Grands Augustins. 1890. (2). p. 853.*

<sup>320</sup> VELLOSO, José Mariano da Conceição. *Quinografia Portugueza ou Collecção de Varias Memorias sobre Vinte e Duas especies de Quinas, tendentes ao seu Descobrimento nos Vastos Dominios do Brasil, copiada de vários authores modernos, enriquecida com cinco Estampas de Quinas verdadeiras, quatro de falsas e cinco de*

Por fim, temos ainda o exemplo da Quina do Piaug (*Solanum* ?), que, segundo o religioso, a estampa havia sido enviada para a metrópole pelo governo da capitania do Piauí. A estampa vinha acompanhada com o nome Quina Cerejeira, por ela ser, segundo os habitantes locais, semelhante às cerejas e que poderia ser encontrada em abundância nas terras piauienses. O seu descobridor, um militar português do Mato Grosso, afirmava ter visto a mesma espécie na América espanhola, por onde havia passado. Tão logo estando ciente dessas informações e tendo à sua disposição as estampas das quinas verdadeiras, José Mariano da Conceição Veloso logo comparou essas com aquela, tendo chegado à conclusão de que não se tratava de uma espécie original, pois “[...] pela diferença das figuras quanto a que remetteraõ, dellas difere”. Doravante destaca ainda mais a sua inclinação ao descrever as espécies pelo sistema lineano, quando critica o fato de que o responsável por desenhar a estampa não se atentou para mostrar a flor, sem a qual se tornava invivável determinar seu gênero, tendo “[...] conjecturado pelo seu talhe, que será hum Solano<sup>321</sup>”.

Nessa perspectiva, quina verdadeira e quina falsa eram separadas exatamente pelo padrão lineano de identificação, pertencendo a gêneros e famílias distintas. Mas então o que faria uma planta que não era nem do gênero *Cinchona* nem da família das *Rubiaceas* continuar sendo considerada quina? Como salientou Chernoviz na sua definição, Quina é a tradução indígena para casca. Logo, os vegetais que carregassem em suas cascas qualidades terapêuticas relativas a uma ação antifebril, por definição, essa espécie receberia o nome de *quina*. Deste modo, consideramos que o que ligava as falsas às verdadeiras era o poder fitoterápico, a ação antifebril.

Para este período – segunda metade do século XVIII e todo o espaço do XIX –, é salutar pensarmos o verbete *Quina* como um conceito e há indícios que nos levam a adotar essa linha de raciocínio. Ainda que posteriormente fossem feitos estudos e se comprovasse que aquele tipo específico não carregasse nenhum traço de semelhança morfológica com o gênero *Cinchona* da família das *Rubiaceas*, a planta continuaria recebendo o nome de *quina*, tendo em vista que, para o grosso da população que fazia uso da erva, era mais cômodo continuar com o termo popular, pois acreditamos que na sabedoria dos povos já estava cristalizada a associação de uma casca febrífuga com a palavra *quina*. A nomenclatura científica, nesse sentido, se limitava aos círculos de letrados, os naturalistas, botânicos, químicos.

---

Balsameiras. E colligida de Ordem de Sua Alteza Real o Principe do Brazil Nossa Senhor. Lisboa. Na Officina de João Procopio Correa da Silva, impressor da Santa Igreja Patriarcal. 1799. p. 169.

<sup>321</sup> *Idem, ibid.*, p. 160-161.

Com efeito, verdadeiro e falso são eles mesmos conceitos discutíveis, no sentido de que são passíveis de serem problematizados. Consideremos então, para isso, os postulados de Carlo Ginzburg (2007) em *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Na obra, o historiador italiano levanta as três formas de história consideradas como constituintes da narrativa histórica, tomando por base escritos de pensadores do mundo antigo e início do período moderno. São elas: história verdadeira, história falsa e história como-se-fosse-verdadeira. Respeitada as devidas proporções entre o objeto de investigação de *O fio e os rastros*, que trata sobre aproximações e distanciamentos entre a narrativa histórica e ficcional, e o objeto do presente trabalho, podemos ainda assim tomar emprestado as três formas elencadas por Ginzburg. Deste modo, de forma análoga, as quinas verdadeiras são assim consideradas porque “tratam das coisas que aconteceram”, ou seja, são vegetais que para a gente comum eram dotados de poderes de cura porque faziam as febres intermitentes desaparecerem; para os homens de ciência os poderes de cura estavam assentados justamente no pertencimento ao gênero *Cinchonas* e à família das *Rubiaceas*, de modo que *a priori* essas duas categorias serviriam como balisas para dar credibilidade às plantas febríferas. As que se enquadravam em uma dessas duas categorias ou em ambas, tinham grandes chances de carregarem tais princípios terapêuticos, confirmando e levando adiante as histórias associadas a esses tipos de quinas, as verdadeiras<sup>322</sup>.

Por outro lado, as quinas falsas recebem esta designação, mas entendemos que para além disso elas também são carregadas de sentidos de *história como-se-fosse-verdadeira*. São de famílias e gêneros distintos, mas algumas são antifebris e até atuam tão bem sobre as febres intermitentes quanto as verdadeiras. Por conseguinte, no cotidiano popular elas atuam e criam histórias de cura como se fossem verdadeiras, aumentando assim sua fama e consequentemente ações de autoridades políticas e científicas, que objetivavam destacar mais claramente as diferenças entre esses dois grupos de cascas febríferas, a exemplo do que ocorreu com a obra aqui apresentada, a *Quinografia Portugueza*. Outrossim, podemos considerar que verdadeiro e falso são, nesse sentido, construções sociais criadas para formar padrões de diferenciação entre os elementos da natureza, a fim de facilitar a percepção dos seres humanos sobre o mundo natural.

---

<sup>322</sup> GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo. Companhia das Letras, 2007. p. 85-90.

#### **4.3. Plantas que curam: a Quina e o Império do Brasil.**

Como o governo monárquico reagiu à possibilidade de aclimatação dessa planta no Brasil? Houve iniciativas? Que estratégias foram adotadas? A que espécies foram dadas preferências de plantio? O que estava por trás de tais medidas? Essas são algumas perguntas que vão direcionar esta parte do presente trabalho.

Em 1857 é lançado nas páginas da *Revista Brazileira* um texto de autoria de Guilherme Schüch de Capanema intitulado *Fragments do Relatório dos Comissarios Brazileiros a' Exposição Universal de Paris em 1855*<sup>323</sup>. Ainda que tenha sido um crítico contumaz em relação à atuação do Império do Brasil especificamente nessa exposição, defendendo que o melhor papel em que o Estado poderia ter atuado era o de sujeito ausente, por conta das pífias amostras apresentadas no encontro<sup>324</sup>, trazia ele nesse texto, em linhas gerais, um apanhado de informações obtidas pelo autor através dos expositores das mais diferentes nacionalidades – mesmo que estes tenham sido majoritariamente de nações do Atlântico Norte, berço dos ideais de progresso, civilização e modernização pretendidos pelo governo do Brasil – sobre os projetos voltados para a agricultura e que poderiam ser adotados a nível nacional para o melhoramento da nossa lavoura. Sua atenção estava voltada nos dizeres de José Augusto Pádua (2002), nos “avanços tecnológicos observados naquela exposição”, e através desse balanço foi possível para Capanema apontar vários problemas que se tornariam ainda mais evidentes nas décadas seguintes, como a falta de técnicas e maquinários para otimizar a produção e facilitar a vida do agricultor; ausência de cursos de especialização para capacitar as pessoas no campo nas atividades rurais; pouco incentivo à entrada de colonos; e, por fim, a destruição sistemática das árvores para a abertura de novas áreas de cultivo<sup>325</sup>.

Capanema era um defensor das técnicas de arborização para remediar os efeitos destrutivos causados pela agricultura extensiva. É o que podemos observar em vários momentos do texto. Sua defesa, por outro lado, tergiversava por um caráter conservacionista. Sua linha de

<sup>323</sup> CAPANEMA, Guilherme. *Fragments do Relatório dos Comissarios Brazileiros a' Exposição Universal de Paris em 1855*. *Revista Brazileira: Jornal de Sciencias, Lettras e Artes*. Tomo I. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert. 1857.

<sup>324</sup> Paulo César dos Santos expõe com clareza o sentimento de frustração que acompanhava Capanema ao representar o Império em Paris: “Capanema escreveria, a seu modo, sobre a péssima participação do Brasil na exposição. Segundo o cientista, “velas de cera de carnaúba horríveis”, lenços e guardanapos “remendados”, um chapéu de palha “todo amarratado”, “uma célebre caixinha de costura intitulada ‘Império do Brasil’, contendo umas meadas de seda, o que no Rio causou tanto assombro e para o que aqui ninguém olha”. Produtos da terra: tempo, espaço e técnica nas exposições industriais (1861-1922). Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História, 2016. p. 54.

<sup>325</sup> PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento políco e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 244-245.

raciocínio estava mais articulada ao viés pragmático típico do pensamento político e econômico do final do XVIII. Defendia a silvicultura como atividade para frear os avanços erosivos, especialmente na borda das montanhas e serras. Além disso, a falta de árvores prejudicava diretamente as águas. Seu posicionamento sobre isso estava diretamente ligado à teoria do dessecamento:

O corte de mattas tem grande influencia sobre as aguas; com ellas desapparecem as chuvas em parte, e mesmo estas quando cahem não encontram mais um chão coberto de folhas, da camada de humo, e das fibras das raizes de arvores, que impedem o seu correr na superficie de um chão compacto; ao contrario, obrigam a agua a infiltrar-se no solo, assim alimento os córregos e rios; tambem a sombra do arvoredo impede que os raios solares dardejem directamente uma superficie despida, e façam evaporar a pouca agua que ainda não teve tempo de penetrar a uma profundidade sufficiente para subtrahir-se a esta acção que, muitas vezes, é duplicada por um vento quente, que não encontrando obstaculo de folhagens no seu trajecto, varre da superficie do chão toda a camada de vapor aquoso que se forme<sup>326</sup>.

Mas qual a relação entre as intervenções defendidas por Capanema no campo da silvicultura e a questão da quina? Nesse mesmo documento ele defende o plantio de quinas como atividade econômica aliada ao propósito de reflorestar áreas já há muito descampadas, especialmente nas encostas de morros. O exemplo a ser seguido era o dos holandeses, que em Java, “[...] nas capoeiras de suas montanhas plantou a Quina peruviana, e vai crescendo muito bem”. Para ele, se o Brasil seguisse esse mesmo exemplo “[...] se poderá alcançar o mesmo, e com menos trabalho que os Hollandeses, e uma plantação desta seria sem duvida rendosa, pois os Peruanos empenham-se em destruir as suas florestas de quineiras, e o precioso febrifugo vai-se tornando cada dia mais caro<sup>327</sup>”. Uma clara indicação do princípio pragmático mencionado acima, que a despeito de haver uma preocupação com os rumos que as riquezas naturais no Brasil estavam tomando, como indica José Augusto Pádua, ainda assim estava fortemente ligado a um caráter econômico<sup>328</sup>.

A aposta no plantio da quina com vistas a uma futura decadência na quantidade de produção da casca nos países andinos não ficou restrita ao pensamento de Guilherme Capanema. Em 1869, a *Revista Agrícola* do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA) publicava um artigo que abordava essa questão. Intitulado *Sementes de quinoa, de chirimoya, de retama, de diversas variedades de milho, de melão e de outras plantas cultivadas*

<sup>326</sup> CAPANEMA, Guilherme. Fragmentos do Relatório dos Comissários Brazileiros a' Exposição Universal de Paris em 1855. Revista Brazileira: Jornal de Sciencias, Lettras e Artes. Tomo I. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert. 1857. p. 237-238.

<sup>327</sup> *Idem, ibid.*, p. 239.

<sup>328</sup> PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

*na Bolívia, importadas pelo Sr. Conselheiro Felipe Lopes Netto*, o texto, como se pode perceber previamente pelo título, tratava de algumas amostras de produtos naturais oferecidos ao IIFA pelo dito conselheiro. Lopes Neto (1814-1985) havia exercido função diplomática na Bolívia e durante o período em que esteve ocupado na missão, trabalhou na coleta das produções. Convidado pelo Instituto para participar de uma das sessões, apresentou suas considerações, e entre elas estava suas recomendações quanto ao plantio da árvore da quina:

Não menos digno dos desvelos do Instituto deve ser o plantio da quina. A' esse respeito, observa o Sr. Conselheiro, que a Inglaterra já o tem realizado com summa vantagem, na India, onde prosperão hoje mais de 100,000 pés deste precioso vegetal, plantados pelo Sr. Markaw, que os levou, há poucos annos, da Bolivia e do Equador, onde estudara largamente a sua cultura.

A semente da quina, sendo muito miúda, é difficult de colher, por ser facilmente espalhada pelo vento, apenas amadurece.

Comtudo, graças á intelligente perseverança de um amigo, o Sr. Conselheiro logrou enviar, com uma interessantíssima memoria do Sr. Markaw, ao Ministerio d'Agricultura, em principios do anno passado, dous frascos de sementes de quina Calissaya da melhor qualidade.

Estas sementes forão plantadas em vários logares da provincia do Rio de Janeiro, e em todos germinou e prospera, segundo as observações que ha.

Não se pôde desconhecer o grande interesse, que deve merecer do Instituto a cultura da quina, tanto mais quanto virá tempo em que, se as cousas continuarem, como vão, na Bolívia e no Equador, as arvores respectivas morrendo quasi sempre pelo máo processo, empregado na extracção das cascas, sem serem nunca substituidas por outras, ambas as mencionadas republicas serão obrigadas a importar a quina de que necessitarem<sup>329</sup>.

Alguns detalhes merecem destaque sobre a passagem acima. Primeiramente é possível constatar a existência de redes de trocas de conhecimentos, em escala internacional, exemplificado por uma memória que provavelmente não foi escrita por Clement Markham (1830-1916), mas sim entregue por ele ao diplomata brasileiro. É possível que essa memória seja aquela escrita por George King (1840-1909) e utilizada por Júlio Augusto Henriques, diretor do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, na redação de suas *Instruções práticas para a cultura das plantas que dão a Quina* e analisada no tópico anterior. Esse detalhe indica o contexto do período em relação às publicações científicas e os diálogos travados entre instituições de diferentes países. Para Maria Amélia Dantes, isso mostra que “[...] as instituições brasileiras do século XIX não estavam dissociadas dos padrões de cientificidade da época e que, com suas especificidades, procuravam manter contato com instituições de outros países<sup>330</sup>”.

<sup>329</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. N. I. Setembro, 1869. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1869. p. 54-55.

<sup>330</sup> DANTES, Maria Amélia M. As instituições imperiais na historiografia das ciências no Brasil. (p. 225-234). In: Ciência, civilização e império nos trópicos. [Organização, Alda Heizer, Antonio Augusto Passos Vieira]. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 233.

Corrobora nossa hipótese o fato de que, na edição de 1883, a *Revista Agrícola* publicou uma memória sobre a *Cultura da Quina na India*, de autoria exatamente de George King. Essa memória sofreu algumas variações para se adequar à realidade brasileira, como indica o próprio tradutor na parte oficial do texto<sup>331</sup>.

O outro aspecto a ser levantado é a importância atribuída ao IIFA para este se dedicar a promover esta nova cultura. E essa relevância não era dada gratuitamente. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura foi o órgão do período monárquico que mais reuniu ao seu redor as principais ações referentes aos assuntos agrícolas:

Em seu estatuto de criação, verifica-se que seus principais objetivos eram a busca de alternativas para a mão de obra escrava, através da vinda de colonos estrangeiros; o aprimoramento de máquinas e instrumentos para incrementar a produção agrícola; o apoio às investigações acerca do solo e adubagem e de aclimatação de novas espécies; e estudos de variedades vegetais, em especial as que tivessem retorno econômico<sup>332</sup>.

Esses objetivos possivelmente seriam os mesmos para os demais institutos agrícolas (Bahia, Pernambuco e Sergipe). Por outro lado, o que poderia pesar a favor do IIFA para tomar à frente os projetos de aclimatação da quina era o fato de ser uma entidade sediada na capital do império, ter a presença constante de Pedro II em suas sessões solenes e ter como presidente de honra o Ministro da Agricultura que estivesse na ocasião em mandato ativo. Isso fazia com o Instituto carregasse um grau maior de relevância frente aos demais: “Portanto, é possível inferir que o IIFA configurou-se com propósitos sobretudo de abrangência nacional, em contraponto, por exemplo, ao Imperial Instituto Baiano de Agricultura (IIBA), que buscava atender unicamente à província baiana<sup>333</sup>”.

É com base no exposto acima que escolhemos trabalhar com o Imperial Instituto Fluminense para desenvolver as ideias desta parte do trabalho, especificamente com sua publicação científica, a *Revista Agrícola*, que circulou entre 1869 a 1891. Nas páginas desta revista circularam os escritos dos principais agentes, fossem públicos ou privados, envolvidos no projeto de aclimatação e cultivo da quina.

<sup>331</sup> “Algumas alterações que fizemos não podião ser dispensadas, visto ser a obra escripta para os nossos antipodas, e tambem algumas suppressões tornarão-se necessarias, porque são apenas de interesse local, por ter sido escripto o trabalho que traduzimos para as colonias inglezas da India, e não para o Brazil”. Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Volume Decimo Quarto. N. I. Março de 1883. Rio de Janeiro. Typographia Universal de H. Laemmert & C, 1883. p. 62.

<sup>332</sup> BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 – 1891. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. p. 1

<sup>333</sup> *Idem, ibid.*, p. 8.

Certamente incentivar a promoção da cultura da dita planta recaía nos objetivos da própria revista, na qual destacava-se a divulgação de conhecimento de atividades rurais, o debate entre ciência e tecnologia existente em outros países e suas adaptações para a realidade brasileira, além de discussões que visassem ultrapassar o estado de crise a qual vivia a lavoura brasileira naquele momento.

Sobre esse último aspecto, retornamos à edição de 1883, que publicou a tradução adaptada da obra sobre a *Cultura da Quina na India*. De imediato o tradutor, que neste período era o redator Nicolau Joaquim Moreira, já expressa sua preocupação com os rumos da agricultura para justificar o empreendimento do artigo, afirmando que “[...] a grande crise por que está passando a lavoura, despertou-nos a idéa de traduzir a presente obra, que é a de mais vulto na *cultura da quina*”. Para Nicolau Moreira, a *cinchona* serviria de grande auxílio ao Brasil, porquanto seu cultivo poderia ser feito nas áreas consideradas imprestáveis, de terras abandonadas, que não estavam ocupadas com nenhum tipo de cultura. Essas terras, a maioria ou eram altas demais e não havia nenhum outro tipo de vegetal que se adequasse ao local, ou eram frias, o que não propiciava a plantação de café<sup>334</sup>. E completava o autor:

Na província de S. Paulo abundão estas terras, e na nossa província são innuneras [sic] as montanhas com uma altura superior a 200 metros, e ainda mais acima do nível do mar (1), como a Tijuca, que está ás portas desta cidade. Quantas leguas de serras temos desde Santa Catharina até Minas-Geraes, onde já se podia ter feito a sua cultura e enriquecido milhares de colonos, que virião encontrar climas menos rudes do que os de suas patrias, e portanto um bem estar que não lhes é dado gozar onde o inverno representava o inferno da mythología germanica ou scandinavica?

Os nossos lavradores acharião facil consumo nos mercados de Londres, não somente da casca da quina, como talvez da quina do campo (*Strychnos pseudo quina*), de que St. Hilaire fez ensaios nos hospitaes de Pariz, com excellente resultado. Estamos certos de que analysada esta planta, ha de encontrar-se-lhe algum alcaloide crystallizavel<sup>335</sup>.

No enunciado, podemos perceber a atenção do autor acerca da questão dos colonos, temática essa, por sinal, recorrente entre os textos divulgados pela *Revista Agrícola* e merecedora de esforços dos sujeitos que contribuíram para a publicação. Instituir a cultura da quina nas terras em desuso seria uma das formas de incentivar a vinda de estrangeiros para o Brasil. Esse desejo de expandir a imigração era uma clara referência, ainda que velada, à questão da mão de obra, àquela altura fruto de intenso debate por conta da escravidão e sua relação com os atrasos vivenciados pela agricultura<sup>336</sup>.

<sup>334</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Volume Decimo Quarto. N. I. Março de 1883. Rio de Janeiro. Typographia Universal de H. Laemmert & C, 1883. p. 61.

<sup>335</sup> *Idem, ibid.*, p. 61.

<sup>336</sup> PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento políco e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 212.

Mas antes de promover a imigração de colonos, era preciso fazer com que a cinchona se tornasse um tipo de cultura comum no território brasileiro; era preciso concretizar as experiências de aclimatação da árvore, fazendo-as desenvolver-se plenamente. Somente quando essas etapas tivessem sido superadas positivamente seria possível viabilizar a entrada de estrangeiros com a justificativa de dedicação ao cultivo da quina.

Decerto o principal nome entre os grandes fazendeiros do Período Imperial envolvido com os projetos de plantação da quina foi o do médico Henrique José Dias. Dono da Fazenda Barreira do Soberbo, ao pé da Serra dos Órgãos na província do Rio de Janeiro, nesse local dedicou parte significativa de suas extensas terras no cultivo da planta. Em 1886 redigiu uma memória relatando suas experiências com a aclimatação da planta andina. Esse relatório, escrito a pedido do Visconde do Bom Retiro, presidente do IIFA, foi publicado no mesmo ano nas páginas da *Revista Agrícola*.

O empreendimento, levado a cabo por Henrique José Dias, era de fato grandioso e ousado, talvez a maior experiência tentada durante o reinado de D. Pedro II. Segundo indicações do presidente Visconde do Bom Retiro contidas na apresentação do relatório, os números de quineiras plantadas ultrapassavam 20 mil pés, sendo de vários tipos de espécies, entre as quais se destacavam os tipos *calissaya* e *succirubra*<sup>337</sup>.

Adentrando efetivamente no texto de Henrique Dias, observamos que não se trata de um relatório do tipo técnico. Apesar de carregar esse nome, o conteúdo está distribuído mais como uma memória, onde o autor descreve de maneira informal seus quase 30 anos de experiência com a quina, iniciadas “No mez de Abril do anno de 1858”, quando “em um pequeno caixão coberto por vidro, forão lançadas á terra pelo Sr. Dr. Glaziou sementes de quina que, com a denominação de – calissaya – tinhão sido mandadas da Bolivia ao Exm. Ser. conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas<sup>338</sup>”.

Em seguida informa que logo que conseguiu fazer com que as primeiras plantas germinassem, transferiu-as das sementeiras para os terrenos que julgou mais apropriados para tal intento. Ainda assim, após visita de Auguste François Marie Glaziou (1833-1906) à sua fazenda, considerou não estender em muito a quantidade da plantação tendo em vista a opinião do paisagista, que, não obstante ter elogiado o estado das quineiras, havia dito que a altura continuava não favorecendo o desenvolvimento completo da árvore, porque afetava

<sup>337</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Volume Decimo Setimo. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert & C, 1886. p. 181.

<sup>338</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Volume Decimo Quarto. N. I. Março de 1883. Rio de Janeiro. Typographia Universal de H. Laemmert & C, 1883. p. 182.

diretamente a produção de alcaloides, principal motivo para se considerar a introdução da cultura das *cinchonas* no Brasil<sup>339</sup>.

Os trabalhos desenvolvidos por Henrique José Dias com as quinas peruvianas passavam a ser quase uma atração nobre, reunindo em torno delas os principais nomes da família imperial e da aristocracia brasileira. Visitaram a fazenda o imperador D. Pedro II, de passagem enquanto seguia para Teresópolis, e o Conde d'Eu, em duas ocasiões, sendo que em uma delas agradeceu de forma lisonjeira os serviços prestados pelo médico na introdução da cultura do vegetal no país. Além desses personagens, estiveram visitando o local o próprio Visconde do Bom Retiro, acompanhado do conselheiro Cansanção de Sinimbú e o barão de Escragnolle<sup>340</sup>.

Nota-se de passagem que os mais importantes e notáveis nomes da sociedade imperial, incluindo a autoridade máxima do país, estavam envolvidos no projeto político e econômico de aclimatação das *cinchonas* no território brasileiro.

Sobre a figura do barão de Escragnolle, ressaltamos que de sua visita decorreu a ordem de pagamento de honorários oriundos de contrato firmado entre o Estado e Henrique Dias, como forma de compensar as despesas excessivamente altas que o fazendeiro teve no processo de aclimatação. Tal quantia era fruto do aviso expedido pelo então Ministro da Agricultura Manoel Buarque de Macedo, no ano de 1881. Este, após visita e exames à plantação de quinas daquele fazendeiro, mandou pôr à disposição do presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, Visconde do Bom Retiro, “[...] a quantia de 25:000\$000 para serem distribuídos como prêmios aos agricultores de quinas e outros vegetaes uteis, que desse favor fôssem julgados dignos; estabelecendo que, para as quinas, os auxilios devião ser continuados por dez a quinze anos<sup>341</sup>”.

O aviso a que fizemos referência acima foi publicado na edição de 1881 da mesma revista, sob o título de *Premio para a cultura de quina calisaya*. Essa proposta visava o incentivo à cultura de quina e outros produtos vegetais úteis à sociedade e a continuidade daqueles que já estavam sendo testados pelo território nacional:

Uma das medidas que o governo se propõe adoptar em benefício da lavoura é a concessão de prêmios de animação e outros incentivos, com o fim de promover a cultura de novos productos, que, por sua procura e valor, possam contribuir para o

<sup>339</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Volume Decimo Quarto. N. I. Março de 1883. Rio de Janeiro. Typographia Universal de H. Laemmert & C, 1883. p. 182.

<sup>340</sup> *Idem*, *ibid.*, p. 183.

<sup>341</sup> *Idem*, *ibid.*, p. 182.

augmento da riqueza publica, ou de generalisar e de outros, aproveitados sómente em certas localidades do Imperio<sup>342</sup>.

Com isso, as autoridades acreditavam que seria possível manter aqueles produtores que já vinham se arriscando nos ensaios de cultivo da quina a continuarem seus esforços, posto que sobre a planta pesava um futuro promissor, uma prodigalidade, algo que faria ultrapassar o estado de declínio de nossa lavoura. Neste sentido, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP) outorgou ao IIFA a responsabilidade de decidir as formas e as instruções referentes ao “systema de premios de animação ou auxilio aos lavradores que d'ora em diante plantarem, cultivarem ou conservarem em cada anno certo numero de arvores de quina<sup>343</sup>”.

Todavia, o próprio MACOP retificou que ainda que fosse dada total liberdade para o IIFA atuar nesse jogo de premiações aos lavradores, algumas condições deveriam ser atendidas, tais como:

1<sup>a</sup> O premio ou auxilio será pago annualmente e por um periodo de quinze ou vinte annos, conforme o tempo necessario para a colheita do producto;

Corresponderá, pelo menos, a cada duas mil arvores, verificadas em cada anno por um commissario do Instituto;

2<sup>a</sup> O premio será calculado por modo que, se não cobrir as despezas da cultura, minore-as sensivelmente; a fim de ser um verdadeiro incentivo para o cultivador esperar o largo espaço de tempo necessário ao completo desenvolvimento da arvore;

3<sup>a</sup> Embora se não exija nenhuma indemnisação, ter-se-ha em vista, ao regular o premio, a conveniência de haver em cada anno novo estímulo para adquiri-lo, ou qualquer outro meio, contanto que o Estado não venha a perder com o abandono da cultura.

O governo solicitará do poder legislativo os meios que o Instituto se servir indicar para o desempenho da incumbência que ora lhe é commetida, podendo o mesmo Instituto formular e sugerir idênticas providencias para o desenvolvimento, em regiões ainda pouco experimentadas, da lavoura de outros productos, especialmente a borracha, do trigo e da vinha.

Em quanto taes meios não são votados, declaro a V. Ex. que ficam desde já á disposição do Instituto, para o fim indicado, a quantia de 25:000\$, sendo-lhe entregues 15:000\$ no corrente exercicio e 10:000\$ no de 1881 – 1882<sup>344</sup>.

A chancela de comissários do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura sobre o estado da produção como pré-requisito para o pagamento das premiações, não temos como precisar se se estendeu a outros lavradores. No caso específico de Henrique José Dias sabemos que sim, houve a visita dos comissários e as análises sobre a plantação de quineiras foram feitas, bem como a recomendação de que fosse efetuado o pagamento de 10:000\$000 “[...] como

<sup>342</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Volume Decimo Segundo. N.1. Março de 1881. Rio de Janeiro. Typographia Litteraria, 1881. p. 80.

<sup>343</sup> *Idem, ibid.*, p. 81.

<sup>344</sup> *Idem, ibid.*, p. 81.

compensação do longo trabalho e afanosos cuidados que despendêra na acclimação das quinas no paiz<sup>345</sup>".

No que diz respeito à comissão constituída pelo IIFA para trabalhar com o desenvolvimento da cultura da quina, sabe-se que o Instituto nomeou pelo menos dois grupos. A primeira constituída por Ladislau Neto (1838-1894)<sup>346</sup>, Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938)<sup>347</sup> e Henrique de Beaurepaire Rohan (1812-1894)<sup>348</sup>; a segunda, e essa sim foi a responsável por avaliar a plantação de Henrique Dias, era formada pelos conselheiros Henrique de Beaurepaire Rohan, Nicolau Joaquim Moreira (1824-1894)<sup>349</sup> e Guilherme Schüch de Capanema (1824-1908)<sup>350</sup>.

Alguns dos grandes nomes da ciência nacional, como podemos observar, estavam envolvidos com o projeto nacional de introdução da quina. E não somente como membros de grupos de estudo. Capanema, como pudemos observar, foi um dos precursores na proposição de plantio da quina para fins econômicos; Ladislau Neto, na edição de 1890, lançou um texto

<sup>345</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Volume Decimo Setimo. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert & C, 1886. p. 183.

<sup>346</sup> Ladislau de Souza Mello e Neto, doutor em Ciências Naturais com titulação na França; diretor do Museu Nacional. Membro da Sociedade Antropológica de Washington, da Sociedade Lineana de Paris, da Sociedade Botânica da França; das Sociedades de História Natural de Chesburgo e Ratisbona, da Academia Real das Ciências de Lisboa, do Instituto do Grão-Ducado de Luxemburgo, sócio do IHGB, do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), entre outras. Ver: BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. Diccionario Bibliografico Brazileiro. Quinto Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. p. 281-285.

<sup>347</sup> Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Há uma pequena divergência entre os anos atribuídos ao seu nascimento. O site do IHGB indica o ano de 1848, enquanto Sacramento Blake informa 1846, resolvemos seguir as indicações deste último, haja vista que nossas informações foram retiradas de seu Dicionário Bibliográfico. Bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II; doutor em Medicina pela faculdade do Rio de Janeiro; bibliotecário da Biblioteca Nacional; professor de Ciências Acessórias e de Botânica da faculdade de Medicina. Sócio do IHGB e de outras associações nacionais e estrangeiras. Ver: BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. Diccionario Bibliografico Brazileiro. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. p. 395-396.

<sup>348</sup> Visconde de Beaurepaire, bacharel em Matemática e Ciências Físicas. Foi presidente das províncias do Pará e da Paraíba, além de ter ocupado a pasta do Ministério da Guerra. Sócio do IHGB, IIFA, da Associação Brasileira de Aclimação e de outras entidades de letras, ciências, tanto nacionais quanto estrangeiras. Ver: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Diccionario Bibliografico Brazileiro. Terceiro Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. p. 213-216.

<sup>349</sup> Nicolau Joaquim Moreira, doutor em Medicina pela faculdade do Rio de Janeiro, membro do conselho do Imperador; sócio, presidente e redator da Revista da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), sócio do IHGB, da Academia Nacional de Medicina, da Sociedade Farmacêutica Brasileira, do Ateneu Médico, da Sociedade de Geografia, do IIFA, da Sociedade de Aclimação, Comício Agrícola da Itália, da Sociedade de Ciências Naturais do México; além de ter exercido vários cargos em instituições públicas. Ver: BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. Diccionario Bibliografico Brazileiro. Sexto Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. p. 309-312.

<sup>350</sup> Barão de Capanema, nascido em Minas Gerais no ano de 1824, doutorou-se em Matemática e Ciências Físicas pela Escola Militar do Rio de Janeiro, engenheiro pela escola politécnica de Viena (Áustria), ex-diretor da repartição dos telégrafos, professor da escola politécnica, da escola de Belas Artes, amigo próximo do imperador D. Pedro II, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA). Ver: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Diccionario Bibliografico Brazileiro. Terceiro Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. p. 199-201.

intitulado *A Quinicultura no Brazil*, a qual falaremos dele em momento oportuno; Nicolau Joaquim Moreira era redator da *Revista Agrícola* do IIFA, e mesmo antes de assumir o cargo já tinha grande produção escrita nas páginas do caderno científico, especialmente nos campos da química, da zootecnia e da agricultura<sup>351</sup>. Ramiz Galvão e Beaurepaire Rohan eram igualmente membros do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e, em suma, todos gozavam de suficiente experiência no campo da botânica para chancelá-los como membros de comissões de avaliação de produtos do reino vegetal.

Por outro lado, chama a atenção o fato de que, nesse contexto de que “não há, [...]”, agricultura sem teoria, sem fundamentação científica, sem conhecimento racional<sup>352</sup>”, sujeitos como Ladislau Neto, Ramiz Galvão e Beaurepaire Rohan não admitiram elaborar novos processos de cultivo baseados em conhecimentos científicos, como se poderá observar no relatório da comissão apresentado pelos três:

A commissão não pôde fazer melhor quanto ás instrucções para o plantio, do que repetir o que já em uma nota dirigida ao ministerio da agricultura em Agosto de 1865 aconselhou o illustrado Sr. Dr. Glasiou, geralmente reconhecido como autoridade muito competente nesta materia.

Sendo ellas baseadas em experientia propria, e experientia coroada de feliz êxito, pareceu á commissão que aconselhar cousa diferente equivaleria a arriscar os resultados, tanto mais quanto nas referidas instrucções não ha uma só medida que não esteja de accordo com os principios da sylvicultura geralmente aceitos e recommendedos pelos especialistas<sup>353</sup>.

Ao mesmo tempo em que admitem que todas as técnicas de cultivo estavam sustentadas nos “principios da sylvicultura geralmente aceitos e recommendedos pelos especialistas”, ou seja, nas bases de uma área de conhecimento que já começava a requerer seu *status* de ciência, o que se viu concretamente foi a aceitação dos mesmos métodos de aclimatação e plantio iniciados cerca de duas décadas antes por Auguste François Marie Glaziou. Isso, em certo sentido, caminhava na mesma direção da máxima que dizia que “toda atividade agrária sustentada apenas na prática será encarada como rotina, precisamente porque

---

<sup>351</sup> BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 – 1891. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP. 2011. p. 155.

<sup>352</sup> MENDES, Alberto Rafael Ribeiro. Pecuária semi-selvagem: ciência, natureza e tempo no Ceará do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. p. 106.

<sup>353</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Volume Nono. N. 4. Dezembro de 1878. Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1878. p. 148-149.

lhe falta o conhecimento, os elementos teóricos, que orientam o fazer, que dizem não somente o que é, mas como deve ser a *sciencia* dos trabalhos agrícolas<sup>354</sup>”.

A hesitação daqueles homens de ciência nos leva a desconfiar dos rumos que o cultivo da quina teria no Brasil. Como dito anteriormente, o presidente de honra do IIFA era o ministro da agricultura, e esse fato se dava independentemente da figura política que estivesse exercendo o cargo no momento<sup>355</sup>. Nesse sentido, não surpreende que em alguns momentos o assunto *quina* tenha aparecido nos relatórios daquele ministério, mostrando que tentativas de introdução de espécies de quina de maior valor econômico e medicinal – especialmente a *Cinchona calisaya* – haviam sido iniciadas no florescer da década de 1860, precisamente no jardim do Passeio Público. O Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP) naquele ano, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, informou que no ano de 1864 o paisagista e diretor do Passeio Público, Auguste François Marie Glaziou, estava concentrando esforços para conseguir aclimatar a planta com sucesso. O que verdadeiramente nos chama a atenção na fala do ministro é o fato de ele ter suposto que o processo de cultura da quina fosse de fácil execução. O motivo que o levou a isso foi o exemplo dos holandeses na ilha de Java e as pretensões dos franceses na Argélia. O que talvez Jesuíno Marcondes de Oliveira não tivesse levado em consideração era que os batavos levaram mais de uma década para conseguir aclimatar espécies de cinchona com sucesso na referida colônia<sup>356</sup>.

O tempo haveria de mostrar que tamanho empreendimento não seria tão fácil quanto pensou o ministro. Em 1865, o novo chefe da pasta da Agricultura, Antônio Francisco de Paula Souza, lamentava em seu relatório que “[...] as sementes de quina calissaya, que tão bem germinaram, morreram infelizmente, talvez por falta das condições favoráveis ao seu desenvolvimento<sup>357</sup>”.

Novamente o raciocínio recaía sobre a semelhança entre os ambientes. Para os representantes do governo, a região do império que melhor poderia recepcionar a planta era o sul do país, da província de Minas Gerais para baixo, por conta do clima ameno, temperaturas

<sup>354</sup> MENDES, Alberto Rafael Ribeiro. Pecuária semi-selvagem: ciência, natureza e tempo no Ceará do século XIX. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidade, Programa de Pós-Graduação em História. Fortaleza, 2017. p. 106. [grifos no original]

<sup>355</sup> Isso não excluiu a figura do presidente em pleno exercício do cargo. Esteve à frente dessa função primeiramente Frederico Burlamaque, entre 1860 a 1865. Desse último ano até 1886 a direção passou a Luiz Pedreira do Couto Ferraz, o Visconde do Bom Retiro, “que poucos anos antes havia sido Ministro dos Negócios do Império”. PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 211.

<sup>356</sup> BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, seção sobre o Jardim Botânico do Passeio Público, 1864. p. 14.

<sup>357</sup> BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, seção sobre o Jardim Botânico do Passeio Público, 1865, p. 27.

médias e regiões elevadas. Quanto a isso, Beaurepaire Rohan, Ramiz Galvão e Ladislau Neto emitiram opinião na mesma direção:

Quanto á região que deve ser escolhida para ensaios desta natureza, a experiençia obtida na plantação da *Barreira* (perto de Theresopolis) e Fazenda de Santa Anna (perto do Rio Novo) já demonstrou que não pôde nem deve ser outra cousa senão o Sul do Imperio, da provincia do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, e isso mesmo escolhendo nestas províncias as localidades que se acharem a mais de 500 metros acima do nível do mar<sup>358</sup>.

Para facilitar as atividades, indicaram ainda nomes de algumas províncias do Sul que poderiam ser levadas em consideração por ou já executarem serviços semelhantes ou por terem uma ótima aptidão nos serviços de lavoura:

Na província do Rio de Janeiro. – O Sr. Luiz Antonio de Souza Pitanga, director da Colonia de Porto Real.

Em S. Paulo os Srs. commendador José Vergueiro; pharmaceutico Corrêa Mello (em Campinas); Silverio Rodrigues Jordão, fazendeiro no Morro Azul.

Na província do Paraná os Srs. Drs. Muricy e Ermelindo de Leão.

Na de Santa Catharina, o Sr. Dr. Frederico Muller, que reside em Itajahy, mas está no caso de ensaiar em lugar mais idôneo da província a cultura de que se trata.

No Rio Grande do Sul, o Sr. barão de Serro Formoso.

Em Minas Geraes, M. Reynaud, vice-consul francez em Barbacena; Dr. André Regnell em Caldas.

Em Goyaz, o Sr. commendador Francisco Ferreira dos Santos e Azevedo (na capital).

Em Mato Grosso os Srs. Antonio Corrêa de Castro e Cesario Corrêa da Costa (ambos juntos á Serra de S. Jeronymo, a poucas leguas de Cuyabá)<sup>359</sup>.

Não temos como mensurar até que ponto esses personagens atuaram na introdução e aclimatação da cinchona em suas respectivas províncias. Essa discussão é demasiado larga, escapando aos limites desse trabalho, sendo necessário uma análise específica para essas questões. O que importa para nossos propósitos ao apresentar tais dados é mostrar como o IIFA estava disposto a alargar, a tornar a quina um objeto de debate e importância nacional. Afirmamos isso sem correr o risco de cair em contradição, posto que mais adiante, no mesmo documento, os autores levantaram a hipótese de as províncias do Norte também se envolverem com o empreendimento, especialmente o Ceará na região da Ibiapaba; Paraíba na Serra do Teixeira; e na Bahia em Itiuba, quanto fossem observadas as instruções dadas por Glaziou (que iam acompanhadas no texto). Com isso, segundo os autores, talvez se conseguisse “[...] medrar naquellas paragens a delicada e preciosa planta a que nos referimos<sup>360</sup>”.

---

<sup>358</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Volume Nono. N. 4. Dezembro de 1878. Typographia do Imperial Instituto Artistico, 1878. p. 149.

<sup>359</sup> *Idem, ibid.*, p. 149.

<sup>360</sup> *Idem, ibid.*, p. 149.

Considerar a participação do Ceará não foi algo que ficou somente no plano teórico. O próprio Henrique José Dias indica em seu relatório que enviou sementes de quina para as serras da Ibiapaba e Baturité. Por outro, não teve maiores informações sobre o destino delas após terem chegado aqui na região. Pelo que pudemos constatar, as autoridades continuaram apostando nas regiões serranas do Ceará como locais propícios ao cultivo da quina. Realizando um salto temporal, vimos que situação semelhante ocorreu no século XX. Quem nos fornece essa informação é professor Renato Braga, autor de *Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará*. Afirma ele que no final da primeira década do referido século, especificamente “[...] em 1943 o Ministério da Agricultura introduziu, a título experimental, a sua cultura [da quina] na Serra de Baturité, perto de Guaramiranga, no sítio Batalha, com mudas selecionadas, de alto teor em quinina, vindas do oriente<sup>361</sup>”.

Infelizmente o autor não traz maiores detalhes sobre esses episódios, nem aponta os locais de onde retirou as informações, o que novamente nos faz cair em impedimentos de ordem técnica. Analisando os relatórios ministeriais referentes à pasta de agricultura, a única menção que encontramos para os verbetes *quina* ou *cinchona* fazem alusão à introdução da planta ainda no século XIX na província do Rio de Janeiro. A ausência de maiores detalhes sobre as tentativas de cultura da árvore em território cearense nos leva a crer que foram iniciativas malogradas, o que fez naturalmente cair no esquecimento.

Entretanto, o que de fato confirma a hipótese de que as tentativas de introdução da cultura das *Cinchonas* no Ceará não obtiveram êxito está relacionado às próprias condições físicas do território. No tópico 4.1, intitulado *Plantas que curam: a Quina em uma perspectiva de imperialismo ecológico*, apontamos o que seria necessário para uma *Cinchona* se desenvolver plenamente, de forma completa em outras regiões que não fosse a andina. Em linhas gerais, a planta não se adaptava tão bem “[...] a calores tropicaes das planicies, nem os frios excessivos das regiões muitos elevadas, tendo preferênci por altitudes medias entre 1600 a 2.400 metros” para se desenvolverem melhor. O Ceará é formado predominantemente por áreas de planície em seu núcleo, rodeadas por um conjunto de serras que delimitam as fronteiras do estado com Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí. As planícies, também denominadas depressões sertanejas, estão localizadas praticamente em toda sua totalidade no bioma Caatinga, de modo que as temperaturas são elevadas, especialmente de dia. Passando para as áreas de serra, as altitudes médias não ultrapassam os 1.200 metros acima do nível do

---

<sup>361</sup> BRAGA, Renato. Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará. Fundação Guimarães Duque. Coleção Mossoroense. Série C. Volume 1204. 2001. p. 384.

mar. Todas essas particularidades naturalmente inviabilizariam a introdução da cultura das *Cinchonas*. De igual maneira, desmistifica-se a ideia dos funcionários portugueses, ainda no período de transição dos séculos XVIII e XIX, de que seria possível encontrar espécies de quina verdadeira nos limites da região. Sustentamos que as espécies tomadas como tal eram na verdade outros tipos de cascas dotadas possivelmente de princípios antifebris.

Retornando aos relatórios do Ministério da Agricultura, a seção “Acclimação e Cultura da Quina Peruviana” só apareceu efetivamente em duas ocasiões, nos anos de 1867 e 1868. E neste último ano o trecho da mensagem só se prestou ao papel de indicar que “[...] infelizmente, porém, semelhante cultura entre nós não passará, ainda por muitos annos, de mero recreio; não sendo de suppor que possa supplantar as productivas culturas do café, canna de assucar, algodão, fumo e outros generos de grande valor<sup>362</sup>”. Pelo que podemos depreender, a intenção era tornar o cultivo de quinas peruvianas uma atividade de monocultura, a ponto de igualar às demais culturas de larga escala. Não obstante os próprios ministros reconhecerem o potencial de lucratividade que envovia a cultura da planta, a culpabilidade sempre era depositada nos lavradores brasileiros, que carregados de “indifferença” para com a cultura, não apostavam nela um futuro com bons retornos econômicos.

Entendemos que essa “indifferença” residia no próprio caráter inovador e ao mesmo tempo pouco definido da cultura da quina. Acostumados a um regime de plantio voltado para a relação de menor custo com o máximo de lucro, tal como ocorria com as plantações de café e açúcar, gêneros já consolidados na história da agricultura brasileira, a quina, por outro lado, ainda era uma aposta. A produção de alcaloides, que era o principal atrativo da árvore, dependia diretamente das técnicas de cultivo, plantio e extração. Se houvesse falhas durante quaisquer das etapas anteriores, a porcentagem na produção de alcaloides correria sério risco de estar comprometida, com números abaixo do esperado.

Para atingir uma quantidade considerável de substâncias, o perímetro voltado para plantação deveria ser extenso, porque as plantas não poderiam nem ser expostas ao calor excessivo tampouco à umidade em demasia, de modo que a distância entre uma árvore e outra deveria ser de pelo menos 25 a 35 centímetros. Tomando o fato de que para iniciar definitivamente a exploração da planta extraíndo sua casca seria necessário esperar de 5 a 8 anos, nos causa estranheza esse desinteresse, por parte dos grandes fazendeiros, em investir

---

<sup>362</sup> BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, seção sobre o Jardim Botânico do Passeio Público, 1868. p. 12.

numa cultura que mesmo pouco conhecida, requeria curto tempo para se explorada e assim gerar possíveis lucros.

A título de comparação temos a carnaúba, árvore muito comum na atual região Nordeste. Trata-se de uma espécie de palmeira muito explorada economicamente e alvo de investigações científicas entre os séculos XVIII e XIX. Segundo José Felipe Oliveira da Silva (2017), havia quase uma unanimidade entre os homens de ciência da época em considerar que esta levava cerca de 200 anos para se desenvolver completamente. Isso, ainda segundo o autor, era considerado como um tempo muito lento, destarte incompatível com a velocidade com que as árvores eram derrubadas para fins tanto comerciais quanto de uso pessoal<sup>363</sup>.

Certamente devemos levar em consideração que, diferentemente das espécies de *cinchonas*, a carnaúba era uma árvore nativa, além de ser encontrada em enormes quantidades por vastas extensões do litoral ao sertão das províncias do Norte do Império, o que em parte explica por que uma árvore que levava tanto tempo para amadurecer e ser explorada ainda mantinha preferência sobre outra que levava tempo consideravelmente menor.

Ademais, como indica o próprio Henrique José Dias, além de serem muito elevados os custos, por vezes foi também necessário da parte dele se dedicar à plantação de quina em detrimento de suas outras culturas, como o café e a mandioca<sup>364</sup>. É possível que, mesmo com o incentivo através de premiação em dinheiro promovido pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas por meio do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, não fosse possível cobrir os gastos com o trabalho de cultura das *cinchonas*, pelo menos no caso específico de Henrique José Dias, que praticava o plantio em grandes proporções.

Contribui para essa visão de negação à dedicação de novas culturas vegetais aquilo já mencionado em tópico anterior sobre a questão da busca pela raridade: “Ao contrário do que a economia política prescrevia para a Europa do século XIX, o Império do Brasil ainda não havia entrado no reino da necessidade<sup>365</sup>”. Fosse importando quina de seus vizinhos andinos ou utilizando espécies de famílias próximas às *rubiaceas*, que poderiam facilmente ser encontradas nos sertões do Brasil pelo nome de quina do campo, o império aparentemente ainda não passava por uma crise de abastecimento de remédios antifebris.

<sup>363</sup> SILVA, José Felipe Oliveira da. “A árvore da vida”: ciência, natureza e tempo nos estudos sobre a carnaúba no Ceará oitocentista. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. p. 23.

<sup>364</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Volume Decimo Setimo. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert & C, 1886. p. 185.

<sup>365</sup> ARAÚJO, Hermetes Reis de. Técnica, Trabalho e Natureza na Sociedade Escravista. Rev. bras. Hist. vol. 18 n. 35 São Paulo 1998. p. 03. (a)

Outros condicionantes para entender essas questões nos são dados pelo mesmo Hermetes Reis de Araújo (2001). Explicando os movimentos de renovação cultural e científico influenciados pelo positivismo e que reverberaram no Brasil na segunda metade dos oitocentos, especialmente quanto ao surgimento de um novo tipo de mentalidade na sociedade ilustrada nacional, o autor indica que essa mesma renovação cultural não significou mudanças profundas no entendimento que o lavrador tinha em relação à natureza brasílica<sup>366</sup>.

Para Hermetes de Araújo, “o debate sobre o lugar do Brasil no concerto das nações civilizadas permaneceu, até o início do século XX, especialmente em função da economia cafeeira, fortemente marcado pela ideia da “vocação agrária” inscrita em sua natureza tropical”. Uma percepção do mundo natural que ainda continha resquícios do pensamento econômico de vertente fisiocrática tão comum na centúria anterior. Ainda que a *geração de 70* tenha visado uma modernização das bases científicas no Brasil, o certo é que a sociedade, pautada na economia cafeeira de caráter escravagista, continuou percebendo a natureza através de sua fecundidade divina, uma uberdade sem limites. Deste modo, “o destino do país seria, assim, assegurado pela perenidade dos ciclos de uma natureza que era anterior aos homens e que permaneceria para além deles nas gerações que sucederiam<sup>367</sup>”.

E ainda que essa ideia de natureza passasse a ser questionada a partir da segunda metade do dezenove, aparentemente as críticas em cima desse conceito ficariam limitadas somente ao círculo letrado do império, não atingindo a massa de produtores rurais, ainda concentrados, como dissemos acima, em uma natureza cíclica que fornecia tudo aos homens, cabendo a estes últimos somente sua gestão. Mas esse conservadorismo em torno das ideias sobre a natureza não significava necessariamente a ausência de uma direção que pudesse levar o Brasil rumo ao progresso. Pelo contrário, a noção de natureza mecânica estava atrelada à questão do tempo, dos ciclos que se renovam e que levam a um devir<sup>368</sup>.

Essa relação salta aos olhos quando examinada à luz da participação dos produtores rurais nas exposições nacionais, que eram uma espécie de prelúdio para os grandes eventos internacionais. Em 1861 foi organizada a primeira desse tipo, ocorrida no Rio de Janeiro, servindo como um “ensaio” para a exposição universal de Londres no ano seguinte. Se por um lado o evento apresentava o que havia de mais moderno nas artes técnicas, com ênfase nas máquinas a vapor, por outro lado:

<sup>366</sup> ARAÚJO, Hermetes Reis de. Da Mecânica ao Motor: a idéia de natureza no Brasil no final do século XIX. Proj. História, São Paulo, (23), nov. 2001. p. 152. (b)

<sup>367</sup> *Idem, ibid.*, p. 152-153. (b) (Destaque no original)

<sup>368</sup> *Idem, ibid.*, p. 156. (b)

[...] a característica essencial da primeira exposição nacional foi a reunião de produtos agrícolas, matérias-primas, minerais e madeiras preciosas. [...] Inaugurada em dezembro de 1861, ela permaneceu aberta durante 45 dias, atraindo mais de 50.000 visitantes. Esta primeira “festa nacional do trabalho e da indústria” não teve instalações próprias, e o edifício colonial da Escola Central de Engenharia Militar, um lugar emblemático da conquista territorial do latifúndio, a acolheu. Os 9.962 objetos expostos foram espalhados nas 24 peças do edifício, e os 732 expositores da Província do Rio de Janeiro e da capital formaram o grupo majoritário entre o total dos 1.136 participantes, ocupando 85% dos 3.000 m<sup>2</sup> do espaço destinado à exposição. Modesta nas suas dimensões e parcial na representação do conjunto do país, ela foi, entretanto, considerada como um passo decisivo no caminho do progresso industrial<sup>369</sup>.

No plano internacional, esses grandes eventos industriais estavam concatenados com o processo de aumento da produção aliado ao crescente populacional. Isso, nas palavras de Hobsbawm, explica, por que a cada grande exposição aumentava o número de participantes: 14 mil firmas em Londres em 1851; 24 mil em Paris, em 1855; 29 mil em Londres, em 1862; 50 mil em Paris, no ano de 1867; e, por fim, a maior de todas, segundo o autor, a da Filadélfia, nos Estados Unidos, que abrigou 130 mil cidadãos. Esta última contando com a presença de D. Pedro II e Dona Leopoldina<sup>370</sup>, o que denota, na medida do possível, a intenção do estado imperial de fazer parte do grande processo civilizatório que emergia nos demais países ocidentais, ainda que nossa economia fosse pautada estritamente no setor agrícola.

E veio justamente do setor agrícola o destaque nacional na Exposição Universal de Antuérpia, ocorrida na Bélgica em 1885. Henrique José Dias, como vimos, era o maior produtor e mais conhecido nome na cultura da quina no Brasil, foi também o ganhador da Medalha de Ouro referente à exposição da quina e outras cascas medicinais na *Classe XXXIX do Grupo IV (Industrias extractivas, productos brutos e manufaturados)*<sup>371</sup>.

<sup>369</sup> ARAÚJO, Hermetes Reis de. Técnica, Trabalho e Natureza na Sociedade Escravista. Rev. bras. Hist. vol. 18 n. 35 São Paulo 1998. p. 07. (a)

<sup>370</sup> HOBSBAWM, Eric. A Era do Capital (1848-1875). Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2<sup>a</sup> ed. 1979. p. 52. Devido ser o evento que marcava o centenário da independência dos Estados Unidos, a afirmação de Hobsbawm quanto à Exposição Universal da Filadélfia ter sido a maior de todas parece-nos ter mais um sentido simbólico do que prático, haja vista que todas as exposições posteriores tiveram maior número de visitantes, inclusive a de Chicago, realizada em 1893. Para uma análise bem mais completa sobre o fenômeno das Exposições Universais e o lugar do Império do Brasil nesse contexto de contínua busca pelo progresso, tanto econômico quanto civilizacional, que marcou a segunda metade do século XIX ver também a tese de Paulo César dos Santos. Produtos da terra: tempo, espaço e técnica nas exposições industriais (1861-1922). Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Para este autor, o que caracterizou e o que tornou os grandes eventos industriais dos oitocentos fenômenos únicos foram as possibilidades de negócios criadas através da expansão da base de atuação dos países desenvolvidos sobre os países periféricos: “A história das Exposições Universais está ligada à história do consumo e da expansão do capital”. p. 29.

<sup>371</sup> BRASIL. Exposição Universal de Antuerpia. Relatório apresentado a S. Ex. Sr. Conselheiro A. da Silva Prado. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Conde de Villeneuve, Delegado Especial do Governo Imperial na Supramencionada Exposição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Anexo, p. 8

Esse reconhecimento internacional dado ao fazendeiro Henrique José Dias, todavia, não faria com que a cultura de plantio de árvores de cinchonas no Brasil despontasse como uma opção agrícola para comércio interno e externo, como esperavam os principais nomes ligados ao empreendimento. No final de seu relatório, já mencionado anteriormente, ele lamenta a possibilidade que lhe chega de ter que se desfazer de sua vasta plantação por não haver quem lhe sucedesse nos trabalhos com as quineiras<sup>372</sup>.

Aliado à falta de pessoa competente para administrar as plantações em seu lugar estavam os parcós incentivos recebidos, especialmente do governo, que apesar de lhe pagar o serviço sob forma de contrato, pouco fazia para avançar nas pesquisas com as plantas, por conseguinte, travava possíveis expansões na plantação. Essa situação pode ser observada no fato de que, decorrido tanto tempo desde a introdução das primeiras sementes vindas da Bolívia pelo conselheiro Lopes Neto e plantadas nos terrenos de Henrique Dias, ainda não havia sido sequer instalado um laboratório para análise das cascas, a fim de perceber quais as que verdadeiramente tinham maior volume de alcaloides, consequentemente, maior valor econômico<sup>373</sup>.

Seu horizonte de expectativa estava direcionado, como não poderia deixar de ser, no espaço de experiência criado pelos ingleses na Índia, como se lê a seguir:

[...] Os inglezes não se pouparão a trabalhos nem a despezas para conseguirem plantação de quina por todos os pontos da India, que lhes parecerão convenientes para essa cultura, abandonando certas localidades que lhes parecão impróprias para logo fazerem ensaios em outras e isso em diferentes pontos daquela imensa colônia [...] Na India os Ingleses dispunhão de todos os recursos, aqui eu, com meus escassos meios a princípio e depois com a parca subvenção que pelo governo me foi concedida, graças à benevolá influencia de V. Ex., fiz quanto me era possível fazer [...]<sup>374</sup>

Realmente os ingleses não pouparam esforços no sentido de conseguir transferir com sucesso a cinchona para sua colônia asiática. Na verdade, em termos de projetos de transferência de vegetais para aclimatação em outras partes do globo visando uma produção em larga escala, entre as iniciativas que a Inglaterra demonstrou interesse, obteve relativo sucesso. A custo de muitos erros e acertos, conseguiu introduzir a *cinchona* na Índia e a seringueira nas suas outras colônias no sudeste asiático, especialmente no Ceilão (atual Sri Lanka), Birmânia (atual Myanmar) e Malásia. Sobre esta última planta, o principal impacto ocasionado por este episódio foi o declínio da produção brasileira de borracha, especialmente porque os ingleses

<sup>372</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Volume Decimo Setimo. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert & C, 1886. p. 185.

<sup>373</sup> *Idem*, *ibid.*, p. 185.

<sup>374</sup> *Idem*, *ibid.*, p. 184.

conseguiram criar meios mais eficazes de extração do látex das cascas das árvores e, também, por conta das imensas plantações em larga escala nesses países. Em todo o caso, a política científica e burocrática inglesa ancorada na atuação do Jardim Botânico de Kew obtiveram resultados suficientemente positivos e capazes de mudar o contexto econômico e geopolítico na era dos impérios.

Presos a um sistema econômico considerado arcaico, rude e atrasado, dependentes de monoculturas como o café e de mão de obra de pessoas escravizadas, o Brasil continuou na sua posição de manter os pés na América com os olhos na Europa<sup>375</sup>, observando os demais países ocidentais confirmarem ainda mais suas posições no rol de potências industrializadas. Neste sentido, não causa espanto que o Brasil tenha perdido sua supremacia mundial na produção de borracha natural e pouco ou quase nada avançado no projeto de introdução da cinchona.

Quanto a este último aspecto, o que nos leva a pensar que esse estado de estagnação talvez tenha relação, como já dissemos anteriormente, com a pouca inclinação de nossos homens de ciência em renovar os estudos científicos sobre a introdução das quinas, insistindo na prevalência das considerações elaboradas por Glaziou sobre a cultura da planta ainda em 1865. Isso nos ajuda a entender por que somente no ano de 1883 Henrique José Dias tenha tomado conhecimento sobre uma moléstia que atingia as árvores, doença essa causada por excesso de umidade e as formas de tratamento. Como Auguste Glaziou não fez referências a isso em suas instruções, Henrique Dias só pôde entender o que estava acontecendo quando recebeu a cópia da *Cultura da Quina na India*, de George King<sup>376</sup>.

São essas séries de detalhes que fizeram com que em 1890, Ladislau Netto, então redator da *Revista Agrícola*, lançasse nas páginas da mesma publicação um texto intitulado *A Quinicultura no Brazil*, onde praticamente decretava o fim de tal empreendimento. Soa até irônico o botânico ter publicado esse tipo de material, tão carregado de pessimismo, quando na verdade nos parece ele próprio ter participação nesse processo. Contribui ainda mais para essa sensação o fato de que é exatamente nesse texto onde ele vai discorrer mais detalhadamente sobre as formas mais corretas de desenvolver a cultura, mencionando a altura mais apropriada, “[...] somente por altitude de 1,600 a 2,500 metros podem ter completo desenvolvimento as

<sup>375</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial. Segunda edição. Editora Hucitec. São Paulo, 1990.

<sup>376</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Volume Decimo Setimo. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert & C, 1886. p. 184.

árvores das verdadeiras quinas<sup>377</sup>, e ao mesmo tempo apontando os erros cometidos nas fases iniciais da aclimatação:

A plantação de quinas de varias especies, estabelecida ha mais de vinte annos nas encostas ao SE. Dos Orgãos, em terras de propriedade do Sr. Henrique José Dias, provou sobejamente que dessa cultura, tão altamente preconizada pelo governo de então e pelo órgão tão patriotico quanto criterioso e acreditado do *Jornal do Commercio* desta capital, nada temos já que esperar.

A altitude daquella propriedade, que não vai além de quinhentos metros, devia bastar só por si a condenar o projecto de semelhante emprehendimento na localidade escolhida<sup>378</sup>. [Grifo no original]

Citando homens de ciência e viajantes, tanto do século XVIII quanto do XIX, que em algum momento de suas trajetórias cruzaram seus caminhos com a quina, tais como La Condamine, Mutis, Jussieu, Hoencke, Humboldt, Bonpland, até Weddell<sup>379</sup>, Ladislau Netto enfatiza que em nenhum lugar onde as árvores poderiam ser encontradas essas localidades estavam abaixo de mil metros de altura.

A consistência do texto de Ladislau Netto nos leva a indagar os motivos que o fizeram a não contribuir de forma mais pontual sobre o projeto de introdução e aclimatação da quina no Brasil, quando de sua participação na comissão organizada pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. O relatório apresentado por ele, Ramiz Galvão e Henrique Beaurepaire de Rohan é da década 1870, sendo publicado na *Revista Agrícola* precisamente na edição de 1878. Note-se de passagem que a esta altura Ladislau Netto já tinha minimamente conhecimento da obra de Hugues Weddell, publicada em 1849, pois em artigo escrito em 1861 e publicado na edição de 1874 da *Revista Agrícola*, o mesmo já faz menção ao médico francês e sua obra. Considerando até mesmo sua vasta formação e as redes de trocas de informações mantidas pelas instituições brasileiras com suas congêneres internacionais, isso nos permite inferir que ele tinha conhecimento sobre as várias publicações científicas referentes à quina.

Mencionamos a consistência do seu texto devido ao nível de compreensão que ele apresenta para comprovar por que a quina não desenvolveria no Brasil na forma como vinha sendo experimentada:

Infelizmente, na aquisição da localidade escolhida houveram-se os promotores desse commettimento, como quasi sempre se tem procedido a respeito de tantos ramos de

<sup>377</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Typographia Universal de Laemmert & C. 1890. p. 52

<sup>378</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Typographia Universal de Laemmert & C. 1890. p. 52.

<sup>379</sup> WEDDELL, Hugues Algernon. *Histoire naturelle des quinquinas ou Monographie du genre Cinchona, suivie d'une description du genre Cascarilla et de quelques autres plantes de la même tribu*. Paris: V. Masson, 1849. Àquela altura era considerada uma das mais completas publicações sobre os gêneros das cinchonas.

serviço publico; não se contou sufficientemente com uma das bases essenciaes da quinicultura, que é de certo a altitude necessaria á séde do plantio. Procurou-se a fazenda da Barreira do Soberbo e ahi estabeleceu-se um viveiro bastante copioso, na verdade, pois que chegou a ter mais de 22,000 plantas, mas que, depois de tantos annos decorridos, de tantos esforços empenhados pelo zeloso quinicultor, só pôde produzir individuos de apoucado e acanhadíssimo crescimento e cujos tecidos corticaes, por incompletamente desenvolvidos, nunca se prestarão a produzir a materia prima na perfectibilidade em que a exige a fabricação dos precisos alcaloides da quina.

E convém accrescentar que, não somente é impropria a localidade da Barreira do Soberbo, pela sua deficiente altitude, como por se achar, a meu vêr, sob a acção da atmosphera marítima, demasiado perto do litoral<sup>380</sup>.

Convém destacar como o posicionamento de Ladislau Netto mudou no decorrer dos anos. Enquanto membro da comissão encarregada pelo IIFA, considerou correta a escolha das terras da Barreira do Soberbo e Fazenda de Santa Anna, ambas na província do Rio de Janeiro, afirmando conjuntamente com os outros comissários “[...] que não pôde nem deve ser outra cousa senão o Sul do Imperio, da provincia do Rio de Janeiro até a do Rio Grande do Sul, e isso mesmo escolhendo nestas províncias as localidades que se acharem a mais de 500 metros acima do nível do mar<sup>381</sup>”. Uma atitude bem diferente da exposta acima.

Fundamentou a crítica acerca da umidade dos terrenos para plantio das *cinchonas* baseado nas zonas de origem das árvores nos países andinos. Naqueles países, as quinas nasciam majoritariamente na parte oriental do pacífico, adentrando para os sertões da Amazônia, em regiões elevadas. Essa diferença, na sua visão, era o diferencial entre os portes físicos das plantas quando comparadas umas com as outras. Ia mais além, afirmando que as árvores nascidas aqui tinham aspecto doentio e eram fanadas. Do seu ponto de vista, se se quisesse continuar com o projeto de aclimatação era:

[...] portanto, necessário, é urgentissimo até que se tentem novas aclimatações, não a pequenas alturas e perto do mar, mas no alto da Mantiqueira, nas altiplanuras ao norte de S. Paulo, no Itatiaya e nas serras elevadas do centro de Minas, nos massiços do sertão do norte, nas serras dos Parecis e particularmente nos Pyrineus<sup>382</sup>

Mesmo reconhecendo que aquelas primeiras tentativas haviam se mostrado infrutíferas, Ladislau Netto reconhecia que a dedicação ao plantio de quinas poderia se mostrar um negócio vantajoso:

<sup>380</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Typographia Universal de Laemmert & C. 1890. p. 52.

<sup>381</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Volume Nono. N. 4. Dezembro de 1878. Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1878. p. 149.

<sup>382</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert & C. 1890. p. 53.

Van Grokon, que se occupou tão proficientemente deste fecundo ramo de indústria sylvicola, verdadeiro thesouro therapeutico, disse com grande acerto e justificada razão que a cultura racional das quinas equivale perfeitamente a uma grande mina de ouro.

A esse asserto tão judicioso acrescentarei que muito mais vale uma cultura methodicamente dirigida deste ramo da indústria extractiva do que a mais rica e opulenta mina aurifera; porque, sendo naquelle bem constante o proveito dos esforços empregados, nesta última desapparece quasi sempre quando menos se espera o veio do precioso metal, e com elle toda a esperança do desilludido mineiro<sup>383</sup>.

Vemos acima uma crítica à mineração, que, longe de usar um método racional, fazia com que os homens esperassem de pronto que a natureza dispusesse suas riquezas para serem extraídas, de modo que, quando o ritmo de extração de minérios diminuía ou mesmo quando estes desapareciam por completo, a esperança dos trabalhadores pela procura do “precioso metal” era desfeita. Com a cultura da quina a realidade seria diferente. Com a adoção de técnicas de cultivo e extração adequados, seria possível manter um fluxo contínuo de extração de matéria-prima e fonte de renda, tanto para o produtor quanto para a nação.

A mudança de postura observada anteriormente nos leva a concluir que talvez ela tivesse mais relação com a forma como os homens ilustrados no Brasil enxergavam a natureza do que uma atitude displicente na condução do projeto de introdução da quina. Uma passagem de Ladislau Netto ajuda a entender isso quando ele afirma que:

Muitas arvores hão perecido, outras muitas definham, e toda a grande sementeira de outr'ora vai em breve, desapparecer para sempre, victima do meio inhospito, qual se observa na lei fatal do transformismo, de que é fator poderoso esse elemento chamado ambiente, aqui favorável, alli nocivo á existencia dos organismos<sup>384</sup>.

Supomos que no período em que foi parte integrante da comissão do IIFA, na década de 1870, Ladislau Netto e seus demais companheiros ainda tomassem a natureza como fenômeno dado, de imensa fecundidade, esperando apenas que os homens a conduzissem para atender a seus fins. Deste modo, esperavam que a aclimatação das cinchonas se daria de maneira natural, com a terra se encarregando de fazer com que as árvores se adaptassem ao novo ambiente. Neste sentido, se eximiram de lançar novas instruções sobre técnicas mais adequadas de plantio. Com o advento das teorias da termodinâmica ultrapassa-se a ideia do mundo mecânico e então a concepção de que a natureza precisa do homem para ser criada entra no cerne do debate<sup>385</sup>.

<sup>383</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert & C. 1890. p. 55.

<sup>384</sup> *Idem*, *ibid.*, p. 53.

<sup>385</sup> ARAÚJO, Hermetes Reis de. Da Mecânica ao Motor: a idéia de natureza no Brasil no final do século XIX. Proj. História, São Paulo, (23), nov. 2001. p. 155. (a)

É nessa conjuntura que buscamos explicar os motivos que levaram Ladislau Netto a falar sobre uma “[...] vítima do meio inhospito, qual se observa na lei fatal do transformismo, de que é fator poderoso esse elemento chamado ambiente”. O ambiente era poderoso, mas não daria conta sozinho das necessidades do homem, era preciso fazê-lo funcionar, gerar energia e produzir riquezas. Era preciso achar os meios corretos de fazer com que a *cinchona* se adaptasse tão bem ao Brasil quanto no seu ambiente de origem. Com efeito, recomendava mudanças de locais de plantio, bem como adotar os meios menos nocivos de extração da casca, tal como ocorria nas colônias inglesas na Ásia<sup>386</sup>.

Em última instância, chama atenção como novamente o próprio Ladislau Netto, em 1874, constatou como a falta de empenho do estado português em aprofundar “[...] o amor e desenvolvimento das idéas scientificas” sobre os produtos naturais da colônia americana fez com que a realidade do país fosse aquém da esperada. Mais à frente ele faz menção à quina, informando que esta foi alvo por um tempo de observações dos funcionários do reino, dando a entender que tal medida não se estendeu a ponto de tornar isso uma alternativa concreta à “indústria agrícola<sup>387</sup>”.

Conquanto ele baseie suas reflexões na Quina de Goyaz, categorizada como falsa-quina, é salutar esse posicionamento pois através dele podemos inferir que do ponto de vista de Ladislau Netto, os ilustrados brasileiros poderiam estar em melhor situação no que tange às pesquisas sobre a introdução e aclimação de espécies de quinas peruvianas, se os portugueses tivessem no passado se empenhado mais nas “idéas scientificas”. Poderíamos julgar que a expectativa estava baseada na experiência, pois ela “[...] é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento<sup>388</sup>”, mas o conceito não daria conta de sustentar a conjuntura. A modernidade só pode ser concebida como um tempo novo quando expectativa e experiência tendem a se distanciar cada vez mais. Portanto, ainda que os ilustrados do IIFA buscassem inserir o Brasil no rol da modernidade, a expectativa de Ladislau Netto não permitiria esse distanciamento.

<sup>386</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert & C, 1890. p. 53-54.

<sup>387</sup> REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Volume Quinto. N. I – Março de 1874. Rio de Janeiro. Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874. p. 5-7

<sup>388</sup> KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 309.

Todas essas discussões sobre a aclimatação das quinas, como vimos, fizeram parte do cotidiano dos principais setores da sociedade no século XIX, mas ganharam fôlego principalmente com a criação do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA), órgão estruturado durante a segunda metade dos oitocentos, voltado exclusivamente para o progresso da agricultura, motor da economia no Brasil à época. Contudo, ainda que se tenha defendido a introdução das *cinchonas* em território nacional e sua produção em larga escala visando o iminente declínio das árvores nos países produtores de origem e a geração de riquezas através do comércio da casca, o certo é que a quina não ultrapassou o horizonte de expectativas a qual estava condicionada, o que facilmente se pode comprovar com o fato de que o café ainda foi durante muito tempo o produto de maior exportação, até entrar em crise novamente, já nas primeiras décadas do século XX.

#### **4.4. Plantas que curam: as experiências científicas sobre as virtudes da Quina.**

A década de 1810 parece ter sido bastante significativa em termos de produção de conhecimento em relação à quina no império português. As reformas educacionais implementadas no período pombalino e sustentadas no reinado joanino, alinhadas com os avanços nos estudos no campo da Química<sup>389</sup>, observados sobretudo nas publicações de autores estrangeiros sobre as propriedades da quina, tais como Antoine François de Fourcroy (1755-1809), Louis Nicolas Vauquelin (1763-1829), Andrew Duncan (1773-1872), Armand Seguin (1767-1835) e Louis Claude Cadet de Gassicourt (1731-1799), ajudaram em certa medida a concretizar estudos no mesmo sentido em terras lusitanas. O outro aspecto dessa realidade estava no fato de ciência e estado caminharem lado a lado em Portugal, como vimos anteriormente. Deste modo, tornava-se imprescindível para os propósitos da monarquia

<sup>389</sup> A Química começa a se constituir como ciência entre os séculos XVII e XVIII, fruto da revolução científica ocorrida a partir da centúria anterior. Antes disso, suas bases não estavam totalmente definidas tampouco possuía um passado de tradições claramente determinados, nem teorias de mutações e reações precisos. O mais próximo do que vem a ser um profissional da área surge no decorrer dos Seiscentos, mas suas atribuições se aproximam muito mais do campo farmacêutico ou medicinal, do que propriamente como químico. Seu surgimento está relacionado à necessidade de definir a uma explicação que dê conta das estruturas internas dos objetos, desvendando suas composições e possíveis segredos. Em Portugal estava mais próxima de um sentido utilitário, defendido e definido por Domingos Vandelli como uma “Chimica Técnica”. Ou seja, segundo o paduano, não havia necessidade de dedicar-se nos trabalhos químicos à teorias e ou discussões sobre fenômenos do tipo, devendo limitar-se o estudioso em apresentar a situação das ciências do reino. Além disso, a Química deveria prestar-se ao auxílio dos boticários e dos médicos, tal como seu surgimento em meados do XVII. Ver nesse sentido os trabalhos de ROSSI, Paolo. O nascimento da ciência moderna na Europa. Bauru, SP. Edusc, 2001. Especialmente o capítulo 10 “Filosofia Química”; SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. A Academia Real de Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências), Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, 2015. p. 203-204.

descobrir naquele momento quais os verdadeiros princípios da planta e a profundidade de seu uso na medicina.

Nesse ínterim, em 1811 foi publicado o trabalho *Experiencias Chymicas, Sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras*; em 1812 veio à lume o texto *Ensaio Sobre o Cinchonino, e sobre sua influencia na virtude da quina, e d'outras cascas*; e por fim, em 1819, em uma edição do Jornal de Coimbra, publicação científica da mesma universidade, foi publicado um texto de autoria de Thomé Rodrigues Sobral, intitulado *Memoria sobre o principio febrífugo das quinas*.

Através desses documentos<sup>390</sup>, dois deles publicados no Tomo III Parte II das *Memórias de Mathematica e Physica* da Academia de Ciências de Lisboa, e outro, como já dito acima, no periódico da Universidade de Coimbra, nos mostram a compreensão sobre o mundo natural de maneira mais pontual, com enfoque em um determinado elemento; as formas de pensar dos filósofos naturais coimbrãos ocupados nas análises científicas; suas principais influências intelectuais; convergências e controvérsias<sup>391</sup> nos enunciados, em suma, a atuação prática desses homens de ciência na proposta de fomentar a economia portuguesa com suas considerações. Doravante será sobre essas três publicações que iremos nos debruçar nos tópicos seguintes.

Inserimos esses mesmos documentos àquela temporalidade específica que o historiador dos conceitos Reinhart Koselleck definiu como sendo o início de uma historiografia. Essa historiografia é pautada pela necessidade do ato de relatar:

Nesse contexto precisamos mencionar também uma forma primitiva mais simples: a documentação dos eventos de dia em dia ou de ano em ano. Trata-se, em termos bem gerais, dos anuários ou das crônicas, contanto que estes registrem as novidades e as acrescentem às histórias do passado. Aqui, registram-se ocorrências notáveis ou

<sup>390</sup> Para referenciá-los utilizaremos os termos *textos científicos* ou *técnicos*, retirados de: LATOUR, Bruno. Ciência ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 55.

<sup>391</sup> Entendemos aqui como *análise de controvérsia* aquilo que foi exposto por Dominique Pestre quando este infere que esse campo de estudos se pauta pela escolha de “um objeto empírico voluntariamente limitado, documentado dia-a-dia, e cujo coração é constituído de uma polêmica aberta”. Não se trata de considerar que a ciência se explica por si só, dentro dos laboratórios onde a quina foi analisada, por exemplo. Mas tão somente de observar se, e como os fatos científicos se constroem. Em suma, “esses estudos objetivam, de todo o modo, sempre uma mesma questão: saber o que faz com que um consenso particular emerja quase sempre, para além da infinita diversidade de proposições iniciais, para além de sua maleabilidade”. Ou seja, nossa intenção ao concordar com esse conceito é avaliar até que ponto os diversos estudos sobre a quina se aproximaram e/ou se distanciaram para criar um fato científico sobre a planta, se ela era ou não febrífuga. Será a partir desse entendimento que poderemos trabalhar melhor em cima dos enunciados dos documentos, através de Bruno Latour e sua definição de sentença: “Uma sentença pode ser tornada mais fato ou mais ficção, dependendo da maneira como está inserida em outras. *Por si mesma, uma sentença não é nem fato nem ficção: torna-se uma ou outra mais tarde graças a outras sentenças*”. Ver: PESTRE, Dominique. Por uma nova História Social e Cultural das Ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. Cadernos IG/Unicamp. Volume 6, Número 1, 1996. p. 10-11; LATOUR, Bruno. Ciência ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 45. [Grifos no original].

eventos que alguém julgou suficientemente importantes para serem relatados. O que acontece hoje é documentado para o futuro. No próprio ato de documentação, o relato já se transforma em passado. Com isso, esboçamos duas formas de historiografia que permanecem vinculadas ao mundo de experiência dos vivos: a composição artística de relatos verificados por testemunhas oculares e de ouvir dizer, e a simples documentação de tudo o que parecia ser importante para uma comunidade do decurso dos dias e dos anos<sup>392</sup>.

Destarte, acreditamos que relatar os resultados das experiências científicas envolve deixar para a posteridade os estudos que foram feitos, as respostas obtidas, os objetivos que foram atingidos, quando fosse o caso, tendo em vista que todos esses trabalhos foram publicados tanto em Portugal quanto em outros países da Europa.

Por fim, é necessário ter em mente que no momento que esses textos científicos estavam sendo produzidos e publicados, a família real já estava instalada no Rio de Janeiro por conta da fuga decorrente da invasão francesa à Portugal. Ocorre aí uma inversão nos polos: de periferia a colônia passa a ser o centro do império. Todavia, em termos de centrais de cálculos, a porção europeia do império ainda se mantinha soberana, detendo todo o aparato técnico necessário para levar a cabo os estudos científicos do reino. Dito de outra forma, permaneciam os grandes centros de estudos de Portugal escalonados em relação às suas funções no campo científico.

#### *4.4.1. Experiencias Chymicas, Sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras.*

As *Experiencias Chymicas...* foram o resultado de uma mobilização por parte da Academia de Ciências de Lisboa para atender ordens vindas diretamente da corte. As exigências se baseavam em analisar uma casca amargosa oriunda da cidade do Rio de Janeiro, a qual acreditavam se tratar da casca da quina. Participaram deste empreendimento José Bonifácio de

---

<sup>392</sup> KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. 1. ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014. p. 268-269.

Andrade e Silva<sup>393</sup>, Bernardino Antônio Gomes<sup>394</sup>, João Croft<sup>395</sup> e Sebastião Francisco de Mendo Trigozo (sic)<sup>396</sup>. A formação do grupo foi definida em assembleia extraordinária realizada pelos sócios da Academia em 30 de maio de 1811. No dia 06 de julho do mesmo ano, José Bonifácio notificou a instituição que os trabalhos haviam sido realizados. Em 20 de julho “[...] apresentou-se á Sociedade huma Memoria do resultado destes importantes trabalhos, a qual poucos dias depois se remetteo do modo acima declarado para a Corte ao Rio de Janeiro, a fim de ser posta na Real Presença de S.A.R. o Principe Regente Nosso Senhor<sup>397</sup>”.

O laboratório químico da Casa da Moeda foi o local escolhido para praticar as análises químicas. Não se tratou de uma escolha meramente casual, haja vista que José Bonifácio de Andrada e Silva era naquele momento diretor da Casa da Moeda, o que por certo facilitou a decisão de se instalarem naquela instituição. Contudo, o próprio laboratório não contava com todos os recursos para tal empreendimento, especialmente os reagentes, sendo necessária a intervenção de Alexandre Antonio Vandelli, filho de Domingos Vandelli. Alexandre Vandelli foi quem prestou os auxílios indispensáveis ao grupo no tocante aos materiais ausentes no laboratório<sup>398</sup>.

<sup>393</sup> Nascido em Santos no ano de 1763, era filho de Maria Bárbara da Silva e Bonifácio José de Andrada. Sua família era rica, dona da segunda maior fortuna daquela cidade. Em 1780 viaja para Portugal, onde ingressa nos cursos de Filosofia Natural e Direito. Sua trajetória na historiografia brasileira está mais ligada à sua participação política, especialmente nos eventos pró e pós-independência, tendo se cristalizado em torno de sua memória a alcunha de Patriarca da Independência. Como mostra Alex Gonçalves Varela, sua atuação não esteve restrita somente no espaço político, tendo também se destacado como homem de ciência, filósofo natural, tendo exercido papel significativo nos estudos sobre história natural de Portugal e seus domínios, especialmente no campo da mineralogia, sua área de trabalho. Ver: VARELA, Alex Gonçalves. “Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português”: filósofo natural e homem público – uma análise das memórias científicas do Ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819). Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

<sup>394</sup> Bernardino Antônio Gomes nasceu em 29 de outubro de 1768 na freguesia de Santa Maria de Paredes, pertencente à Vila dos Arcos na Província dos Minhos, em Portugal. Concluiu o curso de medicina na Universidade de Coimbra em 1793. Ver: Noticia da vida e trabalhos scientificos do médico Bernardino Antonio Gomes. Disponível em: <<https://ia800306.us.archive.org/7/items/b21778991/b21778991.pdf>> Acesso em 09 de janeiro de 2018.

<sup>395</sup> Infelizmente não dispomos de muitas informações acerca da vida pessoal e/ou profissional de João Croft, a não ser aquelas que indicam sua participação como sócio da Academia de Ciências de Lisboa, podendo ser atestada por sua participação na análise supracitada.

<sup>396</sup> Sebastião Francisco de Mendo Trigozo nasceu em Lisboa no ano de 1773. Formou-se em Filosofia pela Universidade de Coimbra. Entre suas principais atividades estão Tenente-Coronel do Regimento de Voluntários Reais de Milícias a Cavalo de Lisboa; Censor Régio da Meza do Desembargo do Paço e Membro da Comissão de Censura. Ver: <<http://www.ghtc.usp.br/server/Lusodat/pes/00/pes00868.htm>> Acesso em 09 de janeiro de 2018.

<sup>397</sup> Memorias de Mathematica e Physica da Academia R. das Sciencias de Lisboa. Tomo III Parte I. Lisboa, na Typographia da mesma Academia. 1812. p. XXXIII – XXXIV.

<sup>398</sup> ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de *et al.* Experiencias Chymicas, Sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras. In: Memorias de Mathematica e Physica da Academia R. das Sciencias de Lisboa. Tomo III Parte I. Lisboa: Na Typographia da mesma Academia. 1812. p. 1; VARELA, Alex Gonçalves. “Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português”: filósofo natural e homem público – uma análise das memórias científicas do Ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819). Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. p. 107.

Os estudos em Química haviam ganhado destaque, principalmente por ser considerada uma ciência que em muito poderia auxiliar a medicina com seus resultados. Resultados estes que ajudavam a desvendar os componentes de elementos da natureza, como as plantas medicinais, o que poderia proporcionar ganhos na fabricação de medicamentos e cura de doenças. Mas esses resultados, ainda que tivessem um grau de confiabilidade maior se comparada com momentos anteriores da história dos estudos científicos, ainda assim mostravam pouca precisão. No caso específico da análise da casca da quina, esse problema poderia ser maior devido à brevidade com que se ordenava que fossem realizados os trabalhos, como se pode perceber na passagem abaixo:

Aos 17 de Junho, o primeiro dia em que ali concorremos, houve alguns pareceres sobre o Plano que deveríamos seguir nas nossas Experiencias. O interesse do objecto, a facilidade com que podíamos dispor dos meios que se nos oferecerião; tudo nos convidava a fazer huma Analyse em toda a sua extensão: mas ao mesmo tempo, conhecendo que o nosso principal objecto era examinar aquella Casca relativamente ao seu uso medico, nos achavamos mais circunscritos; principalmente attendendo á brevidade que parecia dezerjar se, e á pouca utilidade que a Medicina tira por ora de factos que não lhe são immediatamente connexos. Em fim a auctoridade de *Mr. Buillon Lagrange* acabou de decidirmos: confeça este Chymico (*Annaes de Chymica* vol. 54) que a Analyse do Reino Vegetal, nas circunstancias em que se acha a Sciencia, não conduz a resultados certos e exactos, sobre a applicação que se pôde fazer de hum ou outro medicamento; para o que bastão os Ensaios comparativos, tendentes a instruir e guiar o Medico em a sua carreira. De mais disso quem reflectir na natureza Chymica dos Vegetaes, e na acção reciproca dos seus Princípios elementares e secundarios, por certo dará razão ao mesmo Autor quando crê, que he quase impossivel determinar com exactidão a natureza e quantidade das substancias *sui generis* que as compõem, bastando felizmente para o fim Medico distinguir a sua existencia, e propriedades<sup>399</sup>. (Grifos no original)

Seguindo a lógica acima, o grupo ponderou que a proposta da experiência não seria fornecer uma resposta exata sobre o objeto (quina) e de todos os seus componentes, e sim verificar a casca e sua classificação, se era a verdadeira quina ou não. Esse procedimento seria viabilizado por método comparativo com outras cascas da mesma planta, baseado nos experimentos de Louis Nicolas Vauquelin (1763-1829), que procedeu exatamente da mesma forma em trabalho anterior, analisando e comparando cerca de 20 tipos de quina. Nesse sentido, foram escolhidos outros três exemplares de casca, a saber: quina amarela e vermelha *officinae* e uma outra encontrada nas dependências do laboratório, enviada da colônia com a denominação de quina do Piauí<sup>400</sup>.

---

<sup>399</sup> ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de *et al.* Experiencias Chymicas, Sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras. In: Memorias de Mathematica e Physica da Academia R. das Sciencias de Lisboa. Tomo III Parte I. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia. 1812. p. 2.

<sup>400</sup> *Idem*. p. 2.

Percebemos, outrossim, as redes de informações científicas as quais os portugueses tinham acesso, concentradas sobretudo na escola francesa. Ainda que as duas nações permanecessem inimigas, era notório como os franceses exerciam influência sobre os portugueses quando o que estava em jogo eram produções científicas, muito mais que ingleses, aliados incontestes de Portugal<sup>401</sup>.

Salta aos olhos igualmente no texto técnico a questão do envio de remessas de produtos naturais. Isso abriu caminho para outras considerações do grupo, mais precisamente uma queixa, muito comum à época, que dizia respeito sobre o mau estado de conservação com que os objetos chegavam em Portugal. No caso específico da quina do Rio de Janeiro, um dos membros da comissão, na qual não há referências no texto sobre quem poderia ter sido, aponta que em vez de uma casca, haveria duas, e se tornava fundamental separá-las para ver se se tratava de uma só, retirada de diferentes formas em diferentes tempos ou se na verdade eram realmente distintas uma da outra. Com as primeiras experiências feitas com reagentes através de infusões aquosas, verificou-se que não havia diferenças entre elas, sendo determinado que se tratava do mesmo tipo de planta, portanto, não precisariam analisar de forma distinta esta outra casca<sup>402</sup>.

Para além da falta de cuidado sobre o envio dos produtos durante as viagens, o que acarretava em péssimas condições no ato de chegada ao destino final, outra queixa do grupo era a falta de maiores informações sobre os materiais, em especial dados botânicos, além de péssimo manuseio das pessoas que, encarregadas do transporte, não demonstravam o mínimo de cuidado nas transferências em terra ou no mar.

Em quanto ao primeiro deve notar-se, que quando esta Casca nos foi entregue, não só não era acompanhada de descrição alguma Botanica, mas nem ao menos trazia notado o seu nome trivial; sabendo-se apenas que tinha vindo do Rio de Janeiro; e o mesmo deve entender-se das outras que estavão no Laboratorio. Ora he escusado dizer quanto a Analogia Botanica ajuda ao conhecimento das virtudes das Plantas; e quanto por este lado se faria útil a sua descrição: sem tratarmos da facilidade de se pedirem novas remessas, e de se fallar huma linguagem intelligivel a todos. O que havemos dito em geral, deve-se aplicar particularmente ás Quinas, em cujas especies ha huma tal confusão, que só dando as mãos a Botanica, e a Chymica, he que se poderá desenredar o Cahos da sua Nomenclatura.

He certo que os productos são algumas vezes acompanhados por estas descrições: mas as diversas Pessoas por quem passão as perdem, extravão, e confundem: do

<sup>401</sup> “Nas ciências naturais os franceses estavam seguramente à frente dos ingleses, vantagem que a Revolução Francesa veio acentuar de forma marcante, pelo menos na matemática e na física, pois incentivou as ciências na França enquanto a reação suspeitava delas na Inglaterra. HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções (1789-1848). 33ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. p. 61.

<sup>402</sup> ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de *et al.* Experiencias Chymicas, Sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras. In: Memorias de Mathematica e Physica da Academia R. das Sciencias de Lisboa. Tomo III Parte I. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia. 1812. p. 3.

muito que poderíamos dizer a este respeito só lembraremos, que seria para dezer, que o Governo houvesse por bem escolher para semelhantes exames huma Corporação sabia, e permanente, a quem em direitura estas remessas se dirigissem, tal como a Academia Real das Sciencias, que pelo zello e promptidão com que por diversas vezes tem satisfeito as suas vistas, mostra bem o que faria em todas as occasiões, a quem podesse ser útil<sup>403</sup>.

Havia tantas espécies de Quina, de diferentes tamanhos, cores, lugares, que uma nomenclatura correta ou ao menos minimamente próxima da correta se tornava sobremaneira imprescindível. De uma botânica sem erros dependiam os mais exatos resultados das análises químicas. Por isso o cuidado dos autores em reforçarem a máxima de que “[...] só dando as mãos a Botanica e a Chymica he que se poderá desenredar o Cahos da sua Nomenclatura”.

Feitas essas considerações pelos autores, o grupo seguiu para análise individual de cada uma das cascas. São reforçadas observações quanto às formas, superfície exterior, superfície interior e sabor. Posteriormente foram realizadas as primeiras experimentações químicas, a principiar pelas decocções, que são os processos de retirada dos princípios ativos de uma planta ou substância através do chamado cozimento, líquido em ebulação com o produto dentro.

Mas afinal, trouxe essa experiência química resultados relevantes? Se sim, quais foram? Teria a quina do Rio de Janeiro virtudes que a fizesse sobressair em relação às outras?

O texto, dividido em seis capítulos, apresenta em cada um deles as experiências realizadas com cada uma das quatro quinas. A do Rio de Janeiro foi, segundo os consócios da Academia, a que teve obteve melhores resultados, apresentando maiores concentrações de princípios quando examinada por meio de infusões e decocções. Estes princípios seriam os sais neutros, o tanino, que vinha acompanhado por algum ácido o qual acreditavam ser o gálico<sup>404</sup>, além disso e o mais importante de todos, acreditavam os autores que a planta carregava o *cinchonino*, considerada a principal substância responsável pelo princípio febrífugo das quinas. Por esse motivo ela foi classificada como a verdadeira Quina. Essa qualidade a tornava mais valiosa que as demais, principalmente em relação às *officinaes*, o que, segundo palavras dos próprios membros, se poderiam “della esperar os melhores resultados”<sup>405</sup>

Esses melhores resultados na prática já podiam ser notados quando ela passou a ser usada nos “Hospitaes Militares pelo Sr. José Maria Soares” contra uma “[...] epidemia que

<sup>403</sup> ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de *et al.* Experiencias Chymicas, Sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras. In: Memorias de Mathematica e Physica da Academia R. das Sciencias de Lisboa. Tomo III Parte I. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia. 1812. p. 3-4.

<sup>404</sup> Ácido encontrado em uma variedade de plantas, tais como o chá, carvalho, além da quina.

<sup>405</sup> ANDRADA E SILVA, *op. cit.*, p. 20-22.

ultimamente grassou n'esta Capital [Lisboa], em que elles forão ainda superiores aos da Quina amarella officinal<sup>406</sup>.

Vale ressaltar que Varela apresenta o texto sobre o experimento da quina indicando que os autores o elaboraram de forma a fazer com que os leitores se habituassem à rotina no laboratório, numa espécie de espetáculo teatral, onde quem lê seria o grande responsável por dar credibilidade e consequentemente autoridade aos experimentos que os atores (membros do grupo) estavam realizando<sup>407</sup>.

Nossa percepção sobre o documento vai mais além e, seguindo Bruno Latour, consideramos que o texto pode ser colocado naquilo que o sociólogo chamou de “construção de fatos e máquinas”, e que estes só podem ser construídos através de atividade coletiva, de processos coletivos. Posto dessa forma, se tornará mais fato ou mais ficção a partir dos usos que lhe serão dados em afirmações ulteriores<sup>408</sup>. O fato, na história das ciências, está diretamente ligado ao que Latour definiu como caixa preta<sup>409</sup> e Thomas Kuhn definiu como paradigma<sup>410</sup>. Qualquer outra coisa diferente disso pode ser definida como ficção. Ao término dessa parte do trabalho, trabalharemos um pouco mais essa discussão sobre fatos e ficção.

Nos próximos tópicos utilizaremos muito esses conceitos de fato e ficção para facilitar metodologicamente a orientação das propostas dos textos científicos. Doravante demonstraremos se a *Experiencia Chymica...*, do grupo de consócios da Academia de Ciências permaneceu mais como fato ou ficção, tomando como base a publicação de Bernardino Antônio Gomes intitulada *Ensaio Sobre o Cinchonino, e sobre sua influencia na virtude da quina, e d'outras cascas.*

<sup>406</sup> ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de *et al.* Experiencias Chymicas, Sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras. In: Memorias de Mathematica e Physica da Academia R. das Sciencias de Lisboa. Tomo III Parte I. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia. 1812. p. 22-23.

<sup>407</sup> VARELA, Alex Gonçalves. “Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português”: filósofo natural e homem público – uma análise das memórias científicas do Ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819). Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. p. 107.

<sup>408</sup> LATOUR, Bruno. Ciência ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 52-53.

<sup>409</sup> Caixa preta diz respeito aquelas sentenças que se tornaram fatos indiscutíveis, que ganharam um ponto final, um caso encerrado. *Idem, ibid.*, p. 42-43.

<sup>410</sup> Thomas Kuhn define que paradigma está relacionado com ciência normal, que por sua vez “significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas”. Ou seja, trata-se de certas práticas científicas, tais como lei, teoria, aplicação e instrumentação, que auxiliaram na formação de modelos que servem para nortear tradições científicas posteriores. Essa realidade só foi possível, segundo o autor, devido ao empenho de sujeitos que trabalharam dentro do campo científico para criar situações sem precedentes, que ao mesmo tempo que os afastava de atividades científicas dissímiplares, deixava o campo em aberto para que novos partidários atuassem em cima daquilo que foi proposto. KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. Editora Perspectiva. São Paulo, 1998. p. 29-30.

*4.4.2. Ensaio Sobre o Cinchonino, e sobre sua influencia na virtude da quina, e d'outras cascas.*

Bernardino Antônio Gomes foi um médico militar formado pela Universidade de Coimbra. Atuou em diversas expedições navais e nessas ocasiões esteve no Brasil, onde aproveitou para realizar estudos científicos *in loco* sobre a vegetação local, em especial as plantas medicinais. Entre seus trabalhos destacam-se a *Memoria sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil, ou Cipó das nossas Boticas*, impressa na Tipografia Calcográfica do Arco do Cego em 1801, além das *Observações Botanico-Medicas sobre algumas Plantas do Brazil*, impressa na já citada Memorias de Mathematica e Physica da Academia de Ciências de Lisboa, no Tomo III Parte I, em 1812.

Também participou, como vimos, do grupo responsável pelas experiências químicas com a Quina do Rio de Janeiro. É preciso lembrar, porém, que o interesse em estudar a dita planta veio antes de ser escolhido para integrar a comissão do Laboratório da Casa da Moeda. Tanto que os frutos de seus estudos sobre o *cinchonino* foram publicados antes das *Experiencias Chymicas....* Primeiramente em inglês no “Edinbourg Med. And Cir. Journal, vol. 7.<sup>º</sup>, pag. 420, e no Med. And Phys. Journal vol. 27”. Posteriormente “[...] o investigador portuguez, no n.<sup>º</sup> de novembro de 1811 pag. 297, e no vol. de 1812 pag. 36, dá notícia da mesma obra<sup>411</sup>”.

Nesse texto científico, Gomes faz uma espécie de revisão sobre o princípio do *cinchonino*. Esse princípio é carregado de controvérsias acerca de quem primeiro o descobriu. O próprio Bernardino Antônio Gomes credita sua descoberta a um certo Dr. Manton, por ter sido o primeiro a observar este precipitado nas experiências com a quina. Por outro lado, logo em seguida, Gomes desfaz sua afirmação e põe Dr. Andrew Duncan (1773-1872)<sup>412</sup>, da Universidade de Edimburgo, na posição de descobridor deste princípio, por ter ele corrigido análises anteriores sobre os elementos que poderiam precipitar o *cinchonino*. Ainda na esteira dessa discussão, um outro documento de 1846, o *Codigo Pharmaceutico Lusitano, ou Tratado da Pharmaconomia*, compete ao português a descoberta deste princípio, afirmando que “não

---

<sup>411</sup> ACADEMIA DAS SCIENCIAS DE LISBOA. Noticia da vida e trabalho scientificos do medico Bernardino Antonio Gomes. Lisboa. Na Typographia da mesma Academia. 1857. Disponível em: <<https://ia800306.us.archive.org/7/items/b21778991/b21778991.pdf>> Acesso em 09 de janeiro de 2018. p. 3.

<sup>412</sup> Não temos maiores informações sobre a biografia deste personagem.

foi Duncan quem primeiro descobriu esta substância, mas sim o Dr. Bernardino Antônio Gomes, distinto médico português. Vid. Mem. da Acad. R. das Scienc. de Lisboa<sup>413</sup>.

Como podemos perceber, de imediato as controvérsias já começam na tentativa de saber quem de fato foi o descobridor deste elemento vegetal. Não faz parte do propósito deste trabalho por sob escrutínio essa polêmica, porém sua apresentação se faz necessária por estar diretamente relacionada com as discussões as quais estavam envolvidas a ciência moderna no período e os primeiros testes químicos com a quina. Como homem de ciência e homem público, Bernardino Antônio Gomes não fugiu a essas dissidências.

Voltando ao *Ensaio Sobre o Cinchonino...*, Gomes acreditava que poderia se sobressair e avançar nos estudos sobre este princípio, em particular em relação a Nicolas Vauquelin e Dr. Duncan, que já haviam pesquisado sobre isso anteriormente. Sua aposta estava em isolar o *cinchonino* das demais substâncias, o que, caso se concretizasse, poderia avançar sem precedentes o que se sabia sobre esse princípio, bem como elevar o nome de Bernardino Antônio Gomes aos dos grandes estudiosos na ciência médica e química. Divide seu Ensaio em nove capítulos, entre os quais se destacam: *Da extracção do Cinchonino* (capítulo II), *Processo para purificar o Cinchonino* (capítulo III), *Da combinação em que se acha o Cinchonino em diversos vegetaes* (capítulo VIII) e, por último, *Da influencia do Cinchonino na virtude dos vegetaes* (capítulo IX).

Para Gomes, o método para isolar a substância seria por meio da oxigenação com os reagentes. Posteriormente deduziu que o *cinchonino* era dissolúvel em álcool e não em água, o que facilitaria o método de isolamento, bastando para isso misturá-lo à água que logo iria precipitá-lo. Esse método ele explica da seguinte forma, com uma ressalva de imediato:

Eu não pertendo defender a exactidão desta teoria, quero somente indicar o que me sugerio o processo seguinte para o obter o cinchonino.

*Tome-se tintura de quina Peruviana, e evapore-se até se obter o extracto; ajunte-se a este, mechendo-o com espátula de vido, diversas e sucessivas porções d'agoa destillada, e coem-se sucessivamente até que a agoa passe quasi sem côr, e sem sabor. Evapore-se todo o liquido filtrado até se obter extracto; ajuntem-se a este sucessivas porções de dissolução aquosa bem saturada de potassa, e coem-se sucessivamente pelo mesmo filtro até a lexivia passe sem côr, ou até que fique branco o residuo, que resta no filtro: lave-se este residuo no mesmo filtro com huma pequena porção d'agoa fria, e deixe-se seccar.<sup>414</sup>* (Grifos no original)

---

<sup>413</sup> Ver: GOMES, Bernardino Antonio. Ensaio Sobre o Cinchonino, e sobre sua influência na virtude da quina, e d'outras cascas. In: Memorias de Mathematica e Physica da Academia R. das Sciencias de Lisboa. Tomo III Parte I. Lisboa, na Typographia da mesma Academia. 1812. p. 201-202; Código Pharmaceutico Lusitano, ou Tratado da Pharmaconomia. Porto: Typographia da Revista, 1846. p. 362.

<sup>414</sup> *Idem, ibid.*, p. 203-204.

Findo este processo, o ideal seria que restasse no filtro uma substância branca, que seria um indicativo de um grau maior de pureza. Se esta fosse pálida ou avermelhada, denotaria ser menos pura. Esta substância, segundo Gomes, seria o *cinchonino*. Sua pureza, como foi dito, não era total, o que merecia outro processo químico para atingir um nível aceitável. Essa questão também dependia diretamente do tipo de quina usada<sup>415</sup>.

Outra observação levantada pelo médico português em suas análises era a de que o *cinchonino* não era uma virtude exclusiva da quina, discurso comumente reproduzido na época. Conforme disse no texto, o Dr. Andrew Duncan havia encontrado o princípio “[...] na angustura, na calumba, na ipecacuanha, na pimenta negra, no pimentão, e no opio”. Por seu turno, Gomes revela que achou o mesmo *cinchonino* em diversas cascas, sendo quinas ou não, o que acabava por demonstrar que até mesmo o uso do termo, uma derivação do nome científico da Quina (*Cinchona*), estaria equivocado, carregado de erro. Sua recomendação, porém, era a de que se permanecesse a mesma nomenclatura, para evitar confusão no seu uso<sup>416</sup>.

Por fim, Bernardino Antônio Gomes apresentou suas conclusões a respeito de ser ou não o *cinchonino* o princípio febrífugo das quinas. Esta parte de seu Ensaio foi basilar para questionar os resultados apresentados pelo grupo da Academia de Ciências no texto sobre as experiências químicas com a quina do Rio de Janeiro, a qual ele próprio fez parte. Se Gomes fez questão de pôr em dúvida as afirmações de seus consócios, com estudiosos estrangeiros não seria muito diferente. É nesse sentido e em cima da afirmação de Dr. Duncan, que dizia ter encontrado na angustura o *cinchonino*, princípio que Bernardino Antônio Gomes duvidou que fosse o responsável único e exclusivo da virtude antifebril das quinas, porque na angustura a questão febrífuga não foi notada. Portanto, segundo Gomes, o *cinchonino* era apenas um dos componentes por tal situação. Sua presença por si só não garantia a virtude febrífuga da quina.

Sua base de argumentação estava sustentada pelo período em que trabalhou como médico em um hospital militar de Lisboa. Não tinha ainda, por essa época, feito as experimentações químicas com as cascas para obter o *cinchonino*. Seus estudos foram feitos então na prática, por ordem da Secretaria de Estado. Deste modo, argumentava ele que:

Quando eu servia nos hospitais militares e da marinha, recebi ordens das respectivas Secretarias de Estado para experimentar diversas cascas desconhecidas na Medicina Europea, as quais tinham vindo do Brasil com nome de quina. Então ainda eu não tinha feito experiência alguma química a respeito do *cinchonino*, e ignorava inteiramente se as cascas do Brasil continham ou não. Assim sem prevenção

---

<sup>415</sup> GOMES, Bernardino Antonio. Ensaio Sobre o Cinchonino, e sobre sua influência na virtude da quina, e d'outras cascas. In: Memorias de Mathematica e Physica da Academia R. das Sciencias de Lisboa. Tomo III Parte I. Lisboa, na Typographia da mesma Academia. 1812. p. 205.

<sup>416</sup> *Idem, ibid.*, p. 210.

experimentei sucessivamente estas cascas nas febres, particularmente nas intermitentes, e achei que as cascas de Camamú, de Goiazes, da Portlandia hexandra, huma especie de quina do Brasil, e diversas quinas da America Hespanhola erão notavelmente febrifugas; ao mesmo tempo notei com pezar e admiração, que duas especies de verdadeiras de quina, vinda tambem do Brasil, nada, ou quasi nada possuião d'aquelle realidade

Para vêr quanto esta conjectura tinha de verdadeira, comecei a fazer experiencias chimicas sobre todas as quinas Hespanholas que pude alcançar, e sobre as tres quinas e as outras tres cascas do Brasil acima mencionada; e achei que todas as quinas Hespanholas das nossas Boticas, huma das do Brasil, que tinha achado febrigufa, e as cascas de Goiazes, de Camamú, e da Portlandia continhão cinchonino, e que não havia este principio nas duas outras quinas do Rio de Janeiro, isto he, nas cascas da *C. macrocarpa*, e da *C. pubescens*, que tinha tido achado pouco ou nada febrífuga<sup>417</sup>.

Após testar os tipos de casca na prática, veio-lhe a ideia de experimentá-las quimicamente. Provavelmente umas das duas quinas do Rio de Janeiro (*Cinchona macrocarpa* e *Cinchona pubescens*) foi aquela analisada novamente pelos consócios no Laboratório da Casa da Moeda. Foi a partir disso que Bernardino Antônio Gomes deve ter se achado plenamente capacitado para questionar as experimentações químicas realizadas por seus consócios sobre a quina do Rio de Janeiro e sobre o resultado até então obtido, qual seja, ser essa casca a verdadeira quina por conter nela o *cinchonino*.

Consequência disso foi que Gomes enviou uma carta a José Bonifácio de Andrada e Silva, de 18 de janeiro de 1813, explicando seu ponto de vista sobre a revisão proposta por ele sobre a incidência do *cinchonino* na quina do Rio de Janeiro. A questão para ele estava em aberto e merecia ser discutida pormenorizadamente, e, portanto, apresentou sua visão aos demais membros da Academia, tendo em vista que o mesmo menciona na missiva que ficou decidido em assembleia que ele deveria apontar os “lugares da Mem. sobre a analyse da Quina do Rio de Janeiro”, onde ele divergia dos demais membros da comissão<sup>418</sup>.

Toda a crítica exposta por Bernardino Antônio Gomes na correspondência para José Bonifácio sobre a *Experiencia Chymica...* foi baseada no seu *Ensaio Sobre o Cinchonino*, e o principal ponto levantado por ele foi justamente a conclusão dos seus consócios de que a quina do Rio de Janeiro carregava este princípio. Em sua nova perspectiva, baseada exatamente nas análises químicas sobre as quinas mencionadas na citação acima, não acreditava que a casca analisada no Laboratório da Casa da Moeda continha o *cinchonino*. Ia mais além, afirmava que

<sup>417</sup> GOMES, Bernardino Antonio. Ensaio Sobre o Cinchonino, e sobre sua influência na virtude da quina, e d'outras cascas. In: Memorias de Mathematica e Physica da Academia R. das Sciencias de Lisboa. Tomo III Parte I. Lisboa, na Typographia da mesma Academia. 1812. p. 212-213.

<sup>418</sup> CARTA a José Bonifácio de Andrada e Silva tratando da análise da quina do Rio de Janeiro para provar que ela contém cinchonino. Lisboa, 18/01/1813. 6p. Orig. Ms. José Bonifácio ocupa o cargo de secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa. Coleção Rio de Janeiro. L – II – 34, 24, 013 nº 002. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1426747/mss1426747.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1426747/mss1426747.pdf)> Acesso em 16 de janeiro de 2018.

nem mesmo por combinação de diversas outras substâncias seria possível encontrá-lo na dita quina, o que invalidaria ainda mais as experiências de 1811<sup>419</sup>.

Entre os pontos do texto científico que foram abordados por ele como contendo erros, estavam inclusive as técnicas usadas e as suposições levantadas, e apresentou dois pontos que considerava fundamentais para corroborar suas divergências em relação aos outros: o primeiro é que não havia *cinchonino* na quina do Rio porque pelas experiências químicas dos comissionados, estes erroneamente consideraram que o princípio se dissolvia em água, enquanto que Bernardino Antônio Gomes demonstrou o contrário, que ele se dissolvia em álcool e muito pouco em água. Consequentemente, o que o grupo observou no Laboratório foi outra coisa totalmente diferente. O segundo fato era que ele julgava que as quinas tinham dois princípios, que poderiam ser o próprio *cinchonino* e outra qualquer substância que ele não tinha certeza qual seria, o que não ajudava a definir este como sendo o responsável pela virtude febrífuga. Em contrapartida a isso, os demais membros julgavam ter as quinas somente um princípio. Este seria o *cinchonino*, responsável pela ação antifebril das quinas.<sup>420</sup>

Outro aspecto que chama a atenção na missiva direcionada a José Bonifácio é o tom da escrita do autor. Notamos que Bernardino Antônio Gomes tenta se distanciar dos episódios ocorridos em 1811 junto aos demais membros, como se quisesse demonstrar que não fez parte dos estudos químicos sobre a quina. Percebemos que, ao buscar apresentar sua linha de pensamento, que consequentemente iria divergir de seus consócios, se refere pelas seguintes formas: “[...] em q. sou de opinião contraria a dos meos sabios consocios”; “[...] em q. principalmente dissendo dos meos consocios Membros da m.<sup>ma</sup> analyse”; e “A estas razoes já assaz poderozas tenho p.<sup>a</sup> acrescentar outras, pelas quaes principalm.<sup>te</sup> dissinto dos meos consocios”. É como se, ao tentar demonstrar que os estudos anteriores estavam errados, ele quisesse se manter à margem daquilo que havia sido produzido, mesmo que ele próprio tenha participado das experiências em laboratório<sup>421</sup>.

<sup>419</sup> CARTA a José Bonifácio de Andrada e Silva tratando da análise da quina do Rio de Janeiro para provar que ela contém cinchonino. Lisboa, 18/01/1813. 6p. Orig. Ms. José Bonifácio ocupa o cargo de secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa. Coleção Rio de Janeiro. L – II – 34, 24, 013 nº 002. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1426747/mss1426747.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1426747/mss1426747.pdf)> Acesso em 16 de janeiro de 2018.

<sup>420</sup> *Idem*.

<sup>421</sup> Entre um dos motivos que levou Bernardino Antônio Gomes a fixar esse distanciamento dos demais consócios talvez esteja no fato de que as conclusões da Comissão divergiam diretamente dos resultados obtidos por Gomes. Se acatasse e reconhecesse tais considerações, de certo modo estaria refutando a si mesmo e pondo sob suspeitas sua própria capacidade e imagem. Os resultados apresentados por Gomes e aqueles dos comissionados nunca iriam convergir para um ponto em comum, posto que os trabalhos do grupo no Laboratório da Casa da Moeda em cima do cinchonino não puderam ser concluídos devido à falta de tempo hábil para cristalizar a substância devido. Tal acontecimento já demonstraria que os pontos de vista não iriam se completar. Sintoma disso talvez esteja também nos episódios em que esteve ausente tanto das sessões em que foi deliberado o grupo responsável pelas análises

Bernardino Antônio Gomes se esforçou para conseguir demonstrar cientificamente que suas ideias estavam corretas, mesmo que para isso tivesse que se valer de controvérsias, neste caso, contestar seus colegas de Academia ao mesmo tempo em que se isentava de participação nos resultados obtidos. Neste sentido, conclui a carta dizendo:

Pelo q. tenho exposto ou estou em g.<sup>de</sup> illusão ou tenho bastante razão p.<sup>a</sup> dissentir nesta dos meos consocios. Como q.<sup>r</sup> [quer] q. seja, havendo assim mostrado q. a tenacidade na m.<sup>a</sup> opinião não he capricho mas sim persuazão fundamentada em exp. e razoes não se me deve estranhar ou interpostrar sinistram.<sup>te</sup> o conteudo na m.<sup>a</sup> precedente a carta, daq. se collige q. eu, apezar de dissentir dos meus consocios, nenhua vont.<sup>de</sup> tinha de impugnar suas opiniões. Acrescento mais a bem da verd.<sup>e</sup> q. me custa não pouco verme obrigado a fazelo, não so porq. detesto controversias, q. poucas vezes terminão com satisfação d'ambas as partes, mas porq. tenho pelos consocios de q. dissinto, hua consideração q. julgo devida aos seos vastos conhecimentos e as suas amaveis qualid.<sup>es422</sup>.

Como dito acima, Gomes se esforçou para ter suas conclusões validadas ao passo que apontava os supostos erros cometidos por seus companheiros de Academia. Tal iniciativa, como ele próprio reconhece, abririam controvérsias que correriam o risco de não serem bem aceitas, sobretudo se fossem consideradas infundadas ou pouco fundamentadas. Teve sucesso o médico em suas investigações? Como veremos, um aspecto parece ter apontado um horizonte pouco favorável para Bernardino Antônio Gomes.

Antes, cabe dizer que nenhum texto é escrito de forma solitária, há sempre outros personagens por trás, os chamados aliados, que muitas vezes servem de base de sustentação para garantir à escrita um *argumento de autoridade*. Quanto mais aliados tiver, mais difícil será derrotá-lo. A *Experiencia Chymica...*, podemos dizer, se encaixa nessa perspectiva, a começar pelo fato de que não se tratava de um só autor e sim de um grupo de quatro homens de ciências que assinaram a análise, tendo Bernardino Antônio Gomes entre eles. E ainda que Gomes não se reconhecesse como sendo parte integrante do grupo, o restante dos comissionados ainda se valeram de outro estudioso, Nicolas Louis Vauquelin, para dar uma maior autoridade ao texto, pois as experiências químicas com a quina do Rio de Janeiro eram baseadas naquilo que o francês já havia feito com cerca de vinte espécies diferentes da mesma planta. Ou seja, Gomes

químicas da quina quanto aquela em que foi lido os resultados das mesmas análises. Cf. SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. A Academia Real de Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Ciência), Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, 2015. p. 255.

<sup>422</sup> CARTA a José Bonifácio de Andrade e Silva tratando da análise da quina do Rio de Janeiro para provar que ela contém cinchonino. Lisboa, 18/01/1813. 6p. Orig. Ms. José Bonifácio ocupa o cargo de secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa. Coleção Rio de Janeiro. L – II – 34, 24, 013 nº 002. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1426747/mss1426747.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1426747/mss1426747.pdf)> Acesso em 16 de janeiro de 2018.

não estava contestando somente os seus outros três consócios. Estava divergindo também de Mr. Vauquelin, bem como de todos os outros membros da Academia de Ciências de Lisboa, que em assembleia deliberaram pela publicação do texto<sup>423</sup>.

Sozinho, dificilmente conseguiria derrubar as afirmações feitas por seus colegas e uma série de acusações feitas por parte de opositores às suas ideias parecem ter ajudado a pôr sob suspeita suas próprias afirmações:

Os resultados obtidos pelo D. Gomes foram geralmente recebidos como bem provados: na parte historica da analyse das quinas o seu nome nunca mais deixou de figurar a par da descoberta do cinchonino. Um fado máo, porém, permitti, que fosse no seu proprio paiz, e no unico jornal de medicina portugueza então existente, onde aparecesse oposição as ideas do author. A descoberta do cinchonino foi ali posta em duvida, as razões da sciencia para isso produzidas foram dadas como insufficientes e especiosas, e até de erros de sciencia o author foi accusado. Debalde mostrou elle os dos seus antagonistas, e lhes pedia que repetissem as suas experiencias, e por observação propria mostrassem a falsidade da sua; não o conseguiu, mas nem por isso continuou menos a oposição que lhe fizeram<sup>424</sup>.

Não temos como precisar até que ponto as críticas feitas a Bernardino Antônio Gomes eram profissionais ou pessoais, mas ao que parece elas ofuscaram as aspirações do médico. No trecho final da carta direcionada a José Bonifácio, ele indica que foi proposto pela Academia em assembleia duas opções para tornarem públicas suas dissidências. A primeira era a de reimprimir a memória sobre a experiência química com a casca da quina contendo notas “[...] nos lugares controversos ou imprimir depois desta as exp. [experiências] e os fundamentos da m.<sup>a</sup> diversa opinião”. O autor deixa claro que prefere a segunda opção, e ainda destaca mais uma, que sua carta poderia servir de memória sobre o tema. Pelas pesquisas e leituras específicas levantadas, Bernardino Antônio Gomes ficou sem nenhuma das opções, pois não

<sup>423</sup> Baseamos essa discussão em *Ciência em ação*. Bruno Latour considera que o *argumento de autoridade* nada mais é do que a arregimentação de novos aliados para servir de apoio para uma afirmação: “uma revista, Nature; um autor que ganhou o prêmio Nobel; seis co-autores; as instituições financeiras”. Todos esses exemplos podem ser considerados como forma de arregimentação de aliados. A revista é responsável por receber um texto, que por sua vez passará pelo crivo de pelo menos três avaliadores. Sendo aceito para publicação, automaticamente aqueles três avaliadores bem como o corpo editorial assumem a responsabilidade de considerar as argumentações contidas no artigo algo relevantes. O número de aliados do texto somente nessa etapa aumenta consideravelmente. Para escrever o texto, seu autor ou autores, tiveram de passar por outra avaliação, dessa vez de ordem econômica, a fim de garantir recursos para levar a pesquisa à frente. Se a proposta for aceita, a instituição financeira se torna outra aliada do texto, porque garantiu subsídios para que seu(s) autor(es) pudesse(m) viabilizar os estudos científicos que posteriormente seriam transpostos em formato de artigo. A depender do nível de discussão nas pesquisas que foram expostas no artigo, esse(s) autor(es) podem ainda concorrer a um prêmio Nobel. Se garantir o prêmio, então o texto terá como aliados a revista que aceitou a publicação, a instituição financeira que decidiu investir dinheiro naquele projeto e a Academia de Ciências de Estocolmo que resolveu congratular a pesquisa com um prêmio sem precedentes. LATOUR, Bruno. *Ciência ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 53-66.

<sup>424</sup> ACADEMIA DAS SCIENCIAS DE LISBOA. Noticia da vida e trabalho scientificos do medico Bernardino Antonio Gomes. Lisboa. Na Typographia da mesma Academia. 1857. Disponível em: <<https://ia800306.us.archive.org/7/items/b21778991/b21778991.pdf>> Acesso em 09 de janeiro de 2018. p. 17-18.

foram encontrados quaisquer indícios de novas publicações no sentido por ele indicado. Dessa forma, o texto *Experiencia Chymica...* continuou sendo um fato científico.

Para finalizar essa sequência de estudos sobre a quina, temos o trabalho de Thomé Rodrigues Sobral, que veio a alimentar ainda as polêmicas e controvérsias acerca do que se sabia sobre esta planta e seus princípios febrífugos.

#### *4.4.3. Memoria sobre o principio febrífugo das quinas.*

Thomé Rodrigues Sobral nasceu em Felgueiras, freguesia localizada em Moncorvo, região norte de Portugal, no ano de 1759. Em 1779 ingressou nos cursos de Matemática e Filosofia da Universidade de Coimbra, formando-se nos dois cursos em 1783. Entre 1786 a 1789 atuou como demonstrador de história natural, lente-substituto de física, história natural e química. Em 1791 foi nomeado professor da cadeira de Química e Metalurgia, vindo também a ficar no lugar de Domingos Vandelli como diretor do Laboratório de Química em Coimbra<sup>425</sup>.

A Memória sobre o princípio febrífugo das quinas faz uma revisitação bibliográfica do que já se tinha produzido sobre esta planta, e através disso Rodrigues expõe suas conclusões. Para ele, a ação antifebril não estava concentrada em um princípio específico, fosse ele o *cinchonino* ou qualquer outro. A virtude febrífuga ocorria mediante a união de várias substâncias encontradas nas cascas. E ia mais além, defendia que o *cinchonino* também não era o princípio responsável pela cura das febres, como defendiam outros autores. Para chegar a essas conclusões, como dito acima, promoveu um revisionismo temático e referenciou o que para ele eram os quatro principais químicos que já haviam trabalhado com a quina. Eram eles: Antoine François de Fourcroy (1755-1809), Louis Nicolas Vauquelin (1763-1829), Armand Seguin (1767-1835) e Louis Claude Cadet de Gassicourt (1731-1799). Na verdade, a percepção de que esses sujeitos eram os mais capacitados do período nos estudos sobre a quina e seus princípios era quase senso comum entre os portugueses, haja vista terem sido citados na *Experiencia Chymica...* e no *Ensaio Sobre o Cinchonino*.

Rodrigues não citava os quatro químicos somente como ponto de referência para o seu próprio trabalho, para o que se propunha a fazer com essa memória. Os utilizava também para mostrar ao público leitor especializado que o máximo que se sabia sobre as quinas estavam

---

<sup>425</sup> COSTA, António Amorim. Thomé Rodrigues Sobral. Disponível em: <[http://www.spq.pt/files/docs/Biografias/Thome\\_Rodrigues\\_Sobral\\_port.pdf](http://www.spq.pt/files/docs/Biografias/Thome_Rodrigues_Sobral_port.pdf)> Acesso em 18 de janeiro de 2018.

ali, contidas nos conteúdos daqueles homens, e que entre uma e outra publicação pouco se tinha avançado nos conhecimentos sobre a planta. Sua crítica era carregada de um tom exaltado:

E' sem dúvida um pensamento assás humilhante para o nosso amor proprio, que tanto propende para querer explicar todos os phenomenos da natureza, que se-faça uso, e uso frequentissimo d' uma casca vegetal como a quina ha quasi dois seculos; que se tenha trabalhado e escrito tanto sôbre ésta casca por grandes Botanicos, por grandes Médicos, e por grandes Chimicos; e que, isto não obstante, ella offereça ainda hoje quasi no mesmo estado os mais interessantes problemas que devião propôr-se a uns e outros immediatamente depois da sua primeira applicação empirica, e quando curou como por milagre a febre da Condeça *del Cinchon*: que ainda hoje não se saiba distinguir por caracteres botanicos, physicos, ou chimicos a verdadeira casca Peruviana d'outras muitas casca com as quaes ou a ignorancia, ou a malicia e ambição de ganho a-confundem a cada passo, para introduzir no commércio, e no uso médico substâncias, que debaixo do nome e apparencia da verdadeira quina, apenas possuem algumas das propriedades d'ella, menos a febrífuga: que ainda hoje se-ignore, ainda quando se-trata da verdadeira quina, qual é n'ella o verdadeiro principio, que cura a febre; e qual por consequencia a preparação mais efficaz, e o melhor modo de extrahir, e administrar este principio desembaraçado e livre dos outros principios da mesma casca, que, na hypothese da existencia do primeiro, não servirão senão a enfraquecer, ou aumentar-lhe a sua acção; sendo aliás um medicamento que todos os dias vemos applicar sem outro conhecimento da sua natureza mais que o nominal; e sem outro guia mais que um quasi puro empirismo<sup>426</sup>.

Como se pode observar, chamava a atenção para o caráter quase primário do conhecimento sobre a quina, apontando que a maior parte do que se sabia era baseado em conhecimentos empíricos ou nominais, ou seja, a casca estava dotada de tal importância que ela era usada mesmo quando não sabia se se tratava da verdadeira quina, sendo utilizada apenas por conta do nome. Por isso, segundo o autor, avançar nos conhecimentos botânicos, químicos e físicos da planta era assaz importante, até para se evitar que pessoas, fosse pela ganância ou charlatanismo, pudessem cooptar outros sujeitos a fazerem uso de uma planta que não fosse a verdadeira quina. Percebemos ainda a pouca inclinação em Thomé Rodrigues em aceitar que algum princípio dessa planta estivesse em qualquer momento da história das experiências químicas já realizadas até então sido completamente extraído, negando dessa forma as conclusões defendidas por Bernardino Antônio Gomes.

Neste momento importa dizer que a intenção do autor era, sobremaneira, resolver os problemas não solucionados que envolviam as análises da quina, quais sejam:

1.º achar-se um caracter botanico, physico, ou chymico seguro e constante para distinguir sem equivoco a casca, verdadeira quina, das que não o são: 2.º determinar-se por uma analyse exacta, e que não deixe lugar a dúvida, qual é a verdadeira composição chimica da quina genuina; qual a natureza e proporção de cadaum dos seus principios immediatos, e quaes os seus elementos, e igualmente em que proporções entrão cadauns d'elles: 3.º determinar-se em qual ou em quaes d'estes

---

<sup>426</sup> SOBRAL, Thomé Rodrigues. Memoria sobre o Princípio Febrifugo das Quinas. JORNAL DE COIMBRA. Coimbra, 1812. Vol. 15, nº 82, pt. 1 (1819) – Coimbra: [s.n.], 1812-1820 (Lisboa: Tipografia Régia). p. 126.

principios reside exclusivamente a virtude febrifuga da casca; conseguido o que, ficaria facil: 4.<sup>o</sup> o determinar-se o modo d'extracção mais apropriado á natureza do dito principio ou principios: e por consequencia entre as diferentes preparações pharmaceuticas da quina, as quaes não podem certamente ser indiferentes para se obter o fim desejado, assinar-se qual merece a preferencia; com subordinação ás circunstâncias occurrentes<sup>427</sup>.

Essas questões o importunavam e o faziam refletir: se os maiores nomes no campo da química não haviam ainda as solucionado, dificilmente outros nomes dariam conta de resolvê-las. Conquanto isso não o impedia de tecer algumas observações sobre o assunto, especialmente sobre o princípio febrífugo das quinas. Para ele, as controvérsias começavam com o fato de nunca terem conseguido provar por exames a concretude da substância responsável pela virtude antifebril. Neste sentido ele a concebia como uma propriedade nova e sendo formada por um conjunto de outros elementos, não sendo algo *sui generis*, diferentemente de outras qualidades também existentes na planta<sup>428</sup>.

Se esses quatro problemas fossem resolvidos, os estudos sobre a quina avançariam de tal modo que, segundo Rodrigues, seria possível inclusive se pensar na fabricação de uma quina artificial. O método se daria pelo exato diagnóstico do número, proporção e natureza de princípios. Baseado na teoria de que “identidade de composição produzirá identidade de propriedades”, acreditava que se as quinas ou quaisquer outras cascas usadas contra as febres fossem dotadas de quantidades iguais ou similares dos compostos químicos da quina peruviana, então estas outras espécies poderiam ser usadas como se fossem a verdadeira quina do Peru, sem risco de ônus decorrente de seus usos<sup>429</sup>.

Este metodo de analysar, e comparar as differentes quinas, e outras substâncias a ellas analogas, na virtude antiperiodica, poderá até conduzir-nos um dia a poder compôr, para o-dizer assim, uma boa quina artificial. Conhecidos uma vez os principios que compõem p. ex. a boa quina vermelha, e as suas proporções, será possivel, tomndo separadamente cadaum d'estes principios, ou d'outras quinas inferiores, ou ainda d'outras substancias que não pertenço ao mesmo genero, e combinando-os devidamente nas mesmas proporções, obter-se um composto febrifugo semelhante a mesma quina. Então quando este feliz resultado se-verificasse, poderíamos sem dúvida jactar-nos de ter levado este objecto ao maior grão de luz, e ao maior ponto de perfeição: e teríamos resolvido o importante problema que tem até agora ocupado [...]<sup>430</sup>.

Para finalizar, o autor segue o texto apresentando uma segunda parte dividida em dois subtópicos. Trata-se de textos mais de caráter técnico, onde ele apresenta algumas teorias

<sup>427</sup> SOBRAL, Thomé Rodrigues. Memoria sobre o Princípio Febrifugo das Quinas. JORNAL DE COIMBRA. Coimbra, 1812. Jornal de Coimbra/red. José Feliciano de Castilho... Vol. 15, nº 82, pt. 1 (1819) – Coimbra: [s.n.], 1812-1820 (Lisboa: Tipografia Régia). p. 127-128.

<sup>428</sup> *Idem, ibid.*, p. 135.

<sup>429</sup> *Idem, ibid.*, p. 136.

<sup>430</sup> *Idem, ibid.*, p. 136-137.

da química que o auxiliaram a elaborar suas conclusões. As suas teorias químicas buscavam refutar a ideia de que determinadas propriedades seriam universais, sendo encontradas de maneira igual em espécies semelhantes. Essas conclusões, como vimos, o ajudaram a negar a existência de uma virtude exclusivamente febrífuga nas quinas, sendo antes uma propriedade nova decorrente da composição natural das plantas. Contribuíram igualmente para o desenlace de sua análise, além das ditas teorias, os já citados autores químicos Seguin e Vauquelin, especialmente este último. Sobre Vauquelin, Sobral afirmou, após ler a memória sobre as quinas, que não foi possível perceber nas explicações do francês algo que pudesse dar conta da existência do princípio febrífugo. Pelo contrário, encontrou ainda muitas dúvidas que deixaram os estudos sobre as propriedades das quinas no mesmo estado a qual se encontravam antes dos trabalhos de Nicolas Vauquelin.

Para dar contornos finais à questão dos estudos científicos sobre a quina, Antônio Amorim Costa afirma que a adesão de Thomé Rodrigues Sobral nas análises sobre este vegetal poderia estar relacionada também com as controvérsias instaladas entre Bernardino Antônio Gomes e José Feliciano de Castilho, diretor do Hospital de Coimbra e redator do jornal de igual nome. O autor não dá maiores detalhes sobre esse conflito, limitando-se apenas a comentar que, para pôr fim aos debates, José Feliciano resolveu atuar em favor do amigo Thomé Rodrigues Sobral lhe outorgando a palavra final sobre a quina e suas propriedades, por entender que Sobral seria o melhor e mais capacitado no assunto, elevando com seus trabalhos o nível dos debates<sup>431</sup>.

O cenário parece ter se acalmado em Portugal após essas querelas entre os três sujeitos acima citados, tanto em nível de discussões pessoais quanto em relação a estudos e escritos sobre a quina. Com isso, o papel de destaque nesse campo continuou a cargo dos franceses, que pareciam ter entendido e atendido as aspirações de Sobral em ver avançar os conhecimentos sobre o vegetal. No ano de 1820, na Escola de Farmácia de Paris, Pierre Pelletier (1788-1842) e Joseph Caventou (1795-1877) anunciaram publicamente a descoberta dos alcaloides *cinchonina* e *quinina*.<sup>432</sup>

Essa descoberta parecia, enfim, enterrar de vez a obra de Bernardino Antônio Gomes e deixá-lo ainda mais sem *credibilidade*<sup>433</sup>. Thomé Rodrigues Sobral continuaria

<sup>431</sup> COSTA, António Amorim. Thomé Rodrigues Sobral. Disponível em: <[http://www.spq.pt/files/docs/Biografias/Thome\\_Rodrigues\\_Sobral\\_port.pdf](http://www.spq.pt/files/docs/Biografias/Thome_Rodrigues_Sobral_port.pdf)> Acesso em 18 de janeiro de 2018. p. 1007.

<sup>432</sup> *Idem*, p. 1007.

<sup>433</sup> O conceito de *credibilidade* neste caso está ancorado nos postulados de Steven Shapin. A credibilidade nas ciências é fundamental para consolidar determinado conhecimento: “Sem credibilidade, sem conhecimento.” Neste caso o que ele considera como tal é o fato de que produzir conhecimento, neste caso o científico, deve passar pelo crivo de autoridades no assunto. A convicção do indivíduo tem de se tornar coletiva, receber apoio da classe

convicto de que até aquele momento nada de concreto havia sido apresentado sobre o princípio febrífrugo ou sobre o isolamento de qualquer alcaloide presente na casca da quina.

Por fim, para encerrar de vez as polêmicas em torno da quina, uma última memória ainda seria publicada em Portugal. Trata-se do texto produzido por Alexandre Vandelli, aquele mesmo citado anteriormente, responsável pelo fornecimento de alguns materiais para facilitar os trabalhos da comissão da Academia das Ciências de Lisboa. Essa memória, que teve como objeto duas cascas de uma planta amargosa recebidas do Pará, foi de imediato criticada pelos seus pares na Academia, devido à sua pouca profundidade nas discussões e por não trazer nada de efetivamente novo<sup>434</sup>.

O que nos motivou a trazer para a discussão essas três reflexões de caráter científico foi a compreensão de que são exemplos práticos do que entendemos, a partir das teorias do historiador Reinhart Koselleck (2014), por aceleração do tempo, fenômeno este tipicamente moderno, mas que ganhou ainda mais força a partir do início do século XIX, com os progressos técnicos cada vez mais intensificados. A aceleração originava outra questão, a abreviação do tempo. Ambas, porém, compartilham uma mesma origem: a expectativa pelo Juízo Final. A ideia de que o fim dos dias estava próximo e que Deus estava voltando para concretizar a salvação da humanidade foi a primeira forma de abreviação temporal conhecida pela humanidade. Por sua vez, esta dava lugar a partir do século XVI a uma abreviação temporal movida pelos progressos executados pelo homem: “Deus não é mais o senhor da ação: agora o homem provoca os progressos. Trata-se de uma substituição quase imperceptível do sujeito”. Nessa substituição quase imperceptível que acarretava progressos acelerados que consequentemente abreviavam o tempo, o que estava em jogo era o domínio da natureza<sup>435</sup>.

Dado esse contexto, não é coincidência que esses três documentos tenham sido produzidos nas primeiras décadas do século XIX, período que Koselleck definiu como aquele que fez avançar ainda mais as teorias da aceleração do tempo devido às inovações técnico-

dedicada à expertise no assunto. “Toda afirmação tem de angariar credibilidade, e credibilidade é o resultado de uma prática social e cultural contingentes”. Sem esses meios, o que se formaria em cima das convicções e conhecimentos formados pelo indivíduo nada mais seria do que ceticismo. E ceticismo em ciência é como uma moeda sem valor. Trazendo essas discussões para a figura de Bernardino Antônio Gomes, a não validação de suas teorias por parte de membros de corpos científicos em Lisboa colocava sob suspeita suas afirmações. SHAPIN, Steven. Nunca Pura: Estudos Históricos de Ciência como se Fora Produzida por Pessoas com Corpos, Situadas no Tempo, no Espaço, na Cultura e na Sociedade e Que Se Empenham por Credibilidade e Autoridade. 1.ed. Belo Horizonte, MG. Fino Traço, 2013. Ver especialmente o capítulo 2: “O Amor de Cordélia: *Credibilidade e os Estudos Sociais da Ciência*.

<sup>434</sup> SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. A Academia Real de Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Ciência), Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, 2015. p. 258-259.

<sup>435</sup> KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. 1. ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014. p. 176.

científicas<sup>436</sup>. Consideramos assim que a iniciativa de estudar a casca da planta para descobrir elementos presentes na composição que pudessem justificar a ação terapêutica são de fato inovações atinentes àquele tempo. Mas, sobretudo, são exemplos que evidenciam a abertura de um novo tempo, aquele pretendido se distanciar da natureza.

Apesar de não ser unanimidade na história da ciência relativa à Portugal no período aqui abordado, quem descobriu ou mesmo quem isolou pela primeira vez o *cinchonino* na casca da quina, o certo é que o projeto de tomar a frente nesses estudos impactou de forma decisiva as pesquisas científicas posteriores. O maior impacto dessas diligências foi a descoberta e o isolamento por parte de dois químicos franceses – Joseph Pelletier e Joseph Caventou – de outra substância presente na casca da quina: o quinino. Misturado ao ácido sulfúrico, formava o sultato de quinina, produto muito usado no tratamento de febres, especialmente no decorrer do século XIX.

O aprofundamento nas investigações sobre essas substâncias desencadeou uma nova forma de tratamento para as febres. O uso direto da casca *in natura* através da ingestão de pequenos pedaços dará lugar a modos mais precisos e econômicos de ingestão, haja vista que o sulfato de quinina, especialmente, possibilitará a mesma eficácia no tratamento das doenças, evitando a utilização de maiores proporções de cascas de quina. Essa discussão será mais bem desenvolvida no próximo tópico, *a Quina e o Dicionário de Chernoviz*.

Por ora importa saber que todos esses aspectos convergem para o debate de um novo tempo histórico, o da aceleração. Utilizando as explicações de Koselleck, as primeiras décadas do século XIX já apresentavam mais descobertas científicas em relação à quina do que os cerca de 180 anos anteriores, período equivalente à descoberta das primeiras *cinchonas* na região da América espanhola. E tomando o que os homens de ciência aqui abordados consideraram em seus escritos, outras inovações não tardariam a surgir, a exemplo de Thomé Rodrigues Sobral, que levantou a hipótese, como vimos, de ser criada uma “quina artificial” através de bons estudos feitos com a planta.

Donald Worster (2012) faz uma análise do momento – primeiros decênios dos oitocentos – que muito nos ajuda a compreender as relações homem e natureza naquela ocasião e corrobora o que já vínhamos apresentando sobre aceleração do tempo e progresso técnico-científico. O historiador ambiental nos diz que, entre os anos 1810 e 1830, um novo quadro começou a surgir quando os cientistas passaram a compreender que o mundo não era estático

<sup>436</sup> KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. 1. ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014. p. 180.

como previa a física newtoniana. Ao contrário, perceberam que no lugar existia uma natureza “[...] em evolução, contingente, revolucionária, conflituosa, às vezes catastrófica, e em um constante estado de fluxo”. Essa percepção só foi possível a partir do momento que se temporalizou a idade da Terra a partir dos estudos em Geologia, “[...] primeira ciência a descobrir o tempo<sup>437</sup>”.

O próprio Donald Worster (1991), em outra ocasião, inferindo sobre o papel, a nível de importância, da história da ciência nos estudos de história ambiental, afirma que:

Por vezes se diz que a ciência moderna nos capacitou a superar essas condições materiais e a alcançar, pela primeira vez na história, um entendimento impessoal, transcultural, neutro, sobre o funcionamento da natureza. Acredita-se que o método científico de coletar e verificar fatos gere a verdade pura e imparcial. Essa confiança é ingênuia. Poucos estudiosos da história da ciência a aceitariam hoje sem críticas. Eles alertariam que a ciência nunca esteve acima das circunstâncias materiais. Embora ela possa de fato ser uma maneira superior de chegar à verdade, certamente superior na capacidade de criar poder sobre a natureza, ainda assim a ciência foi moldada pelo tecno-ambiente e pelas relações sociais da sua época. [...] os cientistas não trabalham completamente isolados das suas sociedades, e sim refletem, nos seus modelos de natureza, as suas sociedades, os seus modos de produção, as suas relações humanas, as necessidades e os valores de sua cultura. Precisamente por isso, e pelo fato de a ciência moderna ter tido impactos tão importantes no mundo natural, a história da ciência tem o seu lugar na nova história ambiental<sup>438</sup>.

Pesquisas científicas sobre a casca da quina aventadas e levadas à execução pelos ilustrados portugueses demonstram bem essa relação que mantém a ciência condicionada a outros elementos e a fatores que a rodeiam. A necessidade, que só tendia a aumentar pelo uso da quina como matéria-prima para tratamento médico, sendo que a colônia portuguesa na América não era hábitat natural das principais espécies peruvianas, suscitava como era premente para o império luso desenvolver novos conhecimentos e consequentemente usos mais racionais do recurso natural.

Ao longo desta seção mencionamos a ligação entre ciência e ficção, o que naturalmente nos leva a desenvolver melhor essa discussão. Ficção e história são protagonistas desde sempre de disputas por legitimidade, havendo, no mais das vezes, certo distanciamento entre os dois campos. Segundo Certeau, esse distanciamento se dá por motivações de ordem técnica, haja vista que uma das funções do historiador é se atribuir das ficções, fábulas, para retirar delas somente aquilo que lhe pode ser útil para a escrita histórica. E ele se empenha “[...]

<sup>437</sup> WORSTER, Donald. A natureza e a desordem da história. In: História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. [Orgs. José Luiz de Andrade Franco, Sandro Dutra e Silva *et. al.*]. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

<sup>438</sup> *Idem*. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n.8, 1991, p. 189-215. p. 211

em rechaçar o que é falso e não tanto a construir o que é verdadeiro; ou como se ele só conseguisse produzir a verdade pela identificação do erro”.

Ficção e realidade, pode-se afirmar, é uma extensão do primeiro funcionamento. A partir do momento que o historiador reconhece e retira dos documentos aquilo que ele considera como realidade, todo o restante entra no campo da ficção. Certeau é enfático: “[...] o procedimento é simples: ao comprovar os erros, o discurso levar a considerar como real o que lhes é contrário”.

O terceiro funcionamento, denominado pelo historiador francês de *ficção e o limpo*, nada mais é do que realizar uma limpeza no discurso ficcional. Essa limpeza visa limitar os sentidos presentes na ficção, haja vista que Certeau afirma que ela é em si mesma distante de carregar uma manifestação uniforme. É demasiada metafórica, “[...] nessas circunstâncias, o saber não encontra lugar seguro e seu esforço consiste em analisá-la de maneira a reduzi-la ou traduzi-la em elementos estáveis e combináveis”.

O quarto e último diz respeito à relação entre ficção e ciência. Deixamos esse funcionamento por último porque o consideramos o mais pertinente para o nosso objetivo. Esse campo está diretamente vinculado aos discursos responsáveis por revelar a ordem dos seres, aquilo que Certeau definiu como uma “revolução instauradora de modernidade” capaz de produzir “[...] uma ordem, um progresso, uma história”. Dessa dinâmica nasce uma nova ficção, conhecida como “artefato científico”. O artefato científico “[...] não se julga pelo real que, supostamente, lhe faz falta, mas pelo que ela permite fazer e transformar”.

Dessa forma e aliado ao que já foi exposto nas páginas anteriores, Michel de Certeau nos possibilita pensar a quina como um artefato científico, pois o que está em jogo – para além das controvérsias levantadas pelos homens de ciência para refutar o saber produzido entre os grupos – é algo que ainda não é real. O princípio ativo que a tornava febrífera ainda não havia sido totalmente desvendado, mas se sabia que a casca produzia tal substância e assim seria possível transformá-la em agente direto para a cura de febres. Nesse sentido, o princípio febrífero é antes o real fabricado pelo homem<sup>439</sup>.

Podemos considerar de igual maneira que essa fabricação do real tampouco era a única característica que envolvia os grupos de ilustrados que desejavam se afirmar no campo científico lusitano, como também não era particularidade isolada nas primeiras décadas do século XIX. As inovações técnico-científicas – a descoberta e o isolamento do *cinchonino* se

---

<sup>439</sup> CERTEAU, Michel. História e Psicanálise: entre ciência e ficção. 2. ed.; 1. reimpr. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. Cf. Capítulo I: A história, ciência e ficção.

encaixam nesses termos – são partes constituintes de uma aceleração do tempo que já começava a se tornar evidente nesse período. São sintomas idiossincráticos da modernidade, que pode ser visualizada através de uma “[...] curva ascendente, interpretada como progressiva. As numerosas descobertas e invenções, as realizações técnicas e seus processamentos industriais serviam como fundamento de experiências que pareciam justificar uma visão tão otimista do futuro<sup>440</sup>”. Essa visão otimista do futuro pode ser relacionada com a busca do real (o princípio febrífugo das quinas), que em muito poderia auxiliar em avanços no campo medicinal, tornando a ação contra as doenças mais eficaz. Nesse sentido:

A mudança moderna é aquela que provoca uma nova experiência temporal: a de que tudo muda mais rapidamente do que se podia esperar até agora ou do que havia sido experimentado antes. A intervalos menores, no dia a dia dos afetados introduz-se um novo componente desconhecido, que não pode ser deduzido de nenhuma experiência conhecida<sup>441</sup>.

As experiências científicas em torno da casca da quina, que culminariam com as controvérsias em torno da descoberta ou não do princípio ativo denominado *cinchonino* e, posteriormente, com a extração da *quinina*, que misturada a sais como o ácido sulfúrico culminava com o sulfato de quinina, importante ingrediente usado contra as febres intermitentes, dão o tom de um novo tempo sem a dependência da planta em sua forma natural. Tal fenômeno foi algo sem precedentes. Não havia espaço de experiência que pudesse definir tais ocorrências.

Após esses episódios, ainda que controversos, todavia únicos na história da ciência moderna, o que se viu foi o cada vez mais amplo uso da casca da quina e seus derivados na cura tanto das febres intermitentes quanto de outras doenças, como veremos na última parte deste capítulo.

#### **4.5. Plantas que curam: a Quina e o Dicionário de Chernoviz.**

Cirino, um boticário que viajava pelos sertões do Império do Brasil visitando localidades e doentes que buscavam cura para as suas moléstias, entre uma parada e outra, fora abordado pelo senhor Martinho dos Santos Pereira, mineiro de nascença que havia montado domicílio na região de Mato Grosso. Senhor Pereira, como era mais conhecido, em um primeiro momento não fazia ideia que Cirino era um “curandeiro”, mas tão logo tomou conhecimento

<sup>440</sup> KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. 1. ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014. p. 270.

<sup>441</sup> *Idem, ibid.*, p. 153.

do ofício do viajante, rogou aos céus ter cruzado com interessante figura, tendo em vista que enxergava nele condições de ver sua filha Inocência curada das “maleitas” que a afligiam. Cruzado o caminho de ambos, para além do nascimento da paixão entre o “doutor” e a jovem “Nocência”, entra em cena uma série de discussões que envolviam a arte de curar exercida por pessoas que não eram médicos de formação, mas que detinham amplos conhecimentos sobre as plantas medicinais encontradas no território do Brasil. Dentro desse contexto se desenrola o romance *Inocência*, de Affonso d’Escagnolle Taunay, o Visconde de Taunay.

Cirino se formou na escola de farmácia de Ouro Preto, e nesta instituição conseguiu a carta de boticário, oferecida pelo presidente da província de Minas Gerais e que tinha a vantagem de substituir diploma de qualquer faculdade reconhecida. Levava consigo uma edição já bem manuseada do livro de Pedro Luís Napoleão Chernoviz. Visconde de Taunay não faz referência exata a qual das publicações do médico polonês Cirino fazia uso, nesse sentido, levando em consideração a formação do personagem principal como boticário pela escola de farmácia de Ouro Preto e tomando emprestado as considerações de Aline da Silva Medeiros (2015), concluímos que o personagem fazia uso do *Formulario ou Guia Medica*, obra elaborada por Dr. Chernoviz como sendo de uso preferencial por parte de médicos e farmacêuticos, enquanto que o *Diccionario de Medicina Popular* estaria mais voltado para o uso geral das populações, aquelas que não estavam tão habituadas aos modos de cura<sup>442</sup>.

O *Diccionario de Medicina Popular* teve sua primeira edição em 1842 e a última em 1890. Especificamente nesta dissertação nos detivemos sobre a ultima edição, por entender que nela, como anotada no frontispício – “sexta edição, consideravelmente aumentada, posta a par da sciencia” – indicava um maior volume de informações acerca de doenças e práticas de cura comuns para o período. Além disso, poderia revelar formas de percepção temporal diferentes daquela que fora publicada em 1842, especialmente no campo científico, tão enfatizado pelo autor a partir da penúltima edição, de 1878. Esse mesmo campo científico que indicava uma aceleração do tempo, movido pela ideia de progresso. O intervalo entre uma publicação e outra era em média de 10 anos. Nessas circunstâncias, “posta a par da sciencia”, cada decênio trazia maiores novidades envolvendo o mundo das ciências relacionadas às

---

<sup>442</sup> MEDEIROS, Aline da Silva. Os remédios, os livros e os tempos: consumo de remédios e experiência do tempo entre o Lunário Perpétuo e o Dicionário do Dr. Chernoviz. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. A autora ainda indica que essa diferenciação entre um público e outro pensado pelo Dr. Chernoviz para as suas obras carregava um outro significado, qual seja, a de que elaborando um livro específico para um público mais leigo o objetivo era também afastar essas pessoas da arte médica, tornando-a ainda mais exclusiva. p. 126.

práticas de cura<sup>443</sup>. Essa sensação de aceleração do tempo é, segundo Koselleck (2014), oriunda da perda de força na ideia do Juízo Final, pensamento fortemente evocado no intervalo anterior ao século XVI. À medida que o fim do mundo é adiado, os homens passam a investir cada vez mais em estudos e inovações, em particular aquelas relacionadas às ciências naturais visando o domínio da natureza<sup>444</sup>. Como vimos acima, essa prerrogativa se estendeu até o século XIX e esteve presente nos conceitos do médico autor do *Diccionario de Medicina Popular*.

Através das publicações do Dr. Chernoviz, Cirino atuava nos mais distantes espaços do império e foram nessas peregrinações que seu caminho cruzou com o do senhor Pereira e sua filha, a jovem enferma Inocência. Em um primeiro momento, em diálogo travado entre Cirino e Pereira, o pai pergunta ao boticário o que aquele homem fazia por aqueles sertões, ao passo que Cirino responde que andava “por estes fundões curando maleitas e feridas brabas”. Nesse sentido, a conversa se desenvolve da seguinte forma:

- Ah! exclamou Pereira com manifesto contentamento, vosmecê é doutor, não é? Physico, como chamavam os nossos do outro tempo.
- É verdade, confirmou Cyrino com alguma satisfação.
- Ora, pois, muito que bem, cahe-me a sopa no mel.
- Porque?
- Daqui a pouco saberá... Mas, me diga ainda: Onde é que vosmecê leu nos livros, aprendeu suas historias e bruxarias? Na côte do Imperio?
- Não, respondeu Cyrino, primeiro no collegio do Caraca; depois fui para Ouro-Preto, onde tirei carta de pharmacia.
- E acrescentou com infatuação:
- Desde então tenho batido todo o poente de Minas e feito curas que é um milagre<sup>445</sup>.

O “outro tempo” ao qual senhor Pereira faz referência poderia ser tanto o tempo no sentido de uma periodização, o passado calculado pelo calendário, décadas ou séculos anteriores, mas não tão distantes à época em que vivia, como poderia ser também um outro tempo mais relacionado a fenômenos políticos: o Brasil como colônia portuguesa. Em ambos os casos, porém, o “outro tempo” indica um só tempo, quando os profissionais envolvidos nas

<sup>443</sup> Atentando-se para essas expressões que para um observador menos atento poderia não indicar relevância, Aline Medeiros mostra como ao longo das edições que foram lançadas o autor enfatiza o caráter de acúmulo de informações em sua obra: “Na segunda edição da obra, de 1851, anunciava-se: “Correcta e consideralmente aumentada”, Na edição seguinte, de 1862: “Mais correcta e consideravelmente aumentada pelo autor”. Publicando o livro em 1870, o Dr. Chernoviz prefaciava: “Espero que a presente edição será ainda mais apreciada, por ser mais completa”. Na penúltima edição, de 1878, informava: “Já a quarta edição foi consideravelmente aumentada; a presente, que é a quinta, é muito mais completa. Muitos artigos foram inteiramente redigidos de novo; outros foram reformados segundo os últimos progressos da sciencia”. E na última, de 1890, o frontispício garantia: “Consideravelmente aumentada, posta a par da sciencia”. MEDEIROS, Aline da Silva. Os remédios, os livros e os tempos: consumo de remédios e experiência do tempo entre o Lunário Perpétuo e o Dicionário do Dr. Chernoviz. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. p. 170-171.

<sup>444</sup> Cf. KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

<sup>445</sup> TAUNAY, Visconde de. Innocencia. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872. p. 30-31.

áreas de medicina e terapêutica eram guiados pelas teorias da física newtoniana, de modo que se tornou lugar-comum nos séculos XVII e XVIII os médicos oficiais serem designados como físicos-mor. Tal conjuntura só irá se alterar, como veremos mais à frente, no decorrer dos oitocentos.

No decorrer deste diálogo, finalmente o senhor Pereira expôs os motivos que o levavam a comemorar ter cruzado com o caminho daquele jovem “doutor”. Por ironia do destino havia ido naquele mesmo dia à vila de “Sant’Anna buscar quina do comércio”, porém não a tinha encontrado e por isso “voltava bem triste”, ao mesmo tempo que indaga a Cirino se ele carregava consigo farta quantidade da planta, no que responde o viajante que sim, além de misturas infalíveis para vários tipos de “sezões”. Alívio para o senhor Pereira, que finalmente enxergava de forma concreta a possível cura para a sua filha Inocência, doente já há várias semanas e que não dava sinais de melhora, mesmo com o uso da “quina do campo<sup>446</sup>”, tal como indicava o personagem.

Neste ponto abre-se espaço para outra discussão, dessa vez direcionada para os diversos tipos de quina, popularmente divididas entre as verdadeiras e as falsas. Uma situação muito comum entre os séculos XVIII e XIX era tomar uma planta por outra. Como ainda não se tinha total domínio sobre a quina (seus usos, aparência física, ambientes mais recorrentes para o seu aparecimento e muito menos se tinha noção sobre seus componentes químicos, que poderiam confirmar seu poder medicinal), os habitantes muitas vezes acabavam usando uma espécie semelhante que acreditavam ter os mesmos poderes de cura que a planta verdadeira<sup>447</sup>.

<sup>446</sup> *Strychnos pseudo-quina*. St. Hil. Apocynas. Arvore que habita na parte occidental da província de Minas Geraes, nos sertões de Goyaz, etc, Arvore de 4 metros de elevação, tortuosa; casca molle e amarella exteriormente; ramos numerosos, formando uma especie de cabeça; folhas oppostas, de peciolo mui curto, ovaes, do comprimento de 8 a 11 centimetros, duras, quebradiças, com 5 nervuras longitudinaes e convergentes; flores numerosas, de cheiro agradavel; calice pequeno, com 5 divisões, esbranquiçada ou esverdeada; estylete com alguns pellos; estigma de cabeça bilobada; o fructo é uma baga globosa, de 15 a 18 milimetros de diametro, glabra amarella, contendo de uma a quatro sementes dentro de uma polpa adocicada. À excepção d'esta baga, que as crianças comem com prazer, todas as partes do vegetal são de um gosto extremamente amargo e algum tanto adstringente; mas as suas propriedades residem sobretudo na casca, e é ella que os habitantes do paiz empregam nas febre intermitentes, e em todos os casos, e na mesma dóse, em que se administra a quina do Perú; em infusão 10 grammas para 500 grammas de d'agua fervendo. Vauquellin, celebre chimico francez, fez a analyse d'esta casca, e achou que ela contém principalmente: 1.º uma materia amarga, na qual parecem residir as propriedades febrífrugas; 2.º uma substancia resinosa; 3.º uma materia gommosa corada, unida a um principio animalizado; 4.º um acido particular. Mas não achou nem a quinina, que constitue o principio activo da quina do Perú, nem o principio venenososo, a brucina, que se encontra na noz vômica, *strychnos nux vomica*, arvore do mesmo genero que o *strychnos pseudo-quina*. CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Dictionario de Medicina Popular e das sciencias accessorias para uso das famílias contendo a descrição das Causas, symptomas e tratamentos das molestias; As receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimentícias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis. Sexta edição. Consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia e acompanhada de 913 figuras intercaladas no texto. Volume segundo G – Z. Pariz. A. Roger & F. Chernoviz. Rua des Grands Augustins. 1890. (2) p. 857-858.

<sup>447</sup> MARQUES, Vera Regina Beltrão. Do espetáculo da natureza à natureza do espetáculo: boticários no Brasil setecentista. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas,

Nesse sentido foi que incorreu o senhor Pereira ao medicar Inocência com a “quina do campo”, mas tão logo percebeu que não obteve o resultado esperado, adjetivou esta como sendo de “pouco talento... de maneira que a sezão” não havia abandonado o corpo de sua filha. Foi para evitar esse tipo de confusão que frei José Mariano da Conceição Veloso publicou a obra intitulada *Quinografia Portugueza*, abordada anteriormente.

Por sorte, Cirino estava ali, com seu sulfato de quinina, um derivado químico retirado da planta, descoberto na primeira metade dos Oitocentos. Esse composto, de sabor amargo, como comprovaria Inocência ao ser medicada, tinha grande utilidade na cura de febres e sezões. Na definição dos verbetes “Amargos adstringentes”, contidos no *Diccionario de Medicina Popular*, Chernoviz diz que são os:

Amargos adstringentes, em que o amargor está associado ao gosto adstringente. A estes pertencem a casca de quina, a raiz de bistorta, de labaça. Os cozimentos d'estas plantas empregam-se sobretudo nas diarrheas e desynterias chronicas. A quina em pó e o seu cozimento empregam-se como tonico em muitas molestias, e como anti-freibil nas sezões<sup>448</sup>.

É certo que Cirino seguia fielmente as indicações contidas no seu exemplar do Chernoviz, inclusive no que diz respeito às dosagens e aos intervalos das porções, como na passagem onde afirma, ao mesmo tempo que tranquilizava senhor Pereira sobre a enfermidade da filha, que desde logo viu “[...] o que era preciso fazer: um simples suador e duas ou tres doses de sulfato de quinina”. Tanto que em breve período de tempo viu-se Inocência já disposta e livre das moléstias que insistiam em lhe tomar o corpo<sup>449</sup>.

De forma geral, era esse o cenário que poderia ser encontrado no século XIX a respeito do uso da quina na cura de doenças, especialmente as febres. A planta, desde que fora descoberta através dos indígenas da América espanhola na Amazônia, se tornou uma das grandes apostas dos europeus no tratamento de enfermidades. O uso medicinal da quina se dava tanto a nível formal, nos hospitais, com os médicos prescrevendo para os pacientes internados, quanto a nível informal, com os habitantes manuseando em seus domicílios. Nesse sentido, o

Campinas, 1998. Ainda durante o Período Colonial várias foram as tentativas de se por fim a quaisquer dúvidas que existiam sobre as qualidades fitoterápicas da quina bem como suas características físicas. Ações essas que iam desde o envio para a metrópole de considerável quantidade de amostras da planta até a divulgação de resultados de estudos científicos que buscavam desvendar os segredos da quina. Todas essas questões ainda foram melhores apresentadas neste trabalho nas seções anteriores. p. 100-104.

<sup>448</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para uso das familias* contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das molestias; As receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimentícias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis. Sexta edição. Consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia, e acompanhada de 913 figuras intercaladas no texto. Volume primeiro A – F. Pariz: A. Roger & F. Chernoviz. Rua des Grands-Augustins, 1890. (1) p. 129.

<sup>449</sup> TAUNAY, Visconde de. *Innocencia*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872. p. 103.

uso de publicações como o *Diccionario de Medicina Popular*, do Dr. Chernoviz, se mostravam sobremaneira relevantes. De acordo com Aline Medeiros (2015), a obra do médico estava inserida no gênero de divulgação científica, muito comum no período<sup>450</sup>, onde o que estava em jogo era tornar público – mesmo que esse público não fosse tão abrangente – as novidades sobre o que vinha sendo produzido em termos de estudos científicos, neste caso em particular os voltados para Medicina, ramo da ciência que desde o início dos Oitocentos começava a reivindicar seu espaço entre as áreas do saber.

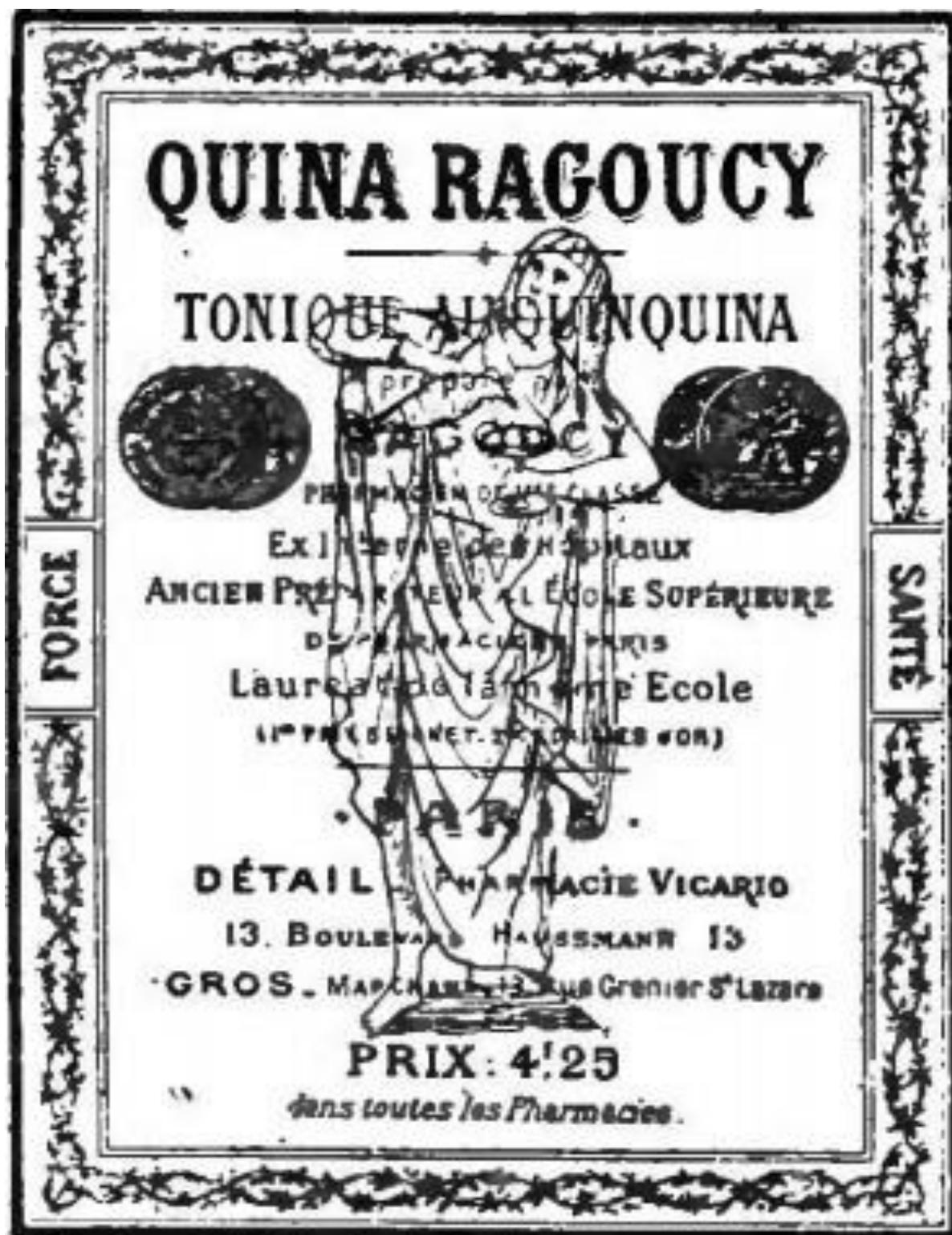
Tais afirmações feitas acima em um primeiro momento soam contraditórias. Como pode uma ciência reivindicar afirmação como campo de conhecimento, lutando na maioria das vezes contra a prática de charlatanismo e simultaneamente um médico redigir uma obra voltada para um público mais leigo? A autora nos esclarece essas contendas afirmando que Chernoviz reconhecia existir essas polêmicas e por isso mesmo optou por não detalhar totalmente os principais saberes médicos, expondo no livro aquilo que deveria ser de conhecimento de todos e o que se limitaria aos grupos especializados, a saber, os médicos de formação. Por outro lado, o livro deveria ser antes, de tudo, uma ponte entre paciente e médico. Com números muito reduzidos de profissionais de medicina existentes no Brasil, o *Diccionario de Medicina Popular* tinha por objetivo cumprir a função de auxiliar as populações no que podemos chamar de primeiros socorros, ou seja, tomar as primeiras providências até surgir a oportunidade de ter-se contato com médicos de formação<sup>451</sup>. Assim é que podemos observar no livro, já nas páginas iniciais, algo que nos chama a atenção em relação à quina. Trata-se de um anúncio, no melhor estilo propaganda de remédio, referente a um tônico chamado Quina Ragoucy:

---

<sup>450</sup> MEDEIROS, Aline da Silva. Os remédios, os livros e os tempos: consumo de remédios e experiência do tempo entre o Lunário Perpétuo e o Dicionário do Dr. Chernoviz. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. p. 126.

<sup>451</sup> *Idem, ibid.*, p. 129-130.

**FIGURA 12** – Folheto da propaganda do tônico Quina Ragoucy, produzido na França e exposto nas páginas do *Diccionario de Medicina Popular*.



Fonte: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. 1890.

Sobre o vinho quinado Ragoucy, infelizmente não dispomos de maiores informações sobre o inventor deste medicamento, a não ser aquelas já fornecidas no *Diccionario de Medicina Popular*, a saber, que se tratava de um tônico feito à base da planta e que carregava o nome de seu criador, o senhor Ragoucy. Baseado nos princípios ativos da quina, o diferencial deste remédio estava no fato de que não só prometia cumprir as funções antifebris tão comumente atribuídas à planta. Prestava-se, além disso, a ser um tônico que serviria “[...] contra a fraqueza ou a anemia, provindo de excessos ou de fadigas insólitas<sup>452</sup>”.

O fato de este produto ser propagandeado nas páginas do livro do Dr. Chernoviz certamente não era uma decisão ingênua. Ainda de acordo com Aline da Silva Medeiros (2015), Chernoviz atuava como escritor de seus livros demonstrando credibilidade através do uso de seu próprio nome. Nos frontispícios de suas obras buscava destacar suas qualidades adquiridas por meio de títulos que lhes foram agraciados, logo abaixo de seu nome. O êxito de seu empreendimento se pode observar nos modos como as populações se referiam ao livro, tomando-o pelo nome do autor em lugar do título da obra<sup>453</sup>.

É preciso levar em consideração que a edição onde consta o anúncio da Quina Ragoucy é a sexta e última, datada de 1890, momento o qual Chernoviz já havia retornado à França há algum tempo. Contudo acreditamos que seu papel como homem de destaque no campo da medicina não se limitava às fronteiras nacionais, haja vista que em Paris continuou atuando como escritor e lançando seus livros em editora própria<sup>454</sup>. Por isso devemos ter em mente que ter o material divulgado nas páginas do *Diccionario de Medicina Popular* ajudava o médico-escritor a demonstrar perante a população confiabilidade junto a seu produto. Deste modo é que podemos considerar sua intervenção como pontual para passar credibilidade ao líquido, quando após apresentar os modos de preparo do tônico, atesta que a “Quina Ragoucy é um verdadeiro medicamento<sup>455</sup>”.

<sup>452</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para uso das familias contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das molestias; As receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimentícias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis. Sexta edição. Consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia, e acompanhada de 913 figuras intercaladas no texto. Volume primeiro A – F. Pariz. A. Roger & F. Chernoviz. Rua des Grands-Augustins, 1890. s/p.*

<sup>453</sup> MEDEIROS, Aline da Silva. Os remédios, os livros e os tempos: consumo de remédios e experiência do tempo entre o Lunário Perpétuo e o Dicionário do Dr. Chernoviz. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. p. 116-124.

<sup>454</sup> *Idem, ibid.*, p. 130.

<sup>455</sup> CHERNOVIZ, *op. cit.*, s/p. (1)

Esse “verdadeiro medicamento” estava relacionado às manipulações feitas nas composições químicas da planta. Dentre essas modificações estavam a diminuição do efeito adstringente e a suavização do sabor naturalmente amargo através da introdução de pequenas quantidades de rum. Além disso, segundo o anúncio, a inserção do rum tornaria os efeitos da Quina Ragoucy mais potencializados, agindo mais rapidamente que a quina comum, ou seja, a planta em sua forma natural. Além destas virtudes, o medicamento trazia ainda outra vantagem, como a anulação dos efeitos de constipação do intestino, muito comum em casos de pacientes tratados pela ingestão da casca da quina.

Além do que foi dito acima, podemos pensar a questão do medicamento através do tempo e suas variações. A ingestão de quina para a cura de febres intermitentes não estava mais reduzida à sua forma natural. O tempo da natureza dava lugar ao tempo tecnicizado, aquele produzido pelo homem, exemplificado através de pesquisas científicas. O resultado disso foi a descoberta no início do século XIX do *quinino*, outro princípio febrífero da casca vegetal. Sua forma manipulada resultaria no sulfato de quinina, produto que, ao largo dos oitocentos, foi sendo amplamente utilizado no lugar da casca no tratamento das febres.

A Quina Ragoucy é fruto direto desse mundo técnico-científico que começou a ser forjado em meados do século XIX. Como expõe Chernoviz, seu inventor se destacava por ter desenvolvido um produto que aliava modernidade com o tradicional. Produzida em laboratório, ela era capaz de carregar os princípios ativos da planta, tendo a mesma capacidade de cura como se estivesse fazendo uso da casca *in natura*.

Isso denota a presença de pelo menos dois tempos em um mesmo produto: o da natureza, representado pela fidelidade à virtude antifebril da casca da planta em função da presença dos alcaloides necessários a tal ação. Por outro lado, a presença desses mesmos alcaloides revela o tempo da ciência, posto que essas substâncias são uma construção social, na medida em que a natureza não se nomeia muito menos distribui funções a si mesma, não se demarca<sup>456</sup>. Não coube ao vegetal indicar que o *quinino* e o *cinchonino* eram os responsáveis pelo sucesso da planta na cura das febres intermitentes, restando ao homem essa função. Ainda na esteira dessa discussão, temos o tempo dos remédios cada vez mais acelerado. Antes, para se curar a febre bastava que se tomasse a quina através da ingestão de pedaços da casca. Com a descoberta e consequente extração dos princípios ativos, a fabricação de remédios passa a ser feita em laboratórios. São esses mesmos espaços que são responsáveis por trazer maior segurança às manipulações, evitando que ocorresse alterações nos componentes químicos,

---

<sup>456</sup> SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

detalhe que Chernoviz fazia questão de enfatizar na propaganda da Quina Ragoucy, em uma clara referência à crença de que a científicidade traria confiabilidade ao medicamento.

Aline da Silva Medeiros menciona a questão da adoção a partir da edição de 1862 do sistema métrico como fator de diferenciação no texto do Dr. Chernoviz em relação a outros autores e publicações. Segundo a historiadora, o *Diccionario* era um fator da “experiência moderna do tempo” muito comum no período, especialmente a partir dos avanços tecnológicos. Ciente disso e com o desejo de fazer parte dessa vanguarda responsável por apresentar as novidades do mundo moderno para o público leitor de suas obras, ele resolve inserir nas páginas da publicação o novo sistema de pesos e medidas<sup>457</sup>.

Tudo indicava que o ingresso do sistema métrico decimal no *Diccionario de Medicina Popular* obedecia a motivações de ordem da aceleração. Tratava-se de fazer avançar o tempo, de fazer chegar um futuro já estabelecido, por exemplo, em Paris, e que deveria alcançar outras localidades<sup>458</sup>.

“Motivações de ordem da aceleração”. A expressão usada pela autora define bem as intenções de Chernoviz e o próprio médico deixa evidente isso quando se refere aos benefícios da Quina Ragoucy. A quantidade exata, precisa, medida metódicamente, não dava margem para inconvenientes, como aquele em que o paciente se via obrigado a pausar o tratamento quando este vinha sendo realizado a partir da ingestão de pedaços da casca da quina, que entre os efeitos já mencionados estava a chamada *prisão de ventre*. Para evitar este tipo de embaraço recomendava o dito tônico, que havia sido passado por “uma preparação methodica e calculada” que culminava na anulação do efeito acima mencionado. Deste modo, afirmava ele, “[...] pode-se pois, continuar o uso da Quina Ragoucy durante o tempo preciso para que o doente melhore e possa recuperar todas as forças necessarias á saude<sup>459</sup>”. O que se almejava era reduzir o tempo de tratamento, acelerando e abreviando o espaço entre o inicio e o término até atingir a cura total. O sistema métrico-decimal poderia auxiliar em muito nesse sentido, evitando que o sujeito ingerisse quantidades acima ou abaixo do indicado.

<sup>457</sup> MEDEIROS, Aline da Silva. Os remédios, os livros e os tempos: consumo de remédios e experiência do tempo entre o Lunário Perpétuo e o Dicionário do Dr. Chernoviz. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. p. 171.

<sup>458</sup> *Idem, ibid.*, p. 172.

<sup>459</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessorias para uso das famílias* contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamentos das molestias; As receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimentícias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis. Sexta edição. Consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia e acompanhada de 913 figuras intercaladas no texto. Volume segundo G – Z. Pariz. A. Roger & F. Chernoviz. Rua des Grands Augustins. 1890. p. 856. (2)

Tais questões parecem ter trazido benefícios, fazendo com que este tônico ultrapassasse as fronteiras de Paris e, também, das páginas do *Diccionario de Medicina Popular*. No Brasil, propagandas do mesmo produto apareceram na Revista União Médica, inclusive ressaltando seus efeitos anticonstipação. Na edição N. 6, de junho de 1890 é possível ler:

QUINA RAGOUCY – Este elixir, de base de extracto de quina, é rico em alcaloide, e contém os princípios tannicos completamente inalterados.  
Este agente de tonificação actua efficazmente em todos os casos de anemia, sem produzir constipação nem dores de estomago<sup>460</sup>.

Voltando ao *Diccionario...*, no conteúdo do anúncio há também os modos de preparo e dosagem:

MODO DE PREPARAR. – A QUINA RAGOUCY toma-se no correr ou no fim das refeições, puro ou misturado com um pouco d'água ou de vinho, segundo o gosto do doente.

DÓSES. – Para os adultos: duas colheres de sopa por dia. Para crianças: duas colheres de sobremesa por dia.

Nos casos graves, estas doses podem ser muito aumentadas, segundo o aviso do Médico, que é sempre bom consultar.

Quando se tenha de dar uma preparação ferruginosa, é bom alternar, no correr do dia, os dois medicamentos.

Interessante perceber que, independentemente da forma como a quina era receitada, fosse através do pó da casca ou em líquido feito o tônico Ragoucy, a forma de ingerir se dava sempre da mesma maneira: misturando-a com algum outro componente. Devido a seu sabor amargo e efeito adstringente, não se recomendava tomá-la de forma isolada. Assim ocorreu com o personagem Cirino medicando a Inocência, no romance de Visconde de Taunay, assim se recomendava no anúncio do tônico nas páginas do *Diccionario...*, do Dr. Chernoviz.

Adiante temos mais dois exemplos de propaganda desse tipo de vinho feito à base de quina. O quinado *Elephante*, produzido pela Destilaria Ypiranga, de Victorino Ferreira da Costa. Sua especialidade era a fabricação de licores, cremes, xaropes e vinagres. Estava localizada às ruas Santa Cruz da Figueira, n.º 35-43 e Claudino Pinto, n.º 2. Um vinho medicamentoso genuinamente brasileiro. No site da Biblioteca Nacional não há qualquer especificação sobre período de produção nem o ano exato das imagens, de modo que maiores informações se tornam escassas. Não obstante essas limitações, outro detalhe nos salta aos olhos, como por exemplo, o fato de termos um elefante como símbolo do líquido quinado,

<sup>460</sup> Revista União Médica, JUN., N. 6, 1890. p. 239. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/337333/per337333\\_1890\\_00006.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/337333/per337333_1890_00006.pdf)> Acesso em 19 de dezembro de 2017.

possivelmente decorrente da imagem construída em torno de o animal como um ser forte, imponente, o que ia exatamente de encontro ao propósito da bebida, qual seja, restituir as forças vitais, a energia, do convalescente. Além disso, note-se de passagem, que a experiência temporal dos usos da quina e seus derivados ultrapassou os limites seculares, avançando até o século XX. Em 1919, data da publicação do livro *Botanica Medica Cearense*, de autoria do cearense Francisco Dias da Rocha, podemos encontrar informações sobre o uso de algumas espécies similares às quinas peruvianas, as conhecidas falsas-quinas, ainda sendo no tratamento das febres:

Quina-quina – *Ladenbergia hexandra*.  
 Kl. Fam. das Rubiaceas.  
 Principio activo – Paricina.  
 P. us.: Casca. Tonico, antifebril e adstringente. E' empregado no tratamento da febre intermitente, febres de máu caracter e nas irregularidades menstruaes.  
 O pó da casca é usado no tratamento das feridas.  
 Internamente.  
**INFUSÃO**  
 Casca de quina-quina... 5 gramm.  
 Agua fervendo. .... 200 ".  
 T. 2 a 3 chicaras por dia<sup>461</sup>.

Mesmo fazendo parte da família das *Rubiaceas*, não pertencia ao gênero *Cinchona*, o que nos leva a considerar de imediato que essa espécie citada por Dias da Rocha seja alguma outra casca febrífuga disponível em terras alencarinhas, que por conter esses princípios terapêuticos era popularmente chamada de quina.

Sem embargo, o que interessa é perceber a dimensão temporal envolvendo os usos da planta. Desde que os vegetais passaram a ser classificados pelo homem a partir de suas funções pragmáticas e estrutura morfológica, eles passaram a ganhar novos sentidos, e aqueles que eram dotados de virtudes valiosas, especialmente medicinais, tinham grandes

<sup>461</sup> ROCHA, Francisco Dias da. *Botanica medica cearense*. Fortaleza – Ceará, 1919. p. 96-97. Francisco Dias da Rocha (1869-1960) foi um farmacêutico cearense com atuação também na área de História Natural, tendo feito pesquisas sobre Zoologia e Botânica. Conforme os professores Diva Maria Borges-Nojosa e Felipe Bottoma da Silva Telles, “[...] embora Dias da Rocha tenha sido reconhecido e valorizado pela colaboração deixada no campo da zoologia, foi na botânica, ou melhor, na fitoterapia, que ele realizou o que é considerada sua melhor obra *Botanica medica mearensis*. Nesta publicação de 1919, ele escreve sobre 166 espécies de plantas nativas da região, utilizadas na terapêutica indígena. Em 1945, o próprio Dias da Rocha amplia e reedita sua obra, agora abordando 429 espécies de plantas nativas e exóticas cultivadas, com o título *Formulario therapeutico de plantas medicinais cearenses, nativas e cultivas*. Quarenta anos depois, devido à sua relevância, é novamente revista e adaptada pela Escola Superior de Agronomia de Mossoró, saindo sob a forma de uma nova publicação: *O Formulário Fitoterápico do professor Dias da Rocha*. Nesta edição são apresentados 424 verbetes, 360 plantas silvestres e 64 de plantas cultivadas.

Sua publicação *Botanica medica cearense* foi usada de forma didática na disciplina de História Natural da Faculdade de Farmácia e Odontologia, pelo próprio autor, evidenciando o pioneirismo deste incansável naturalista no estado do Ceará”. TELLES, Felipe Bottoma da Silva. A coleção Dias da Rocha no Museu do Ceará. [Orgs. Felipe Bottoma da Silva Telles, Diva Maria Borges-Nojosa]. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009. p. 27-28.

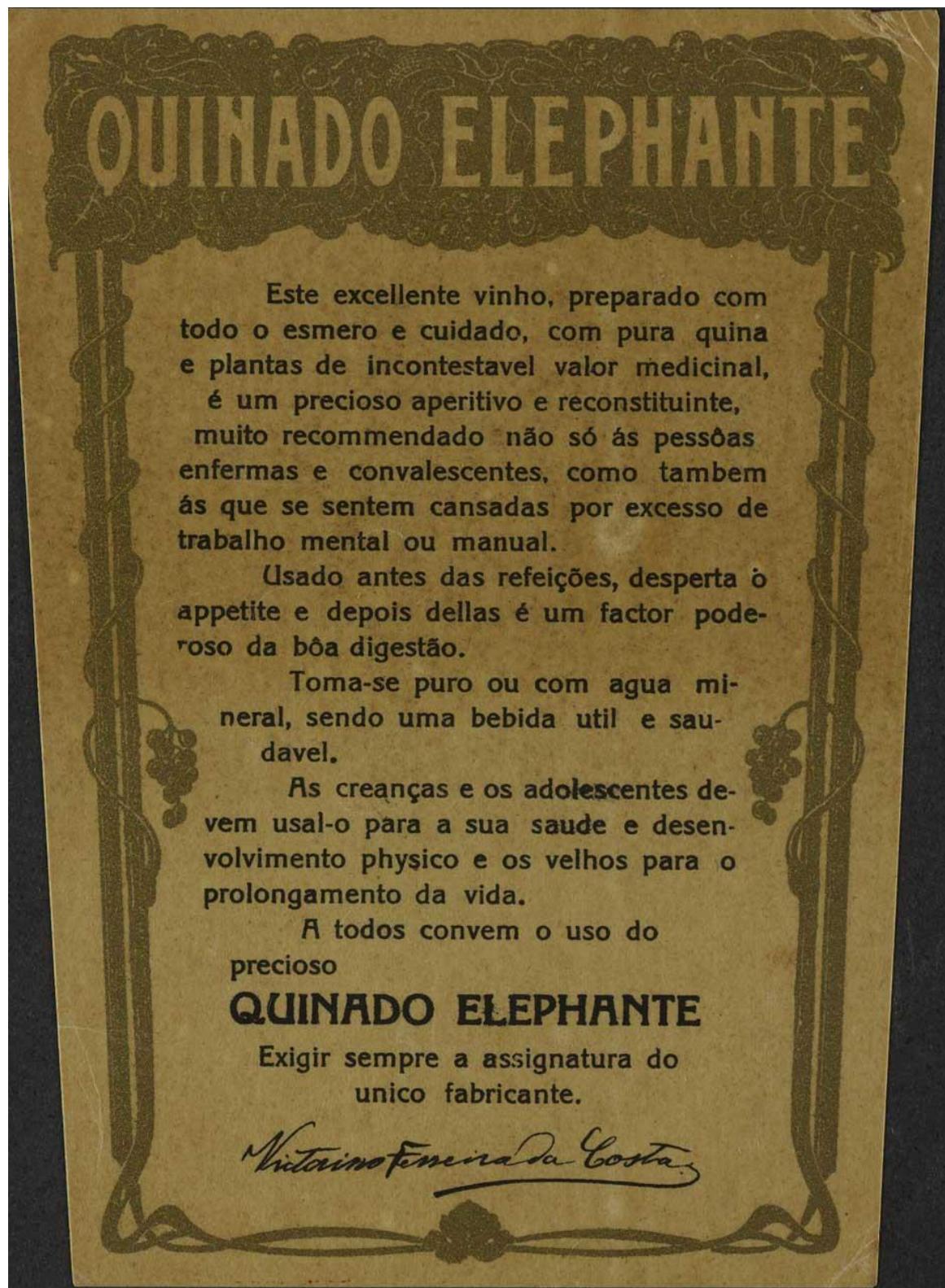
possibilidades de ter sua fama e, por conseguinte, sua aplicabilidade estendida por longos períodos. Esse certamente foi o caso das quinas, tanto as verdadeiras quanto as falsas.

**FIGURA 13** – Rótulo da bebida feita à base de Quina, intitulado Vinho Quinado Elephante, produzido no Brasil provavelmente na primeira metade do século XX.



Fonte: Biblioteca Nacional. Acervo Iconográfico. [1930?].

**FIGURA 14** – Descrição das funções terapêuticas do Vinho Quinado Elephante, destacando sua composição básica, público a qual se destinava e formas de uso.



Fonte: Biblioteca Nacional. Acervo Iconográfico. [1930?].

Na esteira da discussão sobre plantas medicinais e medicamentos, uma questão se faz pertinente e merece destaque. Anteriormente tínhamos comentado sobre a profissão do personagem Cirino, boticário que adquiriu formação e licença para atuar através da escola de farmácia de Ouro Preto, na província de Minas Gerais. Dentro do contexto a qual estamos nos debruçando – finais do século XVIII e no decorrer do XIX – essa categoria profissional ainda detinha grande destaque nas artes de cura. Suas origens, por outro lado, remontam a tempos bem mais pretéritos. Segundo Vera Marques, em Portugal as origens da profissão de boticário variavam entre os séculos XIV e XV, não sendo possível obter uma data precisa do surgimento destes profissionais, muito por conta das controvérsias envolvendo quais instituições deveriam gerir a carreira do boticário: se ficaria por conta das municipalidades ou a cargo do físico-mor. Outro motivo apontado pela autora se tratava da dificuldade em localizar cartas de exames expedidas antes do período quinhentista. Em 1533, uma ordem régia tende a proibir que as municipalidades interfiram nas ações dos físicos e dos boticários, o que já denotava uma tendência à mudança na regulamentação do ofício destes sujeitos. A mudança definitiva viria a ocorrer em 1521, através do Regimento do Físico-mor, que passou a ditar as regras sobre a expedição de cartas de exames para o exercício da profissão. Essa situação se manteve até o século XVIII e início dos oitocentos<sup>462</sup>.

A partir do século XIX o cenário muda. Com a vinda da família real portuguesa e consequente elevação da colônia à capital do império pertencente ao Reino Unido de Portugal e Algarves, vários códigos de postura são criados e/ou renovados, dentre os quais aquele que regulamentava as profissões ligadas às práticas de curar. A partir de 1808 até 1828, boticários, curandeiros, cirurgiões, parteiras, sangradores etc. passaram a ser subordinados às leis da Fisiatura. Entre as atribuições concedidas aos boticários estava a “[...] licença para curar de medicina prática, fazendo as vezes de um médico de formação e podendo curar moléstias internas, mas somente onde não houvesse médico<sup>463</sup>”.

Todos os profissionais acima mencionados trabalhavam com plantas medicinais, fosse receitando ou aplicando diretamente sobre o enfermo. A nossa escolha em enfatizar o papel do boticário deve-se ao fato de sua função ser considerada de referência na farmacêutica daquele período. Denominado popularmente “cozinheiro dos médicos”, por ser responsável

<sup>462</sup> MARQUES, Vera Regina Beltrão. Do espetáculo da natureza à natureza do espetáculo: boticários no Brasil setecentista. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. p. 120-122.

<sup>463</sup> SANTOS, Laura Carvalho dos. Homens e Natureza: saberes e usos de plantas medicinais a partir dos relatos do viajante Antônio Moniz de Souza. Salvador. (1808-1828). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. p. 57-59.

pela fabricação de remédios e venda de drogas medicinais, os próprios profissionais de medicina reconheciam seu valor e importância, reconhecendo que sem seus atributos a arte de curar se tornaria muito mais difícil<sup>464</sup>.

Por ser uma atividade de considerável importância, sua formação deveria seguir um padrão a fim de se manter o nível de respeitabilidade desses profissionais. Portanto, seguindo as exigências da Fisicatura, para adquirir a carta de exame que autorizava a sua atuação, os boticários deveriam apresentar uma carta de recomendação de seu mestre-formador atestando que haviam estudado pelo prazo de quatro anos. Quando não fosse possível apresentar tal carta, o testemunho de quatro sujeitos que pudessem confirmar o tempo de estudos também serviria para fins de comprovação. Além disso, deveriam efetuar os pagamentos “referentes aos emolumentos dos oficiais da Fisicatura e tirado seis pontos da farmacopeia do reino”. Isso na prática significava que os candidatos passariam por uma espécie de sabatina “sobre cada um dos simples das preparações que lhe saíram por sorte, pelo que pertence ao seu conhecimento, eleição, colheita e conservação e, também sobre o modo de fazer as preparações ou as composições<sup>465</sup>”.

Nesse sentido, enfatizamos que o *Diccionario de Medicina Popular* não era projetado para um público formado majoritariamente por boticários, e sim voltado para uma população não versada nas práticas de cura e que não tinha acesso tão facilmente a médicos. Mesmo com tais ressalvas, podemos notar nas páginas da publicação exemplos de remédios que foram preparados tomando como base a quina, o que sugere uma atuação mais próxima desses profissionais, tendo em vista sua familiaridade nos processos de preparação de medicamentos. Como exemplo disso temos o Quinium Labarraque<sup>466</sup>, que serviria para tratar

<sup>464</sup> MARQUES, Vera Regina Beltrão. Do espetáculo da natureza à natureza do espetáculo: boticários no Brasil setecentista. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. p. 112.

<sup>465</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. Artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. p. 60.

<sup>466</sup> Extrato alcoolico de quina, obtido por meio da cal. Contém quinina, cinchonina, materias gordas, extractivas e corantes. É de cor roxa, quebradiço, friável, insolúvel em agua, soluvel no alcool. Conserva todos os productos uteis da quina, e está privado só das matérias inertes. Administra-se contra as febres intermitentes, em pilulas, na dóse de 60 a 150 centigrammas por dia. Emprega-se principalmente e de preferencia sob a forma de *vinho de quinium ou quinio de Labarraque*, producto approvado pela Academia de medicina de Pariz. É um vinho muitissimo tonico e febrífugo, que pode vantajosamente substituir qualquer preparação de quina. O *quinio de Labarraque* é um medicamento de composição determinada, rico em principios activos. Cf. CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessorias para uso das famílias contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamentos das molestias; As receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis. Sexta edição. Consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia e acompanhada de 913 figuras intercaladas no texto. Volume segundo G – Z. Pariz. A. Roger & F. Chernoviz. Rua des Grands Augustins. 1890. p. 861-862. (2) Grifos no original.

de sintomas de abatimento, podendo ser indicado tanto para adultos quanto para crianças<sup>467</sup>. Este medicamento, por sinal, estava presente na prescrição de tratamento de outras doenças, tais como uma chamada *Amollecimiento do Cérebro*<sup>468</sup>:

Molestia caracterizada no cadaver pela diminuição de consistencia da polpa cerebral; e durante a vida por um enfraquecimento gradual das facultades intellectuaes, da sensação, do movimento, pela diminuição da memoria, difficuldade no fallar, dores de cabeça, e, nos casos mais graves, pela pasalsia geral. A molestia pôde ser *aguda* ou *chronica*<sup>469</sup>. (Grifos no original)

Essa doença, apesar de grave, segundo o Dr. Chernoviz, ainda tinha cura. Ao passo que em certos indivíduos os sintomas desapareciam totalmente desde que o tratamento fosse seguido à risca, em outros ainda restava resquícios da paralisia. De todo modo, esse tratamento, que variava conforme os sintomas, *grosso modo* consistia em observar se:

[...] o amollecimento principia com pulso forte e frequente, com calor no rosto, e quando o indivíduo é de constituição forte, pôde-se praticar uma sangria no braço ou applicar 10 a 12 bichas atraç das orelhas. Mas cumpre abster-se de quaesquer emissões sanguineas, se o individuo é fraco. Aproveitará n'este caso um purgante, como, por exemplo, 60 grammas de sal d'Epsom ou de Glauber, ou uma de garrafa de limonada de citrato de magnesia ou pó purgativo Roger. Applicar-se-ha um caustico na nuca. Mais tarde, poder-se-hão administrar os medicamentos tonicos, taes como o vinho de quina, na dóse de uma colher de sopa tres vezes ao dia ou o quinium de Labarraque<sup>470</sup>.

A intenção da aplicação dos derivados da quina se explica por conta de sua atuação como tonificante, o que poderia auxiliar na recomposição das forças do enfermo, o que no caso específico dessa doença poderia fazer diferença significativa no tratamento.

Outra enfermidade que dependia diretamente da receita de quina entre os medicamentos era a *Anasarca*, que na verdade não se tratava de uma doença, mas sim de um sintoma decorrente da existência de diversas outras doenças. Caracterizava-se por inchaços espalhados pelo corpo decorrentes geralmente de insuficiência cardíaca ou renal. Quando esses edemas eram originários de febres intermitentes, o uso da quina e seus derivados se fazia

<sup>467</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para uso das familias contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das molestias; As receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimentícias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis. Sexta edição. Consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia, e acompanhada de 913 figuras intercaladas no texto. Volume primeiro A – F. Pariz. A. Roger & F. Chernoviz. Rua des Grands-Augustins, 1890. p. 02. (1)

<sup>468</sup> Pelos sintomas descritos tanto no estágio agudo quanto no crônico, acreditamos que se trata do Acidente Vascular Cerebral (AVC). Em linhas gerais, essa doença pode ser descrita como a consequência do rompimento do fluxo sanguíneo para o cérebro, que em decorrência disso deixa de receber oxigenação, acarretando na morte de células extremamente importantes para o bom funcionamento do cérebro.

<sup>469</sup> CHERNOVIZ, op. cit., p. 140. (1)

<sup>470</sup> *Idem, ibid.*, p. 141. (1)

necessário: “A anasarca resultante de febre intermitentes cede ao sulfato de quinina e ás preparações de quina<sup>471</sup>”.

De modo geral, o uso da quina no tratamento de doenças estava associado àquelas caracterizadas pela presença de febres intermitentes, anemia, indisposição etc. Foi o que pudemos constatar nas pesquisas feitas no *Diccionario de Medicina Popular* do Dr. Chernoviz. No verbete *Anemia*, que se tratava de um “[...] estado morbido caracterizado pela pallidez da pelle e enfraquecimento geral”, o tratamento baseava-se, além dos medicamentos ricos em ferro, também na ingestão de bebidas derivadas da quina, como o já citado “Quinium de Labarraque”, na proporção de meio a um cálice antes do almoço e do jantar, bem como do “Vinho de Belline de quina”, tomados de duas a três colheres de sopa por dia. Esses medicamentos deveriam ser ingeridos isoladamente, mas também ocorria de se recomendar associações com outros remédios, como no caso do “Vinho de Catillon de glycerina”, que deveria ser tomado conjuntamente com quina, ou, ainda, a versão ferruginosa do mesmo Vinho de Catillon, onde era sugerido ingerir com “glycerina e quina [a casca]”<sup>472</sup>.

Nesse mesmo sentido, encontramos a quina sendo usada no tratamento da *Angina*, doença que causa infecção de garganta, geralmente acompanhada por febres. O uso do vegetal se dava contra o abatimento, sendo recomendado “[...] o vinho de quina aos adultos, na dóse de uma colher de sopa de duas em duas horas; e o xarope de quina ás crianças, na dose de uma a duas colheres de chá, de duas em duas horas”.

A importância que esta planta exerceu para as atividades médicas e cotidianas parece suplantar quaisquer outras. No mesmo *Diccionario...* encontramos referências do uso da mesma em tratamentos que iam além das práticas de cura de doenças. Dr. Chernoviz faz menção ao uso dela para a limpeza de cabelos, ou seja, contra a caspa. Diz o médico no trecho seguinte que:

Estes líquidos, que são empregados para limpar os cabellos, compõem-se de alcool, saponina, e algum oleo essencial aromatico . São mui proprios para tirar a caspa. A saponina é uma substancia que se extrahe da casca de quillaya, arvore do Chili [Chile]; é solvel em agua que torna viscosa e espumosa como a de sabão.  
(Nas perfumarias chamam-lhe: Agua de quinina)<sup>473</sup>

---

<sup>471</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para uso das familias contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das molestias; As receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimentícias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis.* Sexta edição. Consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia, e acompanhada de 913 figuras intercaladas no texto. Volume primeiro A – F. Pariz. A. Roger & F. Chernoviz. Rua des Grands-Augustins, 1890. p. 151-152. (1)

<sup>472</sup> *Idem, ibid.*, p. 162-163. (1)

<sup>473</sup> *Idem, ibid.*, p. 386. (1)

Doravante, o livro indica que a água de quina para limpar a cabeça deveria ser preparada nas seguintes quantidades:

Casca de quina amarella. 20 gram.  
 Agua commun..... 500 gram.  
 Carbonato de potassa..... 2 gram.  
 Cochonilha..... 2 gram.  
 Alcool..... 80 gram.  
 Oleo essencial qualquer. 10 gottas.  
 Ferva a quina na agua, dissolva no decocto o carbonato de potassa e a cochonilha; filtre, ajunte o alcool e qualquer oleo essencial para aromatizar. Boa preparação. É mais ou menos a composição da Agua de quinina tonica da casa Ed. Pinaud, de Pariz, que se recomenda pela sua preparação, cujo resultado é sempre excellente<sup>474</sup>.

Isso nos revela os múltiplos usos que as sociedades atribuíam a esta planta, muitos destes baseados em saberes indígenas conseguidos através do diálogo com as comunidades americanas, mesmo que estes saberes aprendidos não fossem imputados aos seus verdadeiros donos. Vera Regina Marques explica que muitos dos conhecimentos demonstrados sobre o uso de plantas medicinais eram adquiridos através do contato com as sociedades indígenas, esses últimos amplos conhecedores das virtudes de tais plantas. Acontece que esses indivíduos não recebiam o merecido reconhecimento pela transmissão do conhecimento porquanto o pensamento do colonizador europeu estava arraigado da mentalidade de que só ao europeu caberia a missão de decodificar a natureza descobrindo sua utilidade, especialmente de forma racional<sup>475</sup>.

Foi decorrente dos conhecimentos transmitidos entre indígenas e europeus que foi possível aos colonizadores montarem suas boticas recheadas com medicamentos à base de plantas medicinais, e assim facilitar a disseminação da arte de curar pelos sertões do Brasil, ou, ainda, pelos mares na travessia entre continentes, como no bergantim D. João Carlos, que em 1821 teve uma lista de medicamentos aprontada, sendo muitos de origem vegetal, tais como: raízes d'altheia, d'buhia, de fedegoso, chicória, macela, erva cidreira, quina em pó grosso, canela em pó, malvas, alfazemas, folhas de alecrim, cevada, salsa parrilha<sup>476</sup>.

<sup>474</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para uso das familias contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das molestias; As receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimentícias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis.* Sexta edição. Consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia, e acompanhada de 913 figuras intercaladas no texto. Volume primeiro A – F. Pariz. A. Roger & F. Chernoviz. Rua des Grands-Augustins, 1890. p. 386. (1)

<sup>475</sup> MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Do espetáculo da natureza à natureza do espetáculo: boticários no Brasil setecentista.* Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. p. 36.

<sup>476</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX.* Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. p. 62.

Outro aspecto que devemos levar em consideração é de que a abrangência do uso da quina e seus derivados não se restringia às camadas mais pobres da sociedade, como aquelas que viviam longe dos grandes centros urbanos, o que naturalmente poderia se supor. Muito menos sua utilização estaria reduzida aos grupos mais populares de curadores pela arte da medicina, como os boticários, sangradores, curandeiros, parteiras etc. Os médicos, categoria de profissionais de status mais elevado na pirâmide social, também se valeram das virtudes dessa planta para medicar seus pacientes. Mas de que forma essa experiência se concretizou?

O caso mais emblemático ao qual tivemos acesso em nossas pesquisas foi o de seu uso por parte dos médicos da família imperial no tratamento de uma doença que afligia a princesa Paula Mariana, filha do imperador D. Pedro I. Em relatório publicado no ano de 1833 redigido por quatro dos membros da comissão médica da casa imperial, a jovem foi apresentada da seguinte forma:

Sua Alteza tinha de idade quasi 10 annos, era muito irritavel, dotada de huma constituição nervosa, com grande desenvolvimento de cabeça. Tendo a quatro annos sofrido uma infermidade grave, de que estava muito tempo doente, restabelece-se felizmente e gozava por ultimo boa saude; apenas de vez em quando tinha algumas dores de cabeça, que se desvanecião, por si mesmo: á quatro meses teve cataporas juntamente com suas Augustas Irmães, e Sua Magestade o Imperador, de que ella e toda a Imperial Familia se desembaraçou sem maior novidade<sup>477</sup>.

Ao que tudo indica, os problemas da jovem princesa Paula Mariana retornaram mais graves após a infecção por catapora. Ao longo do documento, os médicos responsáveis pela assistência à criança detalham, como numa espécie de diário, o dia a dia da paciente, descrevendo seu estado de saúde, com os principais sintomas que apareciam e os métodos de tratamento mais adequados. Entre os dias 25 de dezembro de 1832 e 16 de janeiro de 1833, datas do início do tratamento e de seu falecimento, respectivamente, o corpo clínico segue informando o quadro da enferma, comunicando pormenorizadamente se a doença avançava ou recuava em seus sintomas com o tratamento que estava sendo prescrito.

Nesse contexto é que iremos presenciar mais uma vez a quina e seus derivados sendo continuamente indicados para um dos sintomas da enfermidade: as febres intermitentes. Segue a descrição:

A' huma hora da noite do dia 31 a Princeza teve hum ataque convulsivo, que durou 20 minutos, e cedeo á dous pediluvios sinapisados, a cataplasmas de mostarda ás plantas dos pés, clyster de caldo de galinha com assa-fetida e fricções secas ás extremidades; a febre augmentou-se, a cephalalgia tornou-se intensa, havia sede.

---

<sup>477</sup> BRASIL. Relatorio da molestia de S.A. a Serenissima Princeza Senhora D. Paula Marianna. Diario do Governo. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1833. p. 61. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>> Acesso em: 26 de dezembro de 2017.

Durante este estado só se lhe deo agoa panada e mistura salina simples. Ao meio dia os symptomas febris tinhão diminuido muito de intensidade, e á huma hora o pulso achava se completamente apyretico; tomou infusão de tília com licor anodyno e tintura de castoreo. Tendo-se resolvido de manhã convocar huma conferencia só compareceo o Doutor Sá ás 3 horas da tarde por estarem ausentes da Cidade os outros médicos da Casa Imperial. Assentou-se, visto a intermittencia da febre, e mais symptomas concomitantes, em applicar-se o sulfato de quinina em fricções ao longo da columna vertebral, entrar no uzo de huma infusão de valeriana, e dar-se hum pequeno choque de ipecacuanha. As 4 horas continuou a remissão, tomou caldo, e ás 6 fez-se a primeira fricção do sulfato de quinina na dóze de 6 grãos<sup>478</sup>.

O conteúdo da citação é sintomático para compreendermos essa relação entre conhecimento oficial e conhecimento popular, tão comum no Brasil durante o Período Colonial e mesmo após a emancipação com relação a Portugal. Praticamente todas as misturas medicamentosas receitadas para a filha de D. Pedro I tinham suas bases em ervas medicinais, tais como assa-fétida, a valeriana, a ipecacuanha e o sulfato de quinina. A ipecacuanha, por exemplo, já era conhecida dos europeus há pelos menos dois séculos e sua utilidade na medicina se dava por conta de suas funções expectorante, antiespasmódica, entre outras. Aliada ao sulfato de quinina, no caso específico relatado acima, ambas serviriam para conter os ataques convulsivos e as febres.

Importante ter em mente, através do exposto acima, que os responsáveis pelas indicações de tratamento eram médicos oficiais, com estudos realizados fora do Brasil, tendo em vista que a formação médica só era permitida se fosse feita no exterior<sup>479</sup>. Por conta dessa formação, que poderia ser obtida em quaisquer das grandes universidades europeias, tais como Coimbra, Edimburgo, Paris, Montpellier, Bolonha, Turim, Nápoles e Pisa, não era incomum haver divergências teóricas na formação destes profissionais.

Um exemplo neste sentido é o citado por Tânia Salgado Pimenta (1997), que relata a divergência entre os Dr. Sigaud e José Maria Bomtempo, ambos médicos do Paço Imperial e responsáveis pelo tratamento da princesa Paula Mariana. A polêmica entre os dois envolvia o quadro clínico do Brigadeiro Luiz Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, presidente da Câmara dos Deputados do Brasil em 1826. Em artigo publicado em fevereiro de 1827, o Dr. Sigaud escrevia uma longa crítica à Bomtempo quando este último diagnosticou o deputado Luiz Pereira da Nóbrega como sendo portador de uma moléstia biliar, o que causou revolta ao médico francês. O ataque de Dr. Sigaud a Bomtempo talvez tivesse mais relação com questões

<sup>478</sup> BRASIL. Relatorio da molestia de S.A. a Serenissima Princeza Senhora D. Paula Marianna. Diario do Governo. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1833. p. 62. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>> Acesso em: 26 de dezembro de 2017.

<sup>479</sup> SANTOS, Laura Carvalho dos. Homens e Natureza: saberes e usos de plantas medicinais a partir dos relatos do viajante Antônio Moniz de Souza. Salvador. (1808-1828). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. p. 48.

egocêntricas do que profissionais, haja vista que Sigaud, sendo o primeiro médico escolhido por Luiz Pereira da Nóbrega para iniciar seu tratamento, também concluiu que o deputado sofria de temperamento bilioso. Sigaud finalizou seu artigo apontando para possíveis faltas de domínio de técnicas médicas em Bomtempo<sup>480</sup>.

Conflitos do tipo, que poderiam ser tanto disputas de interesse – porquanto estavam tratando da filha do Imperador, autoridade máxima da sociedade – quanto sobre qual o melhor método para tratar enfermidades também não tardaram a aparecer no caso da filha de D. Pedro I. No trecho seguinte é possível perceber tal questão quando se indicou o uso de tônicos, entre os quais os decorrentes de preparações à base de quina:

A noite de 10 para 11 S.A. passou malissimamente, nada dormio, e toda a noite se queixou da cabeça; estava sempre em madorna, mas quando se lhe fallava acordava e respondia a propósito ao que se lhe perguntava. A's 7 horas da manhã do dia 11 aparecerão de novo repetidas e fortes convulsões com movimento febril. O ventre achava-se hum tanto meteorizado; applicou-se hum largo vesicatorio na cabeça; convocou-se outra conferencia, em que comparecerão os Doutores Azeredo, Bastos, Jobim, Sá, Torres Homem, e Peixoto; nella se decidiu que se applicassem mais 4 bixas, no estomago e 2 no anos, *e que se seguissem hum tratamento tonico com preparações quinadas*, e que se possesem mais dois vesicatorios nas coxas, continuando-se a entreter a liberdade do ventre. Depois das 3 horas começou a ser grande a agitação, e o pulso á apresentar repetidas variações subindo ora á 81 ora á 90 pulsações. *Neste estado de agitação e de febre pareceu imprudente aos assistentes Torres, e Jobim, que entrou de semana, a administração immediata dos tonicos.* [...] *A's 8 e quarto da noite deo-se meio calix de agoa Ingleza, diluida em igual porção de agua panada*, nesta occasião dava o pulso 72 p., e dahi a pouco 92, mas huma hora depois passou á 80; *deo-se hum calix de infusão de quina com arnica*, e poserão-se ás 9 e meia os 2 vesicatorios nas coxas; continuava alguma agitação<sup>481</sup>. (Grifos nossos)

Não temos como definir exatamente o nível de conhecimento que esses médicos tinham acerca das virtudes medicinais da quina. Por um lado, alguns achavam pouco prudente receitar bebidas tóxicas à base da planta por conta do estado em que se encontrava a paciente, por outro pareciam no mínimo redundantes em suas prescrições ao recomendar “agoa Ingleza” e “infusão de quina<sup>482</sup>”, praticamente um seguido do outro. Pesquisando no *Diccionario de*

<sup>480</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. Artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. p. 57.

<sup>481</sup> BRASIL. Relatorio da molestia de S.A. a Serenissima Princeza Senhora D. Paula Marianna. Diario do Governo. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1833. p. 62. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>> Acesso em: 26 de dezembro de 2017. p. 64.

<sup>482</sup> “Casca de quina 20 grammas, agua fervendo 1000 grammas. Infunda por duas horas e côe. Emprega-se em bebida, como tonico”. CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessorias para uso das famílias contendo a descripção das Causas, symptoms e tratamentos das molestias; As receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis. Sexta edição. Consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia e acompanhada de 913 figuras intercaladas no texto. Volume segundo G – Z. Pariz. A. Roger & F. Chernoviz. Rua des Grands Augustins. 1890. p. 855. (2)*

*Medicina Popular* do Dr. Chernoviz pelos verbetes *Agua de Inglaterra*, deparamo-nos com a seguinte descrição: “Preparação secreta de quina, e que parece ser um vinho quinado. Empregava-se contra as febres intermitentes na dose de 30 a 120 grammas por dia, pura ou misturada com agua; cahio em desuso depois da descoberta do sulfato de quinina<sup>483</sup>”. No período em questão, entre 1832 e 1833, quando a jovem Paula Mariana esteve em tratamento, o sulfato de quinina já era conhecido na medicina e os próprios médicos da Casa Imperial já o haviam receitado para a paciente. A única hipótese que podemos levantar sobre a insistência de seu uso se dá através das próprias palavras do Dr. Chernoviz, quando o francês menciona se tratar de uma “preparação secreta de quina”, o que nos leva para outro debate acerca dos medicamentos secretos.

Retomando novamente o pensamento da autora Vera Regina Beltrão Marques, na última parte de seu trabalho ela dedica algumas páginas a explicar o que eram os medicamentos de segredo. Dentre esses estava a Água de Inglaterra, que, entre uma controvérsia e outra, acredita-se que tenha chegado a Portugal através do rei D. Pedro II, que constantemente acometido por febres, resolveu comprar a fórmula a fim de resolver seu problema de saúde ao mesmo tempo em que poderia servir para o bem da população. Foi posteriormente alvo de conflitos por ocasião da adoção da farmacopeia geral do reino, que em seu conteúdo declarava guerra aos medicamentos secretos e recomendava a venda do vinho quinado como opção à água. Isso não impediu que a Água de Inglaterra ganhasse espaço no reino português, sendo inclusive lançadas ordens reais autorizando determinados membros da sociedade a produzirem e comercializarem o produto. Acompanhou a expedição filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira pela Amazônia e fez parte do quadro de remédios dos principais hospitais militares da colônia<sup>484</sup>.

Na esteira da discussão entre o uso da Água de Inglaterra em detrimento do sulfato de quinina, bem como das contendas envolvendo os médicos da corte, entra em evidência um outro debate, que envolve experiências temporais, confrontando conceitos como antigos e modernos. A Água de Inglaterra era uma substância diretamente ligada a uma temporalidade

<sup>483</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para uso das familias contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das molestias; As receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimentícias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis.* Sexta edição. Consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia, e acompanhada de 913 figuras intercaladas no texto. Volume primeiro A – F. Pariz. A. Roger & F. Chernoviz. Rua des Grands-Augustins, 1890. p. 60 (1)

<sup>484</sup> MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Do espetáculo da natureza à natureza do espetáculo: boticários no Brasil setecentista.* Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. p. 185-189.

específica, herdeira dos conhecimentos sobre a arte médica do século XVIII. Até os Setecentos, Portugal ainda estava ligada a uma medicina hipocrático-galena, baseada nos ensinamentos de estudiosos do mundo antigo, tais como Galeno, Hipócrates e Avicena. Deste modo, tomavam o corpo como uma espécie de microcosmo, onde se acreditava que para ter seu funcionamento de forma completa, perfeita e harmoniosa, todos os sistemas internos deveriam estar em sintonia:

Durante grande parte do século XVIII a medicina luso-brasileira foi marcada por influências da concepção hipocrático-galena. A então denominada ‘patologia humorai’ concebia o corpo humano como um *microcosmo* por conter dentro de si as qualidades dos quatro elementos da natureza. A partir desta teoria, a regulação das três principais do corpo – fígado, coração e cérebro – dependia do equilíbrio entre os quatro humores – sangue, cólera, fleuma e melancolia. As qualidades dos humores, por sua vez, eram estruturadas por pares de oposição: seco/úmido, frio/quente, delgado/grosso, doce/amargo; e suas funções eram exercidas por relação de simpatia com determinados órgãos. Segundo essa perspectiva, a causa da doença residia na alteração de um ou mais humores que afetavam todo o microcosmo do corpo humano<sup>485</sup>.

A forma acima descrita que mostra o meio de entender e trabalhar a ciência médica estava diretamente relacionada com as disputas em torno do que era considerado antigo e do que era considerado moderno. A medicina em Portugal era criticada por manter suas bases assentadas nos teóricos antigos. Esses críticos, formados por *estrangeirados*<sup>486</sup>, chamavam a atenção por conta desse estado de “atraso” em que se encontravam os estudos superiores da área médica e defendiam uma reestruturação, ou melhor, uma modernização teórica pautada na filosofia mecânica, que desde o século XVII agia diretamente nas discussões sobre o corpo e, consequentemente, atingiam o campo da medicina<sup>487</sup>.

Fosse ela hipocrático-galena ou mecânica, o ofício ensinado em Portugal foi responsável pela formação de toda uma geração de profissionais que iriam atuar no Brasil, especialmente na primeira década dos oitocentos. De acordo com Tânia Salgado Pimenta, a presença de várias correntes teóricas que ajudaram a formar o conhecimento dos médicos foram

<sup>485</sup> ABREU, Jean Luiz Neves Abreu. Ilustração, experimentalismo e mecanicismo: aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVIII. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul. – dez. 2007, p. 80-104. p. 80.

<sup>486</sup> O conceito de *estrangeirados* foi abordado de forma mais detida no capítulo três da presente dissertação, mas de forma geral diz respeito aos portugueses que saíram de Portugal para estudar em outros países, geralmente em nações ideologicamente opostas àquela adotada no reino luso.

<sup>487</sup> ABREU, *op. cit.*, *Topoi*, v. 8, n. 15, jul. – dez. 2007. p. 93.

Com a Reforma nos Estatutos da Universidade de Coimbra, Portugal começou a adotar os princípios mecanicistas que iriam reverberar no ensino médico do país. Essa transição, porém, não foi imediata. Até a última década do século XVIII e já no primeiro decênio do XIX, era possível encontrar ainda resquícios das formas peripatéticas tão caras à doutrina hipocrático-galena no sistema de ensino da Faculdade de Medicina.

Sobre essa discussão, ver também o trabalho de: RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

as responsáveis por fazer com que não fosse possível considerar a classe como um todo homogêneo<sup>488</sup>. Isso pode ser exemplificado nas disputas entre Bomtempo e Sigaud mencionadas anteriormente. E, também, pode ser demonstrada pela forma como era tratada a filha do imperador D. Pedro I no caso da doença que lhe afligia. Por diversas vezes durante o período em que esteve em tratamento, os médicos trabalhavam de forma a induzir que a paciente expelisse de seu corpo excrementos. Essa forma de lidar com a doença era tipicamente baseada nos preceitos forjados pela medicina humoral, que sustentava que o mal poderia ser posto para fora do corpo através do expurgo. Deste modo, o microcosmo interno do ser humano voltava à estabilidade e assim tudo voltava ao seu funcionamento normal e o paciente estaria curado. Essas técnicas da medicina hipocrática são reveladoras do que Carlo Ginzburg definiu como *método indiciário ou semiótico*. Para o autor:

Isso é particularmente evidente no caso da medicina hipocrática, que definiu seus métodos refletindo sobre a noção decisiva de sintoma (*semeion*). Apenas observando atentamente e registrando com extrema minúcia todos os sintomas – afirmavam os hipocráticos –, é possível elaborar ‘histórias’ precisas de cada doença: a doença é, em si, inatingível. Essa insistência na natureza indiciária da medicina inspirava-se, com todas as probabilidades, na contraposição – enunciada pelo médico pitagórico Alcmeon – entre a imediatez do conhecimento divino e a conjecturalidade do humano<sup>489</sup>.

A doença sendo em si inatingível, opta-se por atuar sobre os sintomas. Nessa perspectiva, como sugere Marcia Moisés Ribeiro, não era de surpreender que médicos tomassem as febres como a própria doença, desconsiderando o fato de que elas poderiam ser “a manifestação de estados infecciosos de inúmeras origens possíveis<sup>490</sup>”.

Dentro desse quadro entram em discussão as múltiplas derivações da quina (Água de Inglaterra, quina em casca, sulfato de quinina) usadas no tratamento de Paula Mariana. Via de regra, todos esses produtos eram destinados à cura da febre, mas o que de fato chama a atenção para as questões colocadas aqui são as temporalidades específicas contidas em cada produto. A Água de Inglaterra era um medicamento de segredo, remanescente do século XVII. Nesse período, juntamente com o Setecentos, a noção de remédio estava muito ligada ao sagrado e ao profano, com a Igreja agindo sobre o domínio do corpo. Os medicamentos de segredo não tinham sua fórmula revelada. Vera Regina Beltrão Marques afirma que sua fama

<sup>488</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. Artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. p. 56.

<sup>489</sup> GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo. Companhia das Letras, 1989. p. 155

<sup>490</sup> RIBEIRO, Márcia Moisés. A Ciência dos Trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997. p. 86.

era sustentada pela ampla propaganda feita por aqueles que o haviam experimentado<sup>491</sup>. Deste modo, criava-se uma mística por trás do medicamento, uma lógica oculta. Por terem noção de que a composição se dava por meio de elementos naturais, tais como plantas e animais, e por Deus ter criado estes seres para servirem ao homem, a virtude estava depositada menos no campo da ciência e mais no reino da magia.

Ainda sobre o referido medicamento, Vera Regina ainda traz outra informação interessante a respeito dele. Diz que sua preparação estava diretamente ligada à tentativa de reintrodução da quina no seio da sociedade. Citando a publicação de Jacob de Castro Sarmento<sup>492</sup>, a autora indica que em algum momento da história a população deixou de acreditar nos efeitos terapêuticos da quina por conta dos constantes tratamentos ineficazes feitos com ela. Acontece que – e dessa vez a autora se utiliza do trabalho do médico português – o grosso da sociedade costumava usar plantas que eram consideradas quinas, plantas antifebris, quando na verdade estavam fazendo uso de ervas comuns, sem nenhuma utilidade medicinal. Sem tomar conhecimento do que era a verdadeira planta antifebril e qual não era, e tendo malgrado os tratamentos medicinais, as pessoas acabavam não depositando mais confiança em vegetais que carregavam o nome *quina*. Deste modo e reconhecendo o verdadeiro valor e poder medicinal da quina, Jacob de Castro Sarmento tomou para si a responsabilidade de reintroduzir essa substância entre a população desacreditada. Nesse sentido foi que surgiu a Água de Inglaterra<sup>493</sup>.

Isso nos leva a uma ruptura. Demonstra que, a despeito do que mostram os principais documentos do período que trata dos usos deste vegetal, nem sempre a quina se manteve como vanguarda na arte terapêutica. Consolida, neste sentido, o conceito de estratos do tempo definido por Koselleck (2014). Dentro de uma linha temporal que poderíamos julgar como homogênea em seus fenômenos, há camadas que mostram outro tempo. O tempo da recusa, da hesitação, da dúvida, da negação em continuar depositando a cura do corpo em um elemento específico do reino vegetal.

Fosse na forma natural (casca), em pó ou líquida (vinhos), como medicamento de fórmula de livre acesso ou de segredo, o certo é que a quina foi uma planta de grande

<sup>491</sup> MARQUES, Vera Regina Beltrão. Do espetáculo da natureza à natureza do espetáculo: boticários no Brasil setecentista. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. p. 190.

<sup>492</sup> SARMENTO, Jacob de Castro. Do uso, e abuso das minhas Agoas de Inglaterra, ou Directorio, e Instruccam, para se saber seguramente, quando se deve, ou naõ, usar dellas, assim nas enfermidades agudas; como em algumas chronicas; e em casos propriamente de Cirurgia. Impresso em Londes. Em Caza de Guilherme Strahan, 1756.

<sup>493</sup> MARQUES, *op. cit.*, p. 194-195.

repercussão no meio médico desde que suas virtudes medicinais foram descobertas, ainda que não fossem totalmente comprovadas. E após atestada sua veracidade, o que se viu foi sua relevância aumentar consideravelmente. Analisando os dois volumes do *Diccionario de Medicina Popular*, de Chernoviz, a quina, em qualquer de seus formatos, esteve presente no tratamento de cerca de 78 doenças. A título de exemplificação da grandeza de suas qualidades, algumas plantas, por suas virtudes medicinais em determinados sintomas clínicos, eram comparadas à quina. Caso da planta chamada *Digital*, espécie típica da Europa e famosa por sua dupla funcionalidade: em doses altas poderia causar mal-estar, podendo levar à morte; em doses menores era útil ao coração. Por essas características a *digital* ficou conhecida vulgarmente como a “quina do coração<sup>494</sup>”.

Ressaltamos que a edição utilizada foi a de 1890, sexta e última. Ou seja, ao longo dos 48 anos que dividiram o lançamento da primeira para a última edição, Chernoviz compilou várias doenças onde o uso da quina poderia ser proveitoso. Alguns desses usos certamente foram comprovados cientificamente; outros, tomados apenas através do conhecimento popular, mas que devido à sua utilidade prática, não foram desconsiderados pelo médico em seu livro. Denotamos que esse quase meio século de diferença entre as publicações ajuda a nos revelar a quantidade de doenças as quais a quina poderia ter alguma relevância no tratamento.

Quase cinco décadas de diferença entre a primeira e a última edição do *Diccionario* trazem certamente mudanças temporais dentro do próprio conteúdo. Exemplos nesse sentido já nos foram dados por Aline da Silva Medeiros, quando a historiadora menciona a adoção do sistema métrico-decimal, que denota uma aproximação com a modernidade, bem como uma aceleração do tempo, com as indicações precisas das dosagens necessárias ao tratamento das doenças, que permitiriam o período exato da terapia sem os incômodos causados por uma interrupção.

Outro exemplo de estrato temporal na obra de Chernoviz é a tendência adotada pelo médico em falar de prevenção. No verbete *Febres intermittentes* é notável a presença deste raciocínio. Pelo indicativo dado pelo autor, as ditas febres são adquiridas basicamente pelo fator geográfico. Com habitações próximas às áreas pantanosas a população se tornava mais suscetível a entrar em estado febril. Salientava que havia outra categoria ainda mais propensa

<sup>494</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para uso das familias contendo a descripção das Causas, symptoms e tratamento das molestias; As receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimentícias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis.* Sexta edição. Consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia, e acompanhada de 913 figuras intercaladas no texto. Volume primeiro A – F. Pariz. A. Roger & F. Chernoviz. Rua des Grands-Augustins, 1890. p. 872. (1)

a ser vitimada por essas febres: os estrangeiros, por não serem acostumados ao clima do local. Por suposto não haveria um método que pudesse controlar a transmissão da enfermidade, sendo assim necessário uma forma de prevenção.

Quando a febre tiver passado, recorre-se a certos medicamentos que tem a propriedade de prevenir a volta dos accessos. O sulfato de quinina é de todos estes medicamentos o melhor e o mais certo. A dóse do sulfato varia, conforme a idade e a força do individuo, desde 40 a 80 centigrammas por dia, que se dividem em tres ou quatro dósese se dão em intervallos iguaes, tendo o cuidado de dar-se a ultima dóse uma hora antes do tempo em que o accesso deve aparecer. A melhor maneira de dar o sulfato é em agua fria com assucar, chá da India, café, ou envolto em hostia molhada, ou em alguma fructa, como, por exemplo, a banana assada, ou administrando-se as perolas de sulfato de quinina do D<sup>or</sup> Clertan, que permitem se dosar o medicamento com exactidão, pois cada perola contem exactamente 10 centigrammas do producto<sup>495</sup>.

Na mesma direção, o sulfato de quinina deveria ser administrado continuamente por mais alguns dias mesmo após a febre ter cessado, em doses pequenas: “Se a quantidade que se administra não prevenir o accesso, ou ao menos não lhe moderar a violencia, é preciso augmentar a dóse, dobral-a, em geral, durante a intermittencia seguinte”.

A partir de então, os sentidos que envolviam o uso do sulfato de quinina mudam: a cura dá lugar à prevenção. O livro é um objeto de seu tempo e no final do século XIX, com o capitalismo industrial em pleno vigor, as relações de trabalho são pautadas pela lógica do tempo como moeda, o trabalhador é pago pelo seu dia de tabalho<sup>496</sup>, logo, as pessoas não dispunham mais de tempo para adoecer, nessa conjuntura, a lógica era a prevenção. Mas para se prevenir de forma correta era salutar outro aliado: a técnica. Esta é representada pelo sistema métrico de pesos e medidas. As doses deveriam ser ministradas de forma exata. Como variavam de acordo

<sup>495</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para uso das familias contendo a descripção das Causas, symptoms e tratamento das molestias; As receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimentícias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis. Sexta edição. Consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia, e acompanhada de 913 figuras intercaladas no texto. Volume primeiro A – F. Pariz. A. Roger & F. Chernoviz. Rua des Grands-Augustins, 1890.* p. 1093-1094. (1)

<sup>496</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998. No capítulo 6, intitulado *Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial*, Thompson faz uma análise sobre as origens da disciplinarização do trabalho de acordo com as mudanças de percepção temporal, afetada principalmente com a invenção do relógio, na sociedade inglesa dos séculos XVII e XVIII, ou como ele mesmo afirma, em uma sociedade pré-industrial. Esse artefato, além de dar uma maior precisão às horas do dia, fazendo com que o trabalhador rural ganhasse autonomia em relação ao tempo natural, aquele movido pela posição do sol ou pelo cantar dos galos, doravante serviria para que os empregadores pudessem controlar melhor o tempo que seus empregados dedicavam às tarefas a qual estavam sendo pagos, evitando assim desperdício de dinheiro. De igual maneira, com tais atitudes se buscava otimizar a produção, fazendo com que os dias “durassem” mais. O tempo passava a ter um caráter monetário. Certamente essa tática dos empregadores não passou despercebida pelos trabalhadores e são os conflitos em torno de táticas de uso do tempo que o historiador inglês se debruça em seu texto. Thompson sintetiza bem o propósito de suas investigações: “Estamos preocupados simultaneamente com a percepção do tempo em seu condicionamento tecnológico e com a medição do tempo como meio de exploração da mão-de-obra”. p. 289

com a idade e as condições físicas do enfermo, indo de 40 a 80 centigramas, a solução atravessava a ordem técnica, com a recomendação de que se adotassem as pérolas do Dr. Clertan, que carregava cada uma 10 centigramas, o que facilitava a administração da dosagem. Ao fim e ao cabo a febre deveria cessar em menos de 15 dias. Se ao atingir esse limite o enfermo não apresentasse melhora, adotava-se outros tipos de remédios não mais baseados no sulfato de quinina<sup>497</sup>, pois em casos de sezões prolongadas o medicamento não surtia o efeito que dele se esperava.

Vale ressaltar um último aspecto contido no *Diccionario de Medicina Popular* sobre as febres intermitentes. Chernoviz aponta que:

Tem-se visto febres, que resistiram a todos estes medicamentos, cederem ás vezes a meios estranhos e a remédios caseiros. Muitas vezes um grande susto, uma emoção forte, uma queda grave, tem posto fim a febre que nenhum medicamento pôde curar. Em alguns casos rebeldes é necessário mudar de moradia<sup>498</sup>.

A febre ceder a meios estranhos como um grande susto, emoção forte e queda grave nos remete a outro estrato do tempo. O tempo da medicina humoral, que, como já enfatizamos anteriormente, atuou com bastante intensidade nos círculos acadêmicos e médicos nos séculos XVIII e primeira metade da centúria ulterior. Ainda que no final dos oitocentos (1890) – período de publicação e circulação da última edição do *Diccionario* – esse campo do conhecimento medicinal tenha sido superado por teorias médicas mais modernas<sup>499</sup>, percebemos uma continuidade desse tipo de reflexão nas palavras de Chernoviz, tomando a cura das febres por teorias místicas, extraordinárias.

Cientificamente falando, poderia ocorrer de as principais febres estarem se tornando imunes aos remédios criados até então, muitos tendo na sua base os princípios ativos da quina e que eram usados continuamente até a exaustão dos seus efeitos. Nesse sentido a microbiologia teve papel relevante, pois contribuiu para a fabricação de novos tipos de métodos e medicamentos no controle das doenças.

Conquanto, não estamos afirmando que a suposta cura mencionada por Chernoviz para as febres foi possível por conta dos avanços no campo medicinal ocasionados pelos estudos

<sup>497</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para uso das familias* contendo a descrição das Causas, symptomas e tratamento das molestias; As receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimentícias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis. Sexta edição. Consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia, e acompanhada de 913 figuras intercaladas no texto. Volume primeiro A – F. Pariz. A. Roger & F. Chernoviz. Rua des Grands-Augustins, 1890. p. 1094. (1)

<sup>498</sup> *Idem, ibid.*, p. 1095 (1)

<sup>499</sup> Exemplos dessas teorias foram os estudos em microbiologia realizados por Louis Pasteur e Robert Koch, que atuaram nos estudos sobre o bacilo da raiva e da tuberculose, respectivamente.

em microbiologia, a despeito dos motivos apontados por ele. Até porque as novidades científicas na área médica ainda demoravam a se popularizar. Estamos tão somente conjecturando a partir das considerações do médico polonês, que o fato de recomendar a mudança de moradia devido à ausência de meios eficazes para a cura das febres tem relação direta com o que vinha sendo pensado no campo microbiológico, com destaque para a teoria dos miasmas<sup>500</sup>, posto que os locais de maior incidência das febres intermitentes eram os locais pantanosos. Percebemos as dimensões temporais envolvidas na escrita do *Diccionario* de Chernoviz. O *futuro passado* representado pelos saberes da medicina humoral do século XVIII e pelas concepções de uma teoria miasmática surgidas naquela mesma centúria é que irá perdurar até as primeiras décadas do século XX, consagradas pelas doutrinas higienistas.

Com efeito, cabe ressaltar que toda a análise aqui exposta nos faz refletir sobre o fato de como a Quina foi alvo de intensos debates e estudos pelos impérios, tanto os europeus quanto o brasileiro, ao longo de parte do século XVIII e por todo o XIX. Não bastava ter acesso à arvore somente em seu ambiente natural, isto é, era muito dispendioso para os países colonizadores. Era preciso fazê-la crescer em um ambiente mais próximo, por isso a necessidade de estudos sobre transferência, aclimatação e transplantação. Conhecer suas virtudes febríferas através da prática cotidiana também não era o bastante. Tinha que se conhecer suas partes internas, sua composição e, através disso, descortinar o que a tornava antifebril. Ciência e técnica andavam lado a lado para quem sabe criar uma nova ordem para a natureza: “A ciência sendo um dispositivo que produz e inventa uma ordem – e não um dispositivo que ‘desvela’ a ordem escondida da natureza<sup>501</sup>”.

<sup>500</sup> Alain Corbin desenvolve a discussão sobre os miasmas a partir dos estudos sobre o ar. Resgatando debates do século XVIII feitos por estudiosos da medicina, da química e da física a respeito deste elemento natural, desde a comprovação para saber se o ar era carregado de peso fruto de combinações químicas, até a mera aceitação dele como fluido elementar, o autor indica que no período em questão todas as possibilidades para detectar se o ar benéfico ou nocivo para a saúde, ou seja, se continha ou não os ditos *miasmas*, dependiam diretamente de um sentido corporal: o olfato. O olfato seria o responsável por detectar se o ar vinha carregado de elementos pútridos, frutos de decomposições de animais e vegetais, cuja composição química poderia comprometer a estabilidade corporal, fazendo com que o sujeito padecesse decorrente de infecções. Nesse sentido: “Se o combate permanente que se desenrola no vivente der vantagem à putrefação; se, porventura, miasmas pútridos, emanados dos corpos doentes ou em estado de decomposição, forem inalados pelo organismo e vierem a corromper o equilíbrio das forças intestinais.; se se produzir uma interrupção de circulação do espírito balsâmico do sangue pela obstrução dos vasos, viscosidade dos humores ou ferimento, isto poderá significar o triunfo da gangrena, da varíola, do escorbuto, das *febres pestilenciais* ou *pútridas*”. Febres pestilenciais ou pútridas, frutos de ambientes pantanosos, tal qual levantando por Chernoviz. Mais a frente, Corbin assinala que à quina era atribuída papel de antisséptico, ou seja, de antidesinfetante do ar pútrido, na medida em que atuava com seu efeito adstringente no intestino, deixando-o “preso”, evitando assim que gases do intestino [...] . Cf. Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo. Companhia das Letras, 1987. p. 27-28.

<sup>501</sup> PESTRE, Dominique. Por uma nova História Social e Cultural das Ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. Cadernos IG/Unicamp. Volume 6, Número 1, 1996. p. 13.

## 5. CONCLUSÃO

Vínhamos sendo guiados pelo propósito de articular um diálogo que primasse pela relação entre natureza e cultura, enfatizando nas discussões as experiências temporais que a botânica produziu no período moderno. E quando nos referimos a experiências, não se trata de mero jogo de palavras. Tentamos fazer com que ela remetesse, antes de tudo, aos estratos do tempo de Reinhart Koselleck<sup>502</sup>.

A opção por investigar os caminhos que a ciência botânica trilhou no período em questão nos revelou acontecimentos que, em maior ou menor escala, podemos dizer, passaram despercebidos da história. Quando iniciamos a pesquisa não pensávamos que íamos nos deparar com debates acerca da conservação das matas no Ceará, a exemplo do que José Augusto Pádua diagnosticou para as regiões da Bahia e Rio de Janeiro. Não se tratava somente de uma questão hierárquica, no sentido de que os que estavam na base da pirâmide apenas deveriam obedecer às regras vindas da parte superior. Houve contestações e muitas vezes estas foram incisivas, especialmente por que envolviam diretamente a economia, pois colocavam em modo de confronto dois pilares de sustentação da coroa portuguesa, a saber, de um lado o acervo de madeiras para construção naval (militar e mercante) e de outro a agricultura, considerada naquele momento força de desenvolvimento.

Em meio a essas questões, não poderíamos nos abdicar de contextualizar a presença no Ceará de um dos mais ilustres homens de ciência luso-brasileiro do Período Reformista Português. Em sua *viagem filosófica* pela capitania, João da Silva Feijó nos abriu espaço para pensarmos como o estado português estava de fato consubstanciado com o projeto de renascimento e consequentemente desenvolvimento das práticas agrícolas na América portuguesa, não excetuando parte alguma de sua maior colônia nesse empreendimento. A despeito de formalmente os motivos de sua viagem estarem inicialmente arranjados para estudos mineralógicos, o naturalista não se furtou em exercer sua função como botânico, deixando rica documentação na qual é possível observar como a metrópole visualizava o mundo natural do Ceará e de que modo ele poderia ser proveitoso para o erário régio.

---

<sup>502</sup> Segundo o historiador, essa “é uma metáfora que só pode ser usada a partir do século XVIII, depois que a antiga ciência natural, a *historia naturalis*, foi temporalizada e, com isso, historicizada. Sua transposição para a história humana, política e social permite separar analiticamente os diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados”. KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto. PUC-Rio, 2014. p. 19

Com efeito, a oportunidade que a documentação nos deu de trabalhar com a Quina serviu para demonstrar como as relações do homem com o mundo natural se mantiveram em elevado grau de proximidade por muito tempo. Desde a sua descoberta e uso de sua forma natural contra as febres, passando pelas pesquisas científicas que visavam conhecer todas as suas partes, externas e internas, até os projetos de transferência e aclimatação da planta americana para outras partes do mundo, evidenciam a relação estreita que a sociedade ocidental manteve com esta planta.

Em sentido amplo, o que se buscou foi investigar a botânica em uma duração mais longa, a fim de perceber continuidades e descontinuidades, ou como dissemos parágrafos acima, revelar os estratos temporais dentro de um mesmo espaço ou em períodos mais alongados. Os discursos, que aqui se focalizaram entre o político e o científico, geralmente levavam a uma mesma lógica: em um território amplo feito o Brasil, propício à agricultura, à introdução de novas culturas, aprofundar os estudos em botânica se tornava uma atividade premente para o futuro, com vistas ao progresso.

Outrossim, percebemos através do que foi exposto ao longo das páginas precedentes, que não obstante os séculos que separam o objeto da presente pesquisa dos dias atuais, o quanto os debates que trouxemos ainda são deveras atuais. O embate entre conservar as matas ou derrubá-las para garantir acesso às terras para agricultura continuam intensos, como nas regiões da Mata Atlântica, Amazônia e Cerrado, todos estes locais servindo para que agentes do agronegócio atuem indiscriminadamente devastando áreas muitas vezes de preservação permanente, para expandir seus negócios, facilitados por leis e fiscalizações que deixam a desejar em muitos aspectos, comprometendo assim a biodiversidade desses biomas.

De maneira semelhante os escritos sobre a Quina nos remeteram a reflexões de como o acesso a informação, de manuseio dos elementos naturais, sempre estiveram diretamente ligados às relações de poder, não raras vezes forçando inclusive redes de biopirataria – ressalva ao uso de um termo atual –, situação essa que pudemos constatar nos envios de remessas de quina de maneira não-oficial de seus países de origem para outras potências europeias para de lá seguirem com destino a outros territórios. Dinâmica essa que demonstrava a busca pelo domínio e a transformação do mundo natural em recursos econômicos.

Ainda na esteira da discussão que desenvolvemos nas páginas precedentes, ressaltamos que na virada dos séculos XVIII para o XIX tornou-se praticamente lugar-comum entre os homens de ciências luso-brasileiros a ideia de que era necessário se distanciar das

práticas herdadas pelos primeiros colonizadores da América portuguesa, especialmente as que giravam em torno dos usos dos recursos naturais ou que estavam diretamente ligados a eles, como a agricultura. Para estes representantes da massa científica do Brasil, se desvencilhar de um passado considerado rudimentar, arcaico, que era também sinônimo de atraso, seria extremamente necessário para se concretizar a passagem para os tempos modernos, no sentido de abrir a mente para novas possibilidades de inserir aos estudos sobre a natureza técnicas condizentes com o momento em que o mundo vivia e ao qual o país desejava seguir, qual seja, inserir-se na era da industrialização, que trazia consigo a inovação e a criação de métodos mais sofisticados, mais racionalizados.

A essa ideia de separação total com o passado, Bruno Latour (1994) explica que é típica do pensamento dos modernos. Para este autor:

A modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores ou jornalistas. Ainda assim, todas as definições apontam, de uma forma ou de outra, para a passagem do tempo. Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras “moderno”, “modernização” e “modernidade” aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável. Além disso, a palavra encontra-se sempre colocada em meio a uma polêmica, em uma briga onde há ganhadores e perdedores, os Antigos e os Modernos. “Moderno”, portanto, é duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos<sup>503</sup>.

Nesse sentido, o que se viu foi a divulgação de memórias, monografias, manuais, que em seu conteúdo apontavam para formas mais racionais de manejo dos recursos naturais, projetos de investigação da natureza pautados em inovações técnicas, acelerando deste modo o tempo, tendo no *horizonte de expectativa* o progresso. Tal iniciativa foi estendida ao longo dos oitocentos, mesmo após a separação administrativa total do Brasil em relação a Portugal. A respeito disso, uma problemática ainda se torna premente. De acordo com Latour na obra acima referenciada, outra característica dos ditos modernos estava centrada na ideia de que era preciso separar natureza e cultura, objeto e sujeito, humanos e não humanos. Essa ideia, de acordo com o raciocínio do autor, se mostrava equivocada. Por quê? Porque não deve haver distinção entre ciência e política, entre natureza e cultura, assim como os homens têm sua historicidade, os objetos, os não humanos também o têm, de acordo com os significados e sentidos atribuídos a eles pela própria sociedade.

Seguindo essa linha de separação entre natureza e cultura estavam os pragmáticos dos Setecentos, responsáveis pelos passos iniciais de uma institucionalização das ciências em

---

<sup>503</sup> LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. p. 15.

Portugal. As formas de condução científica destes ilustrados estavam ancoradas na premissa de estudar os produtos do mundo natural, tomando o cuidado de avaliar o que seria ou não de utilidade para a sociedade, atentando-se principalmente para aqueles de potencial valor para a economia.

Estendendo nossa análise ao longo do século XIX, podemos encontrar resquícios dessa vertente ainda na segunda metade da centúria, especialmente na forma de organização e no pensamento dos ilustrados brasileiros. Um exemplo que podemos admitir nesse sentido vem dos membros da Comissão Científica de Exploração. Os integrantes dessa comitiva, na teoria, buscavam uma ruptura com as formas de saber sobre o mundo natural herdadas dos ilustrados portugueses do século anterior. Enfatizamos “na teoria” porque consideramos que é preciso relativizar esse ponto de vista, porquanto durante nossas investigações sobre os estudos científicos desenvolvidos nos séculos XVIII e no XIX, não nos deparamos com discursos que pudessem sustentar um novo direcionamento do olhar, que enxergasse de maneira desvinculada do passado colonial a visão sobre o mundo natural brasileiro. Desta forma, é forçoso admitir que os homens de letras no Brasil ainda se valiam do que fora produzido no século anterior, sobretudo em Portugal, em relação aos estudos sobre a natureza, para sustentar suas linhas de investigação.

Nos capítulos que desenvolvemos tivemos como suporte algumas outras teorias elaboradas por Koselleck, entre elas *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, e nesse diapasão o próprio historiador dos conceitos afirma, ao explicar suas duas categorias, que na era moderna a diferença entre experiência e expectativa tende a aumentar progressivamente, ou, dito de outra forma, ele esclarece que a modernidade só pode ser concebida como um tempo novo à medida que expectativas passam a se distanciar cada vez mais das experiências feitas até então<sup>504</sup>.

O imbróglio então está assentado se poderíamos definir a geração brasileira oitocentista de homens de ciência como modernos ou não. Segundo Bruno Latour, eles seriam modernos por promover uma ruptura com o passado ao mesmo tempo em que estudavam os recursos e fenômenos da natureza de forma exterior, promovendo a separação entre sujeitos e objetos. Conquanto esta separação em relação aos tempos pretéritos fosse desejada em teoria, na prática não foi solidificada. O mais correto a nosso ver seria então concordar com o próprio autor quando este sugere no título da sua obra que *jamais fomos modernos*.

---

<sup>504</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio. 2006. Ver o capítulo: “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas.

Chegamos até aqui, o ponto onde se encerra esta narrativa, mas não quer dizer que a pesquisa finda nestas páginas. Há muito o que se questionar, descobrir, teorizar. A partir do momento em que temporalizamos a natureza, uma infinidade de possibilidades saltou aos olhos de nós historiadores, pois, como afirma Donald Worster (2012), “[...] não temos mais a natureza imersa em algum tipo de estado atemporal de perfeição, nem temos uma revelação nem uma autoridade dos quais depender. Desse passado em constante mudança, e só dele, nós devemos, de algum modo, tirar, com o auxílio da razão imperfeita, o que nós valorizamos e devemos defender<sup>505</sup>”.

---

<sup>505</sup> WORSTER, Donald. A natureza e a desordem da história. In: História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. [Orgs. José Luiz de Andrade Franco, Sandro Dutra e Silva, et. al.] Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 384.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

**Documentos avulsos da Capitania do Ceará – Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizados. “Projeto Resgate: Barão do Rio Branco” – (1782-1806). [Manuscritos]. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco/>>**  
Acesso em 02 de setembro de 2018.

OFÍCIO do capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury, ao secretário de estado dos negócios da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, sobre as necessidades de abastecimento pelas quais passa a capitania em virtude de os moradores se recusarem a plantar a mandioca, limitando-se à criação de gados. (1782)

OFÍCIO do Capitão-mor do Ceará, João Batista Azevedo Coutinho de Montauri, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre as disputas e desavenças ocorridas entre ele e o ouvidor André Ferreira de Almeida Guimarães. (1785)

CARTA do Ouvidor do Ceará, André Ferreira de Almeida Guimarães, à rainha D. Maria I, a queixar-se dos desmandos e das violências do capitão-mor, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, contra a sua pessoa e a população da capitania, em especial à praticada contra um índio chamado Braz, da casa de Bernardo Gomes Pessoa. (1785)

CARTA do Ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto e Avelar, à Rainha D. Maria I, informando sobre a situação dos índios da referida capitania, que são vítimas de tirania e exploração dos diretores das vilas, dos europeus, dos ouvidores e mesmo dos governadores, bem como a respeito do uso e cultivo da quina e outras plantas medicinais. (1786)

OFÍCIO do Ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto e Avelar, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo um caixote de quina. (1788)

OFÍCIO do Ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto de Avelar, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo amostras de alguns produtos da história natural do Ceará. (1788)

CARTA régia (Cópia) ao Governador do Ceará, Francisco Inácio de Cid Melo e Castro, sobre as madeiras e paus de construção e cortes regulares dos mesmos, e sobre os mapas dos sítios. (1797)

OFÍCIO do Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a mata da Taquara e as madeiras nela existentes. (1799)

CARTA do Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que descreve pormenorizadamente a referida capitania em aspectos relativos à população, agricultura e comércio. (1799)

DECRETO do Príncipe D. João a nomear João da Silva Feijó para Sargento-mor de Milícias do Ceará. (1799)

OFÍCIO do Naturalista João da Silva Feijó ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, João Rodrigues de Sá e Melo, informando sobre as minas de salitre encontradas no Ceará e queixando-se das condições em que trabalha na referida capitania. (1800)

OFÍCIO do governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao secretário de estado dos negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as obras que contém as instruções feitas por naturalistas para utilidades nas colônias. (1800)

OFÍCIO do Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao secretário de estado dos negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as instruções coligidas por naturalistas, por ordem de S. Majestade, para a utilidade das colônias. (1800)

OFÍCIO do Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, sobre o estrangeiro Barão de Humboldt, a vistoria ao porto de Mucuripe e o ataque de franceses a dois barcos que iam para Pernambuco. (1800)

OFÍCIO do Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a conservação das matas. (1800)

OFÍCIO do Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo informação acerca do corte da madeira naquela capitania. Anexo: informação. (1800)

CARTA da Câmara da Vila de Fortaleza ao Príncipe Regente, D. João, sobre a proibição da abertura de roçados, derrubamento das madeiras e estabelecimento de subsídio militar, imposto no Ceará pela Junta da Real Fazenda. (1801)

OFÍCIO do Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o incentivo a plantação de mandioca. (1801)

CARTA da Câmara da Vila de Fortaleza ao príncipe regente, D. João, sobre as dificuldades atravessadas pela capitania, devido à seca de 1791-93, o que acabou por prejudicar a agricultura e as rendas reais, e sobre as medidas tomadas pelo governador Bernardo Manuel de Vasconcelos acerca da derrubada das matas. Anexo: 2<sup>a</sup> via. (1803)

OFÍCIO do Capitão José Henrques Pereira ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, sobre a remessa de um caixote de sementes de plantas do Ceará para a Corte de Berlim. (1803)

OFÍCIO dos governadores interinos do Ceará, José Henrques Pereira e Luis Martins de Paula, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, sobre a remessa de sementes de plantas bravas. (1803)  
Ofício do governador do Ceará, João Carlos Augusto d' Oeynhausen e Gravenburg, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João

Rodrigues de Sá e Melo, acerca da remessa de sementes e outros produtos naturais da capitania do Ceará. (1804)

OFÍCIO do Naturalista João da Silva Feijó ao secretário de Negócios da Marinha e Ultramar Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, remetendo dois caixotes com sementes de plantas recolhidas na Serra da Ibiapaba, um para o Jardim Botânico da Ajuda e outro para o de Sua Majestade prussiana, bem como pedindo o regresso de seu filho que foi para Angola. (1806)

## Biografias

ACADEMIA DAS SCIENCIAS DE LISBOA. Noticia da vida e trabalho scientificos do medico Bernardino Antonio Gomes. Lisboa. Na Typographia da mesma Academia. 1857. Disponível em: <<https://ia800306.us.archive.org/7/items/b21778991/b21778991.pdf>> Acesso em 09 de janeiro de 2018.

## Decretos Régios

PORTUGAL. Alvará, pelo qual Vossa Alteza Real, para animar, e favorecer o Commercio da Capitania do Ceará Grande, Ha por bem isentar, por tempo de seis annos, de meios direitos todos os Generos, que para alli se importarem, ou que se exportarem directamente para o Reino: tudo na forma acima declarada. Palácio de Queluz, 27 de maio de 1803. Disponível em <<https://ia600502.us.archive.org/3/items/euoprinciperegen61port/euoprinciperegen61port.pdf>> Acesso em 02 de maio de 2017.

## Documentos iconográficos

DESTILLARIA Ypiranga: Vinho Quinado Elephante. [S.l.: s.n.]. 1 rótulo, litograv., col, 16,5 x 13,2cm. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1502855/icon1502855.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1502855/icon1502855.jpg)> . Acesso em 02 de setembro de 2018.

QUINADO Elephante. [S.l.: s.n.]. 1 rótulo, litograv., col., 13,7 x 10cm (formato de trapézio). Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1510248/icon1510248.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1510248/icon1510248.jpg)> . Acesso em 02 de setembro de 2018.

## Documentos sobre as Exposições Universais

BRAZIL FILHO, Thomaz Pompeu de Souza. **Estado do Ceará na Exposição de Chicago. Fortaleza.** Typ. d'A Republica – Rua do Major Facundo, n. 54. 1893.

BRASIL. **Exposição Universal de Antuerpia.** Relatorio apresentado a S. Ex. Sr. Conselheiro A. da Silva Prado. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Conde de Villeneuve, Delegado Especial do Governo Imperial na Supramencionada Exposição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

## Jornais

FEIJÓ, João da Silva. Memoria sobre a Capitania do Seará. **O Patriota**, Rio de Janeiro, 1814. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

FREIRE ALEMÃO, Manoel. Flora Cearense. **Pedro II**, Fortaleza, p. 2, 24 abr. 1863. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

SOBRAL, Thomé Rodrigues. Memoria sobre o Princípio Febrifugo das Quinas.

**JORNAL DE COIMBRA**. Coimbra, 1812

Vol. 15, nº 82, pt. 1 (1819) – Coimbra: [s.n.], 1812-1820 (Lisboa: Tipografia Régia).

Disponível em: <[https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16\\_master/UCBG-RP-2-1-1820-15/UCBG-RP-2-1-1820-15\\_item1/P248.html](https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1_16/UCBG-RP-2-1-1812-1_16_master/UCBG-RP-2-1-1820-15/UCBG-RP-2-1-1820-15_item1/P248.html)>

Acesso em 02 de setembro de 2018.

## Manuscritos da Biblioteca Nacional

CARTA a José Bonifácio de Andrada e Silva tratando da análise da quina do Rio de Janeiro para provar que ela contem cinchonino. Lisboa, 18/01/1813. 6p. Orig. Ms. José Bonifácio ocupa o cargo de secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa. Coleção Rio de Janeiro. L – II – 34, 24, 013 nº 002. Disponível em:

<[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1426747/mss1426747.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1426747/mss1426747.pdf)> Acesso em 16 de janeiro de 2018.

ORDEM de Fernando José de Portugal e Castro determinando à Junta da Administração da Real Fazenda que pague a Pedro Pereira Correia de Sena cada arroba quina colhida por ele. [Manuscrito] Coleção Casa dos Contos. 07 de setembro de 1808.

ORDEM de Fernando José de Portugal e Castro determinando à Junta da Real Fazenda que restitua as despesas de Pedro Pereira Correia com o transporte das quinas. [Manuscrito] Coleção Casa dos Contos. 16 de novembro de 1808.

OFÍCIO ao escrivão da Junta, Francisco Gomes Ferreira Simões, notificando que por aviso régio fora suspensa a gratificação que Pedro Correia de Sena recebia pela descoberta da planta de quina. [Manuscrito] Coleção Casa dos Contos. 23 de maio de 1829.

ORDENS do marquês de Barbacena à Junta da Província de Minas Gerais determinando que por aviso da dita Secretaria de Estado de 14 do corrente mês, pague ao vigário colado na freguesia de Ns<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Conceição de Sabará, Joaquim Mariano de Sousa Guerra Araújo Godinho as duas terças-partes da côngrua do tempo de encomendado na mesma igreja, e pague ao major Pedro Pereira Correia de Sena, a gratificação de que tinha assento na folha militar respectiva. [Manuscrito] Coleção Casa dos Contos. 23 de junho de 1830 – 26 de junho de 1830.

## Memórias legislativas, políticas e econômicas

LISBOA, Baltasar da Silva. **Annaes do Rio de Janeiro**. Tomo IV. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e C<sup>a</sup>, Rua do Ouvidor, n. 95. 1835.

NAVARRO, José Gregório de Moraes. **Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil...** Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

PORtUGAL. **Indice Chronologico Remissivo da Legislação Portugueza posterior a publicação do Codigo Filippino com hum appendice...** Lisboa: na Typografia da mesma Academia. 1818.

## Obras literárias

TAUNAY, Visconde de. **Innocencia**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

## Publicações científicas

ACADEMIA DAS SCIENCIAS DE LISBOA. **Breves Intrucções aos Correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos produtos, e noticias pertencentes a Historia da Natureza, para formar um Museo Nacional**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1781. Disponível em: <<http://purl.pt/720>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de *et al.* *Experiencias Chymicas, Sobre a Quina do Rio de Janeiro comparada com outras*. In: **Memorias de Mathematica e Physica da Academia R. das Sciencias de Lisboa**. Tomo III Parte I. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia. 1812.

BRASIL. *Instruções para a Comissão Scientifica encarregada de explorar o interior de algumas Províncias do Brasil*. In: **Trabalhos da Comissão Scientifica de Exploração**. I Introdução. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862. Disponível em: <<https://archive.org/details/fieldmuseumlibrary-texts>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

CARVALHO, José Monteiro de. **Diccionario Portuguez das Plantas, Arbustos, Matas, Arvores, Animaes quadrupedes, e reptis, Aves, Peixes, Mariscos, Insectos, Gomas, Metaes, Pedras, Terras, Mineraes...** Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do S. Officio. 1765.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de Medicina Popular...** Volume primeiro A – F. Pariz: A. Roger & F. Chernoviz. Rue des Grands Augustins. 1890. (1)

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de Medicina Popular...** Volume segundo G – Z. Pariz: A. Roger & F. Chernoviz. Rue des Grands Augustins. 1890. (2)

GOMES, Bernardino Antonio Gomes. *Ensaio Sobre o Cinchonino, e sobre sua influencia na virtude da quina, e d'outras cascas.* In: **Memorias de Mathematica e Physica da Academia R. das Sciencias de Lisboa.** Tomo III Parte I. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia. 1812.

HENRIQUES, Júlio Augusto. **Instruções praticas para a cultura das plantas que dão a Quina.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1880. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/22590/globalItems.html?ln=pt-pt>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

NETTO, Ladislau. *Algumas palavras sobre as riquezas vegetaes do territorio brasileiro.* In: **Apontamentos relativos á Botanica applicada no Brasil.** Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert, 1871. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufrj.br/>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

PORTUGAL. **Descrição da quina quina (Chincona das Officinas. L.).** 1785. Disponível em: <<https://ia600500.us.archive.org/20/items/descripcadaqui00lisb/descripcadaqui00lisb.pdf>> Acesso em 13 de fevereiro de 2018.

PORTUGAL. **Instrucção para os Viajantes e empregados nas Colonias sobre a maneira de colher, conservar, e remeter os objectos de Historia Natural arranjada pela Administraçao do R. Museu de Historia Natural de Paris.** Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1819. Disponível em: <<http://www.bnportugal.pt/>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

VANDELLI, Domingos. **Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural.** Real Oficina da Universidade. Coimbra, 1788. Disponível em: <<https://archive.org/details/jcbportugalbrazil>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

VANDELLI, Domingos. *Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Natural nas suas peregrinações deve principalmente observar.* Academia de Ciências de Lisboa, série vermelha 405, 1779. In: CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. **Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas:** cientistas brasileiros dos setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Tese (Doutorado em História) – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

VELLOSO, José Mariano da Conceição. **Quinografia Portugueza...** Lisboa: Na Officina de João Procopio Correa da Silva, impressor da Santa Igreja Patriarcal. 1799. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4007>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

VELLOSO, José Mariano da Conceição. **Instruções para o transporte por mar de arvores, plantas vivas, sementes, e de outras curiosidades naturaes.** Lisboa: Imprensa Régia, 1805. Disponível em: <<http://purl.pt/24763>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

## Relatórios

BRASIL. **Relatorio da molestia de S.A. a Serenissima Princeza Senhora D. Paula Marianna.** Diario do Governo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1833. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 01 de setembro de 2018.

**BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura**, seção sobre o Jardim Botânico do Passeio Público, 1864. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil>> Acesso em 01 de setembro de 2018.

**BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura**, seção sobre o Jardim Botânico do Passeio Público, 1865. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil>> Acesso em 01 de setembro de 2018.

**BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura**, seção sobre o Jardim Botânico do Passeio Público, 1868. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil>> Acesso em 01 de setembro de 2018.

**CEARÁ. Relatorio que apresentou o exm. senhor doutor Francisco de Sousa Martins, presidente desta província, na occasião da abertura d'Assemblea Legislativa Provincial no dia 1.o de agosto de 1840.** Ceará, Typ. Constitucional, 1840. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

**CEARÁ. Relatorio do ex.mo presidente e commandante das armas da província do Ceará, o brigadeiro José Maria da Silva Bitancourt, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1.o de julho de 1844.** Ceará, Typ. Cearense de J.P. Machado, 1844. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

**CEARÁ. Relatorio apresentado a Assemblea Legislativa Provincial do Ceará pelo presidente da mesma província, o coronel graduado Ignacio Correia de Vasconcellos em o 1.o de julho de 1847.** Ceará, Typ. Fidelissima de F.L. de Vasconcellos, 1847. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

## Revistas

**CAPANEMA**, Guilherme. Fragmentos do Relatório dos Comissários Brasileiros à Exposição Universal de Paris em 1855. **Revista Brazileira**: Jornal de Ciências, Letras e Artes. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

**REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA**. Rio de Janeiro: N. I. Setembro, 1869. Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1869. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

**REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA**. Rio de Janeiro: V. Quinto. N. I – Março de 1874. Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

**REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA**. Rio de Janeiro: V. Nono. N. 4. Dezembro de 1878. Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1878. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA.  
 Rio de Janeiro: V. Decimo Segundo. N.1. Março de 1881. Typographia Litteraria, 1881.  
 Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA.  
 Rio de Janeiro: V. Decimo Quarto. N. I. Março de 1883. Typographia Universal de H. Laemmert & C, 1883. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA.  
 Rio de Janeiro: V. Decimo Setimo. Typographia Universal de Laemmert & C, 1886.  
 Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA.  
 Rio de Janeiro: V. Decimo Oitavo. Typographia Universal de Laemmert & C, 1887.  
 Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA.  
 Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C, 1890. Disponível em:  
 <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

REVISTA UNIÃO MÉDICA. Rio de Janeiro: JUN., N. 6, 1890. Disponível em:  
 <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Jean Luiz Neves Abreu. **Ilustração, experimentalismo e mecanicismo:** aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVIII. Topoi, v. 8, n. 15, jul. – dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2007000200080](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2007000200080)> Acesso em 02 de setembro de 2018.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **Técnica, Trabalho e Natureza na Sociedade Escravista.** Rev. bras. Hist. vol. 18 n. 35. São Paulo, 1998. p. 03. Disponível em:  
 <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100013)>  
 Acesso em: 08 de abril de 2018. (a)

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **Da Mecânica ao Motor:** a idéia de natureza no Brasil no final do século XIX. Proj. História, São Paulo, (23), nov. 2001. (b)

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo:** conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild. Coleção Estudos Históricos, 2008.

BEDIAGA, Begonha; LIMA, Haroldo Cavalcante de. A “**Flora Fluminensis**” de Frei Vellozo: uma abordagem interdisciplinar. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 10, n. 1, p. 85-107, jan.-abr. 2015. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222015000100085&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222015000100085&script=sci_abstract)  
 Acesso em 02 de setembro de 2018.

BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. **Marcado pela própria natureza**: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 – 1891. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

BEINART, William e MIDDLETON, Karen. **Transferência de plantas em uma perspectiva histórica**: o estado da discussão. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v10n19/2237-101X-topoi-10-19-00160.pdf> Acesso em 02 de setembro de 2018.

BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. **Diccionario Bibliografico Brazileiro**. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. **Diccionario Bibliografico Brazileiro**. Terceiro Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. **Diccionario Bibliografico Brazileiro**. Quinto Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. **Diccionario Bibliografico Brazileiro**. Sexto Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BOURGUET, Marie-Noëlle. *O Explorador*. In: **O Homem do Iluminismo**. Direcção: Michel Vovelle. 1.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Setembro, 1997.

BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAGA, Renato. **Plantas do Nordeste**, especialmente do Ceará. Fundação Guimarães Duque. Coleção Mossoroense. Série C. Volume 1204. 2001.

CAROLINO, Luís Miguel. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho*, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico. In: **Formas do Império**: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI ao XIX. [Org. Heloísa Meireles Gesteira et.al.] 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Fundação Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise**: entre ciência e ficção. 2. ed.; 1. reimpr. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CESCO, Susana. **Floresta, agricultura e cidade**: transformações ambientais e sociais na ilha de Santa Catarina no século XIX. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CORAZZA, Gentil. MARTINELLI JR. Orlando. **Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico.** Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v.10, n. 19, novembro 2002. Disponível em: <[http://cepeac.upf.br/download/rev\\_n19\\_2002\\_art1.pdf](http://cepeac.upf.br/download/rev_n19_2002_art1.pdf)> Acesso em 02 de setembro de 2018.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores:** o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Org). **Bioses africanas no Brasil:** notas de história ambiental. [Org. Sílvio Marcus de Souza Correa]. Itajaí – NEAB: Casa Aberta Editora, 2012.

COSTA, Antônio M. Amorim. **Thomé Rodrigues Sobral (1759-1829) e a virtude febrífuga de um grande número de quinas.** Quim. Nova, Vol. 38, No.7, 1002-1007, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v38n7/0100-4042-qn-38-07-1002.pdf>>. Acesso: 17 de agosto de 2017.

COSTA, Antônio M. Amorim. **Thomé Rodrigues Sobral.** Disponível em: <[http://www.spq.pt/files/docs/Biografias/Thome\\_Rodrigues\\_Sobral\\_port.pdf](http://www.spq.pt/files/docs/Biografias/Thome_Rodrigues_Sobral_port.pdf)> Acesso em 18 de janeiro de 2018.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico:** a expansão biológica da Europa (900-1900). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. **Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas:** cientistas brasileiros dos setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Tese (Doutorado em História) – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

DANTES, Maria Amélia M. *As instituições imperiais na historiografia das ciências no Brasil.* (p. 225-234). In: **Ciência, civilização e império nos trópicos.** [Organização, Alda Heizer, Antonio Augusto Passos Vieira]. Rio de Janeiro: Access, 2001.

DEAN, Warren. **A botânica e a política imperial:** introdução e adaptação de Plantas no Brasil Colonial e Imperial. IEA. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/deanbotanicaimperial.pdf>. Acesso em 10/02/2017. (a)

DEAN, Warren. **A ferro e fogo:** a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (b)

DEAN, Warren. **A luta pela borracha pelo Brasil.** São Paulo: Nobel, 1989. (c)

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos.** São Paulo. Alameda, 2005.

DOMINGUES, Ângela. **Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais:** a constituição de redes de informação no Império português em finais dos Setecentos. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702001000500002&script=sci\\_abstract&tlang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702001000500002&script=sci_abstract&tlang=pt)> Acesso em 02 de setembro de 2018.

FERREIRA, Breno Ferraz Leal. **Economia da natureza**: a História Natural, entre a Teologia Natural e a Economia Política (Portugal e Brasil, 1750-1822). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **A Roça e as Propostas de Modernização na Agricultura Fluminense do Século XIX**: o Caso do Sistema Agrário Escravista-Exportador em Paraíba do Sul. Revista Brasileira de História. São Paulo. v. 6, n.º 12. pp. 125-150. mar./ago. 1986.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

GERBI, Antonello. **O novo mundo**: história de uma polêmica (1750-1900). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Bernardino Barros. **Cultura das Plantas que dão a Quina**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.

GRESPAN, Jorge. **Revolução Francesa e Iluminismo**. 1. ed., 1<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

HARDEN, Alessandra Ramos de Oliveira. **Brasileiro tradutor e/ou traidor**: frei José Mariano da Conceição Veloso. v. 1, n. 23 (2009). Disponível em:  
[<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2009v1n23p131>](https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2009v1n23p131)  
Acesso em 01 de setembro de 2018.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. 33. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. 2. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ISRAEL, Jonathan, **A revolução das luzes**: o Iluminismo Radical e as origens intelectuais da democracia moderna. São Paulo: EDIPRO, 2013.

KESSELING, Thomas. **O conceito de natureza na história do pensamento ocidental**. Episteme, Porto Alegre, n. 11, p. 153-172, jul./dez. 2000. Disponível em:  
[<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/135326>](https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/135326) Acesso em 01 de setembro de 2018.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo:** estudos sobre história. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014. (a)

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio. 2006. (b)

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

KURY, Lorelai. **Homens de ciência no Brasil:** impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). História, Ciências e Saúde – Manguinhos. Vol. 11 (suplemento 1): 109-29, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-5970200400040006&script=sci\\_abstract&tlang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-5970200400040006&script=sci_abstract&tlang=pt)> Acesso em 02 de setembro de 2018.

KURY, Lorelai. **O naturalista Veloso.** Rev. Hist. (São Paulo), n. 172, p. 243-277, jan.-jun., 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rh/n172/2316-9141-rh-172-00243.pdf>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

KURY, Lorelai. **Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista:** experiência, relato e imagem. História, Ciências, Saúde. Vol. VIII (suplemento), 2001. p. 863-880. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8s0/a04v08s0.pdf>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994

LE GOFF, Jacques. *As plantas que curam.* In: **As Doenças tem história.** Apresentação: Jacques Le Goff. 2.ª edição portuguesa (revista): Terramar, 1997.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças:** marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império.** Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Do espetáculo da natureza à natureza do espetáculo:** boticários no Brasil setecentista. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema:** a formação do estado imperial. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

MEDEIROS, Aline da Silva. **Os remédios, os livros e os tempos:** consumo de remédios e experiência do tempo entre o Lunário Perpétuo e o Dicionário do Dr. Chernoviz. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Fortaleza, 2015.

MENDES, Alberto Rafael Ribeiro. **Pecuária semi-selvagem:** ciência, natureza e tempo no Ceará do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza:** a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

NOBRE, Geraldo. **João da Silva Feijó:** Um Naturalista no Ceará. GRECEL, Fortaleza – Ceará, 1978.

NOGUEIRA, Paulino. **O Naturalista João da Silva Feijó.** Revista do Instituto do Ceará, 1888. Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1888/1888-ONaturalistaJoaodaSilvaFeijo.pdf>> Acesso em 13 de novembro de 2017.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** Quarta edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1986. (a)

NOVAIS, Fernando A. **O reformismo ilustrado luso-brasileiro:** alguns aspectos. Revista Brasileira de História, vol. 7. p. 105-118, 1984. (b)

NUNES, Maria de Fátima e BRIGOLA, João Carlos. *José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), um frade no Universo da Natureza*. In: **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999.

OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Ceará na Exposição de Chicago (1893): ciência e técnica*. In: **Documentos**: Revista do Arquivo Público do Ceará: Ciência e Tecnologia/Arquivo Público do Ceará. Fortaleza, v 1 – 2005.

OLIVEIRA, Antônio José Alves de. **João da Silva Feijó e os dilatados sertões:** pensamento científico e representações do mundo natural na Capitânia do Ceará (1799-1816). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição:** pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. **Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro.** Revista da SBHC. Rio de Janeiro, v.3. n. 1, p. 58-79, jan/jun2005.

PATACA, Ermelinda Moutinho. **Coleta, transporte, e aclimatação de plantas no império luso-brasileiro (1777-1822).** Museologia & Interdisciplinaridade. Vol. 9, nº 5, Jan./Jun. de 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/19231>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **O conhecimento científico da caatinga no século XVIII.** In: Sertões Adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX. [Org. Lorelai Brilhante Kury]. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **D. Rodrigo e frei Mariano:** a política portuguesa de produção do salitre na virada do século XVIII para o XIX. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 498-526, jul./dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2014000200498](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2014000200498)> Acesso em 02 de setembro de 2018.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *João da Silva Feijó*: A trajetória de um homem de ciências luso-brasileiro. In: PEREIRA, Magnus R. M. e SANTOS, Rosângela M. F. (Eds.). **João da Silva Feijó: um homem de ciência no Antigo Regime português**. Curitiba: Editora da UFPR, 2012.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. **Os colonos científicos da América Portuguesa:** questões historiográficas. Revista de História Regional 19(1): 7-34, 2014. p. 9. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>> Acesso em 13 de novembro de 2017.

PEREIRA, Rodrigo Osório. **O Império Botânico:** as políticas portuguesas para a flora da Bahia Atlântica colonial (1768-1808). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

PESTRE, Dominique. **Por uma nova História Social e Cultural das Ciências:** novas definições, novos objetos, novas abordagens. Cadernos IG/Unicamp. Volume 6, Número 1, 1996.

PIMENTA, Pedro Paulo. **A trama da natureza:** Organismo e finalidade na época da Ilustração. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

PIMENTA, Tânia Salgado. **Artes de curar:** um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império:** relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. **A Investigação da Natureza no Brasil Colônia.** São Paulo. Annablume, Fapesp, 2000.

RAMINELLI, Ronald. **Ilustração e império colonial.** História. São Paulo, v. 31, n.2, p.36-67, jul/dez. 2012 (a). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v31n2/05.pdf>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas:** monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008. (b)

REVEL, Jacques. **Jogos de escala:** a experiência da microanálise. [Org: Jacques Revel]. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Marcia Moisés. **A Ciência dos Trópicos:** a arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

ROCHA, Francisco Dias da. **Botanica medica cearense.** Fortaleza – Ceará, 1919.

ROLIM, Leonardo Cândido. **Tempo das carnes no Siará Grande:** dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati (1690-1802). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa.** Bauru, São Paulo: Edusc, 2001.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800.** Revista Brasileira de História. vol. 18 n. 36, São Paulo. 1998. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=en&nrm=iso&tlang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=en&nrm=iso&tlang=pt)> Acesso em 11 de novembro de 2017.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **O Império Português (1415-1808): O Mundo em Movimento.** Lisboa, Portugal: Clube do Autor, 2016

SALGADO, Graça. *Traços gerais da administração colonial.* In: **Fiscais e meirinhos:** a Administração no Brasil Colonial. Org: Graça Salgado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.

SANTOS, Laura Carvalho dos. **Homens e Natureza:** saberes e usos de plantas medicinais a partir dos relatos do viajante Antônio Moniz de Souza. Salvador. (1808-1828). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SANTOS, Paulo César dos. **Produtos da terra:** tempo, espaço e técnica nas exposições industriais (1861-1922). Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SARMENTO, Jacob de Castro. **Do uso, e abuso das minhas Agoas de Inglaterra,** ou Directorio, e Instruccam, para se saber seguramente, quando se deve, ou naõ, usar dellas, assim nas enfermidades agudas; como em algumas chronicas; e em casos propriamente de Cirurgia. Impresso em Londes: Em Caza de Guilherme Strahan, 1756.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. **O front brasileiro na guerra verde:** vegetais, colonialismo e cultura. Revista USP. São Paulo (30): 108-119, junho/agosto 1996. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25911>> Acesso em 30 de abril de 2017.

SHAPIN, Steven. **Nunca Pura:** Estudos Históricos de Ciência como se Fora Produzida por Pessoas com Corpos, Situadas no Tempo, no Espaço, na Cultura e na Sociedade e Que Se Empenham por Credibilidade e Autoridade. 1.ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Fino Traço, 2013.

SILVA, Clarete Paranhos da. **As viagens filosóficas de João da Silva Feijó (1760-1824) no Ceará.** História: Questões & Debates, Curitiba, n. 47, p. 179-201, 2007. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/12115>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A morfologia da escassez:** crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. **A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834):** ciências e hibridismo numa periferia europeia. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências), Universidade Nova de Lisboa, 2015.

SILVA, José Felipe Oliveira da. “**A árvore da vida**”: ciência, natureza e tempo nos estudos sobre a carnaúba no Ceará oitocentista. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Um grande inventário da Natureza: políticas da Coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVIII.* In: **Formas do Império:** ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX. [Org. Heloísa Meireles Gesteira, Luís Miguel Carolino, Pedro Machado]. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro.** [Org. Rafael de Bivar Marquese]. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TELLES, Felipe Bottona da Silva. **A coleção Dias da Rocha no Museu do Ceará.** [Orgs. Felipe Bottona da Silva Telles, Diva Maria Borges-Nojosa]. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009.

TEXEIRA, Karoline Viana. **A seiva e o traço.** Configurações da memória na escrita do diário de viagem do botânico Francisco Freire Alemão (1859-1861). Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural:** mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes:** história da família no sertão – 1780-1840. Fortaleza: Demócrito Rocha; HUCITEC, 2004.

VON IHERING, Rodolpho. **George Marcgrave:** o primeiro sabio que veiu estudar a natureza do Brazil – 1638 a 1644. Revista do Museu Paulista. Volume IX. São Paulo, Typographia do Diario Official, 1914.

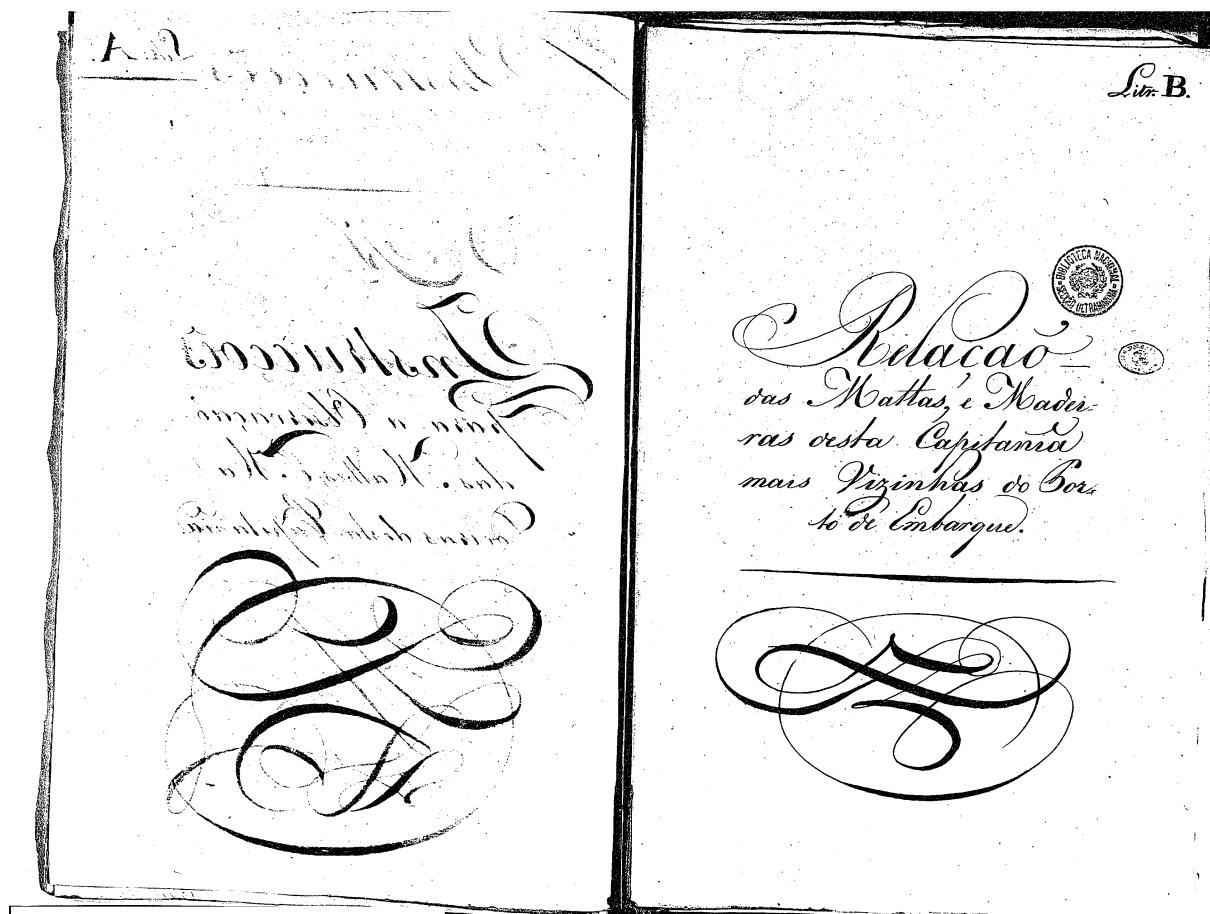
WEDDELL, Hugues Algernon. **Histoire naturelle des quinquinas ou Monographie du genre Cinchona**, suivie d'une description du genre Cascarilla et de quelques autres plantes de la même tribu. Paris: V. Masson, 1849.

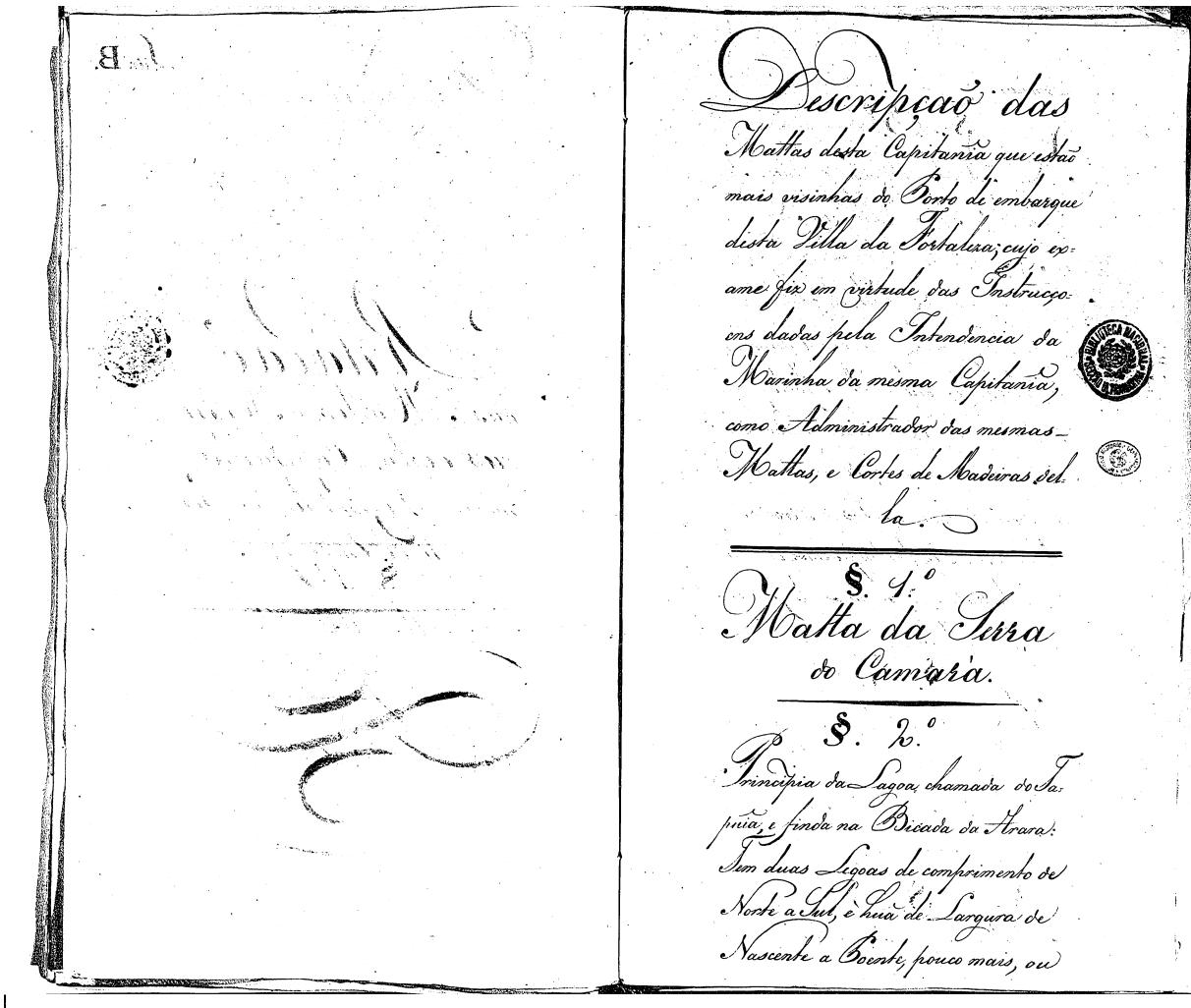
WORSTER, Donald. *A natureza e a desordem da história*. In: **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. [Orgs. José Luiz de Andrade Franco, Sandro Dutra e Silva *et. al.*] Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. 1991, p 198-215. Disponível em:  
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

WULF, Andrea. **A invenção da natureza**: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. 1.ed. São Paulo: Planeta, 2016.

ANEXO – RELAÇÃO DAS MATTAS, E MADEIRAS DESTA CAPITÂNIA MAIS  
VIZINHAS DO PORTO DE EMBARQUE





ou menos.

§. 3º

Nesta Matto acham-se ja poucas Ma-  
duras de Construcçao Civil, ou Navar, e  
de Marchubaria, e Maranaria; por  
que os Indios da Villa de Loure, a  
quem ella foi dada para a Cultura  
tinham desribado, e queimado na fazura dos  
seus Regados quase todos os Bicos Re-  
ais. Acham-se contudo na dita Mat-  
ta alguns Bicos de Arco, e Arcoeira.  
de de c. seis ate trinta palmos de altu-  
ra e de palmo para menos de face qua-  
drada limpa.

§. 4º

Há impraticavel tirar p. a Madura  
da dita Matto, por via de Navega-  
ção de Rio algum, ou Torrente na  
estação das aguas, ou fora della.

§. 5º

A distancia da dita Matto ao Co-

onto de Macomby, onde devem ser em-  
barcadas as ditas Maduras para Leba,  
he de dito lugar pouco mais, ou menos.

§. 6º

A dita Matto, com outras porções  
de Terra a elle juntas, foram vendas aos  
Indios ju Exteriores da Villa de Lou-  
re, no tempo da Cracão della, para  
fazarem as suas plantações.

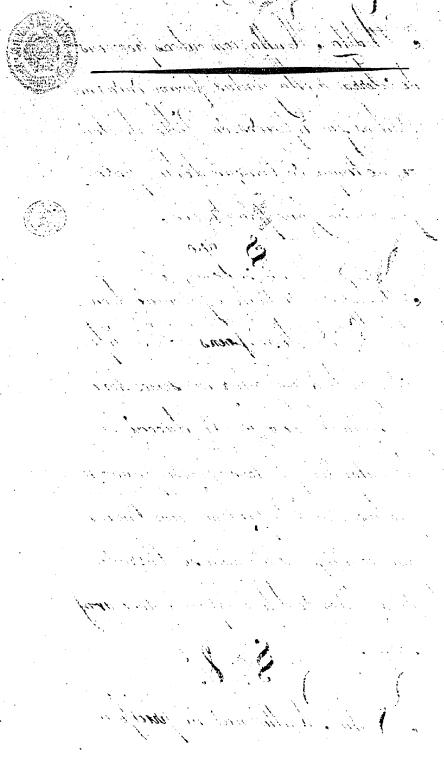
§. 7º

A despeça do Corte, e falecção d'ela:  
da Ribe das demorfoas acima fe-  
ridas podria importar em seiscentos e  
quarenta Réis, e a sua Conduçao em  
diferentes Réis por legoas visto pagarem  
quatrocentos Réis por legoa aos Párocos  
que convidam em huma só Carrada  
dous Bicos de dito comprimento, e gros-  
sura.

§. 8º

Nesta Matto não se precipia

abriram-se Bicadas para trazer as  
Madeiras ao Parqueamento, pilas hiz-  
era ja aberto se fárias, que nella plan-  
tam.



S. Iº  
Mata da Terra  
do Omo d'Agua do Cordeiro

S. IIº  
Tem de extensão das legas de Com-  
primento de Norte a Sul, e Lata de  
Largura de Nascente a Poente -  
pouco mais, ou menos.

S. IIIº  
Nesta Mata se acham bastantes  
Bicos d'Areia, Areias, Argicas, e  
Rabujos, de tinta, a simecota e mais  
palmos de comprimento, e de hum ate  
dois palmos de face quadrada limpa,  
e muitas Madeiras de Marchetaria,  
e Marceraria de dez e seis ate qua-  
renta palmos de altura, e de dois a tré  
tres palmos de circunferencia limpa.

S. IVº  
Tambem se impraticavel tiraram

§. 1º  
Matta da Tu-  
cunduba.

P. §. 2º  
Principiu na Terra dinominada Tu-  
cunduba, e a caba no Macho Corrente das praias  
da da Terra Tucunduba. Esta Ma-  
ta se localiza no cordão que formam as vi-  
tas Terras, e tem de comprimento tra be-  
gas de Norte a Sul, e vidas de Largura  
de 800 a 1000 pés, pouco mais ou  
menos.

§. 3º  
Nesta Matta há abundancia de  
Madeiras apesar de Anuvaz, Arco ja-  
toba e Rabugi de trinta ate seten-  
ta palmos de Comprimento, e de hum-  
ade vinte e seis palmos de face quadra-  
da limpa, pouco mais ou menos. Tem  
Dilizios de trinta e mais palmos de  
Com-

Comprimento e trinta palmos porco mais  
ou menos, de face quadrada limpa, e Co-  
aborda mesma dimensão. Alagios,  
Madeiras de Marcenaria, e Marchi-  
arias de diversas dimensões.

§. 4º  
Não ha commodidade para se boraç  
Madeira alguma desta Matta por  
via de Navegação de Rio, ou de Bal-  
cas pelas Fontes, nem mesmo na Es-  
tacão das Aguas.

§. 5º  
As Terras desta Matta ficam  
em distancia do Porto de Mogiçaba,  
onde se devem embarcar as Madeiras  
para Lisboa, de oito ate dez legas  
pouco mais, ou menos.

§. 6º  
Parte das Terras desta Matta,-  
pertencem a Raymundo Viana da Costa  
Delgado Rodrigão, que as tem por

Por animação que delas fizermos  
da Província expediremos Real Pro-  
venda desta Capitania, e nas ditas Pro-  
vendas tem situado huma Fazenda de  
gado Vacino, e fazalhar.



§. 7º

Propriedade do forte, e fábricão de fa-  
da Pro de maior componimento, e grosseira  
se podia compilar um mil desentes e vinte  
ta Vozes; e as das outras dimensões de qua-  
tro centos, ate sessenta e quarenta Vozes. E  
a conduçâo das ditas Madeiras te-  
m mais dificuldade por estarem quasi todas  
nas encostas das Terras, e distâncias do  
lugar do Corregadouro quasi duas Li-  
gas; sendo preciso usar de Carrinhos  
para as trair da Matta, depois defor-  
tadas; podendo se auxiliar a desfazer  
de cada Bem tirado della forte feito  
das maiores dimensões em oitocentos Vozes  
e os outros à proporção.

§. 8º

§. 8º  
Para facilidade de transporte das  
Madeiras desta Matta, se para-  
so abrindo-se duas Brechas de mais  
de Sete cunha huma, pouco mais  
ou menos, e algumas brechas que re-  
nhão dar a elas para o Lugar do  
Corregadouro, e esta despeja poderia  
chegar a com mil Vozes.



*De s. I.*  
*Matta do Tahu-*  
*mondi.*

*S. 2°*

Esta Matta principia no Rio  
denominado Tahu-mondi, e vai fai-  
xando altura de Manzanquape con-  
testar com a serra Tapuia. Tem  
seis legas de comprimento de Norte  
a Sul, e tres de Largura de Nas-  
cente a Poente; pouco mais, ou me-  
nos.

*S. 3°*

As Madeiras de Construcçao  
Naval, que nella tem crescimento  
sao em grande quantidade. São d'í-  
taco, Noeiras, Angicos, Rabujes,  
Florais, ou Eucalyptos, de vinte ate  
cinquenta e mais palmos de compri-  
mento; e de hum ate douz ou mais  
pés.

*P*almos de face que aínda limpa de Ma-  
deira seca, e alguma delas com volta  
e das. Madeiras de Maranaria e  
Marchetaria, tem as mamas Rabu-  
jes, Angicos, Corumbá, Alis, e Sabedas,  
e outras Madeiras em grande numero  
de vinte ate quarenta palmos pouco  
mais, ou menos, e de dois ate quatro pal-  
mos, ou mais, de circumfúncia limpa.

*S. 4°*

Otas Madeiras rai' podem ser  
tiradas das Mattas ou conduzidas  
por Torrentes, ou Rios Navegavus,  
por não terem, o que há na sua circum-  
ferençâa capacidade para estre-  
misterio, ainda na Estação das aguas.

*S. 5°*

As Madeiras que produz  
esta Matta ficam distantes de  
sincos ate dezois legas do Córdo de Maran-  
áipe.

*S. 6*

§. 6<sup>o</sup>

Alouas das Terras desta Matta  
diam suum pertencentes a Fazenda de  
Jesus, Vizinha de Maranhão, Fazenda de  
Araçá, que as houve por arrendamento:  
que feita a Real Fazenda pela Exe-  
cucção, que esta faria as Almoxarifas  
Fazenda Correia Pires, a Luis Fazenda  
Superior da Fazenda, que as houve por  
Almoxarifado de Luis Fazenda, que as haviam  
comprado, a Joaquim Lopes de Abreu  
Guimarães, que houve humas por com-  
pra feita ao dito Luis Fazenda, e outras  
por D'atha não confirmada; a Ma-  
nuel Lopes de Abreu Lago, que  
as houve também por D'atha não  
confirmada; e aos Indianos da Villa  
de Arromanches, que elle foram dadas  
por D'atha para as suas plantações,  
que no tempo da criação da Villa.

§. 7<sup>o</sup>  
Nordeste

Depois do coste de fabricação das  
cava humas das de Maranhão, das maiores dimen-  
sões para pouco mais ou menos dez mil  
duzentos e cem tais quilos, cada media  
suscinta e quarenta Réis, e a Cauda:  
que decada huma das primeiras de Lu-  
gar do farragado, até as Portas do  
embarque a quatrocentos Réis por de-  
zeca, e das segundas de cento trinta e  
três Réis, a diferentes Réis, visto cava  
Carro poder conduzir duas ate tres  
Pacos por Carrada.

§. 8<sup>o</sup>

Nesta Matta não se precisa a  
bris Bicadas para a condução das  
Madeiras, por quanto há quatro Es-  
tradas nella por onde se podem con-  
duzir para o Porto de embarque, e  
não só mente se precisa de abrir al-

algum tempo que vellas vinhos  
que vinhos que vellas vinhos  
menos.



§. 1º  
Matta da Terra  
Bacatiba.

§. 2º  
Esta Matta tem principio no  
lito denominado Caracinho, e vai  
pruldando a Terra da Bacatiba,  
até chegar com a ponta da Terra  
Goyaba. Tem vinte legas de lon-  
gimento de Norte a Sul, equa-  
to de largura de Nascente a Co-  
ntra, pouco mais, ou menos.



§. 3º  
Nesta Matta ha muitas  
Madeiras de diferentes quali-  
dades, assim de Construcçao Civil  
e Naval, como de Marcenaria, e  
Marchitaria. São das primeiras  
os Bacos d'Areia, as Abroeiras, as  
Ba-

Rabujos, Totobas, e Scoupiras com  
volva, e semella, que aqui tem de com-  
primento cinquenta e setenta e mais  
palmos, e de hum ate dores palmos  
de face quadrada em fuz, e das Legum-  
da, ou muros Bas Rabujos, e Totobas,  
Gonsallo Alz, Salgueiras, e ou-  
tras Madeiras mais desta Classe,  
de dez e seis ate quarenta palmos de  
comprimento, e de dores ate quatro pal-  
mos de circumferencia limpa.

**§. 4.**

Tambem nao ha Commodidade alguma  
para as ditas Madeiras serem trans-  
portadas desta Matta por esquadro  
a algum consideravel por via de Rio  
ou Soninho; ainda mesmo na Dta  
qui das aguas.

**§. 5.**

Distancia das diferentes fábricas  
desta Matta ao Corte de embarque  
das

das Madeiras para Lisboa ha de  
quatro ate oito legoas.

**SC. §. 6.**

Em algumas Terras desta Matta  
plantaram os Indianos da Villa de So-  
ronchus, e Melipana, que as trouxeram  
por Ditta para as suas plantações  
e no tempo da Ercão d'acertos Ribeir.  
Orfeu, Tio Bruxo de castro, que as trou-  
xe por compra, que fez a Ignacio Bi-  
rria Sacanhaz, que as havia arrima-  
tado no Juiz da Província estin-  
ta da Faz. Real d'ela Capitaria.  
E Joana de Holanda, que as trouxe  
por Fernaga de seu Filho Ignacio  
Bir. a Sacanhaz, que as tinha compra-  
do a Manuel Fernandes que as con-  
teve a Florencio de Freitas Comia.

**§. 7.**

Despensa do forte, e Falcação de

de cada um dos Pão das maiores dimensões se deve levar por mil ducados cinqüenta Réis. E cada Maderas das dimensões médias, por seiscentos e quarenta Réis. A condução de cada Pão das primeiras, em quatrocentos Réis por legoa; e das segundas, de cem trinta e três Réis, a duzentos Réis, por consumar conduzir cada Pão das e todos Pão desde menor comprimento, e grossura.

**§. 8º**  
Nesta Matta não há perigo abrir Estradas para a condução das Maderas, por ter duas que vão direitas ao Porto de Mocanipe; há fim necessário abrir algumas Bicavas de Travessa para serem conduzidas as Maderas do interior da dita Matta para as mesmas Estradas, conforme os fatos onde os cortes se

se formam fazendo? Dista Resposta também não se determina.  
caco.



**§. 1º**  
**Matta da Serra  
 da Gouiba.**

**§. 2º**  
 Esta Matta tem principio na ponta da Serra Gouiba, e vai fazendo a si a Serra do Acarape. Tem nove legas de comprimento de Nordeste a Sul, e sette de largura de Nascente a Poente, pouco mais ou menos.

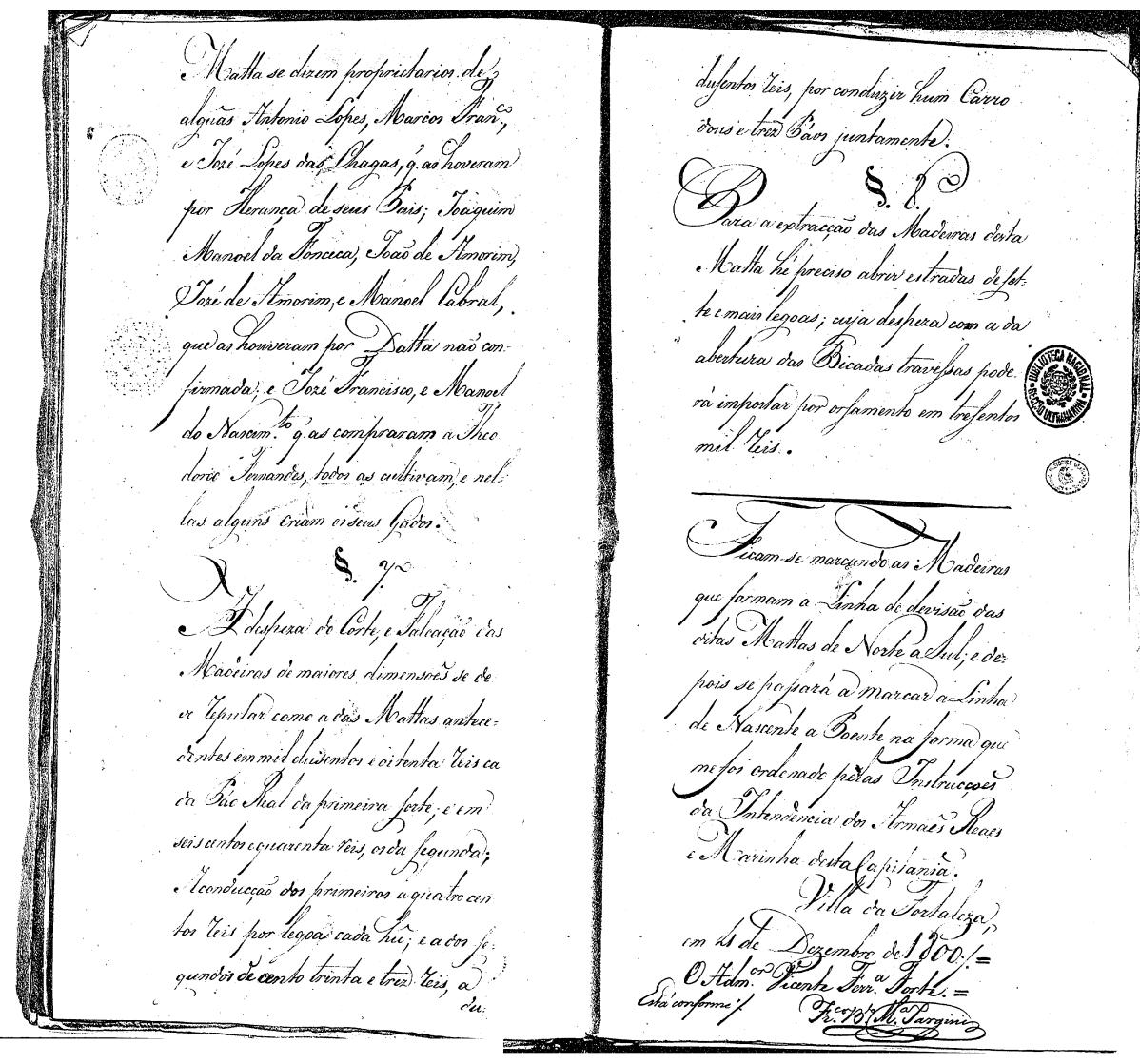
**§. 3º**  
 A proporção da grandeza desta Matta não há nella a quantidade, e qualidade de Madeiras de Construção, Civil, e Naval. Mas combate pela sua grande extensão, muita madeira de Árvore, Treivas, e Troncos de vinte e se quarenta palmos de altura, e só em cima das serras se acham aquelas de maiores dimensões. Das Madeiras

Madeiras da Marchetaria, Marinha, bem alem das deles, Antiquas, o Rosalito Alho, e outras mais, porém de dez e seis ate trinta palmos e todos do mesmo comprimento, e de cores e maiores palmos de face quadrada Limpas, dando a outra. Madeira de construção a cima levantada de hui ate hui e meio palmos da mesma face, com volta, e sem ella.

**§. 4º**  
 Presentemente não podem ser conduzidas as ditas Madeiras por vias de Rios ou Torrentes Navigáveis, ainda mesmo no tempo das águas, e encanchadas.

**§. 5º**  
 A distância das Serras desta ultima Matta do Porto de embarque das Madeiras para Lisboa, se de oceano vento e maré legas.

**§. 6º**  
 Das terras contínuas nesta



(Documentos avulsos da Capitania do Ceará – Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizados.  
“Projeto Resgate: Barão do Rio Branco”. Ano: 1800)